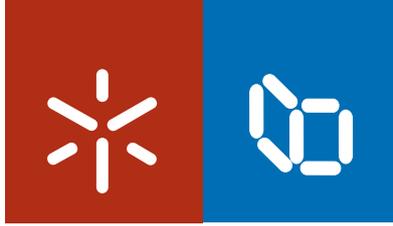




Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Fernanda Felisbela Manuel da Costa
dos Santos Benedito

**Literaturas Pós-Coloniais e Mapeamento
de Espaços Transculturais: Um Olhar sobre
Contextos Africanos**



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Fernanda Felisbela Manuel da Costa
dos Santos Bedito

**Literaturas Pós-Coloniais e Mapeamento
de Espaços Transculturais: Um Olhar sobre
Contextos Africanos**

Tese de Doutoramento em Modernidades Comparadas:
Literaturas, Artes e Culturas

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Gabriela Macedo
da
Professora Doutora Elena Brugioni
e da
Professora Doutora Joana Filipa Passos

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 13 de Março de

Fernanda Felisbela Manuel da Costa dos Santos Benedito

Assinatura: Fernanda Benedito

DEDICATÓRIA

À Memória de José Manuel da Costa, Meu Querido Pai

Agradecimentos

A realização de qualquer tarefa de natureza científica, tal como esta que a seguir apresentamos, depende sempre de um esforço, empenho e entrega pessoal, como também do indispensável apoio, directo ou indirecto, de diversas pessoas, sem o qual o êxito da nossa tarefa ficaria comprometido. Consciente de que os parágrafos que se seguem são manifestamente insuficientes para expressar o que de facto esse apoio representou, não posso, contudo, deixar de manifestar os meus agradecimentos.

A minha primeira palavra de profunda gratidão endereço à Professora Doutora Ana Gabriela Macedo, em primeiro lugar, por me ter motivado a realizar o Doutoramento em Modernidades Comparadas e, em segundo lugar, por ter assumido, com bastante empenho, a orientação da minha tese, no decurso da sua elaboração e pelo apoio incondicional. À Professora Ana Gabriela, expresso os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

À Professora Elena Brugioni, a orientadora inicial deste trabalho, que mesmo deixado de o ser, por razões profissionais, continuou a acompanhar a realização do nosso trabalho na qualidade de Co-orientadora. A ela exprimo a minha profunda gratidão.

À Professora Joana Filipa Passos, fico imensamente agradecida pela sua preciosa Co-orientação deste trabalho, uma tarefa para a qual demonstrou o seu total empenho, pelo apoio e preocupação nos momentos de maior aflição.

Aos professores do programa doutoral e aos colegas que tive o grato prazer de conhecer, manifesto o meu reconhecimento pelo seu acolhimento, apoio, orientação e amizade por eles demonstrados.

À estimada Professora Irene Guerra Marques e ao Albino Neto, da Faculdade de Letras da UAN, à Adelina Gomes do CHEUM, agradeço pela simpatia, apoio e constante e disponibilidade.

Aos meus grandes amigos e amigas, aos meus familiares, aos meus queridos irmãos, expresso igualmente os meus verdadeiros e afectuosos agradecimentos.

Ao Narciso, minha fonte de Amor, companheiro de todas as horas, esteio da minha família, aos meus queridos filhos Áureo Joel e Mauro Jorge, à Jurema Alice e ao Orlando, fontes da minha eterna esperança, à minha querida Mãe, Ana Ferreira da Costa, a quem devo a vida, recorrendo à escala mais elevada da gratidão, manifesto o meu profundo reconhecimento, dizendo-lhes o Meu Muito Obrigada, na esperança de que a ciclo que agora termino venha a compensa-los por todo o carinho, apoio, confiança e sobretudo por terem compreendido meus necessários exílios.

Trabalho realizado com o financiamento do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de
Estudo, do Governo de Angola

Resumo

A partir de uma perspectiva que coloca em evidência a relação entre Literatura, História e (Pós)colonialismo, o nosso trabalho centrou-se numa leitura crítica de quatro romances africanos, designadamente, *Things Fall Apart* (1958), do escritor nigeriano Chinua Achebe, *Nervous Conditions* (1988), de autoria da escritora zimbabueana TsiTsi Dangarembga, *Lueji O Nascimento Dum Império* (1990) do angolano Pepetela, e *Half of a Yellow Sun* (2004) da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. A nossa leitura teve como propósito analisar o modo através do qual os autores do nosso estudo ao procederem à reescrita da história através dos seus textos literários, fazem uma reflexão do universo cultural pós-colonial dos seus respectivos contextos. Ao longo da nossa abordagem procurámos igualmente analisar como essa reflexão articula questões atinentes à representação da voz da mulher, no contexto da restituição crítica das culturas locais. Para o alcance do nosso objectivo proclamámos como referencial teórico a crítica pós-colonial, da qual elegemos alguns conceitos que julgamos estruturais para o nosso trabalho, procurando uma discussão crítica desses mesmos conceitos, tendo como enfoque as sociedades representadas pelas obras do nosso estudo e o quadro epistemológico relativo ao discurso histórico. Assim, visámos avaliar como a intersecção entre as narrativas e o discurso histórico tem lugar no contexto pós-colonial, considerando como eixos as narrativas que conformam o nosso *corpus* e assim procurámos identificar pontos de convergência ou estratégias dissonantes entre os autores do nosso estudo. Para tal, procedemos à leitura crítica dos romances com base em emparelhamentos dos mesmos, suportados por critérios geracionais e de género, à qual se seguiu uma análise interpolada das quatro obras do nosso estudo. Tratou-se, no geral, de uma leitura comparada do *corpus* da tese que permitiu compreender as estratégias adoptadas pelos autores para o mapeamento da transculturalidade dos países simbolicamente caracterizados pelas narrativas. Uma vez analisadas as dissonâncias e as incidências discursivas existentes entre os discursos narrativos dos quatro autores pudemos concluir que, não obstante os mesmos tenham adoptado estratégias diferentes, todos eles manifestam a necessidade do resgate de textos da história silenciada, da restituição crítica das culturas locais, ao mesmo tempo que sublinham a amplitude do fenómeno inter/intra-cultural instigado, em grande parte, pela colonização. Como conclusão deste estudo destacamos o facto de que, apesar do fim dos impérios coloniais, não se diluiu ainda a necessidade da audição das histórias silenciadas pelo recontro colonial, sendo essa preocupação transversal a distintas gerações de escritores africanos, tais como aqueles cujas obras foram analisadas ao longo da nossa dissertação.

Abstract

This research is based on the relation between Literature, History and Post-colonialism. Our work focused on a critical reading of four novels written by African writers, namely *Things Fall Apart* (1958), by the Nigerian writer Chinua Achebe, *Nervous Conditions* (1988), written by TsiTsi Dangarembga, from Zimbabwe, *Lueji O Nascimento De Um Império* (1990) by the Angolan writer Pepetela, and *Half of a Yellow Sun* (2004), written by the Nigerian writer Chimamanda Ngozi Adichie. Our aim was to analyse the way these authors, by rewriting History, reflect on the postcolonial cultural universe of their countries. Throughout our dissertation we also analysed how the reflection carried out by these authors articulated questions related with the representation of women's voice inside the context of the critical reconstruction of local cultures. To achieve our aims we elected Post-Colonial criticism as a theoretical apparatus having selected some of its concepts which we considered fundamental for our analysis. We conducted a critical discussion of these concepts, having the settings of the novels as focus and the epistemological context prevailing in the ..study of History. In this way we analysed how the relation between Literature and History occurs in postcolonial context considering the narratives that constitute the *corpus* of our dissertation and thus identifying the confluences and also the differentiated strategies adopted by the authors in mapping their cultural environments. To undertake this analysis we paired the novels based on the generation the authors belong to and also gender criteria. Following that we presented a general overview on the relations and dissonances among all the novels. Our work constitutes a comparative reading that allowed us to understand the strategies used by the named writers to map the transcultural reality of their settings. We concluded that although they adopt different strategies, all of them proclaim the recovery of the historical texts silenced by colonialism, the critical reconstruction of cultural identity, as well as a critical approach to present inter and intra-cultural issues strongly connected with colonisation, as crucial tasks inside a post-colonial perspective. In our conclusion we underline the fact that, although colonial empires have formally ended, there is still the need to continue the process of recovery of the silenced narratives above mentioned as a fact that deserves a continuous attention, as we tried to demonstrate through the analysis of the authors represented in this dissertation.

Índice

Introdução	1
Capítulo I – As Narrativas da História e da Literatura no Contexto Africano	5
Capítulo II - Contextualização Histórica	15
II.1 - Os Descobrimentos Portugueses	15
II.2 - Estados Pré-Coloniais e Dinâmicas Sócio-culturais	20
II.2.1 - O Reino do Congo.....	20
II.2.2 - O Império Luba	23
II.2.3 - O Império Lunda	23
II.2.4 - O Contexto Nigeriano	26
II.2.5 - A Região do Zimbábue	30
II.3 - A Constituição de Novos Estados à Luz da Conferência de Berlim: Breves Considerações.	33
II.4 - A Desconstrução do Difusionismo	34
II. 5 - O Contexto Actual dos Países Em Estudo: Breve Caracterização	40
II.5.1 - Angola	40
II.5.2 - Nigéria	41
II. 5. 3 - O Zimbábue	43

Capítulo III – O Contexto da Reorganização do Arquivo Histórico Universal e o Contributo da Literatura	47
III.1 - A (Inter) Historicidade Pós-Imperial	61
Capítulo IV - Fundamentação Teórica	67
IV.1 - Estudos Pós-coloniais: Uma Perspectiva Diacrónica e Epistemológica.....	67
IV. 2- Marcos Históricos dos Estudos Pós-coloniais.....	68
IV.3 - A Dimensão Geográfica do Pós-colonialismo: O Ponto de Partida.....	76
IV.4- O Quadro dos Conceitos Pós-coloniais: Um Levantamento Possível.....	79
IV. 4.1 - Os Conceito de Apropriação e Ab-rogação.....	83
IV.5 - O Mapeamento do Espaço Pós-colonial	89
IV.5.1 – O Mapeamento no Contexto da Crítica Pós-colonial.....	94
IV.6 - A Caracterização Sociocultural das Sociedades	99
IV.6.1 A Identidade Colectiva Transcultural	102
IV.7- O Discurso Feminista e o Pós-colonialismo: Paralelismos e Dissonâncias	105
IV.8- <i>Wordliness</i> : Uma Perspectiva Local à luz de um Enquadramento Global	115
IV. 9 – Intertextualidade	120

Capítulo V- Literaturas Africanas e Mapeamento de Espaços Transculturais

IV.1- Introdução	123
IV. 2 - <i>Things Fall Apart</i> e <i>Lueji- O Nascimento de Um Império:</i> A Transcrição dos Arquétipos da Memória Histórica e a Reconfiguração do Cânone: Confluências e Dissonâncias	127
IV.3 - (In)Dependência(s) e (Des)Ilusão: Um olhar Feminino do Pós-colonial em <i>Nervous Conditions</i> e <i>Half of a Yellow Sun</i>	157
IV.4 - O Balanço das Histórias.....	187
V- Conclusão	195
Bibliografia	207
Anexo I : Para Lá das Histórias: As Entidades por Detrás das Narrativas	221
Anexo II: Implicações Pedagógicas	229
Anexo III: Guião de Perguntas	251

Índice de Tabelas

Tabela 1: Segmentação da Estrutura Espacial da Narrativa	97
---	----

Lista de Abreviaturas

TFA – *Things Fall Apart*

LNI – *Lueji- O Nascimento De Um Império*

NC – *Nervous Conditions*

HYS – *Half of a Yellow Sun*

CTL – *Communicative Language Teaching*

Introdução

O trabalho que a seguir apresentamos é resultado de uma investigação conduzida no quadro do Doutoramento em *Modernidades Comparadas, Literaturas Artes e Culturas* do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

Ao longo do nosso estudo efectuámos a análise de quatro (4) obras da literatura africana, designadamente, os romances *Things Fall Apart* (1958), do escritor nigeriano Chinua Achebe, *Nervous Conditions* (1988), da autoria de TsiTsi Dangarembga, escritora zimbabueana, *Lueji - O Nascimento De Um Império* (1990), do angolano Pepetela e o romance *Half of a Yellow Sun* (2004), da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

A partir de uma leitura comparada dessas obras, o nosso estudo visou a análise das estratégias empregues por cada um dos autores na abordagem da dimensão transcultural que percorre os seus países, dadas as ligações culturais que aí ocorreram, como resultado da colonização europeia.

O estudo é elaborado a partir de uma análise assente num emparelhamento das obras à luz de critérios geracionais que, no caso, coincide com um emparelhamento com base no género. Nesse sentido, os romances dos escritores Achebe e Pepetela constituem as variáveis da primeira parêntese, isto é, as obras da primeira geração estudada, enquanto que a segunda é formada pelas obras assinadas pelas escritoras TsiTsi Dangarembga e Chimamanda Ngozi Adichie.

Nesse sentido, ao analisarmos os romances referidos, fazemo-lo também realçando as diferenças e analogias existentes na voz autoral dos autores e autoras estudados, no que concerne ao tratamento da questão do mapa transcultural dos seus respectivos países.

Passamos a enunciar os objectivos da nossa investigação.

Com a leitura crítica do *corpus* referido, visamos destacar a relevância da literatura no contexto da revitalização do arquivo histórico deixado à margem da recolha colonial, no actual contexto pós-colonial e no quadro da globalização. Analisaremos também o papel da educação no sentido

da constituição do cânone literário africano, assim como do impacto das obras referidas para a preservação da(s) memória (s) colectiva(s).

Deste modo, partindo de uma abordagem centrada na função social da arte e do discurso literários, nomeadamente no que diz respeito à preservação da memória social colectiva, de padrões de identidade e de divulgação de conhecimentos sobre determinada sociedade, pretendemos aferir de que modo a literatura, por via do romance histórico ou de cariz histórico é capaz de instigar, ainda que de modo alegórico, um sentimento de pertença a um determinado espaço geográfico, no caso, localizado fora do quadrante ocidental.

Para o efeito, avaliaremos como, por via da escrita, os autores cujas obras são objecto de análise no presente estudo procedem à re/construção de identidades que, por força da história partilham territórios nacionais e desenvolvem/sedimentam um sentimento de identidade colectiva local e autónoma em relação à Europa.

Para a prossecução dos nossos objectivos, tomámos a teoria pós-colonial como referencial teórico, incidindo o nosso foco sobre os conceitos que, no quadro desse aparato teórico, focalizam, de modo particular, noções de identidade e memória colectiva. Para tal, colocámos no âmago da nossa abordagem teórica a dicotomia centro/margem¹, resultante da cartografia geopolítica gerada pelo “encontro” entre a civilização ocidental e os “Novos Mundos”.

Foram as seguintes as questões centrais que nos colocámos:

- 1- Qual a contribuição do nosso *corpus* para a construção de uma inter-historicidade?
- 2- De que modo a mudança geracional no contexto da literatura africana e o surgimento cada vez mais mulheres escritoras em África influenciam a forma como as narrativas africanas dialogam com a história e com as especificidades da agenda feminista das respectivas sociedades?

¹ Entenda-se , o ocidente e as suas distintas periferias, respectivamente.

Para atingirmos os objectivos propostos e darmos respostas às perguntas formuladas no quadro da nossa investigação estruturámos o nosso trabalho em cinco (5) capítulos, compreendendo cada um deles distintos aspectos.

O primeiro capítulo do nosso trabalho tece um retrato que incide sobre a produção e divulgação do conhecimento histórico, sublinhando as tendências que “disputam” esse campo do conhecimento e os seus respectivos olhares, relativamente à história do continente africano.

No segundo capítulo apresentamos uma panorâmica de acontecimentos históricos anteriores à presença colonial focalizando, de modo particular, a parte subsariana. Este ponto visa salientar algumas temáticas centrais relativas à história dos três (3) países representados pelo *corpus* do nosso estudo, especificamente Angola, Nigéria e Zimbábue.

No terceiro capítulo desenvolvemos uma reflexão concernente à actual reorganização do discurso histórico, apontando também o contributo da literatura para a efectivação desse processo de reconfiguração dos textos do arquivo histórico universal.

O quarto capítulo incide sobre o debate crítico em torno dos estudos pós-coloniais. Ao longo deste capítulo focamos conceitos que, no quadro da crítica pós-colonial, estão voltados para o diálogo transcultural, tecendo igualmente uma reflexão crítica em torno do papel da evocação do discurso histórico no quadro da produção do texto narrativo.

O quinto capítulo constitui o ponto fulcral da nossa dissertação. Nesta etapa do trabalho efectuamos a análise crítica de cada uma das obras seleccionadas, avaliando-as à luz da crítica pós-colonial, numa perspectiva comparativa inter-geracional, tendo como fonte de debate os discursos históricos e a sua relação com as narrativas literárias em análise. A interpretação dos textos contempla igualmente uma leitura que visa uma perspectiva crítica feminista, pretendendo avaliar o papel da mulher enquanto coadjutora na materialização de projectos nacionais ligados à restituição cultural dos territórios colonizados. Este capítulo é seguido de uma conclusão do nosso estudo.

São também parte integrante do nosso trabalho três anexos, sendo o primeiro destinado a resenhas biográficas dos autores.

Mantendo o referencial teórico por nós eleito como ponto de partida da abordagem efectuada ao longo da tese, o segundo apêndice reflecte sobre questões atinentes à didáctica do texto literário, no quadro do contexto educativo global(izado). No seguimento deste apêndice surge o terceiro anexo, contendo o guião de perguntas formuladas aos inquiridos, no quadro do trabalho apresentado no anexo II. Para o efeito, tecemos uma avaliação do impacto da presença do texto literário de natureza histórica na sala de aula, tendo como exemplo o ensino da língua inglesa como língua estrangeira. Com esta parte do trabalho pretendemos realçar a necessidade da desconstrução de uma visão eurocêntrica relativamente à produção e transmissão do conhecimento.

Capítulo I - As Narrativas da História e da Literatura no Contexto Africano

A relação entre História e Literatura convoca algumas das categorias teóricas mais complexas que pautam a reflexão no seio das humanidades, apontando para uma articulação crítica entre discursos historiográficos, representações e narrativas que percorrem a chamada pós-modernidade, cujos desdobramentos numa perspectiva epistemológica e conceptual de matriz pós-colonial se configuram como lugares críticos matriciais e de grande complexidade teórica.

Elena Brugioni, “O Pesadelo da História”

A emancipação política do continente africano, feita sobretudo, por via das lutas de libertação, deve também a sua efectivação à actividade literária produzida nos espaços então colonizados.

A literatura produzida nesses espaços, mais concretamente no continente acompanhou, a transição para as independências africanas, fundamentalmente a partir dos meados do século XX, sendo a literatura então produzida, de um modo geral, reivindicativa/engajada. Essa literatura reivindicadora cedo demonstrou a sua especificidade, o seu carácter próprio. Este congregava questões ideológicas ligadas aos anseios de liberdade e soberania, como aos quais eram agregadas diversas configurações estéticas, marcadas pela evocação das matrizes socioculturais locais, feita através da inserção de factos históricos locais e de palavras das línguas africanas e pela reprodução fiel das “linguagens” locais no texto literário, miscigenando-as com a língua padrão, oficialmente imposta pelo poder colonial.

Assim, as características acima reportadas, ainda visíveis na literatura contemporânea, converteram-se, no passado, num mecanismo de demarcação, relativamente ao poder imperial europeu, e conseqüente afirmação de uma identidade própria, ao possibilitarem, ainda que de modo metafórico, a demarcação de um espaço próprio a reivindicar. Promovia-se assim a ideia de território de pertença, tendo igualmente sido apresentado aos leitores locais a possibilidade da utopia, ou seja, do alcance a liberdade.

Em suma, as grandes marcas da literatura reivindicativa foi, inequivocamente, a inscrição da história pré-colonial e o quadro decorrente do choque civilizacional gerado pelo recontro colonial. Ao re-escrever a história, os escritores dos espaços então colonizados foram capazes de implementar uma independência literária que, posteriormente, viria a constituir um importante trampolim para a efectivação das independências africanas, uma vez que essa re-escrita da história, feita por via do texto literário, convocava a sensibilidade local para questões como a alienação cultural, a oclusão e, como consequência, a negação da história, por parte da autoridade colonial. Este exercício viria assim a estimular o desejo de libertação e a necessidade da luta para o alcance de tal desiderato.

Por esta razão, manifestamos a nossa concordância com Inocência Mata, quando a autora afirma que a independência política foi antecedida pela emancipação literária (1992:16), porquanto as elites locais ajudaram a projectar a causa das independências nacionais junto de vários pares africanos e mundiais. No que concerne ao papel da literatura na tomada de consciência por parte dos povos colonizados podemos, a título de exemplo, evocar aqui o papel da poesia. A esse respeito, ao nível das colónias portuguesas situadas em África, poemas como *Havemos de Voltar*, de Agostinho Neto, e *Deixa Passar Meu Povo*, de Noémia de Sousa, podem ser tomados como exemplos dessa literatura engajada com a descolonização, uma vez que expressam, com

veemência, a questão da soberania espacial e cultural dos povos africanos, no caso representados pelos angolanos e moçambicanos.

Essas manifestações confirmam que em simultâneo e mesmo anterior à resistência armada que, nas colónias portuguesas, se intensifica no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, havia uma resistência cultural, materializada através da (re)afirmação de uma história emudecida pelo poder colonial e de cultura distinta daquela imposta pela colonização. Nesse sentido, a literatura e, posteriormente, as guerras de libertação² culminaram na libertação dos povos da opressão colonial.

Sendo independências políticas africanas, nos nossos dias, uma realidade inquestionável, interessa indagar qual o papel reservado ao romance histórico³, assim como às narrativas cujas temáticas refletem um dado momento histórico na actualidade, se atendermos ao facto de estarmos em presença de uma era marcada pela cessação dos impérios coloniais, nos moldes daqueles resultantes da expansão europeia.

Colocando a questão de outro modo, interessa, em primeira instância, aferir a importância da reescrita da história através da literatura, mesmo sem evocar o estatuto de verdade plena, uma vez que a literatura é, sobretudo, ficcional.

De igual modo, nos parece também fundamental avaliar a relevância da incursão feita pela história, por via do texto literário, no contexto actual, atendendo ao facto de as sociedades actuais

²Também denominadas de guerras coloniais, no contexto europeu. Ou seja, guerras voltadas à manutenção dos impérios coloniais. Nesse sentido, a denominação das guerras que ocorreram no período anterior às independências depende da perspectiva, da localização ou das origens dos contendores.

³ Definido por D. Washer (2001:267) no *Encyclopaedic Dictionary of Literary Terms*, como o romance cujos personagens, cenário e factos narrados têm como base eventos históricos locais ou nacionais ou ainda pessoais. O mesmo autor também refere que esta tipologia de texto literário se consolida no século XVII, apontando Sir Walt Scott, William Makepeace Thackeray e Charles Read como os nomes mais conhecidos dentro da produção literária de cariz histórico. Para Roger Fowler (1993: 114), o termo romance histórico refere-se a narrativas literárias cujo enredo e cenário são ligados a um período reconhecidamente histórico, incorporando eventos públicos e privados. Dada a relevância desta temática para o nosso estudo, abordaremos, mais adiante, a natureza do romance histórico em contexto pós-colonial.

estarem, sobremaneira, influenciadas pelo fenómeno da globalização e conseqüentemente, pelas ideias chave conexas a esse fenómeno, nomeadamente, a difusão quer do conhecimento, quer da informação à escala global e o predomínio das teses neoliberais.

Essas ideias chave constituem, na verdade, os pressupostos que suportam a globalização e parecem apontar para a presença de um fenómeno inócuo, após sucessivos eventos fortemente marcados por desequilíbrios e imposições (no sentido norte-sul). Porém, sob a capa da globalização, assistimos a uma pressão por parte de novas constelações geopolíticas que, em paralelo com a difusão do conhecimento, promovem a disseminação de padrões socioculturais ligados às forças e poderes globalizantes, perpetuando-se, de certo modo, tendências de oclusão de vigentes no passado. Nesse sentido, a globalização promove, em certa medida, modelos neo-coloniais.

Esses modelos potenciam desequilíbrios sociais assentes em hierarquias culturais/raciais e conformam, a nosso ver, motivos que nos convidam a reflectir sobre a actual pertinência da produção e divulgação do romance histórico que, pelo seu teor, desempenha uma função semelhante àquela tida pelos textos literários engajados, podendo mesmo essa tipologia de romance ser inserida na categoria de literatura engajada, uma vez que o romance histórico se dedica à auto-afirmação e emancipação identitária.

Numa só palavra, essa tipologia de romance contribui para a afirmação de uma cultura, entendida aqui no sentido em que Edward Said emprega o termo. Isto é, todas as práticas como as artes de descrição, comunicação e representação que gozam de relativa autonomia perante os campos económico, político e que, amiúde, existem sobre formas estéticas, onde estão incluídas tanto o saber popular, quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a

historiografia, a filologia e a história literária, como destaca Edward Said na introdução a sua obra *Cultura e Imperialismo*. Said sublinha ainda que a cultura é, igualmente, um conceito que inclui elementos de elevação e de refinamento, constituindo o reservatório do melhor de cada sociedade.

Ao responder à indagação anteriormente formulada, relativa à relevância do romance histórico e das narrativas de auto-afirmação identitária no contexto africano, pós-independência, poder-se-avaliar o papel desses textos narrativos para as actuais gerações, avaliando, em paralelo, a necessidade/pertinência da sua preservação, uma vez cessada, formalmente, a situação colonial, instigadora da sua génese.

A reescrita ou revisitação de factos da historiografia constitui um dos exercícios que a literatura pós-independência efectua, fazendo-nos repensar as referências internacionais e o lugar das diversas heranças culturais que as gerações de hoje congregam.

Essa postura tem a ver com uma necessidade de auto-afirmação identitária, reflectida numa diferenciação literária que, como vimos, teve como factor principal a demarcação da diferença que, num contexto colonial, equivale à autonomia cultural, relativamente à Europa, na elaboração de um *corpus* literário autónomo, consumada por meio da inscrição de temáticas não europeias, veiculadoras de resistência à colonização e emissoras de “modelos” de identidade para as futuras sociedades pós-independentes (Passos, 2003: 29).

Do ponto de vista estético, a partir de uma estratégia de redescoberta e promoção de culturas e modos de vida não ocidentais, os escritores colonizados procediam a uma “territorialização” do texto, tal como considera Joana Passos (Ibid.), ligando assim a literatura a uma sociedade, a uma cultura ou a um conjunto de culturas situadas num determinado espaço colonizado. Nessa

conformidade, não se afigura difícil antever, dados os compromissos assumidos pelos autores colonizados, o comprometimento ou o engajamento político da literatura emergente por eles produzida, relativamente à causa independentista e a vital contribuição dos escritores para a materialização de projectos nacionais pós-coloniais (Ibid.).

Nesse sentido, tal como sublinha Passos (2003: 31), a análise das literaturas pós-coloniais induz, necessariamente, uma abordagem cuidada de questões de natureza histórica, política e também cultural, diríamos nós.

Para prestarem o seu contributo às causas da libertação e de auto-afirmação identitária os escritores pós-coloniais assumem como pedras angulares a sua contribuição conceitos fundamentais que evidenciam a sua diferença relativamente ao ocidente. Deste modo eles avaliam e redimensionam o discurso produzido no quadro da relação de dominação/subordinação justificada pelos desígnios que sustentaram o recontro entre a civilização ocidental e o “resto” do mundo.

A respeito dessa demarcação entre a chamada civilização ocidental e o “resto” do mundo, Stuart Hall recorda que após o início da expansão europeia, no século XV, os países da Europa ocidental, embora detentores de diferenças internas, começaram, gradualmente, a autoproclamar a sua pertença a uma única família ou civilização, a ocidental, demarcando-se da civilização da Europa de leste, sendo esta distinção motivada pelo crescente antagonismo religioso, protagonizado pelas igrejas católica e ortodoxa (Hall, 1996: 196, 197).

Posteriormente, na era da consolidação da expansão e da materialização da conquista europeia de territórios situados fora das suas fronteiras, a Europa começou a autodefinir-se em relação a uma nova ideia. A da existência de “novos mundos”, profundamente diferentes do “velho mundo”,

que serviria como matriz a partir da qual os “novos mundos” a descobrir passariam a ser moldados. Para Hall (Ibid.: 197), a coesão interna da Europa ocidental, os conflitos desta com o leste europeu e o contraste com os “novos mundos” reforçaram a consolidação de um novo sentido de identidade, superiormente positiva, a que chamamos ocidental⁴.

Ao qualificativo ocidental pode, na opinião de Hall (1996: 186), ser atribuído o valor de conceito ou ideia que, a par de outras funções, como por exemplo a de categorização ou classificação das sociedades em ocidentais e não ocidentais, estabelece uma forte estrutura de pensamento e de conhecimento, provedora de paradigmas de comparação, funcionando também como um sistema de representação que aloja, no seu âmago, os conceitos de “Ocidente” e “Resto” (*West and Rest*), onde o Ocidente surge como sinónimo de urbano, desenvolvido e o Resto - (o oriente ou os restantes países do mundo) como sinónimo de não industrializado, rural, agrícola, subdesenvolvido. Assim sendo, o conceito de ocidente fornece um critério de avaliação a partir do qual várias sociedades são classificadas e, em redor do qual, poderosos sentimentos positivos ou negativos emergem e ajudam a explicar a “diferença” (Ibid.: 187).

A partir dessa base, a estrutura colonial gerou um sistema dicotómico, a partir do qual foi desenvolvida uma vasta rede paradigmática de oposições, como por exemplo, os binómios, moderno-tradicional, escrito-oral, economias altamente produtivas-economias de subsistência, e outras, sendo que, em todas estas comparações a África é atribuído o segundo elemento do par, por contraste com a auto-representação positiva da Europa. No quadro dos seus interesses coloniais em África, a Europa prestou uma enorme atenção à passagem de um estágio para outro,

⁴ No entanto, nos dias que correm a identidade ocidental não se resume à Europa nem a um referencial puramente geográfico. Para Hall, a premissa subjacente à construção do “ocidente”, mais do que geográfica é histórica. Segundo o autor, definimos, hoje, como ocidental toda a sociedade desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna, que surgiram num período particular da história, por volta do século XVI, como resultado de processos históricos, económicos, políticos, sociais e culturais (Hall, 1996: 186).

ou seja, a alteração estado tradicional/primitivo para o civilizado, por parte dos africanos, atendendo aos supostos processos evolutivos implícitos nessas parênteses (Mudimbe, 1988:4).

Levando as divisões político-sociais em consideração, o nosso estudo dedica um particular enfoque sobre processos paralelos que ocorrem no continente africano, resultantes da configuração “West and Rest”, para glosar Hall, reportando-nos à análise dos casos de Angola, Nigéria e Zimbabué, que constituem os cenários das narrativas em abordagem, tal como seguidamente detalhamos.

Consideramos ser importante esse paralelismo para revelar, através das diferenças, as coincidências transnacionais, relativamente a questões atinentes à recuperação/inscrição do legado histórico e à (re)afirmação da(s) identidade(s), que três diferentes países do continente africano enfrentam nos dias de hoje e, sobretudo, estabelecer paralelismos que explicitam a necessidade de se confrontar as raízes da história para consolidação de alternativas de coesão e equilíbrio.

Assim sendo, a nossa abordagem assume a história, com particular enfoque no recontro colonial e suas consequências, como ponto de partida para a compreensão do texto literário africano, argumentando que este, ao subverter as prescrições emanadas a partir de uma relação de subordinação do continente relativamente aos poderes imperiais, resulta em narrativas que oferecem uma dada interpretação do passado, privilegiando determinadas formas de conceber ou imaginar esse passado, para alicerçar e compreender o presente.

Por conseguinte, teremos em atenção o modo como as obras eleitas como *corpus*, nomeadamente, *Lueji - O Nascimento De Um Império* (1990), de Pepetela (Angola), *Things Fall Apart* (1958), escrita por Chinua Achebe (Nigéria), *Half of a Yellow Sun* (2006), de autoria de Chimamanda

Ngozi Adichie (Nigéria) e *Nervous Conditions* (1988), assinada por TsiTsi Dangarembga (Zimbabué) questionam sistemas de conhecimento, por via de uma (re)interpretação do passado colonial para assim proporem uma leitura do presente pós-colonial, sugerindo caminhos para o futuro dos povos representados nestas narrativas.

Para melhor se perceber a reescrita literária da história, devemos ter presentes os referentes históricos evocados, sendo este exercício evocatório apresentado nas próximas páginas do presente trabalho.

Capítulo II - Contextualização Histórica

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de facto passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Edward Said, *Cultura e Imperialismo*

Para melhor percebermos os textos que integram o nosso *corpus* e, em conformidade com a abordagem acima defendida, faremos, nos próximos parágrafos, um breve levantamento de factos da história do continente africano que reportamos como relevantes, mais precisamente nos espaços ligados e ou referenciados pelo nosso *corpus*.

Dada a natureza do nosso trabalho e por questões de carácter metodológico, a abordagem que a seguir efectuamos será sucinta, como já referenciámos, e necessariamente descritiva, tendo como pontos de maior incidência dados conexos aos países do nosso estudo, nomeadamente, Angola, Nigéria e Zimbabué.

II. 1 - Os Descobrimentos Portugueses

Com o início da “doação” de “novos mundos ao mundo⁵”, no século XV, Portugal punha em marcha um processo histórico que viria a marcar, sobremaneira, a história da humanidade. A partir dos “descobrimentos” portugueses e a consequente conquista dos “novos mundos” pela Europa gerou-se uma ideia que viria a ditar, de forma indelével, as relações que os europeus passaram a estabelecer com os povos localizados nos “novos mundos”, ora “descobertos”.

⁵ Esta célebre expressão que descreve, de modo exaltante, o grande feito português, assume sobremaneira, a carga ideológica a ela subjacente. Ou seja, o “Mundo descobre outros mundos”, partindo desta visão o processo de conversão da Europa em “centro” e o os demais espaços, uma vez agregados ao então “Mundo antes existente”, em periferias. A partir desta assumpção, eclodiu todo um processo de estigmatização da “periferia”.

No quadro daquilo que interessa à nossa abordagem, destacamos, entre outros aspectos, eventos da história africana anterior ao processo colonial, a colonização, as independências políticas dos povos outrora colonizados, assim como a miscigenação cultural e “racial” no seio da espécie humana, resultante dos factos históricos em epígrafe, fundamentalmente no que aos espaços conexos ao nosso corpus diz respeito.

A abordagem em torno da historiografia africana ficou fortemente marcada pelos discursos produzidos pela memória autorizada da produção do conhecimento histórico no ocidente que, ao serviço dos poderes coloniais no passado, transmitiram a ideia da ahistoricidade do continente africano. Os argumentos que determinaram essa posição dos estudiosos ocidentais não são difíceis de descortinar, atendendo à postura dos “regimes coloniais” de produção do conhecimento científico-histórico, cujas configurações abordaremos, mais adiante, quando fizermos referência ao conceito de inter-historicidade.

Para reforçar a ideia de que África não teria história, os europeus recorreram à geografia, pois, segundo eles, um continente fechado sobre si mesmo, isolado por barreiras naturais (o Saara e os oceanos) poderia no mínimo, ter uma história muito curta. Assim, criou-se a ilusão de que só numa época muito recente “outros”, entenda-se europeus, teriam “aberto” África e, como resultado dessa acção, introduziram nela a história, como refere Elekia M’Bokolo (2003: 28, 29). Esta crença viria a marcar, significativamente, a imagem que os europeus fizeram dos africanos e, em consequência, as relações que os primeiros viriam a estabelecer com os últimos.

Porém, antes da presença europeia em África, os africanos estabeleceram relações contínuas com outras partes do mundo, embora essas relações tenham sido descritas no sentido centrípeto pela historiografia ocidental, porquanto derivam da impressão que terão sido os outros a procurarem-na mais do que ela os procurou, como diz M’Bokolo, na sua obra *África Negra- História e Civilizações*, que constitui a fonte substancial dos dados históricos que apresentamos neste capítulo.

Resumindo, as descrições das relações entre os africanos e outros povos, elaboradas por muitos europeus, partem da perspectiva da manutenção do “cliché” da eterna dependência africana em relação aos outros continentes.

Partindo dessa perspectiva, as abordagens centrípetas privilegiavam, naturalmente a transmissão de modelos a partir de “centros” prestigiados (Egipto, Cartago, Grécia e Roma) para as periferias (resto de África), mais ou menos bárbaras e certamente passivas e receptivas, evidenciando assim as influências que o mundo mediterrâneo exerceu sobre a África. Ignorou-se, assim, o facto de que em qualquer relação, “bi” ou “multilateral”, as influências nunca ocorrem em sentido unívoco (M’Bokolo, 2003: 30). No entanto, as relações entre África e outros espaços geográficos cobriam vários os campos (migração, curiosidades científicas, conquistas militares e hegemonias políticas, trocas de práticas sociais e crenças), no âmbito das relações económicas e comerciais assentes em interesses recíprocos.

O registo da história de África, uma vez efectuado por terceiros, silenciou o carácter bilateral destas relações. Esta omissão decorre da noção do difusionismo que acompanhou, por muito tempo o registo oficial dos factos históricos, partindo da perspectiva ocidental. O difusionismo apoia-se na tese radical segundo a qual a civilização foi introduzida em África a partir do exterior, constituindo o génio dos africanos, para aqueles que lhe reconhecem algum, a adaptação das contribuições exteriores ao seu meio ambiente e às suas peculiaridades.⁶

As posições difusionistas derivam da ignorância decorrente da falta de fontes que, por seu turno, resulta da ausência de um trabalho significativo dos historiadores, no que tange a possíveis relações activas entre os africanos e o mar, assim como com outros mundos .

Por exemplo, no princípio do século XIV o Imperador do Mali (um importante reino africano), Abubakar II, teria mostrado a importância da sua frota, lançando ao mar cerca de 2000 embarcações destinadas, segundo as tradições orais, visando “descobrir e explorar” eventuais terras além-mar. Os imperadores do Mali terão sido também os primeiros a instalar exércitos nas capitais provinciais, colocando sob seu comando generais nomeados (*farim*), ou membros das linhagens reais locais, que tinham o estatuto de “vassalos”. Noutros casos, mesmo incompletas e sujeitas a caução, as indicações quantitativas são significativas da importância das forças armadas, a saber:

⁶ M’Bokolo (2003: 52)

20.000 guerreiros no Reino do Ghana (provavelmente fundado no século III e mencionado pela primeira vez no século VII por geógrafos árabes), 100 000 para o Mali, conforme Al-Umari⁷. Simultaneamente, uma organização dos exércitos e das técnicas de guerra ocorreu de modo crescente, sendo o Ghana pioneiro na formação de corpos especializados (40.0000 arqueiros), sendo também de frisar o desenvolvimento da cavalaria (1000.000 homens) no Mali e outras unidades portadoras de distintivos próprios aos quais se sobrepunha o estandarte do Reino do Mali.

Assim, podemos ver que há fontes que advogam uma postura hierarquicamente organizada das instituições estatais africanas, factos que puderam ser demonstrados a partir dos exemplos inseridos acima e pelos os que aportaremos agora. Estes exemplos atestam que existiam no continente africano um conjunto de “estados funcionais” alicerçados numa ordem social própria e, grosso modo, associados a uma “geografia humana” circunscrita a subgrupos populacionais bem delimitados, maioritariamente Bantu⁸ e não Bantu⁹.

Dado o foco da nossa abordagem, conexas ao *corpus* por nós eleito, remetemos a nossa atenção à parte subsaariana do continente.

No primeiro milénio A.C, os povos Bantu ocupavam os actuais territórios dos Camarões e da Nigéria e no início da era cristã, a partir do século VI, iniciaram a sua migração para as direcções equatorial, austral e oriental de África, que ainda hoje as ocupam (Ferro, 1996: 141). Relativamente à génese e difusão das línguas e culturas Bantu, M'Bokolo (2003:73) fala de um possível percurso da formação e dispersão dessas línguas como resultado da migração dos seus falantes. De acordo com técnicas de reconstrução usadas por historiadores, é possível afirmar que os Bantu eram detentores de algumas técnicas, como por exemplo, técnicas ligadas à domesticação de plantas e à criação de gado, em particular de cabras, sendo também de salientar actividades no campo da cerâmica.

⁷ (Citado por M'Bokolo, 2003:159)

⁸ Que significa homens. É também a designação de uma grande família das línguas africanas, possuindo várias ramificações. A “bantufonia” abrange uma extensa área territorial, atravessando diversos países, como os do nosso estudo, passando também pelos Camarões que, a par da Nigéria (mais concretamente a sua parte oriental), constitui o marco a partir do qual a história regista o ponto de partida das migrações bantu, tendo como eixo o vale do Benué (vide M'Bokolo, 2003: 73-75).

⁹ Como por exemplo os Khoi, os Sam e os Nilóticos, não havendo, a esse respeito, uma uniformização, relativamente aos grupos/subgrupos. Veja-se por exemplo as classificações produzidas por J.H.Greenberg (1963) e T. Obenga (1973), reproduzidas na obra em epígrafe.

Com o processo migratório os Bantu rumaram em direcção sul e oeste, produzindo assim a primeira clivagem linguística, que deu origem às áreas linguísticas designadas como Bantu oriental e ocidental. A migração, que ocorreu naturalmente de modo lento, provocou o contacto entre os falantes Bantu e falantes de outras línguas, tendo havido, certamente, um processo de trocas culturais e de aprendizagem, como terá ocorrido na parte leste do continente, onde anos de co-existência entre Bantu e outras populações permitiu a estes a adopção de conhecimentos técnicos e práticas económicas, como a metalurgia do ferro, criação de gado de grande porte e carneiros, cultivo de cereais, nomeadamente o sorgo¹⁰.

Por seu turno, a corrente oriental Bantu viria, progressivamente, a povoar a totalidade da África oriental e parte da África austral, partindo da região dos Grandes Lagos, por volta do século IV. Supõe-se que as migrações Bantu tenham tido como origem a seca progressiva do Sahara e a consequente procura de regiões mais irrigadas para a prática da agricultura. Estes dois factores podem ter eventualmente provocado a deslocação de outros grupos populacionais, não Bantu, em direcção a sul do continente, para as florestas, como é caso dos pigmeus, como argumenta R.Mauny (1970: 58,59)¹¹, adiantando igualmente que fenómeno análogo deve ter ocorrido mais a sul, com os Khoi e os San¹². Contudo, estes povos conseguiram preservar o seu modo de vida (assente na caça e recollecção).

Nalgumas regiões onde, por razões climáticas, os Bantu não praticavam a agricultura e nos lugares onde ocorreu a miscigenação entre os Khoi, os San e Bantu, as influências foram biunívocas, como provam a presença de características fonéticas das línguas não Bantu, em muitas línguas Bantu faladas na zona austral do continente africano.

M'Bokolo convoca a nossa atenção para o facto de, ao longo dos séculos que testemunharam as migrações Bantu e os consequentes cruzamentos entre colectores, criadores de gado e de agricultores, se terem formado organizações sociopolíticas que atingiram formas de Estados. Por isso, destaca o mesmo autor que mesmo “apertadamente” localizado no espaço, o Estado não era

¹⁰ Para M'Bokolo (2003:73) a cerâmica dos Urewe e outros objectos a eles associados conformam a expressão melhor conhecida da contiguidade cultural e das mutações técnicas que tiveram lugar no seio das populações Bantu. Parte dela teria seguido em direcção até ao actual Shaba, a sudoeste do Congo e, a partir desta região, nos finais do primeiro século da nossa era, partiria o movimento de povoamento de Angola e da Namíbia e de uma parte da África Austral.

¹¹ Citado por M'Bokolo (2003:73)

¹² Ainda hoje preservam esse modo de vida, por exemplo no sul de Angola.

contudo uma realidade ausente das primeiras civilizações africanas. Em princípio, mais ou menos a partir do século VII, é possível estruturar uma história de África suficientemente sugestiva da multiplicidade de dinâmicas que presidiram as sociedades africanas, a partir do cruzamento de fontes relativamente variadas e de abordagens interdisciplinares complementares, embora a história das civilizações continue a ser muito parcial (2003:102).

Atendendo aos objectivos do nosso estudo, cingiremos o nosso olhar aos contextos ligados às formas sócio-organizacionais de alguns “proto-estados” situados nos actuais territórios que conformam os três Estados focais da nossa análise (Angola, Nigéria e Zimbábue), como já várias vezes referimos.

Atendendo a uma ordem alfabética, começaremos por Angola que constitui, coincidentemente, um dos primeiros espaços territoriais onde o colonialismo europeu aportou, através do pioneirismo português, no que à expansão europeia diz respeito. Trata-se, assim, de uma confluência de pontos de partida.

II.2 Estados Pré-Coloniais e Dinâmicas Socioculturais

II.2.1 O Reino do Congo

Para o caso de “Angola” pré-colonial, destacamos o reino do Congo, reino esse que viria a constituir o território de penetração de Portugal no actual território angolano.

Falar sobre este reino, fundamentalmente num contexto de um estudo do domínio literário, não constitui tarefa fácil, atendendo ao grande volume de material disponível e disperso por várias fontes, assim como alguns dados ainda por definir pela historiografia.

A primeira dificuldade prende-se, por um lado, com a determinação das origens do reino, datas e processos fundacionais do mesmo e, por outro, com o mapeamento das suas reais delimitações geográficas. Porém, independente das dificuldades que a demarcação desses marcos fundacionais

do reino do Congo encerra, importa, para o nosso caso, reconhecer a sua existência como tal e, por conseguinte, enumerar, de forma sucinta, as suas formas de organização e os principais factos da sua história.

O processo fundacional do reino do Congo inscreve-se num somatório de eventos que tiveram lugar num período mais ou menos longo, durante o qual a aquisição de territórios se efetivou em consonância com a violência militar e estratégias matrimoniais e diplomáticas com os chefes dos *kanda*¹³ mais poderosos (que seriam um total de 12).

Segundo a tradição oral, Nimy a Lukeni, o fundador do reino, instalou-se numa colina conhecida como Mongo wa Kaila (o monte da reaparição) tendo posteriormente escolhido outra colina para abrigar definitivamente a sua residência, funcionando como capital. Esta foi inicialmente nomeada de *Nkumba a Ngundi*, e posteriormente, *Mbanza Kongo* ou *Mbanza dia Ntotila* (cidade do rei Kongo) ou ainda *Kongo dia Wêne* (Kongo do Fundador). Após a “conversão” dos dignitários do Reino ao cristianismo, a cidade tomou a denominação de *Kongo dia Ngunga* (Kongo do sino) antes de se tornar São Salvador.¹⁴

Convém aqui salientar que a designação Mbanza Kongo, hoje (M’banza Congo) foi recuperada no período pós-independência, sendo esta a designação da capital da actual província angolana do Zaire, sobre a qual decorre um processo de candidatura a património da humanidade, junto da UNESCO.

Embora não existam registos das datas e do modo como o reino foi conquistando as suas províncias, sabe-se que os espaços conquistados foram geridos por governadores provinciais que, visando reforçar o seu poder, lançavam-se numa política de conquistas de terras, incluindo a ilha de Luanda, como ecoam as primeiras narrativas portuguesas. No final do século XV, o reino do Congo era formado por sete províncias (Mpemba, Mbata, Mbamba, Sonyo, Nsundi e Mpangu) e naturalmente a sua capital.

¹³ Clãs reais. Segundo Arlindo Correia (2007) no seu artigo, *O Reino do Congo: A Conquista-Conversão* (in arlindo-correia.com. Acessado em 16/07/015)

¹⁴ Traduções retiradas de obra de M’Bokolo (op. Cit).

No entanto, três dos mais poderosos governantes dessas províncias estavam em guerra: O de Mbata contra as populações do vale do Kwango (leste de Angola) e o de Mbamba contra as populações mbundu (hoje compreendendo parte da zona litoral e interior norte, as actuais províncias angolanas de Luanda, Cuanza- Norte e parte do Cuanza -Sul e Malanje).

Do ponto de vista económico, os registos revelam a existência de uma economia diversificada, embora essencialmente agrícola, que era fundamentalmente efectuado por mulheres e estava assente em técnicas rudimentares. A par da agricultura existia, em pequena proporção, a criação de gado, havendo também o registo do trabalho de ferreiros e de tecelões. Estes criavam a maior parte dos produtos artesanais, destinados aos mercados locais (onde se cobravam taxas que eram destinadas à sobrevivência do clero) ou para transações à longa distância.

A passagem de uma sociedade feudal a um Estado foi acompanhada por uma conciliação entre as inovações e a experiência das instituições, como por exemplo, na escolha do rei cujo ritual compreendia grandes momentos (eleição, investidura e isolamento). Até ao século XVI qualquer descendente do sexo masculino de Mini a Lukeni podia ser designado rei, tendo esta prerrogativa sido, no entanto, restrita aos descendentes de Nzinga Mvemba (rei nessa altura), por determinação deste. Após a investidura do rei este recuperava as insígnias do seu poder que antes da cristianização do reino eram compostas por vários elementos¹⁵.

No entanto, havia na capital do reino três mecanismos e instituições que velavam pelo não surgimento de uma formação autoritária ou absolutista do poder monárquico, nomeadamente, o conselho real (emitia pareceres referentes a declarações de guerra, nomeações para cargos importantes) formado por doze membros, que se pensava representarem os doze kanda do mito fundador do reino que se subdividia em três subgrupos, um dos quais reservado a mulheres, nomeadamente as viúvas e as tias e irmãs do rei em exercício.

¹⁵ Como por exemplo o *mpu* (o boné, também usado pelos notáveis), *nlunga* (três pulseiras de ferro usadas no braço esquerdo) e o *simba* (um colar de ferro com medalhão do mesmo metal), assim como o trono feito de marfim e madeira (M'Bokolo, 2003:199).

II.2.2 O Império Luba

Tal como no caso anterior, a existência do império Luba não é posta em causa, mas torna-se no entanto difícil datar com precisão o momento da sua formação. Admitindo que a constituição do Estado Luba tenha sido um processo de longa duração, presume-se que antes do século X teriam ocorrido factos inerentes ao processo de formação deste império. As fontes baseadas nas tradições apontam o lago Boya como ponto de origem do império Luba, situado, portanto numa região situada a noroeste de Upemba e reputada pelos seus recursos em sal e em ferro, estando, de resto, dois heróis associados a estas riquezas. Kongolo ao sal e Ilunga ao ferro, heróis esses ligados ao primeiro e ao segundo império Luba, respectivamente.

Entre os Impérios Lunda (,do qual falaremos no ponto que se segue) e Luba conservou-se a designação do título do soberano, *mulopwe* (rei sagrado), residindo na concepção prática do poder, a diferença entre ambos. O primeiro rei, Kongolo, está identificado com uma realeza primitiva, sendo que as tradições descrevem-no como tirano, cruel e incestuoso, razões pelas quais fora censurado pelo caçador vindo do leste, Ilunga Mbidi Kiluwe que, conjuntamente com o filho, inauguraram uma nova realeza, preocupada com etiqueta.

No seio dos Luba o rei reúne, na sua pessoa, a autoridade política (*bufumu*) e uma qualidade sagrada (*bulopwe*) difícil de definir. Somente os descendentes dos reis são detentores desta qualidade e transmitem-na por via sanguínea, cabendo no entanto esta prerrogativa aos descendentes do sexo masculino, sendo esta qualidade a que confere ao rei um poder sobrenatural graças ao qual governa, segundo M'Bokolo (2003: 551).

II.2.3 O Império Lunda

Já o império Lunda é tido como um exemplo de império comercial, tal como é referido no relatório do sargento-mor Manuel Correia Leitão, datado de 1756, sem no entanto fazer qualquer alusão ao título do imperador. Porém, o império tem uma origem muito anterior ao ano acima

epigrafado. Na verdade, tal como nos casos anteriormente referidos, a data da fundação do império Lunda constitui um dos problemas quase insolúveis, atendendo à profundidade da antiguidade, como diz M'Bokolo (Ibid.:551). Entretanto, os historiadores têm como marco referencial o começo do século XVII, sendo contudo ponto assente que nos finais do século XVI e princípio do século XVII o império Lunda tinha alcançado uma consistência suficiente para constar nas narrativas portuguesas sobre Angola.

Um dos argumentos apresentados pela mitologia, nos quais se encontram elementos identificados entre os Lunda, revela que Nkond, um dos chefes dos tempos míticos das origens, ao ver-se ameaçado pelos seus dois filhos (Chinguri e Tchinhama, de acordo com a tradição oral angolana), foi salvo por sua filha Rweej (Lueji), tendo este acto resultado na passagem do poder a esta, em detrimento dos seus irmãos. Esta decisão pode ser vista como uma passagem da patrilinialidade à matriliabilidade.

No entanto, na óptica do historiador M'Bokolo (2003) o herói (re)fundador foi um caçador (tal como nos Luba) estrangeiro vindo do império Luba, Tshibinda Ilunga (nome Lunda, porquanto o nome Luba era Cibinda Ilunga, segundo o historiador), que casa com Lueji. Esta, ao revelar-se estéril, "forçou" Ilunga a criar a descendência do império com outras mulheres. A associação dos Lunda aos Luba e os empréstimos linguísticos daí decorrentes, principalmente associados ao vocabulário do poder,¹⁶ revelam que já no passado foram estabelecidos laços entre as culturas africanas.

Os empréstimos provenientes do império Luba constituem um recurso fecundo para o conhecimento das origens do império Lunda, não se podendo, contudo, inferir deste empréstimo que os Lunda terão derivado dos Luba, uma vez que as trocas de vocabulário, de instituições e de práticas fizeram-se, com efeito, nos dois sentidos, tomando os Luba dos Lunda termos relativos à religião e às estruturas do poder.

A organização do império Lunda tinha como núcleo a sua capital conhecida sob o nome genérico de mussumba, sendo que cada novo soberano erguia a sua própria capital. Estas capitais estavam

¹⁶ Os Lunda receberam dos seus vizinhos termos chave como *mulapw* (*mopolwe*) e *mfumw* (*mfumo*), para designar chefes de grande importância, assim como termos dos domínios da caça e da guerra e das técnicas de produção, sendo deste último caso exemplo do próprio nome do herói (re)fundador. Tshibinda Ilunga (Cibiindd Yiruung), deriva do Luba *kibinda* (caçador), (M'Bokolo, 2003: 551).

localizadas no núcleo original do império, em torno de uma área com cerca de 110 km de diâmetro, situada numa zona de savana a leste do curso superior do rio Kassai (hoje parte das províncias angolanas das Lundas Norte e Sul). As primeiras descrições das capitais surgem entre os finais dos séculos XVIII e princípios do século XIX, apresentando essas capitais como cidades mais imponentes que Luanda (actual capital de Angola) e povoadas por uma população que, dependendo das fontes do século XIX, ascendia entre 2000 a 60 000 habitantes.

Do ponto de vista administrativo, a hierarquia apresentava-se esquematizada numa pirâmide ficando no topo o *mwata yanvo*, sucedido de uma multidão de agentes recrutados em função do parentesco entre estes e o imperador, sendo acrescido a este facto, com maior relevância, as aptidões militares e os talentos políticos. No núcleo central ficavam os cargos vitais, tais como os senhores da terra, os guardiões dos túmulos reais e mágicos, escolhidos em determinadas linhagens.

No panorama económico, o império Lunda apresentava uma economia relativamente diversificada e muito produtiva, assente em técnicas pouco elaboradas que impunham uma utilização máxima de força de trabalho, tendo assim a escravatura sido uma das bases desse império. No entanto, não é possível concluir (por falta de dados) se o império Lunda se tratava de uma sociedade “esclavagista ou de escravos”.¹⁷

A dinâmica da acumulação de bens foi um dos principais mecanismos da expansão contínua do império Lunda até ao século XIX, tendo esta dinâmica conduzido o império até ao vale do Luapula, a leste, onde fundaram o reino do Kazembe, sujeito à autoridade do *mwata yanvo* e ao pagamento de tributo. A oeste e noroeste do império submeteram os povos dos vale do Kwango: Pende, Yaka, Suku e Holo, em particular. Esta dinâmica fez do império Lunda um elo nas trocas comerciais/culturais, ligando a África Central a dois oceanos. Por exemplo, peças como conchas e bagos de coral, de vidro e outras vindas de Quelimane (Moçambique) passavam pelo império Lunda antes de alcançar a costa ocidental, onde se situavam os reinos do Congo e do Nono ou dos Ngola (dai a origem do nome Angola). Este afluxo de riquezas começou a atrair para a Lunda comerciantes da margem atlântica da África Central, de povos como os Ovimbundu e também Tchokwe, assim como também comerciantes da savana e, posteriormente, brancos e mestiços.

¹⁷ Aspas do autor

Relativamente à sua dimensão, o império Lunda possuía uma área três vezes maior que a do Estado Luba, e se presume ter sido constituído por volta do século XV (Fage, 1995:150).

II.2.4 - O Contexto Nigeriano

Voltando agora o nosso olhar sobre o espaço hoje denominado Nigéria, destacaremos a realeza Igbo. Falar dos Igbo leva-nos a fazer referência à islamização dos estados Sudaneses, como parte do conjunto de evoluções e transformações religiosas verificadas no continente africano, constituindo este fenómeno religioso um dado histórico mal conhecido, tal como M'Bokolo afirma no artigo “A Islamização: uma história a rescrever”¹⁸.

A historiografia desse processo, ao ser posta em paralelo com a cristianização, partilha pontos de convergência, assim como naturais diferenças. Constitui ponto comum a questão do “triumfalismo cultural” dos árabes e europeus. No caso particular do Islão, a adesão à nova religião foi, por vezes, acompanhada de uma “arabização” (aspas do autor), mais postulada do que real e daí, mais intransigente face às interpretações heterodoxas da história e hagiografias comumente validadas. As fontes que podiam justificar as acções alternativas, ou seja, as fontes não sunitas, como por exemplo, aquelas registadas por escritores e por muçulmanos negros letrados são criteriosamente dissimuladas nos fundos familiares ou em determinadas bibliotecas norte-africanas. Porém, é possível, nos dias de hoje, organizar a história da islamização, à luz de um quadro aberto às interrogações.

A respeito da islamização destaca-se a existência de um longo período, provavelmente até ao século XII, em que o Islão manteve relações de co-existência com as religiões locais, largamente dominantes, quer a nível do número de adeptos, quer a nível dos seus efeitos sociais e políticos. Assim, o islão ficou relegado a uma espécie de marginalidade, até ao período atrás reportado.

¹⁸ (2003:132).

Na fase inicial da sua conversão ao Islão, os novos convertidos conservaram as suas crenças animistas, uma vez satisfeitas as “práticas exteriores” – os “cinco pilares”¹⁹ reconhecidos por todos os muçulmanos, tendo esta fase inicial tido o seu ponto de partida com a islamização das populações berberes e tuaregues que dominavam os caminhos do comércio trans-sariano. Só mais tarde as sociedades africanas foram colocadas perante outras implicações do Islão (jurídicas, morais, sociais ou económicas).

Os soberanos dos reinos africanos, como os do Mali e do Songai e os chefes das cidades Haussa, uma vez convertidos ao Islão recorriam a um letrado prestigiado de Maskrek ou do Magreb para decidir as questões de doutrina e do direito muçulmano e deste modo formar os seus pares africanos na erudição islâmica. Dessas parcerias surgiam letrados africanos em vários domínios, com destaque para as áreas do direito e da filosofia. Porém as realizações desses letrados continuam a ser mal conhecidas.

Uma das consequências dessas trocas interculturais e religiosas foi o suscitar, muito cedo, de um desenvolvimento urbano, com poucas paridades em África, a não ser na costa Suaíli. Todavia, os núcleos urbanos dos estados sudaneses, foram produto de uma longa maturação interna mais do que a expressão de influências estrangeiras, em particular árabes e muçulmanas. As investigações arqueológicas datam a eclosão de cidades sudanesas a um passado muito remoto, muito antes das manifestações da islamização (M’Bokolo, 2003: 141). Por exemplo, a partir do século III, regista-se o surgimento de várias aglomerações urbanas, sendo destas exemplo os casos de Ife e Igbo-Ukwo, esta última, localizada em território Igbo (na actual Nigéria).

Presume-se que a ocupação deste espaço urbano terá tido início a partir do século IX; a cidade teve funções comerciais visíveis, a julgar pela presença de produtos importados do Norte de África, como pérolas e, da zona Sul, o cobre. Igbo-Ukwo pode também ser associada à existência de uma realeza ou de um chefiado sagrado, que tinha a seu serviço numerosos artesãos, encarregues de produzir objectos de bronze e cobre, destinados aos festejos e rituais da corte,

¹⁹ 1. A *Sahada*, ou declaração pública (não há outro Deus além de Alah e Muhammed é o seu profeta);
2. A *Salat* ou oração ritual recitada cinco vezes por dia;
3. O *Jejum* do ramadão, uma vez por ano;
4. O *zakat* ou esmola;
5. O *hadj* ou peregrinação a Meca, uma vez na vida, caso se possua meios para tal.

havendo mesmo sinais fortes de uma riqueza considerável nas cidades da curva do delta do Níger (Fage, 1995:117).

Parecem constituir contributo importante, as escavações arqueológicas cujos achados incluem a sepultura de um homem que só pode ter sido rico, monarca ou rei-sacerdote. Essas escavações revelam também fortes indícios de actividade comercial. Sublinhamos que de acordo com a historiografia ocidental, até recentemente, considerava-se a região acima referida, situada no país dos Igbo orientais, alheia à tradição monárquica e supunha-se que estivesse fora de qualquer sistema de comércio à longa distância, até a chegada dos europeus ao litoral dessa região. Contudo, trabalhos recentes demonstram que antes da chegada dos europeus as comunidades do Delta do Níger enviavam sal e peixe seco ao Norte em troca de produtos agrícolas, havendo também tráfico no sentido Este-Oeste, até ao Sul do país Ioruba, de alguns produtos artesanais (Fage, 1995:118).

Os Igbo do sudeste da Nigéria são mais do que 10 milhões, devendo ser um dos mais numerosos povos em África, como admite Chinua Achebe (2000:4), escritor e ensaísta nigeriano, sublinhando que, convencionalmente, esses povos formariam uma tribo. Porém, em desalinhamento com essa convenção, Achebe é de opinião que os Igbo formam uma nação, uma vez que a tribo, segundo Achebe, é definida como, “Group of (especialy primitive) families or communities linked by social, religious or blood ties and usualy having a common culture and dialect and a recognized leader”, de acordo com o *Pocket Oxford Dictionary* (que Achebe referencia como fonte da definição por ele apresentada).

Para Achebe, os Igbo formam uma nação, porquanto o dicionário supra referido define a nação como “ uma comunidade que, no geral, partilha uma ascendência, uma língua e uma história e outros aspectos, forma um estado ou habita um território.” Embora Achebe (Ibid.) seja de opinião que a definição ora apresentada seja imperfeita, reconhece nela uma melhor definição para a descrição da “sociologia” Igbo, uma vez que, contrariamente à designação tribo, a nação não dispõe de conotações depreciativas e não parece aconselhável que se continue a fazer uso de um lexema portador de conotações pejorativas, tal como opina Achebe (2004: 5).

Na era pré-colonial, a nação Igbo, como a define Achebe, era composta por uma conglomeração de centenas de cidades independentes, dispendo portanto, de uma governação descentralizada.

Cada uma das cidades era governada por homens, de acordo com os seus respectivos títulos, idade, ocupação, etc., enquanto as mulheres respondiam pelos afazeres domésticos (Achebe, 2000: 16). No dizer de Achebe (Ibid.), é suposto que ao reconhecerem a primazia da liberdade individual, assim como a virtual impossibilidade da sua realização prática na sociedade, os Igbo fizeram o seu percurso social atribuindo ao indivíduo um guia cosmológico, com base na sua história de fundação (detêm portanto uma rica herança em termos de mitos arquétipos).

As cidades autónomas Igbo socorriam-se, sobremaneira, das “fortificações das suas histórias e mitos fundacionais, tendo vivido num ambiente de lutas contínuas, movimentações e mudanças, factos que na opinião de Achebe não produziram “easy going people” e os que os visitam, quer no seu “habitat natural” quer noutras partes do globo ou ainda, por via da literatura, podem não estar preparados para o seu temperamento, que o próprio Achebe considera tenso e pretensioso (Achebe, 2000:17, 18).

Dados arqueológicos também revelam que os Igbo tinham atingido um desenvolvimento económico notável que foi acompanhado de um crescimento populacional, facto que terá contribuído para a constituição dessa massa populacional em reserva “aparentemente inesgotável de escravos (Fage, 1995: 292) .

Segundo Basil Davidson, na sua obra *À Descoberta do Passado de África* (1981: 150), há cem anos os Igbo seriam talvez mais de três milhões. Desde os primeiros tempos teriam sido comerciantes e viajantes afamados pela sua iniciativa e habilidade na produção artesanato e comércio. Embora alguns grupos Igbo da parte ocidental tenham eleito reis, de um modo geral os Igbo, no passado, nunca tentaram unir-se num estado único, enveredando por uma governação de grupos de aldeias, baseados em vários métodos de autarquia. Há também o caso dos Igbo da parte oriental, da actual Nigéria, que desenvolveram um modelo de governação que tinha como elemento primordial a associação de homens bem sucedidos, que governavam uma ou mais cidades. A sul da floresta equatorial, surgiram estados, cujas emergências constituem ainda fenómenos ainda mal conhecidos, no que diz respeito aos seus processos de constituição (Davidson, 1981: 150).

Parafraseando M'Bokolo (2003:162), em diversas zonas do continente, terão existido numerosas formações de dimensões e tipologia diversificada, como é o caso das formadas pelo Luba, Lunda, Kikongo e Igbo, no seio das quais emergiram Estados, a respeito dos quais as fontes europeias congregam um número elevado de informação, nomeadamente o reino do Kongo (do qual já fizemos menção) e o império do Mwene Mutapa, situado no actual território do Zimbábue, que será agora objecto da nossa atenção.

II.2.5 - A Região do Zimbábue

Na região do actual Zimbábue, reconhece-se a existência de gigantescas construções de pedra, das quais a mais importante é o Grande Zimbabwe, havendo no entanto muito trabalho a ser realizado para reconstruir os processos que levaram à constituição do Estado (Império de Mwene Mutapa), as características do seu poder e da sua economia, assim como o ritual de sucessão.

No entanto, fontes portuguesas do século XVI, referidas na obra *África, Década Primeira* de João de Barros (1552) descreviam de modo mais ou menos claro a fisionomia destes monumentos, fazendo referência à existência de minas, de uma comarca e de uma fortaleza. As mesmas fontes fazem eco da extensão e dos limites desse grande Estado interior, dirigido por um rei denominado de (conforme vários os autores) *Benemetapa*, *Benamataxa* ou *Monomotapa*. Outros autores como Duarte Barbosa (1518) afirmam que o soberano tinha sob seu comando outros reis e países, desde o Cabo da Boa Esperança a Moçambique²⁰.

Com maior precisão, Frei João dos Santos (1609), referido por Fage, descreve este estado referindo-se a um cumprimento de mais de duzentas léguas e quase o mesmo de largo, estando confinado a noroeste com outro Rei, de Abatua, com o qual Muene Mutapa guerreia de vez em quando. O Mwene Mutapa teria atingindo os confins do Reino de Angola²¹. A par de Monomotapa o soberano detinha outras terras e tendo fronteira marítima a sudeste com o Oceano

²⁰ Fontes Referenciadas por M'Bokolo (Op. Cit.)

²¹ (Ibid.)

Índico²². Ao todo, existem cerca de 200 ruínas de pedra no Zimbábue, sendo este o mais conhecido, entre os reinos Bantu meridionais (Fage: 1995, 143) .

A historiografia dominante relativa ao Monomotapa, marcada pelo racismo, recusa imaginar negros com a capacidade de elaborar a “menor civilização”, uma vez que naturalmente destinados, do ponto de vista colonial, a uma submissão. Foram portanto apresentados argumentos “fenícios” para tais realizações arquitectónicas e sociais.

No entanto, rumando em sentido oposto, trabalhos como *Medieval Rhodesia* (David Mciver, 1905) *Zimbabwe Culture, Ruins and Reactions* (Gertrude Caton, 1931) e *Zimbabwe Excavations* (Roger Summers, 1931)²³ viriam, já no século XX, a reconhecer de maneira sólida o carácter essencialmente africano das realizações desse império, a existência de um sistema social e político, assim como religioso, do qual as ruínas eram a expressão. O sentido preciso da palavra Zimbábue, não suscita qualquer dúvida na língua shona, pois a ela são atribuídas duas etimologias que se complementam, a saber: *dzimba dza mabwe* (casas de pedra) e *dzimba woye* (casa venerada).

Assim, Fage (1995:143) relembra que embora se tenha procurado atribuir a construção do “Monomotapa” a estrangeiros, fundamentalmente aos árabes, as técnicas aplicadas na sua edificação, isto é, as paredes de pedra sem argamassa e sem juntas unidas, denunciam o uso de uma arquitectura própria, sem influências externas, conexas a uma região coberta por afloramentos rochosos, muitos dos quais se desintegram naturalmente. Foram estas matérias que serviram para a construção de fortificações, ao contrário das habitações comuns que eram feitas de barro.

Relativamente ao povoamento, pode ser apontado como marco 200 anos (DC), o princípio da idade do ferro, atendendo à tipologia cerâmica shona resgatada pelas escavações arqueológicas no Zimbábue. As características culturais e económicas comuns às sociedades africanas da região austral (assentes na prática da criação de gado) foram associadas ao império. Os esqueletos encontrados revelam uma ligação entre os seus habitantes e os Bantu e também os San ou bosquímanos ou ainda à mestiçagem entre ambos por um lado. Por outro lado, restos arqueológicos tal como pinturas rupestres encontradas junto do Grande Zimbábue, tendem a

²² (Ibid.:163-4).

²³ (Ibid.: 169).

provar que no final da idade da pedra, os habitantes desta zona, teriam domesticado gado e seriam habitantes permanentes

O Grande Zimbábue corresponde ao período da maior prosperidade para a região (séculos XIII a XV), pois raramente, segundo Fage, se encontrou importante concentração de bens (objectos de ouro, cobre, etc.) originários de outras regiões. Estes dados vêm reforçar a provável existência de um “sistema tributário” que drenava para a capital real bens de luxo e de prestígio.

Embora não haja dados que autorizem a consumação de cálculos precisos, supõe-se que o Grande Zimbábue, devia ter, no século XIV, uma população de cerca de mais de 10.000 habitantes, compreendendo notáveis políticos, desde o rei e a sua parentela, dignitários e membros do aparelho do Estado, as forças da ordem e uma função pública nascente, assim como numerosos artesãos (ferreiros, trabalhadores do artesanato têxtil, pedreiros, escultores e oleiros) cuja existência é demonstrada pelo trabalho arqueológico. No momento do seu maior poder, o Estado de Mwene Mutapa assentava no controlo apertado do espaço, organizado em vários níveis:

- na base, a aldeia (*musha*), compreendendo um certo número de casas (*ngumba*) e uma ou várias famílias possuindo um antepassado comum (*mana*), sendo a este nível a autoridade exercida por um chefe nomeado *mwenemusha* (mwene - chefe), ou simplesmente *mukuru* (mais velho, ancião); no nível intermédio, a corte de chefe (*muzinda*), que administrava uma província ou uma circunscrição; no mais alto nível os Zimbábue, dos quais à volta de doze atingiram dimensões demográficas de cidades, como vimos o Grande Zimbábue, Mapungubwe e Khami, foram visivelmente capitais de estados sucessivos, persistindo ainda imprecisões sobre o estatuto exacto dos outros *Zimbabwe* (M’Bokolo: 2003, 554).

Partindo da representação que se faz da organização interna deste Estado, este pode também ser designado como reino, no caso de se privilegiar a hipótese de um controle directo e efectivo sobre os chefes secundários, ou de império caso se queira salientar a autonomia política dos chefes tributários.

A ignorância destes e de outros factos marcantes da história africana pela memória histórica autorizada, conduziu a uma cristalização de África como ‘continente recusado’, o lugar dos extremos negativos, o paradigma de diferença radical, cuja integração na dinâmica da história, foi inaugurada e tornada somente possível a partir da intervenção do centro colonial, por conta das

suas tecnologias de domesticação do espaço, do tempo, do corpo e do espírito, cientificamente legitimadas pela atribuição de inferioridade ao colonizado, como referem as autoras Maria Meneses e Catarina Gomes (2012: 14). Na verdade, a intencional ignorância europeia relativamente à história pré-colonial africana resultou numa ocupação desordenada dos territórios africanos, pelos europeus, tal como veremos a seguir.

II.3 - A Constituição de Novos Estados à Luz da Conferência de Berlim: Breves Considerações

A incursão em torno da historiografia de alguns Estados africanos, cuja constituição remonta ao período anterior aos processos de colonização aqui empreendida, no quadro de uma investigação no domínio da literatura, é necessariamente parcial, visto que a mesma se ocupou de micro-cenários representativos das obras a serem analisadas no presente trabalho. Este enquadramento permite-nos, no entanto, argumentar, com muito pouca hesitação, que a chegada dos europeus ao continente africano não constituiu, de forma alguma, o ponto de partida para a constituição da historiografia africana.

Na verdade, constituiria um paradoxo tal possibilidade, uma vez que, afinal, a ciência tem demonstrado que África foi o ponto de partida da história da presença humana no globo terrestre e, assim sendo, este continente não poderia ficar sem história ou ficar eternamente agradecido à Europa e à Ásia por o terem libertado do ahistoricismo, como alguma bibliografia, pretensamente afirma, tal como fizemos menção anteriormente.

Como diz Joseph Fage (1995: 13), provêm da África Oriental e do Nordeste os primeiros vestígios de existência do homem e da formação da sociedade humana, facto suportado por uma sequência de achados arqueológicos decorrentes de escavações levadas a cabo no norte da Tanzânia, no Quênia e na Etiópia. Como foi possível verificar, muito ainda há a descobrir, desocultar e a esclarecer; o trabalho até agora realizado demonstra, de modo magistralmente inequívoco, as deturpações que os estudos de história comprometidos com a fossilização da visão eurocêntrica do conhecimento tentaram estabelecer como regra.

Os dados disponibilizados nas páginas anteriores levam-nos a afirmar que a chegada dos europeus ao continente africano não significou, de modo algum, a pedra angular para a constituição de Estados e sua organização interna. Havia já, à chegada dos europeus, um desenvolvimento civilizacional aliado a um conjunto de Estados funcionais, com regras próprias, que os povos africanos foram capazes de conceber e que foram, como já sublinhamos, e tal como veremos mais adiante com mais pormenores, ignorados pelos europeus ao longo dos processos que conduziram à colonização do continente africano.

Tomando como referência o império do Mali, Fage (1995:132) refere que este “apresentava um sistema jurídico e de governo ordenados, uma economia próspera, uma civilização urbana tão avançada como qualquer outra então existente na Europa, ocupando uma área muito mais vasta”.

De um modo geral, os poderes monárquicos situados a Sul do Saara, que se supõe tenham existido desde o primeiro milénio D.C, revelam traços comuns, como por exemplo o seu carácter “divino” e por isso, mantinham distancia da plebe por uma série de rituais. Geralmente comunicavam através dos seus porta-vozes e o soberanos não podiam ser vistos a realizar actos mundanos (por exemplo comer e beber). Eram eles que determinavam a época da colheita e da sementeira, ocupando um papel central nas grandes cerimónias. Este modelo tem sido identificado por historiadores e etnógrafos, por exemplo em estados como Monomotapa, na África Austral e, na África Ocidental, em monarquias como as de Kanen e Benin (Ibid.:51).

Outras evidências são confirmadas por autores árabes que afirmam que ao chegarem aos estados dos Sudão Ocidental e Central, também denominados por região do “Bilas-al-Sudan” (terra dos negros), os árabes constataram que essa zona não era habitada apenas por sociedades tribais. Nela existiam reinos organizados, sendo que as mais antigas e notáveis formações organizacionais conhecidas dos árabes são os reinos sudaneses do Kanen e do Gana.

II.4 A Desconstrução do Difusionismo

Definitivamente, não podemos falar de um continente alheio à civilização, isento de história e fechado sobre si mesmo, ao qual é dado ver o mundo e lhe são oferecidas possíveis formas de

organização social, apenas por conta da sua ligação inicial aos árabes e, posteriormente, em decorrência da sua “feliz descoberta” e consequente apropriação pelos europeus. Como vimos, à sua chegada, os europeus testemunharam um continente munido de um cenário político, sociocultural e económico vibrante, factos que poderão ter contribuído para alteração da agenda europeia do século XV, que tinha como meta nessa altura apenas a descoberta da Índia.

Assim, as descobertas portuguesas, que inicialmente tinham fins mercantis e por isso voltadas apenas para o Oriente (afinal tudo começa pela busca das especiarias exóticas) tomaram um outro rumo. Portugal e, a uma dada altura, outros países europeus, transformaram os seus pontos de escala em África, em locais de ancoragem permanente, iniciando, deste modo, um processo de conquista dolorosa para os habitantes dos espaços então “descobertos”. Nessa conformidade, o inicial encontro civilizacional ganha uma nova dimensão, voltada para a subjugação dos povos “encontrados”, cedendo assim o seu lugar ao recontro colonial, com todas as consequências que a história se tem encarregue de registar.

A colonização que, eufemisticamente, para o caso Português, estava aliada a uma “missão civilizadora”, almejava portanto “civilizar” os povos conquistados. Porém, do ponto de vista prático a “missão civilizadora” significou, para os povos alvo da referida missão, uma assimilação compulsiva e por isso violenta, das matrizes culturais do “centro do mundo” e, por conta do tráfico negreiro, uma desterritorialização. Todo esse processo, resultaria num conjunto de revoluções que viriam a marcar, sobremaneira, a configuração da paisagem política, sociocultural e humana do globo terrestre.

Na verdade, a “descoberta dos novos mundos” seria a etapa embrionária do processo que hoje denominamos globalização, se tivermos em conta, por exemplo, a definição segundo a qual a globalização constitui um processo através do qual vidas individuais são afectadas por forças dominantes em todo mundo, tal como afirmam Ashcroft et al. (2004: 10). Considerando esta definição, verificamos que o processo colonial, ao ditar o domínio do ocidente sobre outras zonas geográficas do globo, levou a que a vida de uma grande massa populacional tivesse sido guiada por regras que, nos mais distintos domínios, promoviam uma visão eurocêntrica do mundo e, por isso mesmo subalternizantes das culturas não europeias.

Este processo de centralização do mundo no espaço europeu pode ser visto como núcleo gestacional da globalização, uma vez que, embora sob sua capa, se advogue o reconhecimento das distintas culturas, na verdade, as forças dominantes que operam nos mais distintos domínios (incluindo o económico) continuam a perpetuar os seus modos de pensamento e de actuação (tendencialmente neo-coloniais), como já referimos, de outro modo, estando agora a sua tarefa facilitada pelas novas tecnologias ao seu dispor.

Dada a importância do conceito de globalização para o nosso trabalho, esta temática será analisada com mais profundidade no capítulo referente aos pressupostos teóricos.

Assim, voltando à questão dos descobrimentos, verificámos que como consequência imediata das viagens de exploradores europeus visando novas rotas para o Oriente, África tornou-se objecto de atenção por parte destes, sendo vista simultaneamente em diversas perspectivas das quais salientamos as seguintes:

Do ponto de vista geográfico, África foi inicialmente encarada como obstáculo a transpor e, posteriormente, como um porto de reabastecimento de navios, nos seus longos trajectos em busca de especiarias no Oriente (Owomoyela, 1996:1).

Do ponto de vista económico, o continente passou a funcionar como um tesouro valioso, cujas preciosidades passariam a ser transferidas para a Europa; como fonte inesgotável de escravos para as novas plantações na América e, finalmente, como grupo de colónias fornecedoras de matérias-primas²⁴ e, no sentido inverso, como mercados propícios para os produtos provenientes da Europa. Tudo isso e muito mais, sem descurar a possibilidade que África oferecia (e continua a oferecer), em termos de carreira profissional para alguns europeus, como realça Oyekan Owomoyela (Ibid.).

Diante dessas promissoras possibilidades que o continente oferecia, as várias potências europeias iniciaram uma corrida desenfreada, visando a delimitação de possessões territoriais. E assim, é posto em marcha a ‘corrida ao tesouro africano’ uma vez que os europeus começaram a perceber a importância da aposta africana, como refere M’Bokolo (2007:300). Este quadro levou-os a

²⁴ Sobretudo minerais, sendo por exemplo o caso do ouro e dos diamantes sul-africanos que conduziram a confrontos violentos entre britânicos e boers (M’Bokolo, 2007:303).

procurar um mecanismo regulamentar dos procedimentos conducentes à conquista e ocupação de terras no continente africano.

Nessa conformidade, a história regista, como iniciativa de Bismark, uma proposta de resolução de conflitos inerentes à ocupação desenfreada e posterior detenção de parcelas territoriais no continente africano, por via de uma magna conferência, que viria a ser acolhida por Berlim (de 15 Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885)²⁵ sendo este evento referenciado como um dos marcos fundadores do actual mapa africano. De acordo com Marc Ferro (1996:164), a conferência estabeleceu, no essencial, uma espécie de "gentlemen's agreement" ou, se preferirmos, as formalidades a observar para que as ocupações pudessem ser consideradas efectivas:

“As potências europeias comprometiam-se todas a não voltar a proceder a aquisições selvagens sem previamente notificar as demais, para que elas pudessem formular as suas reclamações” (Ibid.).

Porém, os povos ou reis africanos foram considerados como "res nullis" e, como refere Ferro (1996:106), tendo-lhe sido negado o direito de opinar. Uma vez ausentes do conclave, também não foram informados das decisões tomadas no âmbito dos acordos políticos assinados durante a Conferência, que apenas considerou o ponto de vista dos interesses europeus. A ausência dos africanos dessa conferência num momento em que, pela primeira vez, o continente era objecto exclusivo de uma conferência, como sublinha M'Bokolo (2007: 311), embora tenha sido realçada na secção inaugural pelo embaixador do Reino Unido em Berlim foi, de facto, ignorada pelos demais (Ibid.).

Esta ausência dos africanos pode, à luz de uma perspectiva holística (hoje na ordem do dia), ser vista como paradoxal pois, como acima referimos, citando M'Bokolo (Ibid.), África constituía o objecto do grande encontro de Berlim. Porém, o historiador africano recorda-nos que, estando a saque, África constituía de facto o objecto da Conferência sem que, no entanto, este estatuto fosse convertido em argumento plausível para que os europeus lhe atribuíssem a condição de sujeito activo do referido conclave (M'Bokolo, 2007: 311).

²⁵ Tendo sido observada uma interrupção dos trabalhos de 22 de Dezembro de 1884 a 5 de Janeiro do ano seguinte (M'Bokolo, 2007:312)

Na sequência dessa Conferência, as principais potências europeias que pretendiam territórios foram firmando, entre elas, acordos de delimitação de fronteiras, cujos limites, de um modo geral, ainda se mantêm nos nossos dias (Ferro, 1996: 106). Podemos então afirmar que a Conferência de Berlim não procedeu de facto, à partilha de África (como se afirma em muitos círculos), nem sequer ao reconhecimento de zonas de influência no "interland". Apenas ditou, como destaca Ferro (1996: 108), na esteira de M'Bokolo (2007: 311), "as 'regras de jogo' desse desbragamento de operações":

Cada potência europeia se precipitava para implantar a sua bandeira na maior parte de territórios possíveis. Em Berlim a "partilha" foi um mito; mas em África os sonhos de conquista tornaram-se uma realidade. De facto as potências apoderam-se de África. Após a partilha surgiu a conquista propriamente dita com a implantação dos colonos²⁶ (Ferro, 1996:1).

A consumação do regime colonial foi, sem dúvida, uma realidade dura e penosa para os povos africanos que viram os seus direitos fundamentais serem ignorados, os seus bens expropriados, as suas línguas, culturas e tradições desprezadas. Em suma, como resultado do processo de colonização, a humanidade assistiu a uma exploração e dominação do homem negro pelo branco, cujos horrores ficaram para sempre gravados nos anais da história (Benedito, 2000: 3)

A colonização desenhou, no geral, a actual configuração do mosaico político do continente africano (os estados independentes), sem contudo ter considerado as etnias, resultando daí alguns problemas actuais e a existência de países com superfícies e pesos demográficos acentuadamente diferenciados (Oliveira, 1994:138). Sendo assim, muitas das tensões internas transversais a vários estados africanos da actualidade devem-se ao facto de as fronteiras coloniais terem sido externamente impostas aos povos africanos pelos europeus, unindo assim sob a mesma bandeira povos que haviam sido distintos e independentes uns dos outros.

A colonização é também responsável pela debilidade de povoamento em várias zonas de África em virtude da "hemorragia demográfica" historicamente associada ao tráfico de escravos, tendo esta prática atingido o seu apogeu no século XVIII e afectado 12 milhões de africanos. No

²⁶ cf . Ferro, M.1996, *História das Colonizações*, para detalhes dessas implantações.

entanto, vale sublinhar que nessa altura ocorreu, em paralelo, o florescimento de vários reinos no golfo da Guiné (Achantis e Daomé) e de Impérios na África Central, como são os casos dos impérios Luba, Lunda e Kuba (Ibid.: 142). Actualmente os Luba e Lunda, habitam parte do território angolano, predominantemente na zona leste de Angola.

Verifica-se assim que a chegada e a penetração dos europeus no continente africano provocou atropelos das formas de organização social dos povos africanos, naturalmente, detentoras de regras e idiossincrasias socioculturais próprias, havendo mesmo relatos de hierarquias entre povos africanos, como afirma Ferro (1996:48) aludindo à vassalagem prestada ao Reino do Mali, facto ignorado pelos exploradores europeus, que no terreno se subordinavam quase sempre a sua perspectiva a uma lógica de invasão/ocupação desenfreada.

Para concluir este enquadramento de questões históricas e políticas que iremos re-encontrar nas obras estudadas, gostaríamos de referir que somente no final do século XIX, depois da Conferência de Berlim as fronteiras das colónias europeias em África passaram a constituir uma questão territorial. Nessa altura foram empreendidas as primeiras explorações no “interland” do continente, havendo a ressaltar, a esse respeito, a contribuição dos missionários (Oliveira, 1994:142), que tiveram assim, o seu nome inscrito na constituição de grandes impérios coloniais, guiados pelas decisões emanadas da Conferência de Berlim, como por exemplo, os impérios coloniais Britânico, Francês, Português e Holandês.

Em suma, os registos aqui evocados oferecem-nos um panorama, ainda que sucinto, dos processos que conduziram à configuração da cartografia do(s) espaço(s) africano(s) e que passaram a constituir legalmente parte da memória social dos habitantes desses espaços que, posteriormente, foram convertidos em colónias. De um modo geral, essas ex-colónias, hoje como países independentes, respeitam as fronteiras herdadas do colonialismo.

II. 5 - O Contexto Actual dos Países do Nosso Estudo: Breve Caracterização

II.5.1 - Angola

Tendo sido colonizada por Portugal, Angola ganha a sua independência em 1975, a 11 de Novembro, adoptando a língua portuguesa como oficial. Após a independência Angola viveu uma guerra civil que durou até Abril de 2002. Durante grande parte do período da guerra civil, Angola sofre interferências directas no seu processo político interno, sobretudo em consequência da guerra fria.²⁷ É a partir deste complexo e ramificado processo de disputas e alianças internacionais que se deve entender a interferência de várias potências no conflito angolano, como por exemplo, a Ex-URSS, Cuba e outros países do chamado Bloco de Leste Europeu, que apoiavam o governo do MPLA, no plano militar e político-social (na saúde, cultura, educação e agricultura) e os Estados Unidos da América e do regime do sul africano do Apartheid, que apoiavam a UNITA (Chabal, et al.: 2002, 83, 84).

Em 1992 Angola realizou as suas primeiras eleições multipartidárias, após os acordos de paz de 1991, tendo vivido um novo período de guerra pós-eleitoral, que culminou em 2002, com os acordos de paz assinados a 4 de Abril, paz que vigora até agora.

Dados do censo populacional realizado em 2014, indicam que a população residente em Angola é composta por 25.789.24 habitantes, dos quais 12.499.041 homens e 13.289.983 mulheres²⁸. A população é maioritariamente Bantu, distribuída pelos 18 grupos oficialmente existentes em Angola, e por povos não-Bantu, onde pontuam as populações autóctones, os Khoi e os San (que ocupavam o território antes da chegada dos Bantu) e os angolanos de ascendência europeia, maioritariamente de Portugal e também de países do bloco de leste.

²⁷ Processo de competição geopolítica internacional, no qual quer os EUA quer a antiga URSS disputavam a liderança de grandes blocos de nações, apoiando projectos políticos opostos

²⁸ Fonte: censo.ine.gov.ao. Consultada a 15/10/016)

II.5.2 - Nigéria

Como ficou sublinhado anteriormente por via do “scramble for África” novas fronteiras foram criadas nos territórios “descobertos” pelos europeus, violentando as construções sociais e as fronteiras africanas, existentes antes dos “descobrimientos”. Este processo de emanação violenta de estados, forjou um conjunto de tensões, algumas das quais ainda hoje sentidas nos modernos estados africanos. Na introdução à sua obra *There Was a Country – A Personal History of Biafra* (2012), Achebe recorda que, por exemplo, no que refere à a Nigéria, a Conferência de Berlim “sealed her fate, then the amalgamation of Southern and Northern protetorates inextricably complicated Nigeria’s destiny. Animists, Muslims and Christian alike were held together by a delicate, some say, artificial, lattice” (2012: 3).

Contudo, nos anos subsequentes à independência, da Nigéria que se verificou a 01 de Outubro de 1960, a Nigéria era uma terra de grande esperança e progresso, com imensos recursos ao seu dispor. Porém, a guerra do Biafra mudou o curso da história nigeriana sendo, na óptica de Achebe, um cataclismo que alterou também a história de África (Achebe, 2012:2).

A Guerra do Biafra, que decorreu de 1966 a 1970, inicia com o golpe de 15 de Janeiro de 1966 e do contragolpe, organizado principalmente por oficiais do norte da Nigéria que assassinaram 185 oficiais Igbo, havendo a crescer o massacre de trinta mil Igbo e de habitantes do leste nigeriano, de Maio a Setembro de 1966, deixando milhões de biafrenses aterrorizados, forçando-os a uma migração para a sua “terra natal” no leste da Nigéria, para escapar às atrocidades que incidiam sobre os Igbo, em diferentes parte do território nigeriano (Achebe, 2012:95).

Vendo que o governo federal da Nigéria respondia com silêncio ao apelo dos Igbo para a cessação da perseguição contra eles organizada, os Igbo concluíram que um governo que falhou na missão de garantir a segurança da vida dos seus cidadãos (Igbo) não tinha o direito a reclamar a fidelidade e obediência desses cidadãos, devendo, por isso, estar preparado para aceitar o facto de que às vítimas estava reservado o direito de buscarem a sua segurança por outras vias, incluindo a secessão, segundo Achebe (Ibid.). Conhecemos, através da história, que a resposta a pretensão Igbo de criar um estado independente, o do Biafra, foi a repressão que resultou na

conhecida guerra civil da Nigéria ou do Biafra, impelindo milhares de biafrenses a situações de violência extrema, incluindo a fome, usada como arma de guerra, levada ao mais longínquo e inaceitável dos limites.

A posição do governo nigeriano baseava-se na premissa, partilhada por muitos estados africanos²⁹ e pela OUA (organização da Unidade Africana), segundo a qual, se ao Biafra fosse permitida a secessão, outras nacionalidades étnicas no seio da Nigéria seguiriam no mesmo diapasão. Assim, impunha-se uma dura repressão desse sentimento independentista, para a salvaguarda da integridade territorial nigeriana (Achebe, 2012: 96) cujo mapa, recordamos, constituía uma das grandes heranças do poder colonial. Contudo, não nos parece que se deva ignorar os interesses ligados ao mundo do petróleo, sendo este aspecto sublinhado em Janeiro de 2000, num artigo publicado pela BBC, intitulado “Secret Papers Reveal Biafra Intrigue”, com a assinatura de Rick Fountain, no qual o autor afirma que a competição entre a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, desempenhou um papel mais importante que a posição “Nigéria unificada” (Vide Achebe, 2012:100).

Entretanto, no âmbito do papel atribuído à sociedade civil nigeriana, várias personalidades da época, de distintas proveniências étnicas, disponibilizaram o seu saber à resolução do conflito e ou/a transposição da tragédia do Biafra a uma escala de audiências mais ampla. Destacando-se por exemplo, escritores/articulistas poetas americanos e ingleses, o dramaturgo nigeriano Wole Soyinka, Chinua Achebe, através da poesia³⁰, o poeta nigeriano Christofer Okigbo, o professor Kenneth Onkwa Dike, o primeiro Vice-Reitor nigeriano (negro) da história da Universidade de Ibadan (Nigéria), sendo considerado um dos mais “destribalizados” nigerianos da sua geração que olhava, horrorizado, a desintegração da nação pela qual ele e tantos outros lutaram para a estabelecer; há também a referir a participação de Flora Nwapa, autora de *Efuru* (1966),

²⁹ Muitos estados africanos aderiram à doutrina da OUA, que apoiava o governo nigeriano, pelas mesmas razões apresentadas pelos grandes poderes mundiais: permitir a existência do Estado do Biafra resultaria na desestabilização de todo o continente africano (Achebe, 2012: 97). No entanto, alguns estados africanos posicionaram-se a favor da causa biafrense, manifestando o seu apoio, incluindo o reconhecimento da República do Biafra, por razões humanitárias, éticas e morais, como por exemplo a Tanzânia de Julius Nyerere, assim como a Zâmbia o Gabão e a Cote d’Ivoire. O Haiti juntou-se a estes países africanos, tendo sido o único país fora do continente africano a assegurar um reconhecimento diplomático, pleno, ao Biafra. Este facto, segundo Achebe (Ibid: 99) pode ser explicado pela história das ligações entre a Nigéria e muitas nações caribenhas, onde descendentes de antigos escravos Igbo vivem actualmente.

³⁰ A sua poesia sobre o Biafra está contida em dois volumes, publicados nos Estados Unidos da América sob o título *Christmas Biafra and Other Poems*, em 1971 e *Collected Poems*, em 2004. No geral, nos poemas inscrevem-se temas relacionados com a história da luta e do sofrimento do Biafra. Posteriormente, em 2012, o autor, por via de uma escolha consciente, na sua obra *There Was a Country*, justapõe, poesia e prosa, para narrar histórias complementares, por via de duas formas de arte, como diz o próprio Achebe, na introdução a essa obra.

provavelmente a primeira escritora nigeriana a publicar uma obra (Achebe, 2012:108-112). Na verdade, assegura Achebe, a guerra constituía uma surpresa para a maioria dos artistas e intelectuais situados em ambas as partes do conflito, uma vez que perceberam quão frágil era a sua nação (Ibid.: 108).

II. 5. 3 - O Zimbábue

Zimbábue foi até 18 de Abril de 1980, data da sua independência, uma colónia inglesa havendo, no entanto uma cronologia anterior, a referir

Em 1921, a minoria branca proclama a sua autonomia, sob a designação de Rodésia do Sul (em homenagem a Cecil Rhothes)³¹.

Quarenta e quatro (44) anos depois, o primeiro-ministro da Rodésia do Sul, Ian Smith, declarou unilateralmente a independência da colónia, isto a 11 de Novembro de 1965 e promulgou uma nova constituição através da qual o país adoptava o nome de República da Rodésia. Porém, a independência só foi reconhecida quinze anos depois, em 18 de Abril de 1980, altura em que o país passa a ser conhecido como Zimbábue.

Antes da independência, isto é, em 1979, foi acordada uma trégua (Acordo de Lancaster House) e, após um ano, a maioria negra votou primeira vez em eleições, sendo eleito primeiro-ministro o moderado bispo Abel Muzorewa, que baptizou o país sob o nome de Zimbábue-Rodésia. Muzorewa concordou com a transição, através de um governador britânico, até a realização de eleições no ano seguinte. A partir daí, o Reino Unido e a ONU reconheceram a independência do Zimbábue, que já havia sido declarada quinze anos antes. A União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) ganhou as eleições e procurou estabelecer um estado socialista.

Em 1986, Mugabe anunciou medidas para suprimir os lugares ocupados por brancos na

³¹ Que dirigiu um grupo de ingleses que, final do século XIX, colonizaram a região do Zimbábue, com o objetivo de desenvolver actividades na área da mineração. O facto desta actividade ter sido bem sucedida atraiu muitos europeus para a região, passando a população branca a dominar o país.

assembleia.

A maioria da população zimbabueana é de origem Bantu tendo como grupos principais os Shona, fundadores do primeiro Estado da região, e os Ndebele, de origem Zulu, que chegaram ao território zimbabueano no século XIX. Grande parte da população Bantu pratica cultos tradicionais africanos, mas a Igreja Anglicana é a denominação cristã mais difundida.

As línguas oficiais do Zimbábue são o Inglês e as línguas Bantu, nomeadamente o Shona e Ndebele.

Em 2 de Dezembro de 1987 Robert Mugabe foi nomeado como chefe executivo do Zimbábue, tendo sido reeleito em Março de 1990. Em 1991 Mugabe promoveu uma reforma agrária que serviu para tornar propriedade do estado as grandes propriedades pertencentes à minoria branca.

Diferentes organizações internacionais, grupos independentes de direitos humanos e o maior partido político da oposição, o Movimento para a Mudança Democrática, reclamaram sobre a falta de transparência no sistema de redistribuição das terras (Angop)³².

Esta medida radical, mal sucedida terá sido, supostamente, uma tentativa de “correção” das iniquidades sociais, em desfavor da população negra, herdadas do período colonial. Convém sublinhar que o Zimbábue tem uma população de cerca de 11.6 milhões de habitantes (Central Statistics Office, 2002), dos quais 95% negros. Outros segmentos populacionais são formados por brancos, asiáticos e mestiços (Shizha e Kariwo, 2011:ix).

Para análise da obra da escritora TsiTsi Dangarembga, que mais adiante desenvolveremos, torna-se necessário, neste enquadramento histórico e político recordar as desigualdades raciais e a questão do acesso à educação na antiga colónia da Rodésia.

Na introdução à obra *Education and Development in Zimbabwe: A Social, Political and Economic Analysis* Edward Shiza e Machel Kariwo afirmam que o sistema educativo colonial

³² http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/3/16/,eaf96309-84a4-460d-8006-c495d5eec6fd.html (Acesso a 16 de outubro de 2016)

zimbabueano estava assente numa base racial (havendo escolas só para brancos) sendo que a maioria da população negra não tinha ao seu dispor estruturas escolares semelhantes às aquelas oferecidas à população branca nem tinham as mesmas oportunidades de acesso à educação. O comum para a população negra era apenas ser-lhe permitido frequentar seis ou sete anos da escola primária. Segundo aqueles autores, o governo colonial da Rodésia gastava vinte vezes mais com a educação de uma criança europeia, comparativamente ao que despendia com a educação de uma africana (2011: 3). A educação era estruturada com base no sistema educativo da classe média britânica, do século XIX, proclamando a sua hegemonia cultural. Esta visão eurocêntrica do mundo, marginalizante das culturas locais tinha um efeito corrosivo sobre os sistemas de ensino locais e sobre as população negra que pretendesse uma “vida melhor” (Ibid.: 13).

De um modo geral, à população negra não era permitido o acesso a escolas reservadas somente para brancos. Um número pouco significativo de escolas privadas, pertencentes à confissões religiosas (por exemplo católicas), admitiam algumas crianças negras, desde que tivessem boas notas e progenitores influentes ou “ricos”, ou caso pertencessem à denominação religiosa detentora da escola (Shiza e Kariwo, 2011:12). Na verdade, afirmam Shiza e Kariwo (2011: 14):

Without doubt, colonial education was a larger component of the colonial project to dehumanise Africans by imposing both inner and outer colonisation. Both inner and outer colonisation were based on the premise that Africans would assimilate into the European life styles and values that were themselves a threat to the identity and self-perceptions of the indigenous people. To a greater extent colonial education led to psycho-cultural alienation, and cultural domination.

Sob a capa de um imperialismo cultural a população autóctone zimbabueana foi, tal como noutros contextos coloniais, definida e rotulada como inferior, relativamente à europeia, e foi, deliberadamente ensinada a renegar a sua identidade cultural e a interiorizar o estereótipo racial sustentado pelo colonialismo. Neste caso concreto, as populações autóctones zimbabueanas foram coagidas a conformar as suas práticas e valores aos padrões culturais associados à classe média britânica (Ibid.), através de aparatos religiosos e do sistema educativo estatal.

Com o aumento das escolas missionárias, estas passaram a ser a via de acesso à educação por parte das populações locais, ao passo que o governo, devido ao incremento de colónias (no sentido demográfico do termo), no final do século XIX, passou a prover a educação primária para crianças brancas, instituindo-se assim um diferente percurso escolar que estabelecia, à partida, as desigualdades entre brancos e negros. Por seu turno, ao serviço do império colonial, as escolas missionárias tinham como expectativa o processo de assimilação, isto é, a interiorização e imitação dos valores coloniais por parte dos negros, através da educação, transformando assim os alunos negros em coadjutores, no quadro do projecto de conversão cultural, colonial (Shiza e Kariwo, 2011:15-18-20).

Por este facto, os missionários anglicanos criaram as primeiras escolas secundárias para africanos (por exemplo, a St. Augustine, em Penhalonga, em 1939 com apoio governamental) e o governo colonial abriu a escola primeira secundária para negros em 1957, ao que se seguiu o estabelecimento de escolas primárias nas zonas urbanas, para populações africanas (Ibid.). O estabelecimento da Universidade em Nyasaland em 1957, foi a primeira iniciativa governamental no sentido do provimento de educação superior. O acesso à universidade era determinado pelo fenótipo racial, em detrimento das habilidades, sendo que apenas 2% dos africanos elegíveis eram admitidos (Shiza e Kariwo, 2011:20).

Reputamos como relevante a incursão feita pelos factos históricos aqui referenciados para o objectivo do nosso trabalho, dado que os factos revelados ajudam a ter uma visão dos contextos pré e pós-coloniais dos cenários das narrativas que elegemos para a nossa análise. Do mesmo modo, essa peregrinação pela história ajuda a perceber os processos contínuos de re/construção e sedimentação de sentimentos de pertença a uma comunidade, a um país que, por conta dos condicionalismos que a história da colonização proporcionou, ditou os registos socioculturais actuais, por um lado.

Por outro lado, estas referências ajudar-nos-ão a perceber as valências críticas dos discursos literários produzidos, não apenas para a estruturação de um pensamento nacional, nos distintos países do nosso estudo, mas também para a recuperação de histórias “perdidas” ou ausentes da historiografia “universal”, para deste modo sublinhar o contributo da literatura para uma maior/melhor divulgação da história africana e, conseqüentemente, para uma distribuição mais equitativa de espaços nas linhas editoriais, no que à história universal diz respeito.

Capítulo III – O Contexto da Reorganização do Arquivo Histórico Universal e o Contributo da Literatura

A análise do discurso literário pós-colonial, em geral, e das narrativas em contextos africanos, em particular, não pode, em nosso entender, ser efectuada dissociando-a da história da colonização do continente, por parte da Europa.

O simples facto de as narrativas literárias serem apresentadas, com frequência, em línguas cujo ponto inicial de pertença se situa num centro colonial, ou dito de outro modo, usando as línguas originárias das antigas potências colonizadoras, conforma, desde já, um indicador da indissociabilidade do fenómeno literário aos determinismos históricos do continente africano. Esta constatação constitui um dado importante que nos convida a um olhar crítico sobre o quadro histórico-social associado à presença europeia em África, com particular destaque sobre o processo colonial e as suas inerentes tensões e consequências, ainda hoje sentidas.

A incursão pela história revela que, tal como vimos, também ela ficou marcada pelos clichés resultantes da colonização e consequente constituição social do ocidente como o centro do poder e, por isso, “ditador” do ambiente epistemológico relativo à produção e difusão do conhecimento.

Assim, no domínio da história, por exemplo, regista-se uma tensão entre distintas orientações registadoras dos factos históricos, prevalecendo, de um modo geral, os registos efectuados pela história produzida pelo poder dominante, que no período colonial se reportava a uma metrópole, mas que desde os primórdios das lutas de libertação ou das guerras coloniais (dependendo da perspectiva do locutor), escritores e intelectuais como Achebe e Pepetela procura(ram) desconstruir, contrapondo a descoberta e a partilha de uma silenciada história local.

Para atingirem tal desiderato, os escritores, por exemplo, convocaram para o texto literário factos e protagonistas que eram marginalizados por uma versão da história promovida pelo poder colonial, pautada por oclusões, geradas pelo registo selectivo de factos da história, selecção esta que desfigurava e distorcia e muitas vezes transformava nulo o passado dos colonizados, como já fizemos referência no capítulo anterior.

A história, tal como a arte literária, constitui uma forma de representação e interpretação do mundo e, ao reflectir também a tensão ora referida (entre as entidades registadoras dos factos históricos), acaba por reproduzir um quadro, por vezes monocromático, de uma determinada realidade social, uma vez que, como afirma Edward Said “os textos são sistemas de forças institucionalizados pelas culturas reinantes, como resultado de alguns custos humanos” (1983:53). A citação de Said, figura incontornável dos estudos pós-coloniais, remete-nos para uma reflexão relativamente aos danos gerados pela produção e, fundamentalmente, pela divulgação falseada da narrativa histórica, baseada numa perspectiva valorizadora de uma epistemologia ancorada na suposta superioridade das culturas “brancas”, e de todo um acervo de arquivos a elas ligado, com o conseqüente desprimor das culturas subalternizadas.

Essas perspectivas epistemológicas, uma vez contaminadas por interesses políticos, geraram efeitos negativos para o cabal conhecimento das comunidades humanas subalternizadas, agravados pelo facto de a versão da história amplamente difundida pelo centro ocidental ser também disseminada para as suas margens.

Isso verifica-se, por exemplo, nos textos de história escritos a partir da perspectiva do poder colonial/ocidental. Assim, aliamo-nos a Valentin-Yves Mudimbe, quando o autor afirma que “a história não é apenas um discurso sobre conhecimento. Ela é também uma questão de poder” (1988: 188).

Por este facto, pautamos como importante as distintas contribuições, como é o caso da contribuição dos escritores, socorrendo-se do poder da literatura, que de forma tenaz visam a auscultação das oclusões deliberadamente criadas pela produção do conhecimento histórico tendencialmente monoglótico, produzido pelo ocidente. Por esta razão, esse discurso monocromático deve, necessariamente, ser substituído por um discurso histórico mais abrangente, que convoque uma diversidade de discursos, ou vozes sociais, ou seja, um discurso que materialize um dialogismo ou heteroglossia, como define Bakhtin (1998:263), sendo assim capaz de acolher, a par da versão oficializada, as distintas valências e fraquezas que naturalmente povoam as histórias por narrar.

A esse respeito, tomamos como exemplo o texto “The Prose of Counter-Insurgency”, da autoria de Ranajit Guha, renomado historiador indiano, publicado na obra *Selected Subaltern Studies*, da qual partilha a edição com Gayatri Spivak.

Ao referir-se ao contexto indiano, Guha (1993:46) e usando como exemplo o período da vigência do “British Raj³³”, aponta o facto de a historiografia “branqueada” olhar para as rebeliões dos camponeses como algo empírico e não como um fenómeno cujas motivações estivessem assentes nas razões e vontades e descontentamento dos camponeses. O autor afirma ainda que nos casos em que a historiografia acima referida é forçada a produzir uma justificativa assente em princípios humanistas, fá-lo assumindo como factores motivacionais questões de índole cultural e pondo em evidência o estado “civilizacional primitivo” a que todas as tribos “selvagens” estão supostamente sujeitas (Ibid.).

Numa outra perspectiva, a historiografia britânica associava as revoltas dos indianos a um reflexo condicionado, ou seja, algo instintivo, constituindo assim uma resposta impensada ao sofrimento físico a que estavam sujeitos os camponeses (fome, tortura, trabalho forçado, etc.) ou, em alternativa, enumerando causas económicas. Por conseguinte, em nenhum dos casos as motivações dos camponeses foram associadas a um processo de tomada de consciência da injusta situação de opressão e exploração por eles vivenciada (Guha, 1993:46). Para o historiador acima citado, a razão subjacente a esta postura cega por parte da historiografia associada ao “British Raj” pode, em primeira instância, estar conectada a elementos constitutivos que nos dão indicações do “material genético” por detrás dessa historiografia e a forma como a mesma é absorvida pelo registo escrito (Guha, 1983: 47). Guha ressalta igualmente o facto de o *corpus* da história relativo às revoltas do campesinato estar associado a três tipos de discursos: primário, secundário e terciário, decorrendo esses graus da sua formalidade e/ou reconhecimento e identificação com o ponto de vista oficial, por um lado e, por outro, da natureza do seu distanciamento relativamente ao evento narrado e pela cifra de componentes integrados na narração (Ibid.)³⁴.

³³ Sistema colonial Britânico na Índia.

³⁴ Vide *Selected Subaltern Studies* (pp.45-51) para detalhes da relação entre exemplos narrados e tipologia de discurso a eles associados.

Para o caso do contexto português, as investigações concernentes às posições conservadoras e eurocêntricas da história revelam uma concepção teleológica do tempo histórico, alicerçada numa geografia filiada à dicotomia centro-periferias. Esta opção justifica a natureza despolitizada das narrações sobre o colonialismo português, assim como sobre as dinâmicas de poder e de violência que este foi capaz de conceber (Gomes e Meneses, 2012:11). Relativamente à questão, Catarina Gomes e Maria Paula Meneses, no artigo *História e Colonialismo, Por uma Inter-historicidade*³⁵, enfatizam a persistência de uma visão imperial, ainda presente nos manuais escolares portugueses, relativos à disciplina de história.

A este propósito as autoras acima referenciadas, reportando um estudo produzido por Marta Araújo e Sílvia Maeso³⁶, afirmam que enquanto a ‘Revolução Americana’ é apresentada como um processo bem sucedido de democratização e formação da nação, os processos de “independência” em África do século XX, e mais precisamente a chamada ‘guerra colonial’³⁷ entre Portugal e as suas colónias, são considerados não como processos políticos, mas como ‘Guerra de Guerrilhas’, às quais são deliberadamente associadas imagens acentuando o carácter violento da guerrilha, em contraponto com a descrição do comportamento violento dos colonizadores como sendo *defensivo* (2012:13).

Esta opção concorre para uma hierarquização social, cultural, simbólica e moral das partes em litígio na guerra colonial: ao colono e ao soldado opõe-se o rebelde, o terrorista; à atitude defensiva dos primeiros opõe-se o comportamento violento dos segundos, tal como destacam Gomes e Meneses (Ibid.).

No quadro do provimento de uma epistemologia crítica à natureza do discurso histórico oficial(izado), sublinhamos também as adequadas adaptações que o discurso histórico vai, diacronicamente, sofrendo para assim dar resposta às exigências da memória autorizada da história. José Manuel Sobral (2006: 23), no seu artigo *Memória e Identidade Nacional: Considerações de Carácter Geral e o Caso Português*, faz menção ao facto de, por exemplo, a

³⁵ Ibid.

³⁶ “Portuguese (Post)Colonial Situations, National Identity and the Understanding of Racism: The Politics of Academic Narratives”. Working Paper Produced within the TOLERANCE Project – *The Semantics of Tolerance and (anti-racism) in Europe. Public Bodies and Civil Society in Comparative Perspective*. CES –Coimbra, Unpublished.

³⁷ Ou guerra de libertação, dependendo do locutor. Para os africanos trata-se da “Guerra de Libertação Nacional”, como é designada em Angola, por exemplo.

imagem difundida, fundamentalmente no final do século XIX, principalmente por via do sistema educativo, era a do império colonial, sendo esta partilhada pelo movimento republicano. Por este facto, argumenta Sobral (Ibid.), a caracterização de Portugal como Império Colonial manteve-se sob a República e consolidou-se como elemento identitário nacional, durante o Estado Novo.

Porém, nos anos 50 do século XX, em decorrência do fenómeno da descolonização que se ia generalizando, houve necessidade de banir do léxico da identidade nacional portuguesa as conotações ligadas ao império. Assim, ocorre um ajustamento do discurso e, na qualidade de poder colonial, Portugal passa a ser detentor de “províncias ultramarinas” em vez de colónias. Esta nova aceção vai ser defendida pelo Estado Novo que, de 1961 a 1974, passa a defendê-las, envolvendo-se em varias frentes de guerra, que acabariam por ditar o colapso do império (Sobral, 2006: 23), numa altura em que as acções relativas às guerras de libertação nas colónias portuguesas eram bastante intensas, por um lado e, por outro, assistia-se à concretização das independências das possessões inglesas e francesas em África (ex. as independências da Nigéria e do Congo Brazzaville).

Já no final do século XX, mais precisamente em 1998, a época dos descobrimentos, a idade de ouro da “grande” narrativa histórica portuguesa, sofre uma adaptação à nova situação pós-colonial e, coincidindo em Lisboa a Exposição Mundial, chamada “Expo 98” desse ano (acolhida por Lisboa) com mais um centenário da “Descoberta da Índia”, Vasco da Gama era celebrado à medida da sua grandeza simbólica para a narrativa nacionalista portuguesa. Nessa celebração o feito de Vasco da Gama, outrora orgulhosamente definido como imperial foi, cuidadosamente, sobreposto pela mensagem de exaltação de um Portugal pioneiro no contacto cultural, como bem acentua Sobral (2006: 24).

No entanto, esse novo olhar que passou a repousar sobre a grandiosidade do feito “vascaíno”, não tem sido, na nossa óptica, acompanhado de uma profunda contemplação das implicações desse contacto cultural, nas duas faces do hemisfério, fundamentalmente no que tange às contribuições que as culturas “encontradas/contactadas” aportaram à configuração da sociedade portuguesa. O contacto entre povos implica sempre trânsito de referências nos dois sentidos, pelo que não se admite uma visão colonial do mundo em que a “assimilação” das referencias culturais só se processa no sentido centro-periferia. Sobre esta matéria também se verifica, por parte da

academia ocidental, uma fraca reflexão sobre as consequências do “encontro colonial” para os que foram colonizados, ficando assim à “sombra” toda uma história de violência.

A colectânea de artigos inseridos na obra *À Procura da Lisboa Africana -Da Encenação do Império Ultramarino Às Realidades Suburbanas* (2009), organizada por Orlando Grossegeesse e Henry Thorau, percorre uma trajectória em torno da “visibilidade branqueada” da presença africana e indiana, com maior destaque para a primeira, na cidade de Lisboa.

Fazendo referência à discrepância entre a realidade e a ficção, a obra de Grossegeesse e Thorau destaca a ausência do “Portugal-afro” na literatura portuguesa, ficando esta ausência justificada pela miopia selectiva dos lisboetas tradicionais que não permite inscrever a presença africana *intra murus*, como notam aqueles autores, na introdução à supracitada colectânea, em contraste com a ficcionalização da África portuguesa (2009: 9-11). Os mesmos autores afirmam que “ esta ausência questiona a própria construção de uma Lisboa Africana que seja mais do que uma mera aglomeração de diásporas (...) e mais do que um olhar etnográfico de fora à procura de uma Lisboa que não seja branca” (2009: 12).

Porém, a convivência entre os lisboetas e os emigrantes (não apenas dos PALOP como também de outra emigração recente, proveniente do leste europeu) acaba por configurar zonas de identidade ambígua, que albergam a potencialidade de uma identidade transcultural da cidade (Grossegeesse e Thorau, 2009: 14-15) e, metaforicamente, de Portugal. Porém, afirmam os autores (Ibid.), os discursos e as representações da Lisboa negra e branca ainda não alcançaram esta maturidade mestiça.

Assim, as descrições sobre a presença colonial portuguesa, marcadas pelo efeito da despolitização e da desresponsabilização induzem um distanciamento e isenção relativamente à violência que o “encontro” e o domínio colonial produziram (Sobral, 2006: 24). Nossa perspectiva, os factos apontados por Sobral e o (quase) não reconhecimento da “mestiçagem” cultural resultante dessa presença acabam por, de certo modo, perpetuar imagens de um “pretérito (im)perfeito” e uma natural subalternização das “outras” culturas que coabita(ra)m durante séculos de história com a portuguesa. Esta recusa mantém assim hoje, apagadas as “outras” culturas no palco da narração autorizada da história, tal como fora no passado. Esta postura demonstra, como refere Sobral (2006:24), que a alteração da situação colonial e o processo de

democratização da sociedade portuguesa não conduziram, de maneira alguma, a uma situação em que o estado produtor de conteúdos ideológicos da memória e identidade nacionais deixasse de existir.

Para as autoras Catarina Gomes e Maria Meneses (2012: 2), o facto de essas ordens discursivas, bem referidas por Sobral, Grossegese e Thorau, perpetuarem uma imaginação imperial condicionam a percepção da realidade passada e presente, concorrendo igualmente para a produção de uma memória política sancionada pelo poder, uma vez que, como sublinham Gomes e Meneses (Ibid.), citando João Paulo Borges Coelho³⁸ se recorda/interpreta a história colonial de uma forma selectiva, que lhe é favorável e que, a longo prazo, se transforma numa memória colectiva histórica.

Assim, tomando em consideração a ligação entre a história e o poder, mais precisamente aquele aliado ao centro do poder ocidental, à luz da qual reportamos Said, Mudimbe e Guha, assistimos, no campo da história, à não contemplação de diferentes trajectórias históricas específicas, de espaços e tempos distintos, bem como de relações conflituais. Citando Boaventura Sousa Santos (2006: 27-28)³⁹, Gomes e Meneses (2012: 13) lembram que a ideia da pós-modernidade está muito voltada à descrição do que a modernidade ocidental fez de si mesma, ocultando, desse modo, o que dela fizeram os que sofreram a violência que lhes foi imposta. As autoras (Ibid.) sublinham ainda que a normatividade deste discurso histórico é, simultaneamente, reflexo e produto da intervenção colonial e das suas continuidades tectónicas. Esta posição é partilhada por Santos (2011: 134 -135)⁴⁰, citado por Gomes e Meneses (Ibid.), ao considerar que,

Muito para além do impacto económico, o colonialismo teve um papel na formação da cultura europeia e muito especificamente na cultura política. A ideia da missão civilizadora conferiu à cultura europeia um complexo de superioridade que com o tempo se transformou num traço que ‘incapacitou a Europa para imaginar relações horizontais entre diferenças (...), tornando-se ‘inimaginável’ (...) dar valor intrínseco a outras experiências ou culturas do mundo, extra-europeias.

³⁸ “Memory, History, Fiction. A note of the politics of the past in Mozambique”. 2010 , Unpublished Paper.

³⁹ In *A Gramática do Tempo. Para uma nova Cultura Política*, Porto, Afrontamento.

⁴⁰ Portugal. Ensaio contra auto-Flagelação, Coimbra, Almedina

Assim, partindo de um enfoque sobre relações desiguais entre o ocidente e outros espaços geográficos, as autoras anteriormente referidas aludem à incapacidade de auto-superação do pensamento eurocêntrico, examinando-o comparativamente às suas leituras emblemáticas do mundo, enfatizando que:

A celebração” das diferenças culturais, consagrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos não pode estar ancorada no esquecimento das desiguais relações de poder, nem ficar alienada numa espécie de cepticismo ou resignação, face à transformação social (Gomes, Meneses, 2012:2).

Por conseguinte, a co-existência de duas tendências distintas no campo dos estudos dos acontecimentos históricos⁴¹, mesmo após tentativas de “deshierarquisação” dos factos históricos aliados às distintas culturas, cedeu lugar ao surgimento do conceito de inter-historicidade. Para Gomes e Meneses, facto de as histórias coloniais revelarem uma incompletude cultural transforma-as em locais de excelência para a prática de um exercício de hermenêutica diatópica dos factos históricos, do qual resultará um diálogo entre as culturas centrais e periféricas. No campo da história, este exercício de interculturalidade converte-se, no dizer dessas autoras, num exercício de inter-historicidade (Ibid.).

Operando no sentido acima sinalizado, ou seja, em direcção à inter-historicidade e, por conseguinte, assumindo uma postura promotora de uma história polifónica, ainda que por via do texto literário, autores e escritores proporcionam um acesso à história subaltern(izad)a, fazendo referência aos “gaps”, às ausências, aos lapsos e elipses que nos lembram que a escrita da história é, acima de tudo, uma interpretação de factos e não uma realidade. Para os povos subalternizados, como consequência de uma dada interpretação no passado, a sua história, assim como os seus documentos históricos estão, necessariamente, em mãos alheias (podendo estas estarem ligadas tanto às elites locais como aos colonizadores, que governaram e escreveram a história dos colonizados). Como nos diz Said (1983: vii), a história subalterna é, em termos literais, uma narrativa ausente da “História oficial”, desfigurada pelas interpretações eurocêntricas que são, necessariamente, parciais.

⁴¹ Nomeadamente, a tendência selectiva e branqueada e a que pugna pela inscrição e reconhecimento das perspectivas da história dos colonizados.

Convém referir que a palavra ‘subalterno’ tem conotações políticas e intelectuais. O seu implícito antónimo é, claramente, o termo dominante ou elite, ou seja, o grupo detentor do poder. As ressonâncias do termo derivam do uso que Gramsci faz do mesmo na obra *The Prison Notebooks* (2011), na qual o analista político demonstra a extensa dimensão da essência do discurso histórico e que a mesma assenta numa extraordinária interdependência de factores sócio-culturais, gerados entre governantes e governados, entre a elite dominante (ou a classe hegemónica) e os subalternos, como Gramsci os apelida. Por outras palavras, os subalternos formam um grande grupo populacional governado pela classe hegemónica, que recorre a meios coercivos ou ideológicos para manter o seu domínio, como podemos ler no prólogo assinado por Said, na obra *Selected Subaltern Studies* (1988: v, vi), co-editada por Ranajit Ghuha e Gayatri Spivak, como atrás referenciamos.

Como vimos, no campo da história digladiam-se tendências distintas, nomeadamente, a visão conservadora da história oficial e a da memória autorizada (história patriota) e, por contraste, aquela virada à produção do conhecimento histórico ancorado numa hermenêutica diatópica que atravessa narrativas, memórias, experiências e interpretações de distintos espaços de enunciação (Gomes e Meneses, 2012: 3).

Deste modo, vai-se operando um processo de auscultação dos silêncios e das oclusões da história, representando este exercício uma viragem importante que configura novos e renovados desafios à academia universal.

Para Gomes e Meneses (2012:3), a audição e inclusão de distintas vozes da história pressupõe um complexo esforço que passa por uma crítica epistemológica à produção do conhecimento histórico e pela desnaturalização dos significados e referências cognitivas sedimentadas pela academia ocidental, factores estes que culminarão na conseqüente inclusão dialógica dos “impensados”, das ausências e das experiências dos colonialismos, em todas as suas vertentes e integrando variadas perspectivas.

Manuela Ribeiro Sanches, associa-se às linhas de pensamento acima compulsadas, sublinhando a necessidade de se repensar o conceito de uma história efectivamente universal, uma história do mundo e no mundo, o que implica, no dizer da autora, reconhecer a parcialidade das visões eurocêtricas, valorizando, como afirma a autora, as histórias “não-históricas” (aspas da autora).

Entretanto, a autora que a assunção da parcialidade do discurso histórico não deve vista como sinónimo de condescendência relativamente a novas e radicais epistemologias, a partir de saberes e tradições nativistas, como alguns teóricos pós-coloniais por vezes sugerem, sob pena de se criar um novo fosso como diz Sanches (2012: 26, 27), novas hierarquias, ou ainda uma nova monoglossia, como resultado de novas oclusões .

Essa reflexão de Sanches é reforçada por Said que, ao analisar a história como parte da cultura e por conseguinte uma fonte de identidade, alerta para o facto de algumas tentativas de “retorno” ao original serem acompanhada de códigos rigorosos de conduta que se opõem a filosofias como o multiculturalismo e o hibridismo, gerando o registos de vários fundamentalismos religiosos e nacionalistas (2011:9). assentes em pronunciamentos separatistas e chauvinistas ou em proclamações afrocêntricas, islamocêntricas ou ainda eurocêntricas (Ibid.:19).

Porém, ignorar ou minimizar a experiência das ligações entre ocidentais e orientais (no sentido amplo do termo, isto é, os não ocidentais), ou seja, ignorar a relação entre o West and Rest, lembrando Hall, ou tentar apagar a interconexão de terrenos culturais onde colono e colonizador co-existiram e combateram um ao outro, por meio de projecções, assim como de geografias, narrativas e histórias rivais é, na opinião de Said, perder de vista o que há de essencial no mundo dos últimos cem anos (2011:19).

Nesse sentido, perceber esta realidade e assumi-la pressupõe o reconhecimento de que a velha autoridade não pode ser substituída por uma nova, assente em homogeneidades reducionistas, capazes de ditar a prevalência de oposições essencialmente binárias. Perceber a nova conjuntura cultural pressupõe, sobretudo, o reconhecimento dos novos alinhamentos, independentes de fronteiras, tipos, nações e essências que provocam/contestam a noção estática de identidade cultural, que constituiu o núcleo do pensamento cultural na era do imperialismo. (Ibid.:25). Este pensamento identitário alimentou o contacto entre os europeu e os seus “outros”, partindo da existência de um “nós” e um “eles”, claramente definido e que constituiu a marca registada das culturas imperialistas e também daqueles que tentavam resiti-la, como sublinha Said (Ibid.)

Em suma, a postura dos actores que interagem no palco da produção e da divulgação do conhecimento histórico deverá estar direccionada à auscultação das distintas vozes que habitam as diferentes culturas. Isto quer dizer que a postura dos actores acima referidos deve estar voltada

para a prossecução de uma heteroglossia cultural resultante de uma hermenêutica diatópica dos factos histórico-culturais.

Este exercício, como já referimos, transforma-se, no domínio da história, num exercício de inter-historicidade. A execução plena desse exercício convida à recuperação da memória, enquanto objecto de interrogação e fonte de uma epistemologia crítica que incida sobre as condições e os termos da produção do conhecimento histórico validado (Gomes e Meneses, 2012: 6), lançando assim desafios à academia, relativamente à (re)organização do arquivo histórico, efectivamente universal.

No entanto, este exercício não pode, em nome de um pós-colonial global, funcionar como uma renúncia ao mundo, por parte dos poscolonizados, em favor de nativismos locais, como de algum modo fizemos menção, compulsando posições defendidas por Sanches (2012) e Said (2011). Para a Sanches, a questão da inter-historicidade estimula-nos a pensar um universal que não dilua as particularidades, não ambicione atingir uma fusão e não se esclarece em provincianismos; em verdade, frisa a autora, a inter-historicidade motiva-nos a reflectir sobre um mundo que pensa e assume as diferenças, buscando uma tensão produtiva que possibilite a lenta negociação de sentidos múltiplos, de um modo mais simétrico e deslocado (2012:29).

O debate em torno da inter-historicidade cruza com a investigação desenvolvida ao longo da nossa dissertação, dada a relação entre a história e a ficção. Pois, na nossa perspectiva, quando um escritor rebusca um determinado período histórico provoca, no seu público, uma reflexão no sentido de ponderar o que terá ocorrido aos diferentes pontos de vista que a história ficcionalmente invocada regista. Uma vez que, mesmo pertencendo ao domínio da ficção, as narrativas, como aquelas seleccionadas para este estudo, levantam a questão da existência de passados históricos pré-coloniais e também refletem sobre o custo humano do colonialismo e suas consequências para a história do século XX.

Daí que nos pareça fundamental frisar a importância da inter-historicidade, porquanto esse conceito que emerge no domínio do estudo da história quando (des)localizado no contexto da crítica pós-colonial amplia a nossa percepção atinente ao papel do texto literário, fundamentalmente, o que se dedica a escrutinar dados “arqueológicos” que foram transformados em objectos desprovidos de qualquer ou pouco valor histórico.

Assim, a emigração do conceito de inter-historicidade para os estudos pós-coloniais opera uma articulação das posições de Gomes e Meneses (2012) e de Sanches (2012), relativas à necessidade de uma hermenêutica diatópica dos factos históricos. Estas posições são reforçadas por Said, quando este lembra que cada texto está firmemente ancorado num contexto *wordly* (mundano), isto é, num mundo social e político (1983: 39). Ou seja, cada texto está especificamente localizado num contexto que, por seu turno, é parte integrante de um ambiente global e, por consequência, não deve ser operacionalizada qualquer disjunção entre o texto e as circunstâncias específicas que lhe são inerentes.

Por exemplo, como antes frisámos, aludindo a observação feita por Sobral (2006), a mudança da designação de “império colonial” português para províncias ultramarinas é uma mudança de designação motivada por questões políticas e circunstanciais. Outrossim, a “escavação” de episódios da história dos “marginais” branqueada ou enegrecida pela crítica colonial, é uma estratégia empregue pelos escritores e críticos pós-coloniais, que deve ser lida à luz dos protocolos e códigos que envolvem a produção de textos de natureza científico-crítica, assim como de índole literária pós-colonial.

Por este facto, advoga Said, deve-se, necessariamente, tecer uma interdependência entre o texto e o seu contexto. A partir dessa necessária conexão, o estatuto do texto é encarado como um evento detentor de particularismos e contingências históricas que nele são incorporadas, o que significa que o texto é detentor de uma situação específica (Said, 1983: 39). Deste modo, Said afirma que para suplementar a narrativa histórica existente, “oficial”, com novas narrativas, alternativas, será necessário empreender tarefas epistemológicas de grande dificuldade (1993, vii) podendo, neste quadro, ser referida a questão do acesso às fontes, incluindo as orais, que representam um importante elemento, ao nível do continente africano.

A respeito do acesso às fontes Said salienta também a necessidade de um esforço na procura de novos documentos e uma cuidada re-interpretação de antigos documentos, tarefas que conectam as actividades dos ‘novos’ historiadores (Said, Ibid.: viii). Dito de outro modo, a implantação da heteroglossia histórico-cultural no domínio da história convoca a execução de um modelo capaz de combinar vários sons, a partir de um percurso diacrónico e multifacetado, que implícita ou explicitamente, se projecte como factor importante na evolução das culturas, entendidas como sujeitos históricos distintos (Mudimbe, 1998:188).

Ao referir-se à questão da história, Richard Terdiman, cientista social francês, na sua obra *Present Past: Modernity and Memory Crisis* (1993⁴²), afirma que,

Man makes history but he did not make it under the circumstance chosen by themselves, but under the circumstances directly encountered, given and transmitted from the past. The tradition of all the dead generations weighs like a nightmare on the brain of the living (1993: 180).

A querela das fontes que dominou a historiografia africana nas décadas de 1950 e 60 do século passado está hoje encerrada, tendo sido aceite e reconhecido o valor das fontes orais, havendo por isso unanimidade, relativamente à variedade de fontes orais de que dispõe o historiador de África, e que delas pode tirar proveito.

Esse consenso constitui uma possibilidade excepcional, sendo no entanto fundamental que as fontes orais mereçam um tratamento pautado pelo habitual rigor que preside a utilização de qualquer outra fonte e que o recurso às fontes orais obedeça às regras específicas aplicáveis a sua tipologia (M'Bokolo, 2003: 46-48).

As fontes escritas de todas as origens - egípcias, gregas, latinas, chinesas, árabes e europeias que foram tidas como condição para a produção de obras históricas revelam-se também difíceis de explorar, sendo, às vezes, enganadoras, porquanto constituírem a percepção de África pelos outros. E sendo assim, essas fontes não estão isentas da tendência em reproduzir preconceitos e estereótipos, em paralelo com a criação de outros (M'Bokolo, 2003: 46).

Porém, enquanto este trabalho não for realizado e registado pela escrita, é também necessário extrair o máximo das fontes escritas disponíveis, ainda que preconceituosas, cruzando dados nelas existentes com os de outras fontes ou de ciências auxiliares da história, com realce para arqueologia e a linguística. No entanto, não se pode deixar de destacar o papel preponderante das fontes escritas, uma vez que as mesmas permitem a elaboração de uma ideia inicial da abertura do continente africano ao mundo, tomando como exemplo as relações antigas entre o continente e o mundo mediterrâneo, assim como com a Assíria e com a Pérsia, cujas aventuras em África se misturaram no decurso do primeiro milénio A.C (M'Bokolo, 2003:30). Nessa perspectiva, o

⁴² Nesta obra o autor propõe uma abordagem relativa à memória, centrando a sua atenção sobre o modo como o passado persiste no presente e como esta persistência foi entendida nos séculos XIX e XX.

recurso cuidado e atento às fontes escritas permitirá escavar, retirar do claustro e registrar com novos olhos críticos os feitos civilizacionais africanos.

Como relembra Mudimbe, na sua obra *The Invention of Africa*, as longas listas de ilustrações que reforçavam o “primitivismo” africano, inicialmente evocadas pelos exploradores foi, posteriormente, apropriada e ampliada pela colonização, partindo de uma lógica baseada numa epistemologia eurocêntrica, assente na premissa de que do ponto de vista científico não havia nada a aprender com os africanos, com excepção dos “achados” ou as teorias formuladas pelos europeus, a respeito do primitivismo dos africanos (1998:15). Assim, sublinha Mudimbe os antigos exploradores, recusando-se registrar os feitos africanos, iniciaram a edificação de uma “biblioteca colonial” (1994: xii), deixando assim de revelar a “outridade africana”, limitando-se comentar sobre uma “antropologia” (aspas do autor) para ressaltar a distância entre a selvajaria e a civilização, a medida que iam também reforçando o suposto primitivismo africano (Ibid.).

A “biblioteca colonial” representará assim um conjunto de conhecimentos construídos com o explícito propósito de efectuar uma completa tradução e decifragem do “objecto africano”. De facto, a “biblioteca colonial” enquadrava-se num projecto político no qual, supostamente, uma vez revelado e dimensionado o potencial do “objecto” possibilitaria aos mestres e executores desta “descoberta” condições para procederem a domesticação do objecto estudado (1994:xii). No fundo, assente numa violência epistemológica, a “biblioteca colonial” possuía um ambicioso propósito de disseminar o conceito de “desvio”, como o que melhor simbolizava a ideia de África, tal como escreve Mudimbe no prefácio da sua obra *The Idea of Africa*.

Mudimbe realça ainda que as teorias que suportavam a expansão da civilização europeia e o discurso colonial sobre o primitivismo africano enfatizaram uma historicidade que conduziu à promoção de um modelo de história estabelecida a partir das discrepâncias entre o civilizado e o primitivismo africano justificando, deste modo, o mandato europeu em África e a justificativa ideológica para o “investimento” europeu na conversão dos africanos e consequente atribuição de uma (nova) dimensão histórica.

Esse enfoque dicotómico, promotor da supremacia europeia, assumida como verdade absoluta, inquestionável, constituiu-se como pedra angular que viria a fundamentar o processo de invenção e conquista de África, e os subsequentes meios e métodos para a sua exploração e “regeneração”

(Mudimbe,1998:20), processo esse que carece de requalificação, fundamentalmente a nível das configurações ideológicas a ele associadas, sendo assim relevante a questão da inter-historicidade.

III.1 - A (Inter) Historicidade Pós-Imperial

A inter-historicidade, ao proclamar uma hermenêutica diatópica e diacrónica dos factos históricos, procura, inequivocamente, a concepção de um discurso que se decline e se demarque da unicidade do “discurso histórico oficial(izado)”. Isto significa que a hermenêutica diatópica dos factos almeja um pronunciamento polifónico, como referimos anteriormente, isto é, a promulgação do contra-discurso, para usarmos um conceito de Richard Terdiman.

Podemos assim entender os discursos produzidos no quadro da hermenêutica diatópica dos factos históricos como contra-discurso porquanto Terdiman define-o como uma prática que opera uma mudança no conteúdo do discurso estabelecido, relativo à realidade constituída. Este exercício constitui um mecanismo privilegiado que conduz à ocorrência da mudança histórica e social, como afirma o autor (citado por Ashcroft et al., 2004: 56).

Por esse facto, no seu artigo “Historicizing Memory” Terdiman afirma que os discursos dominantes “claim to totalize the world of possible utterances – or would, if from within the confidence of hegemony they felt the need to make claims at all.” (1993:19). O autor diz ainda que os discursos dominantes, suportados por privilégios estruturais e por uma memória selectiva e altamente ideológica, acabam por ficar alheios à questão da sua própria legitimidade. Neste sentido, no contraponto da disputa cultural aparecem os contra-discursos, visando questionar a pretensão totalizadora dos discursos dominantes, para assim evidenciar o campo dos possíveis discursos alternativos. O privilégio dos contra-discursos assenta no facto de os mesmos possuírem o poder analítico e a capacidade de re-situar a percepção e a compreensão que os seus antagonistas são incapazes de exhibir (Terdiman,1993: 20).

Nessa óptica, atendendo às características dos textos da literatura africana, no geral, de natureza engajada, como já aqui referimos, os mesmos consomem, também, contra-discursos que, como

diz Ngūngī wa Thiong’o, proclamam uma perspectiva libertadora dentro da qual os africanos se reveem e demarcam as suas identidades, relativamente a outros povos do universo (2006:87). No dizer de Thiong’o, este dado é de importante, não apenas para os fazedores de literatura, mas também para os sistemas educativos africanos, que têm a missão de fomentar, a par de outras literaturas, o ensino da literatura africana nas escolas e universidades, à luz de uma abordagem crítica (2006:87).

Para Thiong’o (2006: 88), a inclusão dessa literatura nos currículos envolve dois processos: o de selecção do material literário a ser integrado e a atitude perante este material ou a interpretação do mesmo. Esses dois processos, por seu turno, afectam e serão afectados por critérios nacionais e pela atitude diante do material escolhido. Em suma, argumenta Thiong’o a escolha e atitude perante a “antologia” seleccionada dependem da base filosófica a partir da qual os decisores/seleccionadores encaram a realidade e do seu posicionamento relativamente à faceta (neo)colonial do imperialismo (Ibid.).

O posicionamento de Thiong’o lembra-nos do poder que detém a literatura e a relação desta e o poder. Lembremo-nos, a título de exemplo o já aqui referido papel do texto literário, no quadro da sua função política, colocou-se ao serviço dos movimentos nacionalistas e, naturalmente sustentou a ideologia colonial.

Olhando para o contexto imperial português Ana Gabriela Macedo (2016: 10), na introdução à obra *Prémios Literários – O Poder das Narrativas As Narrativas do Poder*, considera que a literatura colonial teve um grande contributo para a formação da mentalidade portuguesa, tendo mesma sido enquadrada dentro de um vasto sistema de propaganda construído pelo Estado Novo. Isto pressupõe, como refere ainda Macedo que o fenómeno literário, como representante de uma realidade cultural, social e política foi contíguo ao exercício do poder colonial e das narrativas dos seus aparelhos de estado e das suas instituições (Ibid.:9). Porém, a literatura, a partir de um outro prisma, o poscolonial, opõe-se a esse aparato político-ideológico dando lugar ao surgimento de um contra-poder, relativamente ao poder das narrativas coloniais.

Laura Cavalcanti Padilha (2016:19), partilhando o argumento de Macedo e cingindo-se ao contexto angolano, no seu artigo “Da Sedução do Prémios Às Artimanhas do Cânone” contido na obra acima referida, lembra que as contra-narrativas do poder procuravam vencer a narrativa do

poder imperial português, reivindicando através de uma narrativa literária a nacionalidade angolana, uma vez que os autores das contra-narrativas não se viam como sujeitos pertencentes ao império português, tendo este sentimento de não pertença sido sentido e manifestado do mesmo modo noutros territórios colonizados.

Em suma, o campo literário enquanto reflexo da dinâmica das relações sociais durante o colonialismo possibilitou a manutenção do diálogo entre a história e a literatura. A partir desse diálogo a literatura colonial auxiliou a edificação de uma ideologia racista/opressora que, há uma dada altura serviu de "arma de arremesso" para os povos colonizados. Servindo-se, reinventando e questionando os modelos coloniais, os colonizados teceram a sua produção textual, como já aqui referimos. Como recorda Thiong'o (2006:99), no seu artigo "The Quest for Relevance", há que reconhecer que:

Literature is a powerful instrument in evolving the cultural ethos of a people. (...) It's part of the whole ideological mechanism for integrating people into the values of a dominant class, race or nation. Imperialism, particularly during colonialism, provides the best example of how literature as an element of culture was used in the domination of Africa.

Nessa conformidade, os textos literários pós-coloniais ao efectuarem uma ruptura com os seus "homólogos" coloniais e estabelecendo, ao mesmo tempo, diálogos intensos com os seus congéneres da história silenciada, convertem-se, de certo modo, em documentos portadores de informação histórica. Por este facto, Mata (2013:24), afirma que o texto literário constitui um objecto simbólico importante na construção da imagem das sociedades, sobretudo em espaços políticos emergentes, que vivem, por vezes, de forma ambígua e tensa, o pós-colonialismo. O estudo desse objecto é, na opinião da Mata, também um veículo para se chegar à história (Ibid.:25), sendo, no domínio da produção literária, o romance histórico a via mais utilizada para lá se chegar.

A opção pelo romance histórico pressupõe, necessariamente, a transmissão de conteúdos históricos. Na óptica de Mata (2013: 25), isto implica que o autor, em pleno domínio e responsabilidades sobre o que diz, ou faz as suas personagens dizer, psicografia os anseios e

demónios de uma dada época, dando voz aos que são colocados à margem da “voz oficial”. Por este facto, considera a ensaísta, é admissível pensar-se que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura ou porque a história é parcial ou parcelar, pode ser legítimo pensar-se que a ficção desafia a história, na medida que aquela, como discurso, reinventa-a e compensa a sua parcialidade (Ibid.).

Na opinião de Elena Brugioni (2016), a parceria entre o discurso histórico e o literário conforma um reposicionamento crucial no que concerne à história como prática de conhecimento para a qual a pós-modernidade convida a uma tomada de consciência das limitações desse conhecimento e também da sua parcialidade, como foi aqui referido, sendo por isso de considerar que esta tomada de consciência implique uma reflexão crítica complexa que se desdobra numa perspectiva transdisciplinar, abrangendo os campos da filosofia e da teoria da história.

Esse quadro configura um questionamento epistemológico relevante que se prende com a dimensão ideológica do discurso onde, na óptica de Brugioni (2016), a linguagem e a alteridade sobressaem como paradigmas essenciais para se repensar a relação entre história, representação e narração, sobretudo em contextos em que um grande volume de informação é colocados à margem da grande narrativa histórica do Ocidente .

Por este facto, Terdiman chama a nossa atenção para o facto de a memória acabar por ser partícipe nos dois campos de batalha cultural (os domínios da história e da produção literária) porquanto ser também capaz de alimentar, o contra-discurso, derivando desta dupla função a capacidade da memória em efectuar recolheitas e restauros dos discursos alternativos, cuja essência fora simplesmente branqueada ou deliberadamente esquecida pelos seus “congêneres”, dominantes. Dotada dessa prerrogativa, a literatura, como lugar de exercitação da memória, pode constituir um espaço de contestação, por excelência (1993:20).

Sendo assim, a literatura produzida pelos escritores africanos pode ser considerada como uma das matrizes de contra-discurso. Isto porque, de modo genérico, a fisionomia dessa literatura, foi concebida, em muitos casos, sob fundações evidentemente históricas usualmente ausentes do discurso oficial dominante. Ao explorar outras possíveis interpelações da história, a abordagem

histórica feita pela literatura propõe recolheitas ou restauros, o que possibilita que tais fundações, ora reprimidas ou emudecidas, sejam re-abilitadas e re-construídas.

Nesse contexto, a literatura pós-colonial procura, de forma implícita ou explícita, responder ao discurso hegemónico e subalternizante produzido pela história oficial, tentando assim contribuir para a consagração de uma hermenêutica diatópica e difásica⁴³. dos factos históricos

A ligação entre a literatura africana e o conceito de contra-discurso, oferecido pela reflexão de Terdiman, motiva-nos a ampliar o espectro desse conceito à esfera da análise da relação de subordinação imposta pelos sistemas coloniais e das práticas daí resultantes, nomeadamente, a sublimação⁴⁴ de páginas da história de um grande número da população mundial, levada a cabo pelas autoridades políticas e culturalmente dominantes, por um lado. Por outro lado, permite-nos avaliar o conseqüente movimento oposto, voltado à recuperação e divulgação de todo um espólio silenciado ou subalternizado, projecto esse empreendido pelos dominados.

Por este facto, o conceito de contra-discurso foi adoptado pelos críticos pós-coloniais para descrever as complexas formas, através das quais, os discursos dominantes e sedimentados, fundamentalmente, aqueles produzidos pelo centro imperial, podem ser subvertidos, desafiados e desmantelados a partir da margem. Como prática, dentro do campo dos estudos pós-coloniais, o conceito de contra-discurso tem sido utilizado para a análise dos desafios impostos a determinados textos e, por conseguinte, para aferir as ideologias inculcadas, estabilizadas e mantidas através de textos empregues em sistemas educativos (“coloniais”), com extensão aos mecanismos de transmissão de conhecimentos, como afirmam Bill Ashcroft et al. (2004: 57). Desta perspectiva deriva, na nossa óptica, a forte conexão entre o conceito em causa e o discurso pós-colonial, no geral, e a literatura da mesma índole, em particular.

Neste contexto, a literatura pós-colonial, entendida aqui como aquela escrita em consequência de uma situação colonial, assume um compromisso social e, ao transgredir normas canonizadas, passa a ser, como afirma Vitor Aguiar e Silva (2002:9), detentora de uma postura vanguardista que rompe, iconoclasticamente, com a literatura institucionalizada. Os textos detentores desta

⁴³ Ou seja, uma leitura que conduz a um levantamento das perspectivas de distintos lugares e povos, assim como das diferentes etapas históricas (quer estejam ligadas a processos coloniais ou pós/neo-coloniais).

⁴⁴ Entendida de modo figurado (conectando o termo na sua acepção no ramo da físico-química, relativo à descrição da passagem das substâncias do estado sólido a gasoso), para referir as transformações a que ficaram sujeitos os acervos históricos dos excluídos, relegados a uma notória insignificância, como várias vezes referimos.

postura passam a ser considerados como pertencentes a uma categoria de textos que se enquadram no que geralmente se denomina como literatura engajada, pois esta é comprometida com uma visão analítica e politizada do mundo.

Para prossecução dos seus objectivos, as obras pertencentes à categoria supracitada recorrem a várias tipologias textuais e técnicas narrativas, por meio das quais procedem à efabulação de distintos contextos sociais, como irão demonstrar as obras seleccionadas para este estudo. Na medida em que são obras engajadas com a recuperação de dimensões silenciadas no decurso de diversos processos históricos, em Angola, Nigéria e Zimbábue, essas obras procuram construir uma visão diferenciada da história e da educação, também ela capaz de gerar tensão e conflito (ex. desconstruindo as visões e ideias inculcadas pela educação colonial).

Para consumarmos a verificação desses processos de revitalização e consolidação identitária que acima reportámos, impõe-se a presença de uma ferramenta teórico-crítica, capaz de destronizar a unilateralidade das leituras centrípetas, procedendo deste modo, à descodificação do monólogo epistemológico, gerando assim um conjunto de prerrogativas orientada à compreensão, dos textos produzidos fora do traço fronteiriço do pensamento etnocêntrico.

Esta condição implica uma transição no eixo da nossa abordagem, para nos debruçarmos sobre o vasto campo da crítica pós-colonial, sendo ela o pressuposto teórico que guiará a análise do *corpus* do nosso estudo.

Assim, no capítulo seguinte, dedicaremos a nossa atenção às considerações teóricas conexas aos Estudos Pós-coloniais.

CAPÍTULO IV- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

IV.1 - Estudos Pós- Coloniais: Uma Perspectiva Diacrónica e Epistemológica

O sistema colonial constituiu, tal como verificámos nos capítulos precedentes, um conjunto diversificado de oclusões que foram, no entanto, contrapostas pelo desenvolvimento e manutenção, por parte das populações colonizadas, de um leque de práticas visando dar voz às identidades dos seus espaços então apropriados pelos distintos poderes coloniais. Segundo Deepika Bahri (1996), no seu artigo “Introduction to Post-Colonial Studies”⁴⁵ a Europa terá ocupado mais de 85% do resto mundo, tendo aí assumido o controlo de muitos países, por via da colonização.

Assim, surgiram, em diversas partes do globo, inúmeras acções de resistência às oclusões geradas pelos ditames coloniais. Entre essas acções oponentes ao movimento de silenciamento destacamos, dada a natureza da nossa investigação, a preservação dos seus elementos identitários, como as línguas e as tradições, assim como da historiografia ancestral (ainda que oralmente, em bibliotecas vivas, transmitidas de geração em geração) por parte dos colonizados e, finalmente, a produção de um diversificado conjunto de textos, quer de índole literária, quer de natureza ensaística.

Relativamente ao primeiro grupo de textos, salientamos o profícuo exercício de transposição de dados histórico-culturais para o universo literário, tendo como fim, por um lado, a manutenção da vivacidade desses dados e, por outro, criticar as posições reducionistas, expansionistas e difusionistas exaradas pelo poder colonial. Desse modo, os escribas pós-coloniais acabam por realçar as especificidades dos territórios e espaços próprios, por eles reivindicados.

No entanto, a leitura desses textos foi sempre feita sob olhar de uma crítica aliada à ideologia colonial, naturalmente alinhada com a desvalorização total das culturas colonizadas.

⁴⁵ In <http://www.English.emory.edu/Bahry/Introduction:html>. Acesso em Julho de 2014

Para responder à emergência e à consolidação de uma literatura crítica em relação ao poder colonial e, em simultâneo, assegurar uma alternativa às leituras inadequadas dessa produção textual surge, no âmbito dos estudos pós-coloniais, um ramo da crítica literária que procura levar a cabo uma hermenêutica adequada dos textos pós-coloniais (Bahri,1996:xii), avaliando-os à luz da tensão existente entre o centro imperial e as periferias colonizadas. Na verdade, é esta tensão que constitui a base sob a qual assenta o processo fundacional dos estudos pós-coloniais e que norteia o posicionamento crítico dos seus teóricos.

IV. 2- Marcos Históricos dos Estudos Pós-coloniais

Como campo de conhecimento, os estudos pós-coloniais começam a ganhar proeminência a partir de 1970. Alguns autores apontam o seu surgimento na academia ocidental com a publicação da crítica influente de Edward Said às construções do Ocidente sobre o Oriente, na sua célebre obra *Orientalismo*⁴⁶ (1978) e a crescente utilização do termo pós-colonial/poscolonial consentânea à publicação do livro *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature*, assinada por Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin em 1998, como refere Bahri (Ibid.).

Os estudos pós-coloniais possuem uma vasta abrangência temática, incorporando na sua análise não apenas questões ligadas ao campo dos estudos literários (também ele heterogéneo), mas também matérias conexas a áreas como por exemplo, as línguas, a educação, a cultura e, em geral, a produção e circulação do conhecimento.

Relativamente às duas grafias usadas para fazer referência ao estudo e à análise da relação de dominação/subordinação existente entre o Centro (ocidente) e a Periferia (outros pontos do globo) respectivamente, autores como Bill Ashcroft et al. (2001:xv) afirmam que a prevalência dos dois termos decorre de uma disputa entre aqueles que olham para o pós-colonialismo como um termo designativo de um conjunto de práticas semelhantes ao pós-modernismo e os que o

⁴⁶ A partir dessa altura os termos *commonwealth* e *Third World* usados para fazer referência as literaturas produzidas nas ex-colónias europeias passaram a ser raramente utilizados (Bahri, Ibid)

observam como ilustrativo de um conjunto mais específico de estratégias culturais, historicamente localizadas.

Porém, a última posição comporta dois pontos de vista relativamente à abrangência temporal do pós-colonialismo: o primeiro ponto de vista é partilhado por adeptos da posição segundo a qual o pós-colonialismo corresponde apenas ao período subsequente às independências políticas, e o segundo é defendido pelos partidários do argumento que advoga que o termo designa a totalidade de práticas que caracterizam as sociedades pós-coloniais, desde o momento da colonização até aos nossos dias, como afirmam Ashcroft et al. (Ibid.), salientando a sua concordância com a última posição, sendo a mesma igualmente partilhada por Bahri (1996)⁴⁷.

Embora persistam debates sobre a precisão dos marcos cronológicos do termo pós-colonial, existe um reconhecimento de que, como campo de conhecimento, os estudos pós-coloniais têm como alvo o estudo das interações entre as nações europeias e as sociedades que elas colonizaram no período moderno, como refere (Bahri, 1996). O mesmo autor acrescenta ainda que, de um modo mais genérico, o termo é usado para descrição de uma posição oposta ao imperialismo e ao eurocentrismo, por via do estudo crítico das formas ocidentais de produção e disseminação do conhecimento, no passado e no presente, tendo em vista formas alternativas de expressão.

No entanto, a análise da situação pós-colonial assente na combinação binária que coloca a Europa ou o Ocidente (centro) em oposição ao Oriente ou Leste ou ainda ao Terceiro Mundo (margem/periferia) começa a não ser aceite facilmente por alguns actores da crítica pós-colonial, como por exemplo Bart Moore-Gilbert et al. para os quais olhar para a Europa como o ponto central é repetir as mitologias imperialistas e colonialistas que é suposto serem desconstruídas pelos estudos pós-coloniais (1997:5).

A par dessa questão, os autores da obra *Postcolonial Criticism*, nomeadamente, Bart Moore-Gilbert, Gareth Santon e Willy Maley, fazem também referência à dimensão espacial do pós-colonialismo, trazendo assim à luz a problemática do “colonialismo interno” prevalente nas ilhas britânicas, assim como a situação das populações indígenas na Austrália e na Nova Zelândia

⁴⁷ No presente trabalho usamos as duas grafias, sendo o termo poscolonial usado para fazer referência actos/situações decorrentes do contacto colonial (isto é, durante a colonização europeia e nos nossos dias) e o pós-colonial para demarcar o momento histórico, associado à supressão formal dos impérios coloniais.

(1997:5), às quais acrescentamos as novas configurações geopolíticas que caracterizam as antigas colónias⁴⁸.

Para Bill Ashcroft et al. (2001:2), o termo pós-colonial constitui uma ressonância das ambiguidades e das complexidades relativas às distintas experiências culturais que o termo encerra. Elas abrangem todos os contactos do processo colonial, a partir do seu ponto inicial e, por este facto, argumentam os autores em epígrafe, os críticos e os teóricos pós-coloniais devem considerar a totalidade das implicações passíveis de serem agregadas à restrição do significado do termo ao momento da pós-colonização. Isto deve ocorrer porquanto todas as sociedades pós-coloniais estão, de um ou de outro modo, sujeitas a formas explícitas ou subtis de dominação neo-colonial, como afirmam os autores acima referidos (Ibid.).

A par desses factos há também a destacar o surgimento de novas elites nos estados independentes, frequentemente marcados por divisões de diversa índole (“raciais”, etno-linguísticas e religiosas), e a manutenção, em certos casos, de um tratamento desigual a determinados grupos populacionais “autóctones” nas antigas “settler colonies⁴⁹”.

Na opinião de Ashcroft et al. (2001: 2), esses aspectos constituem pontos de sustentação do argumento, segundo o qual, o pós-colonialismo constitui um processo contínuo de resistência e de reconstrução. Todavia, esta constatação não pressupõe uma homogeneidade das práticas pós-coloniais. Na verdade, tal constatação indica, como afirmam esses autores (Ibid.), a impossibilidade da abordagem de qualquer uma das partes do processo colonial sem que se considerem os seus antecedentes e as suas actuais consequências.

Por este facto, na sua crítica política ao pós-modernismo, sobre questões de raça e império, o pós-colonialismo realça a possibilidade de o pós-modernismo ser, de certo modo, visto como um aliado do “universalismo ocidental”. Esta análise alavanca reflexões sobre o papel dos intelectuais, no que tange às suas responsabilidades, enquanto produtores de saberes relativos às

⁴⁸ Veja-se por exemplo o caso dos EUA que embora tenham constituído uma colónia inglesa e, por este facto, do ponto de vista do sentido restrito do termo pós-colonial serem considerados como uma sociedade pós-colonial, não têm sido, no entanto, vistos como tal, nalguns círculos. Isto decorre da sua posição hegemónica actual, da anexação de territórios por eles efectuada e a deslocação dos nativos americanos em consequência da ocupação de espaços durante a colonização. Do mesmo modo, a Austrália e o Canadá são, por vezes, igualmente omitidos da categoria das sociedades pós-coloniais, devido às suas relativamente curtas lutas de libertação e à forte relação de “lealdade” à antiga colónia (Bahri, op.cit.Ibid).

⁴⁹ Colónias onde foi observada uma ocupação do território por colonos europeus. Esta situação, por vezes, a um aniquilamento ou deslocamento de populações nativas, transformando assim maiorias locais em minorias (exemplo, a Argentina, os EUA, Canadá e Austrália).

culturas, aos países e às comunidades, sendo estas áreas cruciais para o pós-colonialismo (Moore-Gilbert et al., 1997:5).

Assim, o pós-colonialismo além de ser uma fase é também uma campo teórico e de investigação. Deste modo, resulta uma nova perspectiva, através da qual o pós-colonialismo como teoria pode, tal como opinam opinam Moore-Gilbert et al. (1997: 5, 6), ser igualmente abordado à luz da sua relação com outras correntes do pensamento crítico, movimentos e outros “pós“, como por exemplo, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, das quais falaremos, em parte, mais adiante.

Justin Edwards, por seu turno, considera que no domínio dos estudos literários contemporâneos, o termo pós-colonial tem sido aplicado aos textos quer de natureza literária, quer de natureza teórico-crítica, lembrando que estas variáveis textuais ocupam-se do escrutínio das relações de poder e focalizam a resistência às prerrogativas imperialistas (2008:11). Em suma, refere Edwards (Ibid.), os textos pós-coloniais oferecem uma inspecção simbólica das relações de poder, procurando re-desenhar e/ou re-dimensionar significados, aspirando o desmantelamento de hegemonias projectadas por poderosas ideologias (Ibid.). Entre essas hegemonias podemos apontar, por exemplo, as de cariz eurocentrista e/ou ocidental e as ideologias do patriarcado, assim como também aquelas conexas a fundamentalismos que defendem o retorno ou a reconstrução exacta de culturas, códigos de conduta, ligados ao passado pré-colonial.

Por este facto, diz Eleke Boehmer, citada por Edwards (2008:11):

Postcolonial writers [have] sought to undercut thematically and formally the discourse, which supported colonization - the myths of power, the race of classifications, the imagery of subordination. Postcolonial literature, therefore, is deeply marked by the experience of cultural exclusion and division under empire.

Os argumentos acima compulsados levam-nos a concluir que o termo pós-colonial detém uma significação abrangente e, conseqüentemente, os estudos pós-coloniais são, também eles, um campo de conhecimento detentor de uma área de intervenção que percorre várias temáticas. Essa caracterização provoca inevitáveis dificuldades à delimitação epistemológica e, de certo modo, espacial do pós-colonialismo, como anteriormente ficou evidente.

Porém, não obstante as dificuldades que possam decorrer da amplitude das abordagens produzidas no âmbito dos estudos pós-coloniais, a pesquisa desenvolvida nesse âmbito é crescente, fundamentalmente aquela realizada no quadro dos estudos literários e culturais (Moore-Gilbert et al.1997: 1). Esse labor científico permite uma vasta investigação sobre as relações de poder em vários contextos, que vão desde as relações estabelecidas durante a formação dos impérios ao impacto da colonização na história, na economia, na ciência e na produção cultural das sociedades pós-colonizadas. A par desses contextos a pesquisa lança também um olhar analítico sobre as questões do feminismo, velando igualmente pelas agências de marginalização social e pela análise da presente situação das mulheres ex-colónias, no quadro do actual contexto económico-cultural, para citar alguns dos tópicos que ocupam a agenda dos estudos pós-coloniais (Bahri, 1996: 3).

Por conseguinte, Moore-Gilbert et al. (1997: 1) afirmam que talvez essa abrangência terá precisamente inspirado uma das mais desafiantes pesquisas efectuadas pela academia nos últimos tempos. Daí que a semântica do termo pós-colonial conheça ainda alguma instabilidade como vimos inicialmente, designando, assim, quer um espaço cronológico, um movimento político, quer uma actividade intelectual. Esta múltipla caracterização constitui o factor que torna difícil a formulação de uma exacta definição do termo.

Na esteira dos autores anteriores, Graham Huggan (2001:1) lembra que, tal como outros termos usados com propósitos académicos, o termo pós-colonial(ismo) absorveu as vantagens da sua ampla carga semântica. Tal como o pós-modernismo, o termo atraiu, como aqui vimos, um conjunto de reflexões que converteram a pluralidade de olhares do poscolonialismo num catalisador para um das áreas de pesquisa mais entusiastas desenvolvida no campo da investigação das Humanidades, nos nossos dias.

No entanto, autores como Moore-Gilbert et al.(1977:6) chamam-nos a atenção para o facto de os estudos pós-coloniais estarem mais orientados para a preservação dessa produção abrangente ou desses “dissensos”, como os autores em epígrafe os denominam a abrangência dos olhares dos estudos pós-coloniais, do que para a sua resolução ou, se preferirmos, para a obtenção de consensos.

Nesse sentido, consideram ainda esses autores, a prevalência desses “dissensos”, no campo dos estudos pós-coloniais, instiga, de certo modo, (des)localizações de alguns críticos entre vários campos e, por consequência, promove alterações de perspectivas de abordagem de questões antes “standardizadas” (Ibid.). Embora essas alterações possam, aparentemente, ser desorientadoras. No geral, os estudos pós-coloniais representam, um espaço de debate a ser celebrado, como afirmam Moore Gilbert et al. (1997:2).

Como lembram Ashcroft et al., na obra *Post-Colonial Studies - The Key Concepts*, o reconhecimento do facto de que a maior parte do globo foi, de certo modo, afectada pelo imperialismo europeu do século XIX, nem sempre resultou num entendimento dos contínuos efeitos dos poderes coloniais e neo-coloniais (2004:1). Nessa conformidade, as análises elaboradas ao abrigo dos estudos pós-coloniais clarificam, de modo amplo, a natureza e o impacto dos efeitos residuais do contexto colonial na moderna política e cultura globais (Ibid.).

Bart Moore-Gilbert, citado por Huggan (2001:2), alinhando no mesmo diapasão de Ashcroft et al., Bahri, Huggan, Spivak e Moore-Gilbert et al., considera a crítica pós-colonial como um conjunto de leituras, mais ou menos distintas, focadas fundamentalmente na análise das formas culturais que medeiam, desafiam ou reflectem sobre as relações de dominação e de subordinação, relações essas cujas raízes se localizam na história da moderna colonização e imperialismo europeu, e que persistem na presente era do neo-colonialismo. Embora essa definição constitua uma base de trabalho, ela deixa, tal como as suas congéneres, um espaço para críticas e/ou indagações.

Nessa conformidade, não obstante ser partidário da premissa acima reportada, Moore-Gilbert (citado por Huggan, 2001: 2) assume que a mesma é, paradoxalmente, ampla e concisa no sentido em que, tal como formulada, abrange um prisma geo-temporal amplo limitando-se, porém, a um quadro preciso de oposições.⁵⁰, excluindo assim outras possíveis práticas oposicionistas

Ao ser observado como um método crítico de largo espectro, a crítica pós-colonial arrisca-se a ser vista como uma metáfora indicadora de todas as batalhas culturais (Huggan, 2001: 2). Mas, esta possibilidade, lembra Huggan (Ibid.), não é de todo prejudicial à análise das relações de poder, uma vez que a mesma poderá ter um lado positivo, atendendo ao provimento de bases para

⁵⁰ Ocidente/oriente, Centro/periferia, Desenvolvido/primitivo, para citar alguns exemplos

alianças frutíferas, como por exemplo as análises do discurso colonial e feminista, como mais adiante veremos.

Huggan opina que as críticas e indagações elaboradas no quadro da crítica pós-colonial devem ser encaradas como bons paradigmas de práticas académicas nos debates que subjazem actualmente aos estudos pós-coloniais e, particularmente, ao seu manancial teórico. Huggan realça também o paradoxo existente entre a prosperidade do campo dos estudos pós-coloniais, ainda que, tal como de algum modo já referimos, os seus métodos e abrangência sejam ainda questionados (2001: 2, 3).

Os aspectos até aqui aflorados e outros que compõem a ampla rede de abordagens conexas aos estudos pós-coloniais decorrem da sua génese, porquanto, como campo de conhecimento, estarem baseados, como referem Ashcroft et al. (2001:2), no facto histórico que constitui(u) o colonialismo europeu e a diversidade material e imaterial dos efeitos que esse fenómeno deu origem, como por exemplo, a produção literária orquestrada por autores cujas nações ainda hoje vivencia(ra)m as consequências do período colonial.

Por essa razão, Moore-Gilbert et al., na obra *Postcolonial Criticism* (1997:4), afirmam que o pós-colonialismo pode ser usado como uma das alternativas para o alcance de um entendimento no quadro da produção cultural, ampliando, por exemplo, o debate em torno da relação entre literatura e oratura, sem esquecer outros pontos fulcrais aos quais o pós-colonialismo presta atenção. Estes pontos incluem, por exemplo o questionamento dos modelos de desenvolvimento da periferia e estabelecimento de assimetrias, no quadro da globalização.

Os mesmos autores, ao referirem-se ao termo numa óptica cronológica, lembram que o prefixo “pós” pode significar tanto o fim de uma dada era, como um período actual, na esteira da posição de Ashcroft et al. (2001) que acrescem ainda o facto de os estudos pós-coloniais representarem, conseqüentemente, e de modo simultâneo, uma partição, uma ocupação, uma libertação ou uma reunificação.

Outrossim, na opinião de Moore-Gilbert et al., os estudos pós-coloniais representam também, um período de desenvolvimento para o Ocidente que, no entanto, para o resto do mundo significa o aprisionamento do seu desenvolvimento, a exploração dos seus recursos e a “escravatura” das suas populações (1997:2). Esta afirmação pode ser sustentada tendo como foco as desigualdades

associadas ao modelo de desenvolvimento prescrito pelo centro, muito associados à dependência do conhecimento, que no passado colonial foi vedado às populações colonizadas, grosso modo.

Como refere Frantz Fanon na sua obra *The Wretched of the Earth* (1990), as classes médias “marginais” revelaram-se, inicialmente, desconhecedoras das economias dos seus países, porquanto essas economias foram desenvolvidas fora dos limites do seu conhecimento, situação que impeliu esses países a um retrocesso à economia artesanal, tornando-os assim estados dependentes, uma vez que a classe média desses países não detinha capital material e intelectuais (engenheiros, técnicos, etc.). Esses factores converteram os ex-colonizados em “pequenos agricultores da Europa”, especialistas em produtos inacabados (1990:121,122).

Esse quadro conduziu assim os novos estados independentes a uma contínua ligação à metrópole, visando a obtenção do capital intelectual necessário ao desenvolvimento dos espaços nacionais, tendo como meta a almejada independência (embora saibamos hoje que esta apenas se materializa de modo parcial, atendendo ao quadro da actual sociopolítica global⁵¹).

Para o caso do nosso estudo, as coordenadas espaço temporais, conexas ao conceito pós-colonial têm a ver com uma visão pancrónica do conceito, isto é, compreendem etapas distintas do processo colonial, especificamente o período anterior à colonização, prelúdio colonial, ou seja, os primeiros contactos entre África e a Europa, o período colonial e também a época o posterior à cessação formal da colonização, reportando-nos concretamente aos espaços representados pelas narrativas, sobre as quais recai a nossa análise.

Em resumo, recorreremos ao conceito e à problematização do pós-colonial no âmbito de uma perspectiva que tem em conta o trajecto sequencial dos eventos histórico-sociais associados à colonização.

⁵¹ Onde as economias estão fortemente dependentes uma das outras e por isso sujeitas às leis do mercado que são, em grande parte, ditadas pelo poder ocidental.

IV.3 - A Dimensão Geográfica do Pós-colonialismo: O Ponto de Partida

A primeira categoria sobre a qual dedicamos a nossa atenção e que reportamos como inicial, por reflectir o âmago da crítica pós-colonial é o binómio centro/margem, assumido aqui, metaforicamente, como centro o poder ocidental e como margem ou periferia as outras partes do globo, como já referimos.

Sobre essa paridade de termos e a sua carga semântica, Said, na sua obra *Humanism and Democratic Criticism* (2004), apresenta uma abordagem que serve de suporte à reflexão acima feita, atinente ao ambivalente significado do binómio, ou seja, à conexão deste com a reflexão e refracção da realidade socialmente construída pelo ocidente, desde a fundação das suas Humanidades clássicas. A partir de uma distinta e abrangente erudição, Said propõe-nos nessa obra uma abordagem crítica e elucidativa das bases do humanismo ocidental, razão pela qual não podemos deixar de referir.

Na obra em epígrafe, Said (2004: 44) recorda que os estudos humanísticos tiveram como foco, na sua génese, o estudo dos textos clássicos enformados pelas culturas grego-romanas. Assim, Said alinha o seu discurso às perspectivas de outros autores engajados no desmantelamento de posições centrípetas ou difusionistas que, como referimos anteriormente, no tange ao continente africano, privilegiam a influência que centros prestigiados, entre os quais o Egipto, Grécia e Roma exerceram sobre para a África Negra, ignorando as influências e/ou contribuições africanas no quadro das relações então estabelecidas.

As omissões relativas à África foram extensivas a outras periferias, estando essas ocultações na base do desenvolvimento dos estudos humanistas. M'Bokolo, tal como Said, recorda, por exemplo, um dado universalmente aceite: o facto de os estudos humanistas, na sua génese, terem tido como foco o estudo de textos clássicos informados pelas culturas grego-romanas e hebraicas.

Esse pressuposto de partida viria, como já sublinhámos, a marcar a balança das representações culturais e das relações existentes entre distintas comunidades humanas, transformando as culturas eleitas como “primárias”, como os faróis da humanidade, levando esta eleição à conversão das mesmas e dos seus territórios (o ocidente) como o areópago do mundo, enquanto

centro difusor de políticas voltadas a uma abrangente gestão de um vasto território, para lá das suas fronteiras. Assim sendo, este último espaço ficou sujeito aos ditames centralmente produzidos.

Nessa conformidade, uma extensa massa populacional passou, como afirma Said (2004: 44, 45), a habitar um universo mental e estético que foi linguística, formal e epistemologicamente assente no mundo dos clássicos europeus, da igreja e do império, nas suas tradições, línguas e nos “masterworks”, aos quais foi adicionado um completo aparato ideológico ligado ao (s) cânone(s).

Dito de outra forma, o mundo ficou refém de um poderoso centro, que passou a divulgar e a impor os seus modelos, a custo da opressão de outras partes do globo que, por força da constituição social do centro e também pelo seu posicionamento no planisfério terrestre, se situam nas zonas periféricas, ou nas margens do centro.

No entanto, o panorama alterou-se e, a uma dada altura, sobretudo a partir de meados do século XX, surge no universo dos estudos humanísticos uma audiência heterogénea, reivindicando voz própria e chamando a atenção para todo um conjunto de povos e culturas antes negadas e, por isso, forçosamente inaudíveis, uma vez enclausuradas nos seus espaços, ocupados pelas culturas europeias.

Como frisa Said (2004: 45), fundamentalmente, com o fim da II guerra mundial e décadas mais tarde, com o fim da guerra fria, a topografia dos estudos humanísticos sofreu igualmente uma alteração. Nesse sentido, a visão eurocêntrica passou a ser alvo de um olhar crítico proveniente de uma vasta equipa de vozes dissonantes que, ao trabalharem distintas matrizes, colocam na pauta dos discursos histórico, antropológico, feminista e outros, as aspirações dos marginalizados.

Por esse facto, agora, mais do que alguma vez ocorreu, uma nova geração de cientistas humanísticos está mais sintonizada com as actuais correntes ligadas às tendências não-europeístas, descentralizadoras, descolonizadoras e não-discriminatórias, significando essa postura uma crítica ao âmago do humanismo ocidental, sob forma de uma contínua atitude de questionamento e de geração de conhecimento. Essa postura promove o acolhimento das realidades históricas constituintes do pós-guerra fria, a desconstrução da inicial formulação colonial e a denúncia do “assustador”/desafiador alcance global do actual superpoder americano,

como nos lembra Said no seu artigo “The Changing Bases of Humanistic Study and Practice” (2004:47), contido na obra atrás referenciada.

Nesse contexto, o binómio centro/margem prevalece, embora se tenha suprimido o fenómeno que justificou e deu origem ao seu surgimento. Em suma, podemos afirmar que, ultrapassada a situação colonial, o ocidente continuou a ditar as “regras do jogo”, tal como vimos, por exemplo, por via dos modelos de desenvolvimento. Assim, podemos afirmar que o corte do cordão umbilical gerado pelo fecundo acto colonial não significou, de modo algum, uma completa separação entre as “sociedades progenitoras” e as suas “descendentes”, como aliás ocorre com a raça humana, nas suas distintas etapas de vida.

Por conseguinte, o processo de ligação iniciado no período colonial é forçado a ser mantido, cedendo lugar a inevitáveis fenómenos de aquisição do conhecimento por parte dos habitantes da margem, de trocas e de contaminações entre distintas culturas, passando também pelo combate às assimetrias erguidas entre os dois topónimos, levado a cabo pelos “marginais”. Para o efeito, estes recorrem às ferramentas colocadas à sua disposição pelos “habitantes centrais”, ainda que por vezes, de forma dolorosamente forçada.

Por essa razão, os autores de *The Post-Colonial Studies – The Key Concepts*, Ashcroft et al. (2004) afirmam que a oposição binária centro/periferia constitui um dos principais pontos do debate no seio do discurso pós-colonial, estando a mesma localizada no centro de todas as abordagens referentes à descrição dos factos ocorridos na representação e na relação entre os povos, como resultado do colonialismo (2004:36). Para os autores ora referidos, o colonialismo existiu baseando a sua acção no postulado, segundo o qual, havia uma oposição binária que dividia o mundo (Ibid.).

Nessa conformidade, o gradual estabelecimento dos impérios passou a depender de uma “estável” relação hierárquica na qual o colonizado existia como o Outro da cultura colonizadora. Desse modo, a ideia do selvagem pôde apenas sobreviver a partir da manutenção da antagónica ideia do civilizado, passando-se assim a estabelecer a geografia da diferença, dentro da qual as diferenças entre colonos e colonizados foram posicionadas numa plataforma metafórica, que em vez de representar a fixação geográfica, representava a fixação do poder (Ibid.), embora ocorresse alguma coincidência entre divisões geográficas e divisões de poder.

Por consequência, a Europa imperial passa a ser definida como centro, numa geografia no mínimo tão metafísica como física. Logo, tudo o que se posicionasse fora do espaço central passou a ser, por definição, situado na margem ou na periferia da cultura, do poder e da civilização (Ashcroft et al. 2004: 36, 37).

Uma vez sinalizadas as origens dos estudos pós-coloniais, aliadas a uma peregrinação, ainda que inacabada/sucinta, em redor do seu quadro morfo-semântico, ou seja, sobre a grafia e suas semânticas, parece-nos ser agora importante voltar a nossa atenção ao fecundo universo de conceitos gerados ou re-desenhados, no quadro desse campo de conhecimento, sendo esta a tarefa à qual dedicaremos o próximo ponto do nosso trabalho.

IV.4 - O Quadro dos Conceitos Pós-coloniais: Um Levantamento Possível

Como vimos, os resultados das pesquisas até agora realizadas no âmbito dos estudos pós-coloniais colocam em relevo a vasta extensão do seu domínio de intervenção, assim como o diálogo que o mesmo tece com outros campos de conhecimento. Assim, a elaboração de um índice onomástico a ele referente caminha no sentido daquele já apontado para uma definição clara e estável desse campo de pesquisa; ou seja, há também no domínio do seu referencial lexicológico, uma consequente dificuldade para a delimitação da sua grelha terminológica.

Por este facto, iremos, nas próximas páginas, efectuar uma abordagem em torno de alguns conceitos que, a nosso ver, se revelam incontornáveis para qualquer leitura feita através de uma perspectiva pós-colonial, assim como para a análise que nos propomos realizar no quadro deste trabalho que visa a elaboração de uma análise crítico-literária, assente na avaliação da herança sociocultural criada pelo recontro colonial.

Para o efeito, temos a percepção que, antes de nos dedicarmos à tarefa da elaboração crítica dos conceitos aliados aos estudos pós-coloniais, é importante reafirmar que o debate mantido no quadro dos estudos pós-coloniais tem como base a tensão existente entre as políticas oclusivas elaboradas pelo Ocidente em relação a outras partes do globo. Essa realidade leva a que muitas

das abordagens empreendidas à luz dos conceitos pós-coloniais repousem sobre dicotomias ou binómios que espelham a tensão já referida.

Essas abordagens acabam por ter ressonância na elaboração da onomástica conexa a esse campo, sendo que, em alguns casos, a fecundidade dos debates resulte da “reciclagem” de temáticas antes abordadas no âmbito de outros campos de conhecimento, culminando assim na reformulação do significado de certos termos, partindo daí uma inevitável sobreposição de ideias (Edwards, 2008:1) e também uma aproximação ou continuidade temática em relação à terminologia usada por outros campos teórico-críticos.

Nessa conformidade, no campo dos estudos pós-coloniais surgem várias dicotomias conceptuais, todas elas seguindo o diapasão do emparelhamento centro-periferia, ou seja, colocando à esquerda os termos associados ao poder do ocidente e à direita aqueles aliados aos outros quadrantes do globo, sempre na perspectiva da ideia de dominação e subordinação, respectivamente, e a conseqüente intenção de análise e alteração desse quadro.

Consideramos ser importante referir que a tentativa de inversão de polos não pressupõe a conseqüente criação de uma nova situação colonial. Na verdade, essa mudança visa sim um nivelamento social, baseado no reconhecimento mútuo das especificidades dos dois espaços representados pelo binómio centro/margem. Todavia, Huggan (2001:4) refere que a perspectiva de emparelhamento sistemático dos termos (no sentido dominante/dominado) justifica a crítica que alguns analistas fazem aos estudos pós-coloniais, ao afirmarem que esse emparelhamento acaba por, de certa forma, sedimentar a ideia de supremacia do Ocidente sobre o Oriente (como designativo de outras partes do globo), cujo combate constitui matéria central dos estudos pós-coloniais.

Em nosso entender, esse emparelhamento pode ser observado no âmbito de uma perspectiva inserida no plano da reflexão exacta da realidade socialmente edificada pela ideologia ocidental, para assim estimular a geração de um movimento de refração dessa mesma realidade.

Como recorda Huggan os valores do pós-colonialismo relacionam-se com um leque de valores conexos a práticas oponentes, sustentadas, quer por metodologias altamente ecléticas, ligadas a batalhas culturais, quer por uma estética de resistência, amplamente convertida em textos (2001:6). Visto dentro deste prisma, o pós-colonialismo torna-se numa conceptualização

anticolonial que lê, interpreta e valoriza os sinais da luta social presente nos textos literários e culturais, partilhando assim posições com o pós-modernismo, relativamente à “instabilidade” do texto, à “crise” do significado, ao questionamento do sujeito unitário, etc., não partilhando, no entanto, com o último, o seu referencial eurocêntrico (Huggan, 2001:6).

Na verdade, o pós-modernismo segue um princípio de desconstrução de ideias dominantes, impondo ao pensamento epistemológico, uma severa reavaliação da ideia de um fim unitário da história e da ideia de um único sujeito, essencialista, como diz Jean-François Lyotard (1999: 15). Na visão lyotardiana, o pós-moderno consubstancia-se em práticas que recusam a consolação das boas formas, o consenso do gosto, na indagação de novas “presentificações” (aspas do autor), de novas propostas estéticas, diríamos nós, não (somente) para as desfrutar, mas para melhor sentir o que há para questionar (Ibid.: 26), no contexto das liturgias hegemónicas.

A vinculação a uma postura “transgressora” constitui, no nosso entendimento, o elo entre o pós-modernismo e o pós-colonialismo. Porém, diferentemente do pós-modernismo, o pós-colonialismo possui claramente uma agenda bem definida, ou seja, a recuperação de culturas silenciadas, a re/escrita do arquivo histórico dos poscolonizados, tendo como um dos seus núcleos centrais a análise do discurso e da representação colonial sobre o Outro, visando a sua desconstrução, ou seja, a erosão do eurocentrismo.

Assim, glosando Lyotard (1999:25), a propósito da “alteração do paradigma narrativo”, no quadro do pós-modernismo, a instituição literária acha-se subvertida, visto que o herói já não é (só) uma personagem, mas a consciência interior do tempo, pondo-se também em causa a diacronia da diegese. Através da voz narrativa escolhida a gama dos operadores narrativos e até estilísticos é posta em jogo e, sem a preocupação de se conservar a unidade do todo, novos operadores são experimentados, a gramática e o vocabulário da língua literária já não são aceites como dados adquiridos, ou como dogmas escrupulosamente aplicados na produção do texto literário.

Para Lyotard, a obra do escritor pós-moderno não é, em princípio, governada por regras já estabelecidas, não sendo, por conta dessa caracterização, passível de julgamento mediante um juízo determinante de categorias conhecidas, porquanto a própria obra procura regras e categorias adequadas à sua caracterização. Ou seja, o trabalho do escritor pós-moderno colide com as regras

prescritas, estabelecendo, deste modo, as regras daquilo que ele mesmo produz, ou seja, as regras da sua obra (Lyotard, 1999: 26). A partir desse acto subversivo a escrita pós-moderna coloca em questão as “grandes narrativas”, como o eurocentrismo e a sua respectiva pauta de actos repressivos e oclusivos, até então inabaladas.

Essa asserção de Lyotard reitera as posições anunciadas por Huggan, que acima referenciámos. Nesta conformidade, Ashcroft et al. (2004:37), indo ao encontro de Lyotard e reforçando a perspectiva de Huggan, relativas aos binómios representativos do Este e Oeste, sublinham que os teóricos pós-coloniais têm usado o modelo de emparelhamento (Este/Oeste), justamente para sugerirem que o desmantelamento de tais binários suplanta a simples intenção de pôr em evidência a independência dos “marginais”.

Essa posição serve, acima de tudo, para desconstruir a ideia do tal centro, para assim erradicar os clichés associados quer aos colonizadores europeus quer aos marginalizados, tendo como ponto culminante a desestabilização de uma unidade e o estabelecimento de uma ordem diferente. Por conseguinte, prosseguem Ashcroft et al. (2004:37), o desmantelamento dos modelos culturais colocados na base da relação centro/margem (periferia), destrona os clamores que uma dada cultura possa emitir, relativos à sua suposta detenção de conjuntos de valores fixos, puros e homogêneos, quebrando também o seu pretensiosismo como modelo de sociedade.

Essa correção pode, por exemplo, a nível do território literário africano, ocorrer a partir de uma configuração específica do tempo na narrativa pós-colonial, a partir da qual é possível definir a escrita da história no romance africano pós-colonial como um dispositivo estético e conceptual que se rege por uma estreita relação entre o espaço e história, como afirma Brugioni (2016), convocando e reconfigurando componentes estruturantes das chamadas grandes narrativas coloniais, acções essas que culminam com a destronização dos modelos de discriminação negativa das “valências marginais”.

Essa perspectiva remete-nos para distintos conceitos incontornáveis, para uma análise literária à luz da crítica pós-colonial. Na impossibilidade de convocarmos uma gama representativa dos conceitos que compaginam o prontuário conceptual da crítica pós-colonial, centraremos a nossa abordagem em torno dos conceitos que acreditamos serem encortináveis para a análise do nosso *corpus*.

Assim sendo, julgamos importante centrar a nossa abordagem crítica pós-colonial em torno dos de apropriação, ab-rogação (contra-discurso), transculturalidade (zonas de contacto), mapeamento, globalização, feminismo e *wordliness* (filiação e afiliação).

IV. 4.1 - Os Conceito de Apropriação e Ab-rogação

Como vimos no capítulo anterior, os sistemas coloniais tiveram como uma das suas fundamentais pretensões a completa destruição/silenciamento das componentes do tecido cultural das sociedades colonizadas e a imposição de paradigmas culturais do ocidente aos povos colonizados.

Essa tentativa de desmantelamento e conseqüente imposição de valores culturais ocidentais acabou por ter um efeito contrário às pretensões coloniais, porquanto essa imposição desencadeou, no seio das populações colonizadas, uma tomada de consciência relativa à sua condição de colonizadas e culturalmente discriminadas, culminando essa tomada de consciência na elaboração de um conjunto de iniciativas de auto-descoberta e de auto-afirmação em resposta às pretensões coloniais.

Assim, a “prestigiada” matriz da cultura ocidental foi utilizada para a concepção de projectos de resistência à colonização, bem como de reabilitação dos traços emblemáticos das culturas silenciadas. Desse modo, ainda que imposta de forma violenta, várias ferramentas coloniais foram colocadas ao serviço dos projectos de afirmação identitária e de reivindicação territorial, por parte dos colonizados.

Na obra *Post-Colonial Studies, The Key Concepts* (2004), Ashcroft et al. designam o processo de adopção dessas ferramentas como um processo de apropriação. Este termo é usado para a descrição das formas através das quais as sociedades pós-coloniais utilizaram os aspectos da cultura imperial, como por exemplo as línguas, formas de escrita, artes e mesmo modos de pensamento, como o racionalismo e a lógica, em articulação com as suas identidades socioculturais (Ashcroft et al. 2004: 19).

Como refere Homi Bhabha, visto que o colonialismo assume o seu poder em nome da história, o mesmo exerce a sua autoridade repetidamente, através da farsa, uma vez que a intenção da missão civilizadora produziu necessariamente um texto rico de tradições, ironia, camuflagem e repetição. Bhabha salienta que a camuflagem (“mimicry”), constitui o desejo de reformulação ou conversão do assumido Outro, como sujeito diferente, mas possuindo ao mesmo tempo características ou modos de actuação impostos pelo colonizador. Sendo portanto de considerar que a construção do discurso colonial foi alicerçada num desejo ambivalente. Daí que Bhabha rotule “mimicry” como um território de uma dupla articulação, uma estratégia complexa de reformulação, regulação e disciplina que “apropria” o Outro à medida que este contacta com o poder colonial que o oprime (1983: 126).

Nessa conformidade, Bhabha considera que a partir de uma área situada entre a camuflagem e a paródia, a missão civilizadora passa a ser ameaçada pela sua própria dualidade (Ibid.:127) ou ambivalência dos seus objectivos conflituantes à medida que as imitações das variáveis conceptuais e/ou representacionais coloniais passam a ser apropriadas e questionadas num contexto de (auto)afirmação do sujeito colonizado.

Levando as considerações acima referidas em linha de conta, diríamos que o observador ou o pesquisador, entenda-se, o colonizador, passa à categoria de observado, de objecto de pesquisa, ocorrendo assim, entre os processos de imitação e a camuflagem, uma escrita, um modo de representação que, como sublinha Bhabha, marginaliza a monumentalidade da história oficial, questionando e parodiando o seu “suposto” poder, a sua presumível função modeladora (Ibid.:128, 129). Esta análise crítica, voltada para a cultura colonial provoca uma crise, uma fenda na autoridade da representação colonial e, conseqüentemente, na conceptualização do colonizador, como “objecto” detentor de poder regulatório ou como sujeito na enunciação da representação cultural, racial ou nacional, como ressalta Bhabha (Ibid.: 131).

Isto significa que, a partir de representações efectuadas pelos marginalizados, tomando como instrumentos os meios e os modelos a eles impostos, ocorre um processo de “assimilação crítica” dos valores ocidentais. Em síntese, podemos afirmar que apropriar, no contexto da crítica pós-colonial, pressupõe utilizar aspectos da cultura imperial, mas de modo contrário àquele originalmente propostos pela legislatura colonial. Ou seja, a apropriação é uma repetição, eivada de uma deriva em relação à concepção original (imperial), o que quer dizer que há sempre uma

prévia reflexão crítica, uma certa ironia e uma certa dimensão de auto-affirmação no gesto de apropriação, por parte do sujeito colonizado.

No entanto, numa outra acepção, o termo apropriação é usado para a descrição do processo conduzido pelos invasores relativamente aos territórios por eles ocupados. Porém, a teoria pós-colonial focaliza a sua atenção na avaliação das estratégias de utilização das ferramentas do discurso colonial pelos colonizados, no quadro da sua resistência ao controlo político e/ou cultural exercido pelos seus opressores (Ashcroft et al. 2004: 19).

À luz dessa perspectiva crítica, a apropriação pode descrever actos de “usurpação” em vários domínios, sendo o processo potenciado nos domínios das línguas e da textualidade, áreas onde as línguas dominantes e as suas formas discursivas são apropriadas para exprimir uma diversificada paleta de experiências culturais. Em vista disso, uma policromia cultural, marginal, não ocidental é colocada na pauta dos modos dominantes de representação, atingindo desse modo uma ampla audiência (Ashcroft et al. 2004: 19, 20).

Na óptica de Bhabha, expressa no artigo “Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse”⁵², o corpo e o livro colonial perdem a sua autoridade e exclusividade representacional, uma vez que a pele negra rompe a fixação “branca”, disseminada por intermédio de conceitos como bestialidade e grotesco, gerados para suportar o mito da superioridade do corpo branco (1983: 133) e os seus respectivos apêndices, como por exemplo as línguas, culturas e literaturas.

Ao apropriarem-se, de modo crítico, das ferramentas coloniais os actores pós-coloniais procedem, como o afirmámos, à adequação das mesmas às suas realidades, sendo que nos potenciais domínios da apropriação acima referidos verifica-se, com maior profundidade, a rejeição das normas ortográficas ocidentais, correndo assim, em paralelo ao acto de apropriação, um processo de ab-rogação (Ashcroft et al. 2004: 5).

Debruçando-se sobre ambivalência desse gesto de afirmação, por parte do sujeito pós-colonial, Chaltal Zabus (2001: 314), no artigo “Relexification” ressalta os seus resultados, chamando a atenção para o que considera como um procedimento de “relexicização” através do qual as

⁵² Comunicação apresentada como contribuição ao painel “Colonialist and Post-Colonialist Discourse”, no âmbito da convenção organizada pela Modern Languages Association, em 1983, Nova York. Publicada pela *Discipleship: A Special Issue on Psychoanalysis*, Vol. 28, Spring, 1984, The MIT Press, Versão online, publicada pelo JSTOR. Acesso a 20/10/2016

línguas “colonizadas” são relexificadas, por via da utilização dos vocábulos das línguas “coloniais”, usando-as no entanto em paralelo com estruturas rítmicas das suas congêneres locais, ou seja, as línguas “colonizadas”.

Para Zabus (2001:314), no panorama do contexto africano, este novo registo linguístico, que não é puramente europeu ou “indígena” funciona como uma espécie de “interlíngua(gem)” ou como um “terceiro registo”, no qual a língua colonial relexificadas abandona a sua identidade metropolitana; assim, o que emerge não é o francês, o inglês ou o português da “metrópole”, mas sim uma língua europeia (des)familiar, “ex-cêntrica”, enviesada pelas línguas africanas. Por este facto, a autora sublinha que a noção de relexicização está ligada às noções de aproximação, transposição, paráfrase e tradução.

Entretanto, Zabus (Ibid.: 317) frisa que, contrariamente à interpretação (ligada à tradução), que ocorre entre dois textos – o de partida e o de chegada, a “relexicização” é caracterizada pela ausência de um texto original, no sentido lato do termo, uma vez que não se opera a partir da língua de um texto para outro texto pertencente a outra língua, mas sim de uma língua para outra, dentro do mesmo texto. No entanto, na nossa percepção, impõe-se falar da presença de um texto original de partida, se atendermos ao “texto original” que povoa a oratura local ou o original colonial.

Embora do ponto de vista do “parentesco linguístico” estas línguas não possuem qualquer afinidade, elas interagem no quadro das dicotomias “língua dominante/língua dominada” e “códigos consagrados/códigos restritos”, que predominam no contexto africano, onde as línguas europeias foram adoptadas como oficiais. Deste modo, do ponto de vista estratégico, a “relexicização” almeja subverter as codificações linguísticas para assim descolonizar a língua e a literatura colonial e afirmar uma oralidade local revista/revisitada através da língua colonialmente imposta (Zabus, 2001: 318). A autora recorda que, do ponto de vista da formação de novos vocábulos, o exercício de “povoamento” das línguas oficiais com vocábulos “alheios” provenientes das línguas locais (“relexicização”) transfigura a situação gloto-política, uma vez que é criada uma nova forma de expressão literária.

Nessa conformidade, a ab-rogação, aliada à apropriação, constitui uma instância política importante, dado que ela oferece uma contrapartida à teoria segundo a qual, o uso da língua

colonial aprisiona, de modo inequívoco, o colonizado aos paradigmas conceptuais do seu colonizador, como afirmam Ashcroft et al. (2004: 5).

Tal como a apropriação, a ab-rogação é utilizada para, metaforicamente, descrever processos de “rejeição das normativas” em distintas áreas culturais e políticas, no quadro da relação centro-periferia. Os profissionais envolvidos nessas áreas, como por exemplo no domínio da história, das organizações políticas, das artes filmicas ou cénicas, podem ab-rogar noções centralizadoras do “correcto”, redefinindo-as, nas suas práticas locais. (Ibid.: 6).

Sobre essa redefinição, Mary Louise Pratt (1995), na sua obra *Imperial Eyes – Travel Writing and Transculturation*, sustenta que, uma vez que os povos subjugados não podem controlar o que é emanado da cultura dominante, são no entanto, capazes de determinar, em certa medida, as doses dessa prescrição a serem absorvidas pela sua própria cultura, assim como o tratamento a dar aos dados absorvidos (1995: 4). Assim, os textos escritos à luz da crítica pós-colonial constituem “auto-etnografias”, pois conformam instâncias através das quais os colonizados orquestram a sua auto-representação, fazendo recurso a termos propostos pelo colonizador, para assim responder ou dialogar com as representações etnográficas da metrópole, tal como defende Pratt (Ibid.: 7).

Vistos à luz da perspectiva acima acolhida, os textos pós-coloniais inicialmente produzidos como resultado da apropriação e utilização de “ferramentas coloniais”, fundamentalmente as línguas e os cânones literários, tornaram-se modelos de referência passíveis de serem apropriados e serem utilizados para desmontar/desconstruir preconceitos eurocêntricos, pondo-os em confronto com as realidades locais. Ao subverterem os ditames ideológicos dos regimes coloniais, os textos pós-coloniais constituíram, em grande medida, núcleos gestacionais da crítica pós-colonial.

Nesse sentido, o processo de re-inscrição de dados culturais não ocidentais na agenda literária cedeu lugar a uma tipologia de textos detentores de uma “identidade” própria, reivindicativos de histórias e culturas implícita ou explicitamente silenciadas, bem como dos seus respectivos habitats naturais. Estes textos passam também a ser os percussores das lutas de libertação, sendo assim parte do conjunto de textos associados à literatura engajada, ou seja, uma literatura comprometida com a causa da afirmação e reivindicação de uma autonomia cultural e territorial, como já antes afirmamos.

Assim sendo, podemos sustentar a tese segundo a qual a literatura almeja, em última instância, a consolidação da ideia de pertença a uma nação, a geração de um sentimento de unidade entre pessoas de origens socioculturais diferentes, um sentimento de pertença a um espaço geográfico detentor de marcos fundamentais de diferenciação, como a história e peculiaridades culturais, que distinguem esse espaço dos demais.

Isto é, a literatura almeja uma “dissemiNação”, termo cuja grafia é proposta por Homi Bhabha na sua obra *Nation and Narration* (1990:292), referindo que, ao optarem pela “dissemiNação” (a construção/exaltação da nação por via da literatura), os escritores pós-coloniais tentam acomodar as complexas variáveis de identificação para, deste modo, produzirem uma performance discursiva que funcione em nome do povo e da nação, tornando-os assim como os ‘sujeitos’ eminentes das narrativas nacionais, através da inclusão (des)ordenada de categorias como povo, minorias, diferenças culturais e poder.

Ashcroft et al. (2001:8) chamam atenção para o modo como o processo de “dissemiNação” e a re-inscrição da história são consumados tendo em conta a análise da relação entre os textos pós-coloniais e os coloniais, aos quais os primeiros dão resposta. Por este facto, os textos pós-coloniais no geral e os literários em particular enquadram-se na linha do contra-discurso⁵³.

Relativamente a essa intertextualidade (entre textos coloniais e textos pós-coloniais que os parodiam, confrontam e substituem), os mesmos autores realçam que essa relação textual, longe de constituir um indicador de uma suposta contínua dependência, no sentido colonizador/colonizado, revela, pelo contrário, um processo de elaboração de respostas ao texto “colonial” (Ibid.), assumindo-se, para o escritor pós-colonial, como um meio, como uma voz eficaz para a supressão dos desequilíbrios implícitos nos emparelhamentos decorrentes das construções coloniais e das práticas a elas associadas.

Edwards relembra que o propósito da escrita pós-colonial não se resume à representação das histórias de violência e de trauma que conduziram populações da subjugação à libertação (2008:1). A par dessas temáticas, nos dias que correm, o exercício engendrado pelos escritores

⁵³ Termo cunhado por Richard Terdiman para caracterizar a teoria e a prática de resistência simbólica, ao analisar os meios usados para a operacionalização de mudanças genuínas, relativamente aos discursos estabelecidos. Referindo-se à literatura francesa do século XIX, o autor identifica o confronto entre a realidade constituída e a sua subversão como o meio que proporcionou a mudança histórica e cultural. O termo foi adoptado pelos críticos pós-coloniais para a descrição das complexas formas através das quais os discursos dominantes do centro imperial são desmantelados a partir da periferia. Do ponto de vista prático, o termo é com frequência associado aos desafios/respostas às ideologias imperiais incorporadas e mantidas através de textos empregues em sistemas educativos coloniais (Ashcroft et al. 2004: 56).

pós-coloniais procura captar, em primeira instância, a atenção do leitor para as actuais ocorrências socioculturais (Edwards, 2008:1), procurando assim conceber um mapa do percurso trilhado pelas sociedades, desde a colonização até aos nossos dias.

Paralelamente, parte do percurso pós-colonial das nações independentes também tem a ver com gestão de questões de inter-identidade, e convivência a nível intra-nacional. Estas temáticas internas também são abrangidas pela escrita, recepção e pelo debate social, gerado pelos textos pós-coloniais.

IV.5 - O Mapeamento do Espaço Pós-colonial

O conceito de mapeamento conduz-nos, necessariamente, à ideia da representação planisférica de uma dada área geográfica, o que implica a disponibilização de um conjunto de dados facilitadores da sua localização, assim como a descrição das suas características próprias (exemplo: relevo, superfície, etc.).

No entanto, a ideia de mapeamento passou também a ser equacionada pelos estudos literários, através de uma abordagem centrada na “geografia” do texto literário. A experiência de leitura deixa-nos perceber que as narrativas e os lugares estão fortemente associados. Os lugares desempenham um papel preponderante na edificação das narrativas e estas contribuem para a produção de identidades espaciais, como referem Sebastian Caquard e Jean Pierre Fiset (2013), no artigo “How Can we Map Stories”, publicado no *Jornal of Maps* ⁵⁴.

Caquard e Fiset (Ibid.) recordam que embora seja fácil localizar as narrativas numa determinada coordenada geográfica, este exercício tem-se revelado, de um modo geral, como irrelevante para a captação e caracterização da complexa dimensão espaço temporal da narrativa.

No artigo “Mapping Literature – Towards a Geography of Fiction”, Barbara Piatti, Hans Rudolf Bär, AneKathrin Reushel, Lorenz Hurni e Willian Cartwrith (2008)⁵⁵, na abordagem que tecem em torno do mapeamento da literatura, sublinham que no universo da teoria da literatura três

⁵⁴ in Research Gate.Net- *Journal of Maps* 01/2013: 10(1):18-25 DOI 10-1080?17445647.2013.8473 –acesso a 20/10/015)

⁵⁵ (in www.Literature.eu), acesso a 21/10/2015

componentes basilares, nomeadamente, a personagem, o enredo/tempo e o local assumem lugar de destaque no âmago da ficção narrativa.

Embora os primeiros dois elementos dessa trilogia tenham merecido inúmeras abordagens, o tópico referente ao espaço e lugar da narrativa foi, de certo modo, “negligenciado”. Porém, os aspectos territoriais e topográficos da literatura passaram a receber uma nova atenção por parte da academia nos mais recentes debates críticos, embora não se tenha registo de uma definição convincente da área de estudo, nem do desenvolvimento de métodos e de ferramentas conceptuais e nem se tenha elaborado qualquer glossário conciso para uma abordagem sistemática da questão. Contudo, mesmo prevalecendo esse quadro de indefinições atinentes ao estudo da “geografia” conexas ao texto literário, as abordagens em torno da temática começam a chamar a atenção para uma possível nova era no domínio dos estudos literários, apelidada de “era espacial” nas Humanidades (Piatti et al.2008:179).

Os autores epigrafados chegam à conclusão de que essa constatação pode ser sustentada pelo facto de se ter verificado, desde o início do século XX (na Grã-Bretanha, Alemanha e Suíça), promissoras tentativas na área da chamada geografia da literatura/literária, havendo entretanto poucos registos escritos dessas pesquisas (Ibid.: 181). Para Piatti et al. (Ibid.) a publicação do *Atlas Of European Novel*, em 1998, por Franco Moretti marca, como o sublinham, uma nova era na geografia da literatura, convertendo assim os mapas em verdadeiros instrumentos de interpretação da literatura, ao possibilitarem a visualização de dados (Ibid.).

Todavia, mesmo tendo sido estabelecida uma parceria entre o universo geográfico e o literário, as linhas divisórias entre ambos os campos são evidentes, quanto à delimitação do espaço. De um modo geral, a cartografia trabalha com fronteiras definidas, para demonstrar o fenómeno mapeado e assim evidenciar e descrever um dado local e os seus respectivos limites. Por seu turno, o mapeamento literário chama a si fronteiras ténues, razão pela qual, nesse âmbito, definições precisas sobre o exacto limite do contexto espacial de uma obra literária são difíceis de conceber (Piatti et. al. 2008: 183, 184). Por este facto, os autores antes referenciados falam de dimensões espaciais distintas, as geo-espaciais e geo-textuais, pertencentes, respectivamente, aos campos da cartografia e da literatura (Ibid:183).

No artigo intitulado “Mapping Narratives: A cybercartographic application (2011), Sebastien Caquads, referindo-se aos filmes, evidencia a contribuição destes para a produção de identidades espaciais. Nos casos em que os factos por eles narrados reproduzem o real, as representações filmicas servem como testemunhas de uma relação entre elas e o espaço experimentado e operam também no sentido da construção de significados desses espaços reais (2011:240).

Devido ao facto de a literatura cumprir função analógica à representação filmica, a constatação acima verificada pode, na nossa óptica, ser também aplicável ao contexto da produção de textos literários, salvaguardando, necessariamente, as especificidades das duas tipologias de linguagem, associadas a cada um dos dois ramos da representação artística. No dizer de Piatti et al. (2008: 184), mapear um espaço ficcional implica uma leitura cuidada do texto através da segmentação da sua estrutura espacial e das suas respectivas funções. Esse espaço comporta cinco categorias importantes, como espelha a tabela que apresentamos a seguir.

Tabela 1: Segmentação da Estrutura Espacial da Narrativa

Categoria	Definição/exemplificação
Cenário	Local de Consumo do enredo (casa, vila, etc.)
Zona de Acção	Combinação de vários espaços (cidade e aldeia)
Espaço Projectado	Locais de desejo ou de lembrança das personagens
Marcador	Local mencionado, situado fora das categorias anteriores. Os marcadores indicam a abrangência geográfica e o horizonte do espaço ficcional,
Rota	Percurso ao longo do qual as personagens se movem, usando distintos meios/formas (caminhando, de carro, cavalgando, etc.)

Como vimos as distintas categorias topográficas ou geográficas são associadas a aspectos fulcrais da narrativa. O mecanismo de concepção das visualizações da geografia da literatura

consubstancia-se num processo de tradução, porquanto um conjunto de símbolos - o texto -passa a ser convertido num outro conjunto de símbolos – mapas, como lembram Piatti et Al. (2008: 184).

A metodologia proposta pelos autores de “Mapping Literature – Towards a Geography of Fiction”(Piatti et al.) é, na óptica de Caquard (2011:240), baseada numa grelha de leitura aplicada para, sistematicamente, capturar os diferentes locais estruturais da narrativa.

Uma vez seccionadas em partes geográficas, essas peças carecem de um mapeamento adequado. Para o efeito, foram desenvolvidos modelos cartográficos específicos, para ultrapassar os diferentes desafios da cartografia narrativa, porquanto o mapa narrativo tem de, simultaneamente, representar os locais (a geografia) e a relação entre eles (a geometria), como afirma Caquard (Ibid.).

Citando Franco Moretti (2005)⁵⁶, Caquard (2011:240) afirma que o mapa é associado à geografia, enquanto que o diagrama fica associado à geometria das relações entre os elementos da história narrada (exemplo as personagens, os locais, etc.). Na geografia literária, sublinha Caquard (Ibid.), a geometria é tão importante quanto à geografia, pois a primeira demonstra a existência de um processo dinâmico e estruturado que ocorre durante a produção da narrativa. Para o autor, a acção de mapear uma obra literária implica dois pressupostos:

Em primeiro lugar, a conversão dos factos narrados em dados geográficos. Este processo conversor solicita o desenvolvimento de novas formas de visualização, uma vez que para Caquard (2011:240), tal como para Piatti et al. (2008), o simples acto de mapear narrativas num dado ponto do globo, mostra-se incapaz de capturar e caracterizar as complexas dimensões espaço-temporais, inerentes a uma dada obra.

Em segundo lugar, a transformação dos textos em objectos geográficos resulta em mapas que disponibilizam material que os romances não fornecem directamente no processo de escrita. Referimo-nos, por exemplo, à imagem e à estrutura das rotas. Assim, a conversão dos textos literários em mapas acaba por revelar estruturas ocultadas pelo romance (Caquard: Op.Cit,Ibid.).

Em suma, refere Caquard (2011:241), o mapeamento da narrativa requer a simultânea representação da geometria e da geografia da narrativa, para assim captar a riqueza e a intrínseca

⁵⁶ Graphs, Maps, Trees. *Abstract Modes for a Literary Theory*, London, New York. Verso

estrutura da história e, ao mesmo tempo, identificar a relação entre a narrativa e os espaços reais, por um lado.

Por outro lado, o mapeamento da narrativa requer que se preste uma atenção crítica à dimensão espaço temporal inerente aos factos narrados. Por este facto, o processo de mapeamento da narrativa implica a produção de métodos específicos de leitura (que não se resumem à mera localização de pontos nos mapas), focados na complexa captação simultânea da geografia e da geometria da obra (Ibid.), como já mencionámos. Estes factores têm motivado o desenvolvimento de distintas grelhas/aplicações para o mapeamento das narrativas, como a cartográfica (Piatti et al. 2008) e a cibergeográfica, proposta por Caquard (2011).

Resumindo, os métodos da geografia literária podem abrir uma nova dimensão para os estudos literários, alavancando uma série de questionamentos, desde a geografia de um dado autor ou grupo de autores, até ao mapeamento de uma época literária ou da produção literária de uma nação (Piatti et al. 2008:193).

O principal foco da futura “geografia da literatura” está orientado para a análise das distintas interconexões entre a geografia real e a imaginada, em vários géneros literários (Piatti et al. 2008:180), constituindo esta análise um desafio, pois a manipulação do espaço no campo da produção literária ocorre de distintos modos, que vão desde a reprodução textual de espaços reais, à sua re-invenção (combinando espaços reais com elementos ficcionais), à combinações de duas (ou mais) topografias, até à criação de um espaço inventado, por vezes vagamente localizado (Ibid.).

O processo de mapeamento do texto convoca-nos assim para um olhar sobre as inúmeras áreas geográficas presentes numa obra e a sua conexão à geometria e ao papel que estas duas variáveis conjugadas desempenham na análise das distintas dimensões que permeiam uma dada narração. Em nossa opinião, o mapeamento constitui um processo fundamental para a análise da narrativa pós-colonial. Reportamos como importante o mapeamento do texto pós-colonial, uma vez que a leitura das obras e a análise das suas complexas relações são efectuadas, no sentido de contribuírem para o levantamento das distintas dimensões espaciais da narrativa, incluindo o local da narração (a geografia), a conexão entre várias dimensões espaciais (a geometria), bem como a dimensão temporal inerente à narração dos factos.

Sem descuidar a importância do mapeamento do espaço da narrativa, julgamos ser conveniente referir que a nossa abordagem não se encaminha para um mapeamento do nosso *corpus*, mas sim para a avaliação do modo como o mesmo procede ao mapeamento dos espaços por ele narrados, fundamentalmente, no que toca à descrição da geometria, para usar terminologia da “geografia literária”, das relações que as distintas culturas foram capazes de estabelecer na geografia real e/ou ficcionalmente narrada. Por conseguinte, ao abordarmos a questão do mapeamento, na perspectiva do nosso estudo, não podemos, contudo, deixar de salientar o trabalho de pesquisa desenvolvido numa perspectiva interdisciplinar entre a cartografia e a teoria literária. Estas pesquisas são orientadas para um contínuo e desafiante trabalho de mapear as estruturas narrativas produzidas.

A convocação dessa pesquisa interdisciplinar para o nosso estudo justifica-se, porquanto, como veremos a seguir, as abordagens em torno da questão do mapeamento, no quadro da crítica pós-colonial, fazem ressoar algumas das premissas do debate mantido no quadro da cartografia literária, como seguidamente veremos.

Considerando os inerentes elos entre mapa e colonialismo, a questão do mapeamento é também parte do quadro do profícuo debate efectuado pelos teóricos dos estudos pós-coloniais, atendendo a questões que têm a ver com a geografia, história e identidade(s) cultural(ais) e, naturalmente, relações de pertença.

IV.5.1 – O Mapeamento no Contexto da Crítica Pós-colonial

A partir de noções como lugar e deslocamento, o discurso pós-colonial analisa as complexas interacções entre língua, história e o meio ambiente, que percorrem as sociedades antes colonizadas (Ashcroft et Al. 2001: 391). No seio desse discurso, a noção de deslocamento está articulada aos movimentos emigratórios, no sentido centro-periferia, visando o povoamento branco ou a administração das colónias, acompanhado, de modo mais amplo e massivo, pela deslocalização das línguas europeias (Ibid.).

Simultaneamente, esse deslocamento está igualmente conectado ao imenso “capital” cultural investido na edificação das colônias. O sentido do deslocamento conduz, assim, a um desajuste entre as línguas europeias e os seus locais de ancoragem. A sensação de des-localização evidenciada pela dissonância entre a língua e a experiência do deslocamento gera uma tensão criativa no seio da língua, sentida pelos “emigrantes” e pelos nativos dos portos de ancoragem (Ashcroft et Al. 2001: 391). Visto nessa óptica, o local de ancoragem ou de aportamento constitui-se como lugar de diferença, como o contínuo recordatório da separação, e também de interação entre colonizador e colonizado.

É precisamente o deficit verificado no ajuste entre o local de aportamento e a língua trazida/levada à margem que motiva a geração de uma “nova língua” pelos escritores pós-coloniais. Assim, o texto por eles produzido ao negociar o espaço existente entre a língua textual e o espaço vivenciado, constitui uma metonímia do processo de reivindicação e de afirmação de uma realidade cultural, reclamada a partir da incorporação de outras línguas (Ashcroft et al. 2001:391), cujas origens remontam ao período que antecede à efectivação do fenómeno migratório, colonial.

Independente da natureza do falante da “nova” língua, o invasor ou ocupante nativo da colônia, o código linguístico por ele usado acaba por negociar uma espécie de “gap” entre a língua e seu contexto de emissão. Por isso, a dinâmica de nomeação torna-se um processo primário de colonização, uma vez que a mesma apropria-se, define e captura o local por via da língua (Ashcroft et. Al., 2001: 392).

No artigo “Decolonizing the Map”, Huggan (2001a, 407: 408), referindo-se à multiplicação de referentes espaciais na literatura pós-colonial (citando como exemplos a australiana e da canadiana), afirma que essa referenciação não resultou apenas numa ampla série de localizações nacionais e internacionais, mas também numa série de disputas territoriais, sendo esses resultados um desafio ao auto-reconhecimento dos “mainstreams” da cultura metropolitana, das tendências hegemónicas do discurso patriarcal e eurocêntrico, implicitamente assumido ou imposto pela retórica colonial.

Para Huggan, essa realidade composta por formas revistas de descolonização, trouxe consigo uma “paradoxal” aliança entre o internacional e o regional ao abrigo da qual, os espaços

ocupados, quer pelo campo internacional quer pelo regional, acabam por denotar uma variação semântica relativamente às definições desses locais (Huggan, 2001a:408). Isto significa que o processo de identificação dos topónimos associados a pré-determinados mapas culturais, supostamente invariáveis, passa a ser desafiado, porquanto, tal como afirma Huggan, a interpenetração entre o internacional e o regional ou, se preferirmos, entre o centro e a margem, tem lugar nas duas coordenadas geográficas (2001a:408); embora, como vimos, seja pouco explorada a contribuição da periferia para o actual quadro das realidades antropológico-culturais dos locais “centralmente” localizados.

Os postulados emitidos, quer pelos cartógrafos da literatura, quer pelos teóricos pós-coloniais, têm como ponto de convergência a preocupação com a descrição detalhada dos locais onde se consoma o enredo da narrativa. No entanto, como foi possível verificar, enquanto os primeiros centram o seu foco meramente na geografia e na geometria da obra, o sentido do posicionamento teórico dos críticos pós-coloniais é estimulado por uma perspectiva centrada no discurso, agregando às categorias cartográficas antes citadas, uma profunda reflexão em torno da dimensão sociocultural do discurso, patente no texto narrado.

A posição dos teóricos pós-coloniais relativamente à “geografia textual” decorre do facto da narração dos seus espaços nacionais (e também internacionais) ser conduzida pelos escribas pós-coloniais, ainda que por variadíssimas vezes feita de modo metafórico, através da apropriação e ab-rogação, quer das línguas, quer das formas de produção do texto literário. Essa narração passa, necessariamente pela exposição das matrizes culturais que caracterizam o espaço nacional/pós-colonial. Esse processo de criação literária convoca assim artefactos do acervo histórico e da “cosmologia” étnico-cultural que servem de suporte às geometrias ficcionalmente narradas. Isto significa que o mapeamento, enquanto conceito inserido no plano da crítica pós-colonial, implica a construção de um mapa geo-cultural que, para além da toponímia ou dos cenários, tem como foco o cruzamento determinadas matrizes culturais que tem efeito num determinado espaço, matrizes essas que o fertilizaram enquanto espaço cultural/social, isto é, enquanto espaço habitado por uma comunidade, que marca esse espaço e que é por ele marcada.

Como afirma Huggan, fazendo alusão à produção literária australiana e canadiana, a profusão de referências geográficas e a sua diversidade funcional no texto literário, quando colocadas no prisma metafórico do mapa, servem como formas de representação da “desterritorialização” e da

re-territorialização” das suas culturas multiformes (2001a:408). A tendência para a dispersão geográfica e para a descentralização cultural podem, nessa perspectiva, ser vistas dentro do contexto da resistência à tradicional representação cartográfica (Ibid.) assente na delimitação indelével das extremidades territoriais e, por analogia, dos seus supostos mapas culturais, homogéneos.

Visto a partir desse ângulo, garante Huggan, o mapa deixa de funcionar como um paradigma visual da ansiedade ontológica que deriva das tentativas frustradas de definição de culturas nacionais (Ibid). Deste modo, o mapa passa assim a constituir um “local” de acolhimento de uma produtiva dissimilaridade, onde as conexões cartográficas sugerem uma perceptiva e permanente transformação do mosaico cultural que, por seu turno, evidencia a natureza transnacional do discurso pós-colonial.

Isto quer dizer que embora o debate em torno do espaço pós-colonial se centre na descrição ou evocação das peculiaridades de um dado espaço geográfico, formalmente determinado por fronteiras reconhecidas, a abrangência do discurso pós-colonial, numa perspectiva de inclusão cultural dialógica, não se pode circunscrever ao espaço fronteiriço formal, sob pena de esse discurso se transformar num texto evocativo de retorno mimético ao passado, ignorando assim as contribuições e a indelével presença de “espaços”, povos e culturas cuja origem se situa fora do quadrante circundando pela fronteira formal, podendo esta origem estar também no centro, isto é, fora da margem. Porém, o facto dessas origens terem ancorado na margem, passam dela a fazer parte.

Por esse facto, a par da perspectiva puramente visual, nos estudos pós-coloniais, o mapa é também avaliado a partir da adopção de uma revisão criativa do discurso que envolve a subversão ou o deslocamento dos discursos dominantes, como refere Huggan (2001a: 410) que, ao citar Stephen Slemon (1998), relembra que esse revisionismo equaciona também a crítica interna às culturas pós-coloniais, uma crítica que leva em linha de conta a natureza “transitória” das sociedades pós-coloniais. Esta transição é evidenciada, uma vez que o revisionismo acaba por desafiar os fundamentos, quer de um nacionalismo essencialista que delimita as diferenças regionais, ou de um multiculturalismo não considerado e (mal) apropriado com propósitos de assimilações forçadas, em detrimento da promulgação de uma diversidade cultural, como diz Huggan (Ibid.).

A perspectiva de Huggan tem ressonância no pensamento de Fanon, cuja perspectiva viria, mais tarde, a motivar o surgimento do conceito de fanonismo⁵⁷. Este conceito advém da crítica que Fanon formula à visão “romântica” que muitos escritores fazem do quadro pré e pós-colonial, manifestando assim uma deliberada miopia, relativamente às naturais imperfeições desses períodos da história dos países colonizados. Nesse sentido, o mapa é também fonte de crítica e de correcção das debilidades estruturais das sociedades pós-coloniais, ao servir de abstracto para a demarcação espacial desses locais e ao evidenciar as suas especificidades históricas e culturais, tendo como foco a crítica a posições colonialistas, mas não se limitando exclusivamente às mesmas.

Assim, como diz Huggan (2001a:411):

While the Map continues to feature in one sense, as a paradigm of colonial discourse, its deconstruction and/or revisualization permits a ‘desidentification’ from the procedures of colonialism (and other hegemonic discourses) and an (re) engagement in the ongoing process of cultural decolonization.

Assim, a “conexão cartográfica” pode ser tida como uma instância provedora de elos entre teorias contestatárias, voltadas para a mudança social e cultural (Ibid.). A título exemplificativo referimos as ligações entre o pós-colonialismo, e o pós-modernismo, como já ficou aqui demonstrado, assim como entre o pós-colonialismo e o feminismo, como mais adiante veremos.

A abordagem em torno do mapeamento, como foi possível verificar, não se resume à transformação dos espaços narrados em dados cartográficos. O mapeamento no contexto dos estudos pós-coloniais engloba também um olhar “cartográfico” sobre a geografia humana que permeia a narrativa. Esta abrangência do mapeamento convida-nos a uma reflexão sobre a geometria cultural das sociedades em geral, e das pós-coloniais, em particular. Por este facto, procuraremos assim, olhar para as “variações” culturais operadas em consequência das relações de dominação e de subordinação mantidas entre o centro e a margem, quer no período colonial,

⁵⁷ Fanon (1959:61) advoga a importância de um nacionalismo crítico que tenha em atenção ao facto de as sociedades pré-coloniais não terem sido simples nem homogêneas e que as mesmas continham preconceitos sociais ligados à classe e género merecedoras de análises e reformas. Fanon chama igualmente a atenção para a postura a ser assumida num contexto pós-independência, desmotivando as apetências para reconstruções exactas do passado pré-colonial. Sobre o conceito em apreço vide também Ashcroft et al.: (2004 100, 101).

quer na contemporaneidade, afectando assim conceptualizações importantes como culturas e identidades nacionais e, ao mesmo tempo, questionando também os limites de mapeamentos puramente cartográficos. Isto leva-nos a sintetizar que a condução do mapeamento do espaço narrado, no âmbito da crítica pós-colonial pressupõe um olhar incisivo sobre a estrutura da geometria cultural do espaço pós-colonial, de que se ocupam os parágrafos que se seguem.

IV.6 - A Caracterização Sociocultural das Sociedades

A questão da identidade cultural constitui um domínio cuja delimitação a um único campo do conhecimento científico se afigura difícil, pelo facto de ela estar intimamente ligada ao estudo da memória social, um domínio cujas abordagens percorrem, por seu turno, distintas áreas do conhecimento, como aqui veremos.

De um modo geral, a identidade cultural/colectiva pode ser vista como um meio através do qual uma colectividade se demarca de outras, partindo do delineamento de distintos caracteres próprios, que vão desde as línguas às manifestações culturais, passando pela gastronomia e também pela história.

A identidade funda-se, de modo genérico, num passado comum, e vai-se consolidando ao longo de várias fases da construção de uma determinada sociedade. A irremediável associação da identidade cultural ao passado conecta-a, necessariamente, à memória de um determinado grupo ou comunidade. Sobre a questão em abordagem, no artigo intitulado “Memória e Identidade Nacional: Considerações de Carácter Geral e o Caso Português”, José Manuel Sobral recorda as implicações que o fenómeno globalização pode aportar ao conceito de identidade, atendendo à troca de valores e de representações, assim como à existência de um número mais significativo de diásporas, factores que implicam a deslocação de populações, antes sedimentadas a um dado território (2006:1). Para o autor, a identidade colectiva aliada a uma nação, pressupõe um sentimento de pertença a essa nação que, por sua vez, induz à partilha de referências a um passado comum, a uma memória e à crença de que esse colectivo é detentor de características próprias, ou seja, de uma identidade, podendo esta ser aferida em distintos níveis (2006:2).

Tomando como exemplo o caso europeu, o autor fala de uma identidade supranacional europeia, ligada à União Europeia (UE) e de uma nacional(ais), como exemplos. O autor sublinha que o sentimento de pertença à Europa manifesta-se, sobretudo, em termos institucionais, burocráticos, económicos ligados ao presente, enquanto que a ligação à nação está associada à memória social, com maior referência ao passado, à história e a dimensões culturais, ou seja, a uma identidade colectiva, que conduz a “Nós “(Ibid.).

Portanto, a identidade colectiva (a nível nacional) está ancorada numa memória social, cuja definição, por seu turno, emana de uma concepção sociológica da memória, proposta por Maurice Halbwacs⁵⁸.

Halbwacs considera a memória como um facto social porquanto a edificação da mesma pressupõe a existência de uma relação de partilha cultural no seio de um determinado grupo social (1992: 14). A memória social, opina Halbwacs, constitui uma reconstrução e uma representação do passado, elaborada no presente, tendo como base depoimentos de testemunhas ou de partícipes de factos que ocupam lugar na memória de uma nação (1992: 36). Halbwacs (Ibid.) sublinha que qualquer lembrança, ainda que pessoal, encontra-se relacionada a um conjunto de noções ligadas à vida material e moral das sociedades. Esta perspectiva enfatiza a dimensão social da memória, sem, contudo, esquecer a sua vertente individual (Halbwacs ,1992: 15). Embora existam outras concepções da memória⁵⁹, todas elas acabam por ligá-la a um espaço de partilha que nos conduz a um sentimento de pertença a um grupo social (Sobral, 2006: 3).

Para Halbwacs, a memória individual tem necessidade de apelar a lembranças do nosso grupo social de pertença, reportando-se a pontos de referência fixados pela sociedade (1992: 37). No artigo “Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica”, Elsa Peralta (2007: 6) refere que, embora Halbwacs reconheça que seja o indivíduo que recorda, não deixa de sublinhar que o mesmo o faz apenas como membro de um grupo social e salienta que é na sociedade que os indivíduos adquirem as suas memórias. Esta conceptualização pressupõe uma sujeição das memórias individuais aos padrões colectivos, visto que, como afirma Peralta, “em

⁵⁸ Pelo facto de recordar constituir um acto eminentemente individual, durante muito tempo, a base social da memória foi negligenciada. Só recentemente as ciências sociais passaram a dedicar uma maior atenção a esta matéria, sendo de atribuir a Halbwacs a inauguração da abordagem sobre a memória como fenómeno eminentemente colectivo, colocando-a, assim, na pauta das ciências sociais (Peralta, 2007: 5).

⁵⁹ Como por exemplo, a psicológica, a paleontológica e a neurocientista. Vide Sobral (2006:3,4) para uma leitura detalhada.

última análise, o que recordamos enquanto indivíduos é sempre condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo” (Ibid.).

Porém, Peralta (Ibid:7) ressalta que ao sujeitar a memória a determinismos sociais não se pode negligenciar as tensões dialécticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado, não sendo por isso de considerar o indivíduo como uma espécie de “autómato” (aspas da autora), passivamente obediente a uma vontade colectiva. Tendo em atenção este argumento e, com a intenção de evitar-se uma excessiva sujeição do indivíduo a um determinado colectivo, autores como Frentess, J. e Wickham, C. preferem a designação “memória social” em detrimento da denominação “memória colectiva”, indo ao encontro da proposta de Halbwacs, como refere Peralta (2007:7).

No entanto, convém ressaltar que, a sujeição da memória a determinismos sociais não implica negligenciar as tensões dialécticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado, daí que o indivíduo não pode ser considerado como uma espécie de “autómato”⁶⁰, passivamente obediente à vontade colectiva (Peralta, 2007: 6).

Halbwacs, citado por Sobral (2006:3), afirma que qualquer lembrança, ainda que pessoal, encontra-se relacionada com um conjunto de noções ligadas à vida material e moral das sociedades das quais fazemos ou fizemos parte no passado. Por este facto, Halbwacs considera a memória uma reconstrução e uma representação do passado, elaborada no presente.

Em suma, pertencemos a comunidades mnemónicas, podendo estas ser de âmbito micro e macro social (família e nação, respectivamente). Enquanto seres sociais, possuímos uma identidade social que se ramifica em distintos campos (classe, género, ocupacional, etc.), sendo a identidade nacional uma delas, que se resume no “Nós” e na constatação da nossa diferença relativamente a outros, tal como afirma Sobral (2006: 10), no seu artigo anteriormente referido.

Os argumentos epigrafados relativos à memória, nomeadamente, o seu papel na formação da identidade colectiva, a sua relação com um espaço de pertença e de partilha de valores, assim como a um passado histórico, permitem-nos falar em identidades colectivas transculturais. Esta acepção do conceito pode ser entendida como aquela identidade resultante de ligações contínuas de contaminação que distintas culturas tece(ra)m em consequência de vários fenómenos sociais,

⁶⁰ Aspas da autora.

como por exemplo, a expansão europeia e o colonialismo, que viriam a ditar os actuais mosaicos geográficos e socioculturais africanos, fortemente marcadas por uma transculturalidade.

IV.6.1 A Identidade Colectiva Transcultural

Com base nos argumentos acima apresentados, relativos à memória e ao seu papel na formação da identidade colectiva e aliando esta a um espaço de pertença e de partilha de valores e de um passado histórico comum, podemos falar da presença de identidades colectivas transculturais, entendida esta acepção do conceito de identidade, como aquela resultante de ligações contínuas de contaminação que distintas culturas foram forçadas a empreender, como por exemplo, em África, na sequência da expansão europeia e do seu expoente máximo, o colonialismo. Estes factores acabaram por determinar os actuais mosaicos geo-culturais nessa zona do globo.

Cingindo-nos aos contextos do nosso estudo, podemos falar em topónimos transculturais, tomando como referência a definição de Wolfgang Welsch (1999), que emprega o conceito de transculturalidade para a descrição da nova realidade cultural que engloba vários estilos de vida e culturas que se interpenetram ou emergem umas das outras. O surgimento do conceito de transculturalidade deveu-se à inadequação dos seus congéneres multi e interculturalidade para a descrição da fisionomia cultural das sociedades actuais, pelo facto de ambos os conceitos encararem as culturas como “ilhas”, como territórios fisicamente demarcados por rígidas fronteiras naturais (Welsch, 1999:2-3).

No entanto, embora se mostrem inadequados à descrição da actual situação sociocultural, os conceitos de multi e interculturalidade denotam uma posição mais positiva relativamente ao conceito tradicional de cultura⁶¹, ao admitirem a interacção entre várias culturas. No entanto, partem do pressuposto da existência de culturas claramente distintas e homogéneas, ignorando o processo de transculturação⁶² que ocorre nas sociedades modernas, porquanto elas congregam

⁶¹ Por exemplo, o conceito desenvolvido no século XVIII, por Johan Gottfried, caracterizava-se por três elementos: a harmonia social, consolidação étnica e delimitação espacial entre as culturas (Welsch,1999:1). Este conceito realça oposições binárias como Eu/outro e nativo/estrangeiro, perspectivando, de um modo genérico, a exclusão do elemento situado em segundo lugar na categoria binária.

uma multitude de culturas que partilham e disputam o mesmo espaço havendo, por conseguinte, uma influência mútua.

A transculturação refere-se à influência cultural recíproca observada nos modos de representação e práticas culturais que ocorrem em “zonas de contacto”, que são os espaços sociais onde distintas culturas se encontram e colidem, geralmente por via de relações assimétricas de domínio e subordinação, tal como defende Mary Louise Pratt

Na sua obra, *Imperial Eyes – Travel Writing and Transculturation*, já antes referida, Pratt (1995:6) enfatiza que o termo “zonas de contacto” funciona como uma metáfora para a descrição de espaços de encontros coloniais, ou seja, locais nos quais pessoas geográfica ou historicamente separadas entram em contacto e estabelecem relações contínuas, envolvendo geralmente situações de coerção, desigualdades e conflito. Para a autora, as “zonas de contacto” constituem uma tentativa de evocação da co-presença espacial e temporal de sujeitos previamente separados por disjunções geográficas e históricas. Pratt considera que o uso do termo contacto, evoca a dimensão interactiva dos encontros coloniais, amplamente ignorados ou suprimidos pelos argumentos difusionistas sobre as conquistas e dominação (1995:7).

A realidade sociocultural produzida pelas zonas de contacto rejeita, categoricamente, as definições que olham para as culturas como “ilhas” às quais, como diz Welsch (citando J. Herder, 1967), corresponderiam línguas e territórios não “contaminados” (Welsch,1999:2). Por este facto, a autora de *Imperial Eyes*, afirma que a transculturação tem lugar nos dois topónimos da colonização, isto é, no centro e na margem. No entanto, facto da metrópole imperial tender por assumir-se como determinante na composição da periferia, acaba por, sistematicamente, tornar opaca as influências exercidas pela sobre o centro (Pratt, 1995:6), contribuindo, de algum modo, para a determinação da arquitectura sociocultural da metrópole. Nesta conformidade, dada a conjuntura actual resultante, inicialmente, da colonização e, nos nossos dias, da globalização, o conceito tradicional de cultura, tal como os de multi/interculturalidade, além de revelarem a sua

⁶² O termo foi proposto em substituição dos termos aculturação e desculturação, por estes despreverem, de forma redutora, as trocas culturais, enfatizando o sentido centro-periferia dessas trocas. Desta forma ignorava-se, portanto, a possibilidade da reciprocidade de influências culturais, ainda que desequilibrada.

inadequação para a caracterização da paisagem sociocultural actual, desmotivam o entendimento mútuo entre culturas, daí a importância do conceito de transculturalidade⁶³

Em síntese, entendemos a identidade colectiva transcultural como aquela que se funda no reconhecimento das influências recíprocas que se realiza(ra)m entre distintas culturas (locais e europeias, fundamentalmente), permitindo uma interpenetração cultural, ainda que por vezes desproporcional e, por isto, geradora de alguma tensão, sendo esta tensão também objecto de registo por parte da memória colectiva. Este nosso entendimento remete-nos a Said⁶⁴, quando este afirma que deve ser colocado o foco no hibridismo da cultura (...) que é observado nas novas configurações do mapa cultural. Esta perspectiva, argumenta Huggan (2001:9), proporciona solidariedades transnacionais na era da fragmentação cultural e da dispersão de pessoas, bens e ideias.

Por sua vez, Manuela Ribeiro Sanches sublinha as mudanças operadas em decorrência da poscolonialidade, opinando que fruto dessa realidade pós-imperial ocorreu uma diluição do sonho de uma verdadeira independência terceiro mundista e que, acentuou-se também a noção de que aquilo muitos nacionalistas anti-coloniais e queriam ver radicalmente superado, estará irremediavelmente ligado (2012: 25). As considerações de Sanches constituem uma chamada de atenção, um importante alerta para as sinalizações emitidas por saudosistas dos impérios, assim como pelos fervorosos adeptos de puritanismos culturais, situados nos dois extremos da cartografia pós-colonial, isto é, localizados na margem e no centro. Estas considerações reforçam a necessidade premente do reconhecimento do legado cultural e genético herdado do confronto colonial, cujas repercussões espraiam-se pelos dois espaços anteriormente em confronto e cujo reconhecimento e acima de tudo aceitação dessas heranças constituirão pedras angulares na edificação e consolidação de identidades colectivas, em ambos os quadrantes (West/Rest).

Embora, historicamente, a transculturalidade não seja uma realidade recente, uma vez que ela começa, na verdade, com a conquista dos novos mundos, através das relações estabelecidas entre a Europa e os habitantes dos territórios “descobertos”/conquistados, o conceito de

⁶³ A transculturalidade repercute-se a nível macro e micro. O primeiro nível está associado à complexidade e à extrema interconexão observável entre as culturas e constitui uma característica fundamental das sociedades actuais, decorrente dos processos migratórios e das facilidades proporcionadas pelos sistemas mundiais de comunicação. O nível micro reflecte-se no indivíduo, uma vez que a realidade associada ao nível macro altera também a formação cultural do indivíduo, que se torna, genericamente, híbrido (Welsch, 1999:3-4).

⁶⁴ Citado por Huggan (2001:9)

transculturalidade, como tal, vem dar resposta à necessidade de se efectuar uma leitura adequada do(s) contexto(s) sociocultural dos nossos dias e as suas ligações ao passado histórico associado fundamentalmente à expansão europeia, à colonização. Parte desta constatação a relação entre os conceitos de transculturalidade, inter-historicidade e *wordliness* estando todos eles conexos a uma (pós)memória social.

No quadro da dinâmica cultural acima descrita, emergem várias dissonâncias, cada uma delas evidenciando acções conducentes à promulgação de discursos que chamam a atenção para formas explícitas ou dissimuladas de discriminação, constituindo, assim, alertas sobre a eclosão de novos modelos de colonização. A este respeito encontramos fundamentalmente os discursos de distintas minorias e por vezes de maiorias, socialmente ostracizadas, como é o caso do discurso feminista que encontra ressonância nas formulações teórico-críticas desenvolvidas no quadro dos estudos pós-coloniais, como iremos demonstrar a seguir.

IV.7- O Discurso Feminista e o Pós-colonialismo: Paralelismos e Dissonâncias

O discurso feminista parte, como sabemos, da sua proeminente preocupação com a denúncia das assimetrias concebidas a partir da construção social do género.

Sob a capa dessa construção social, a mulher passa a ser rotulada como um ser frágil, sendo-lhe vedado o direito a aceder a um grande número de categorias sócio-profissionais, ficando assim enclausurada devido a um conjunto de normas sociais, que culminaram no seu silenciamento. No entanto, as barreiras erguidas para assegurar o emudecimento da mulher acabaram por se tornar fontes instigadoras da tomada de consciência da discriminação por ela vivida e, posteriormente, da eclosão de um sentimento de revolta, que viria a ser fortalecido pela consolidação de um discurso reivindicativo, estruturado, tal como ocorreu com os actores colonizados.

A articulação entre a luta política e a natureza, necessariamente ideológica e indubitavelmente política do compromisso feminista privilegia, em primeiro lugar, o corpo como “território a reclamar”, na luta das mulheres pela conquista do direito à partilha do espaço público, pela inscrição da sua voz, da sua identidade e da diferença no território espaço-temporal ocupado.

Esta dupla natureza do compromisso feminista sublinha uma linha de pensamento fulcral no seio do feminismo, segundo a qual “o pessoal é político”, facto que proporcionou a ligação entre a opressão de sexo à opressão de raça e de classe (Macedo, 2002:7,8)

Nessa perspectiva, as referências às causas e valores do feminismo, enquanto parte integrante de movimentos de emancipação e libertários na política internacional, traduzem o seu inerente interesse pela causa da liberdade e, ao promover as vozes silenciadas, subalternizadas da mulher, aproximam-no ao pós-colonialismo, compartilhando com este zonas de indagação e de oposição, no que diz respeito a preocupações com os subalternizados.

A razão da aproximação entre essas duas grelhas teórico-críticas está assente no facto de, em muitas sociedades, as mulheres, tal como os sujeitos colonizados, terem sido relegados à posição de “Outro”, do colonizado, por várias formas de dominação patriarcal. Por este facto, as mulheres partilham com os colonizados as experiências elaboradas pelas políticas de opressão e de repressão, não sendo por isso surpreendente que a história e as preocupações da teoria feminista encontrem desenvolvimentos paralelos na teoria pós-colonial, tal como destacam Ashcroft et al. (2001:249).

Olhando para os percursos de ambas as grelhas teóricas verificamos que as mesmas partilham trilhos decorrentes da sua natureza, voltada para a inversão de estruturas de dominação. A crítica feminista propõe a substituição, por exemplo, do “cânone” masculino, por normas que permitam espaço à inclusão das vozes da mulher, enquanto a crítica pós-colonial tem como eixo colocar no mapa epistémico as valências culturais das sociedades anteriormente colonizadas, como sabemos. Assim, ambos os discursos críticos preconizam o desmantelamento das bases autoritárias, sob as quais assentam os pilares das construções hegemónicas ocidentais e patriarcais, respectivamente

Essa partilha de interesses é também reflectida no campo do discurso crítico e literário produzido por essas grelhas, uma vez que os seus textos desestabilizam discursos padronizados, como de algum modo já afirmámos, gerando assim uma irremediável transgressão das fronteiras e dos limiares do “dizível”, uma desestabilização do sedentarismo da palavra e das suas significações e uma desconstrução de formas de consciência estabelecidas, como afirma Ana Gabriela Macedo (2001) no seu artigo “Os Estudos Feministas Revisitados, Finalmente Visíveis”, sublinhando igualmente o facto de essas “desestruturações” significarem a inversão da tradição que, em última

instância, acrescentaríamos, se convertem numa tradição renovada, estruturada de modo polifónico, tornando assim audível heteroglossias marginalizadas.

A aproximação entre os dois discursos críticos que ocorre, fundamentalmente, na última década dos anos 80 do século XX, gerou um processo fecundo de comutações recíprocas, se atendermos ao facto de ambos os discursos, enquanto propulsores da audição de grandes maiorias silenciadas “questionarem-se”, mutuamente, relativamente à operacionalidade e a abrangência das abordagens efectuadas. Nesta senda, o feminismo levantou um número de questões até então não examinadas pelo discurso pós-colonial e este, por sua vez, ao analisar o feminismo ocidental, foi capaz de prover chamadas de atenção cruciais para análise da condição da mulher poscolonizada. Esta notável iluminação recíproca ocasionou preeminentes análises que deram lugar a novos e diferenciados olhares críticos

Analisando as noções universais/eurocêntricas subjacentes ao feminismo ocidental, as feministas diferentemente situadas constataram que essas noções resultaram numa apreciação deturpada do feminismo no Terceiro Mundo, por parte do feminismo ocidental. Por exemplo, a análise da diferenciação sexual à luz de uma visão monolítica adjacente a todas as culturas do patriarcado resultou numa edificação redutora e homogénea da periferia, ou numa “Diferenciação do Terceiro Mundo”, como considera Chandra Talped Mohanty.

Segundo a autora, essa distinção oprime a maior parte, senão todas as mulheres situadas nessa área do mundo (2001:260). Essa diferenciação do Terceiro Mundo, mal concebida sendo apropriada e disseminada pelo feminismo ocidental coloniza⁶⁵ as complexidades fundamentais e os conflitos que caracterizam a vida de mulheres de diferentes classes, religiões, culturas, raças e castas, tal como refere Mohanty (Ibid.), no seu artigo “Under Western Eyes – Feminist Scholarship and Colonial Discourse”.

Para Mohanty, é por via desse processo de homogeneização e sistematização da opressão da mulher no Terceiro Mundo que o poder é exercido por uma grande parte do discurso feminista ocidental, ignorando-se a necessidade da sua adequação⁶⁶ a agendas inscritas em contextos geo-

⁶⁵ No sentido de silenciar.

⁶⁶ Para o efeito, o feminismo ocidental deve abraçar o desafio de se situar e examinar o seu papel no contexto político global avaliando, desse modo as complexas interconexões existentes entre as economias do primeiro e do terceiro mundos e os efeitos dessas interconexões na vida das mulheres que habitam o terceiro mundo, por exemplo (Mohanty, 2001:260).

culturais diferentes do Ocidente. Isto ocorre, na nossa opinião, pelo facto de o eurocentrismo não conceber a valorização dos referentes culturais ditos “alternativos”, logo, não se concebem, no quadro eurocentrista, agendas e debates feministas adequados aos anseios e necessidade de mulheres situadas em outros contextos, que não o ocidental.

Esta chamada de atenção vai ao encontro da questão da identidade nacional e cultural das sociedades sobre a qual se tem debruçado a crítica pós-colonial, lembrando que, no seu esforço de autodeterminação, as sociedades que experimentaram o colonialismo europeu têm procurado rever e reinterpretar os discursos coloniais, ao mesmo tempo que procuram afirmar raízes locais, sem desprezar as distintas referências culturais que se cruzam nessas mesmas sociedades (Macedo; Amaral. 2005: 153)

No quadro da reciprocidade entre o feminismo e o pós-colonialismo, acima referida, há que salientar o contributo da literatura pós-colonial para o desenvolvimento de teoria feminista, uma vez que essa literatura possibilita a representação do privado através de outros padrões civilizacionais que não os ocidentais, sublinhando assim, de maneira eficaz, que o contexto cultural condiciona as prioridades que regem a definição de uma agenda feminista (Macedo e Amaral, 2005: 70,71)

Nessa óptica, a ênfase na diferença das especificidades histórico-culturais de distintos grupos constitui uma fundamental chamada de atenção que o debate feminista no Terceiro Mundo efectuou, no quadro da discussão global das tarefas e das agendas do feminismo, em geral. O reconhecimento da diferença implica, recorrendo a expressão de Macedo (2002: 11), a permanente (des)construção e descentralização do pensamento feminista, deslocando-o do centro para que o mesmo possa focar a(s) identidade(s) ou o “local das diferenças” (de raça, classe, idade, cultura, etc.) como elemento fulcral das especificidades dos feminismos e respectivas agendas.

Consequentemente, as categorias universais que presidiam à concepção de um feminismo uniforme e homogéneo, assente numa definição concebida à luz da perspectiva da classe média, branca, modernizada, revelou-se como uma concepção fracionada não sendo portanto capaz de atender às distintas especificidades das preocupações feministas situadas fora dos parâmetros defendidos pelas categorias sociais promotoras de uma suposta agenda universal.

Assim, a teoria pós-colonial apontou erros conceptuais do feminismo ocidental em relação aos feminismos dos países dos Terceiro Mundo, denunciando o carácter, de certo modo racista e neocolonial das teorias feministas ocidentais, e o impacto negativo do egocentrismo cultural subjacente às tendências universalizantes/homogeneizadoras daquele⁶⁷. A teoria pós-colonial sublinhou igualmente a incapacidade do feminismo ocidental em reconhecer o mérito dos passos renovadores de grupos de mulheres inseridas em culturas tradicionais, realçando o facto de certos avanços, em determinados contextos culturais representarem actos de enorme coragem.

Nessa conformidade, Gayatri Spivak considera fundamental a (des)localização do feminismo, realçando que embora esta “alteração/adequação de endereço” evidencie uma preocupação com a audição das vozes dissonantes do discurso hegemónico, vale a pena insistir que o sujeito colonizado, subalterno é, irremediavelmente, diferenciado, tal como a autora escreve no seu influente artigo “Can the Subaltern Speak?” (2001: 26). Ainda nesse artigo, Spivak lembra, igualmente, que a noção de feminino foi usada dentro da mesma perspectiva no seio de certas variedades da crítica feminista. Neste contexto, Spivak sublinha que a figura da mulher e as formas do seu silenciamento, ao serem assumidas de forma homogénea, subsumem os particularismos que ocorrem no seio de distintas raças e classes, razão pela qual a ensaísta convoca a historiografia relativa ao subalterno a fim de confrontar a impossibilidade desses gestos homogeneizadores (Ibid.)⁶⁸.

Ao reforçar as suas posições relativas à tendência sistemática de homogeneização das vivências opressivas das mulheres, negando as significativas diferenças que percorrem a história e a cultura dos espaços colonizados, Spivak sublinha que:

“It seems particularly unfortunate when the emergent perspectives of feminist criticism reproduces the axioms of imperialism.” (1985:235).

No entanto, mesmo sem ter elaborado uma descrição holística das especificidades das agendas dos feminismos não ocidentais, negligenciando assim a importância de uma perspectiva polifónica e abrangente da condição da mulher no Terceiro Mundo, Mohanty (2001: 262)

⁶⁷ Em sociedades como a muçulmana e hindu, feminismo passou a significar “ocidentalização” das mulheres, sendo assim rejeitado, na medida em que a modernização da vida familiar e privada é tida como uma concessão ao imperialismo que põe em causa a preservação de valores sagrados e a identidade cultural dessas sociedades. (Macedo e Amaral, 2005:70).

⁶⁸ Veja-se por exemplo a abordagem de bell hooks sobre as questões que povoam o feminismo americano, no que diz respeito à mulher americana negra, no artigo “Black Radical Subjectivity” (1996: 16,17), incluído no seu livro *Yearning – race, gender and cultural politics*.

considera como absolutamente essencial o trabalho descritivo e informativo levado a cabo pelo feminismo ocidental sobre a condição da mulher no Terceiro Mundo, uma vez que, no contexto do enorme silêncio sobre as experiências das mulheres nessa parte do globo, há necessidade de se forjar ligações internacionais sobre as lutas das mulheres. Isto revela, que na luta pela conquista do espaço público haverá, como frisa Macedo, a necessidade de reclamar esse espaço, redesenhar-lhe as fronteiras e questionar-lhe a memória dominante, sendo esta uma tarefa historicamente associada ao feminismo (2002: 8).

Tomando este como o principal desígnio do feminismo, julgamos fundamental um posicionamento aglutinador no seio do feminismo, do qual nos dá conta Mohanty . Essa tendência aglutinadora parece-nos fulcral para contrariar divisões e sectarismos num movimento que se pretende seja oposicional à cultura hegemónica e ao logocentrismo do “status quo”. Logo, é primordial alertar para os riscos de divisionismo e de fragmentação dentro de um movimento e pensamento crítico instigador da “diferença”, como o feminismo sempre pretendeu ser desde os seus primórdios, ancorado nas lutas anti-regimes totalitários e hegemónicos.

Dentro da análise dos processos que promoveram e mantiveram o colonialismo, a linha de trabalho que cruza com o feminismo está ligada à análise da representação de territórios colonizados como um corpo feminino exposto à penetração do homem branco, penetração esta que se sugere ser a única forma viável de fazer este território evoluir, produzir mais, fertilizar-se, no sentido de tirar mais partido da riqueza em potência, tal como podemos ler no *Dicionário da Crítica Feminista* (2005:71).

Uma das grandes marcas resultantes da recíproca indexação entre a crítica feminista e a pós-colonial foi a introdução da noção da dupla colonização no leque de preocupações feministas, noção essa que chama a atenção para a duplicidade opressiva a que foram sujeitas as mulheres nas sociedades colonizadas, uma vez que, como sublinham Ashcroft et al. (2001:250), as mulheres sofreram restrições decorrentes quer das ideologias imperiais, quer das patriarcais. Assim, a noção da dupla colonização tornou-se a pedra angular da intercepção entre o pós-colonialismo e o feminismo, nos anos oitenta do século transacto (Ibid.).

Porém, olhando igualmente para o quadro da “hierarquia racial”, fundada numa visão que privilegia(va) uma “agnosia visual” relativa às pessoas “não brancas”, podemos afirmar que as

mulheres negras, asiáticas e as ameríndias sofreram, por assim dizer, uma “tripla tributação”, ao serem oprimidas pelo colonialismo, pelo racismo e pela ideologia do patriarcado.

O reconhecimento dessa concomitância de factores coloniais, principalmente nas possessões territoriais localizadas fora do centro, motivou o surgimento de uma abordagem que sublinha a necessidade de articulação das políticas feministas aos inerentes determinismos histórico-sociais das áreas colonizadas, propondo assim uma indagação feminista-descolonizadora, que se debruce sobre a relação entre poder, local(ização) específico/a, raça, classe e género.

No artigo “First Things First – Problems of a Feminist Approach to African Literature”, Kirsten Holst Petersen (2001: 251), a este propósito salienta que:

“(The) Universal sisterhood is not a given biological condition as much as a goal to work towards, and in that process it is important to isolate the problems specific to Africa or perhaps the Third World” (2001:251).

Para tal, refere ainda Petersen (Ibid.: 251, 252), importa também aceitar as diferentes hierarquias atribuídas a determinadas questões, nas diferentes agendas feministas.

Assim, realça a autora ora referenciada, se nos debruçarmos sobre a agenda do feminismo à luz do binómio centro/periferia verificamos que enquanto o feminismo ocidental proclama uma abordagem centrada na temática da emancipação e dos direitos da mulher no continente africano, por exemplo, a pauta de preocupações do feminismo contempla, em paralelo com a abordagem proclamada no ocidente, a luta anti- (neo)colonial (Ibid.).

A par dessas temáticas, está também patente no discurso feminista africano, como já o referimos, a temática da restituição crítica das culturas locais, chamando assim a atenção para as formas culturais conducentes a uma deliberada alexia da mulher e a sua subsequente (continuada) subjugação.

Esse quadro que revela a inscrição de múltiplas temáticas na agenda feminista africana concorre para aquilo que Petersen considera como um dilema de prioridades, por vezes difícil de solucionar pelo feminismo africano. Pois, refere Petersen, a ordenação de tarefas (luta contra o imperialismo cultural, pela igualdade da mulher, a restituição crítica das culturas) conforma assim mais um desafio a vencer por essa agenda, por si só, desafiadora (2001:252).

Como recorda Spivak:

The question is not female participation in insurgency, or the ground rules of sexual division of labor, for both of which there is ‘evidence’. (...) As object of colonialist historiography as object of insurgency, the ideological construction of gender keeps the male dominant. If in the context of colonial production, the subaltern has no history and cannot speak, the subaltern as a female is even more deeply in shadow (2001:28).

Na nossa perspectiva, e aplicando o pensamento de Spivak, a complexidade de factores e temáticas que povoam a agenda feminista africana, ou seja, a questão das prioridades numa agenda de reformas sociais, parece indicar a necessidade da elaboração de uma resposta que toca em muitas questões de género, isenta de hierarquias de tarefas, o que quer dizer que todas elas devem caminhar em paralelo e, por vezes, por via de intersecções, sob pena de se dilatar a prevalência de novas e/ou antigas situações de silenciamento, hierarquia e oclusões, numa só palavra, a perpetuação de formas de “colonizações” sobre as mulheres.

Na prática, podemos afirmar que o feminismo africano enfrenta novos e renovados desafios que ultrapassam, em grande medida, as tradicionais dicotomias colonizado/colonizador, falocentrismo/feminismo. Nesse sentido o feminismo africano coloca-se ao serviço da (re)dignificação do passado africano, sem deixar de revelar as inadequações desse passado ao quadro sócio-cultural vigente nem de alertar para os novos perigos que pontificam nas sociedades pós-coloniais, como por exemplo a exclusão social, a questão do acesso à educação, o risco de desintegração nacional ou a violência sobre a mulher, para apontar algumas das questões centrais.

Ao percorrer esse trajecto multifocado, o feminismo em geral, e o africano em particular, converte-se num feminismo “rizomático”, um feminismo aberto a questionamentos que transcendem a tradicional preocupação ligada à luta pela liberdade da mulher.

Observando, a título de exemplo, o segmento de autoras não ocidentais, mais precisamente as escritoras africanas, podemos verificar que as representações sociais por elas ficcionalmente elaboradas ao tecerem uma abordagem crítica às formas de dominação patriarcal dominantes nas

suas culturas vão, em muitos casos, de encontro às pretensões dos processos de descolonização e de restituição cultural, observado no mundo pós-colonial, porquanto esses impulsos restauradores encaram, de modo frequente, as reformas feministas como linhas desajustadas ao supracitado processo (Ashcroft et al. 2001:249).

A postura abrangente do feminismo africano, por exemplo, encontra eco no pensamento proposto no início do século XX por Virgínia Woolf, que considerava que as mudanças verificadas ao nível das leis e dos costumes na sociedade moderna tiveram profundos reflexos na vida da mulher. Assim, podemos hoje verificar que, uma vez liberta das pressões sociais a que estava sujeita, tendo um maior acesso à educação e ao mercado de trabalho, a mulher foi capaz de “matar a fada do lar” (vide Woolf) e, como consequência, passou a ter um papel fundamental na sociedade para além do seu papel familiar, nomeadamente como escritora.

Nessa conformidade, a mulher passa também a produzir uma literatura de compromisso, uma literatura engajada com a causa da discriminação, com voz própria. Como sublinha Woolf, no ensaio “Professions for Women” (1931: 181), o desejo de “contestar” por uma causa pessoal ou transformar um personagem em porta-voz de um descontentamento pessoal tem sempre um efeito dissuasor e mais abrangente, voltado para uma perspectiva inclusiva de todos os Outros que partilham o mesmo “destino” de subjugação.

Rosi Braidotti, na esteira do pensamento crítico de Virgínia Woolf, considera que, ao incorporar na sua agenda a questão da identidade como local das diferenças (diferenças de raça, classe, idade e outras), o feminismo ganha uma nova configuração, tornando-se, deste modo, um projecto político nómada, procurando redefinir a identidade feminina a partir de uma rede na qual se cruzam várias constelações de poder (2002: 147;158).

Por seu turno, Macedo na introdução à antologia intitulada *Género Identidade Desejo* convergindo no mesmo diapasão de Woolf e Braidotti, afirma que ao percorrer temáticas distintas e de modo abrangente, o feminismo transforma-se projecto “rizomático”, que penetra e atravessa territórios distintos (2002: 11) ou seja, territórios que se erguem para além da luta pela emancipação da mulher. Assim sendo, por via de um debate amplo, no âmbito da teoria e da crítica feminista, a mulher constrói uma “contra-memória” que, no seio do poder e da memória

hegemónica, contribui para uma “política de localização”, onde a palavra e o corpo assumem um estatuto privilegiado (Macedo, 2011.:8).

Na óptica de Braidotti, a postura nómada ou rizomática do feminismo dá corpo a uma nova tendência que enfatiza a natureza situacional, específica e corporizada do sujeito feminista que surge em oposição a essencialismos biológicos ou psicológicos (2002:158).

Pelos factos acima referidos, a teoria feminista, assim como as práticas literárias feministas e/ou sobre o universo feminino erradicaram o tradicional maniqueísmo masculino/feminino e, deste modo, têm vindo a demonstrar também uma sensibilidade para questões ligadas a outros mecanismos de diferenciação negativa, sejam eles relacionados com classe, raça, orientação sexual ou de outra índole, como realça Linda Hutcheon (1988) na obra *A Poetics of Postmodernism*.

Na realidade, as escritoras pós-coloniais, ao tomarem parte activa no processo de descolonização cultural e na luta pela emancipação da mulher, manifestam várias posições relativamente às tradições glorificantes/denegridoras. Essas posições são ditadas pelas suas classes e origens, pelos níveis de educação e de consciencialização política, assim como pelo grau de comprometimento com a causa da busca de alternativas aos prevalentes níveis de opressão, geralmente inscritos nas tradições.

De um modo geral, os textos por elas produzidos lidam ou desafiam a sua tripla opressão, pondo em evidência marcas residuais do processo colonial e heranças culturais, trazendo assim à luz questões marcantes como tradições ligadas ao alambamento⁶⁹, a poligamia, questões atinentes ao peso/simbolismo dos “papéis femininos” no ambiente urbano, como também matérias relativas à marginalização da mulher no ambiente político actual, como destaca Ketu H. Katrack, no ensaio “Decolonizing Culture – Towards a Theory for Post Colonial Women’s Texts” (2001: 256, 257).

Pelos factos acima referidos e as opiniões críticas que analisamos, podemos afirmar que a teoria feminista assim como as práticas literárias feministas e/ou sobre o universo feminino ao romperem as barreiras do claustro erguido em redor da mulher, erradicaram o tradicional maniqueísmo masculino/feminino e, deste modo, têm vindo a demonstrar também uma

⁶⁹ Isto é, o pagamento de quantias monetárias e bens por parte do homem à família da mulher, no acto de pedido de casamento.

sensibilidade para questões ligadas a outros mecanismos de diferenciação negativa, sejam eles relacionados com classe, raça, orientação sexual ou outro, como realça Daniel Flouquet (2008: 23).

As questões até aqui abordadas guiam a nossa atenção para a necessidade de leituras plurais, assentes na universalidade dos textos, mas tendo como elemento fulcral para a sua análise a localização e a geometria estabelecida pelos distintos discursos que habitam os espaços literários. Essa perspectiva é vivamente defendida por Edward Said, fundamentalmente por via da sua reflexão em torno do conceito de *wordliness*, um conceito já referido no capítulo inicial e que agora retomamos com maior atenção.

IV. 8 - O Conceito de *Wordliness*: Uma Perspectiva Local à luz de um Enquadramento Global

Edward Said desenvolve o conceito de *worldliness* (mundanidade, mundano, no sentido de pertença ao mundo) alicerçando o seu pensamento sobre o valor e o papel da crítica na apreciação de uma dada obra, à luz da importância da articulação entre o texto e o seu contexto. Said consagra um vasto discurso crítico em torno desse conceito no seu ensaio, *The World, the Text and the Critic* (1983), no qual analisa a relação entre texto e contexto, no quadro das leituras efectuadas à luz da monocromia eurocêntrica.

Para Said (1983: 52), o ensaio crítico, além de criar as bases a partir das quais a obra de arte é entendida, incorpora os processos e as condições para a atribuição de significados à mesma, ou seja, permite a “performance” da literatura. Por conseguinte, o crítico literário é, de certo modo, responsável pela articulação das vozes dominadas, deslocadas ou silenciadas pelos textos, porquanto, argumenta Said, os textos são institucionalizados pelas culturas reinantes, como resultado das classificações sustentadas pela lógica da supremacia do “West” em relação ao “Rest” (Ibid.: 53). A perspectiva de Said convida-nos a um olhar minucioso sobre as mensagens subjacentes aos discursos produzidos, quer pelo ocidente, quer pelo “orientes”, tendo o crítico a responsabilidade de trazer a debate determinadas questões sociais e políticas . Analisando a

produção de textos no geral, importa reconhecer que cada texto constitui uma ocasião de afirmação de vozes, estando o mesmo ancorado num contexto, social político e mundial, ou cosmopolita, como refere Said (1983:39).

Dito de outro modo, cada texto está especificamente localizado num contexto que, por seu turno, é parte integrante de um ambiente global, sendo assim necessário analisá-lo à luz das suas circunstâncias específicas. A partir dessa necessária conexão, o texto é tido como um evento, detentor de particularismos históricos. Isto significa que o texto é referente a uma situação específica (Ibid.). Como sublinha Said (1983: 40), os textos, na verdade, estão situados num contexto amplo. Ao solicitarem a nossa atenção através da articulação entre o discurso, recepção e (in)textualidade, reclamam a descodificação das marcas da literatura que ligam determinado texto a um contexto específico, ao mesmo tempo que proclamam posicionamento desse mesmo texto no mundo (Ibid.).

Essa perspectiva leva-nos a concluir que a ideia subjacente ao conceito de *wordliness* radica, fundamentalmente, nos contextos materiais do texto e do crítico, que alia o seu pensamento às reivindicações apresentadas pelas funções políticas e culturais do texto literário, como referem Bill Ashcroft e Pal Ahluwalia, na introdução à obra *Wordliness* (2001). Expresso de outra forma, Said (1983:35) argumenta que os textos sempre existiram dentro de uma pluralidade de circunstâncias (tempo, local e sociedade) e, portanto, estão localizados no mundo. Por conseguinte, a crítica literária terá de estar também sincronizada com esse contexto circunstancial e concreto convocado por cada texto, sendo esses aspectos indelevelmente ligados ao conceito de *wordliness*. Ora, para os escritores e críticos pós-coloniais, o conceito em apreço constitui um factor crucial para a localização, evocação e afirmação do seu espaço geográfico, projectando-o através das suas literaturas, situadas em zonas ditas “periféricas”, usando-as assim como veículos de propagação das marcas fundamentais da sua presença, intervenção e permanência no mundo (Ahluwalia e Ashcroft 2001: 21,22).

Essa perspectiva acima referenciada é acolhida por Brugioni, argumentando que a definição do texto de autores que se situam fora do centro como uma intervenção da pós-colonialidade salienta uma fisionomia que, do ponto de vista fenomenológico parece inscrever-se na dimensão da chamada epistemologia do Sul, dado o discurso anti-hegemónico agregado ao texto “periférico”. Assim, considera Brugioni, a intervenção literária efectuada no quadro epistemológico ora

referido deve ser observada como um espaço de inscrição de um discursos cultural e social situado e que, como tal, dever ser lido a partir de uma abordagem inclusiva e, neste sentido, “mundana”⁷⁰ (2012a:170), Isto é, no sentido proposto por Said (2004), através do conceito *wordliness*. Assim, sugere Brugioni (Ibid.:101), a abordagem crítica desse género de proposta literária e da problematização contextual e política a ela conexas constitui uma oportunidade para se re-pensar sujeitos, paradigmas críticos e relações dentro de uma perspectiva pós-colonial.

Ao vincularmos o conceito de *wordliness* à dicotomia “filiação e afiliação”⁷¹, como de algum modo já foi referido, ilumina-se a possibilidade de leituras críticas diferenciadas. Pelo facto do conceito de filiação estar ligado à tradicional divisão da sociedade, e veiculado a processos de identificação cultural, como opinam Ahluwalia e Ashcroft (2001: 21, 22), Said promove o conceito de afiliação, que é de certa forma um conceito mais aberto, como um princípio orientador da crítica humanística. A noção de afiliação, ao estimular abordagens plurais sobre o texto literário, liberta o crítico de leituras marcadamente assentes numa relação de “filiação” a textos de culturas dominantes, descurando assim a sua ligação ao seu contexto de emanação (Ibid.: 25). Assim, a afiliação permite ver o texto como um fenómeno do mundo, localizado, de modo transversal, numa teia de “desfiliações” ou desconexões, não literárias, não canónicas e não tradicionais, libertando assim a crítica da visão ancorada no cânone Europeu (Ibid.), ou um cânone fechado à “divergência “ e pluralidade, que são duas características fundamentais de sociedades onde coabitam várias comunidades, e onde todas elas podem ter expressão que tem de ser estudada e divulgada como parte integrante de sociedades pluriculturais.

A leitura à luz da afiliação deve ocorrer porquanto os textos, sendo mais do que um mero aglomerado de palavras, acolhem várias estruturas sociais e emocionais colocadas ao dispor do escritor pelo seu micro-universo, reproduzindo, naturalmente, o repertório de vozes que povoam os distintos micro-universos, que os percorrem e cujas peculiaridades não os impedem de integrar um macro universo. Por este facto, os textos devem ser lidos à luz da perspectiva da mundanidade que lhes é subjacente.

⁷⁰ Que nesta acepção significa que todos os textos e as representações culturais estão no mundo e sujeitos as suas múltiplas realidades, contaminações e envolvimentos (Brugioni, 2012:101).

⁷¹ A filiação refere-se a uma descendência natural ao passo que a afiliação refere-se a processos de identificação através da cultura. A filiação sugere um domínio de textos conexos a outros de modo intrínseco. A afiliação permite que um determinado texto se mantenha como tal, com base na sua contextualização histórico-espacial (Ashcroft et al. 2004:105)

A abordagem crítica de Said em torno do conceito em abordagem pode ser resumida em três princípios: da materialidade do texto, da localização da “voz” do texto e da sua pertença à comunidade humana, embora, nem sempre humanista.

Porém, a transposição das vozes locais para o universo literário decorre de um exercício de re-visitação de factos histórico-sociais. Assim, a (pós)memória social desempenha um papel preponderante, ao servir como ferramenta para a recuperação, transmissão e preservação de legados.

Esse exercício abre a possibilidade de (re)construção de textos alternativos ancorados numa perspectiva de inclusão dialógica e diatópica das vozes das culturas marginais ou, se preferirmos, contra-discursos, promotores da ideia de transculturalidade, sendo esta uma característica marcante das identidades actuais, fundamentalmente as não-ocidentais. No quadro desta argumentação decorre a importância e o valor das literaturas pós-coloniais, sendo assim importante uma leitura adequada e minuciosa das suas componentes, tendo como ponto de sustentação a tensão centro-periferia, várias vezes aqui referenciada.

Como diz Huggan, referindo-se às literaturas africanas (2001: 40), em termos genéricos, ela é portadora de uma dimensão simultaneamente recuperadora e desconstrutora da identidade cultural e das expectativas ocidentais, respectivamente. Assim sendo, estas literaturas trabalham no sentido do desmantelamento das formas que privilegiam a supremacia do mundo ocidental e funcionam, de certo modo, como contra-narrativas etnográficas que elaboram o escrutínio dos axiomas subjacentes às descrições antropológicas do ocidente, relativamente às culturas não ocidentais (Ibid.:41).

Paralelamente, Kwame Appiah considera os textos percussores da literatura africana pertencem aos primórdios dos nacionalismos literários do século XIX, e são teorizados como uma recriação imaginária de um passado cultural comum, concebido dentro de uma tradição partilhada pelos escritores, que revisitam e revitalizam histórias dos seus países (1992:149). Assim, prossegue Appiah, os romances da fase inicial da literatura africana são legitimações realistas do nacionalismo, legitimando um retorno às tradições e, reconhecendo, ao mesmo tempo, a necessidade de uma racional adesão modernidade global (1992:150).

A prevalência de resistências após a cessação formal do colonialismo explica-se pelo facto das relações de dominação e subordinação, cujas origens se situam na história do colonialismo europeu moderno, continuarem presentes na actual era do neo-colonialismo como refere Spivak (citada por Huggan: 2001:1). Por este facto, é necessário uma vigilância das estruturas do poder neo-colonial, uma vez que, realça Spivak:

“Arguments from (...) multiculturalism and ethnicity (...) might seem from the great narratives of techniques of global financial control, can work (...) .in the interest of the production of a neocolonial discourse.” (Ibid.).

Desse modo, constatamos que a literatura, no geral, se posiciona, cada vez mais, como um *locus* de contestação social, um veículo de disseminação de causas sociais, de reivindicação ou ainda de questionamento de tendências de essencialismos pouco plurais . Ao assumir esta postura, a literatura permite a audição das “vozes dos silêncios” gerados pela história colonial e pelo prisma da actual degradação social.

Neste contexto, a literatura assume um compromisso social e, ao transgredir normas canonizadas, passa a ser, como afirma Vitor Aguiar e Silva (2002:9), detentora de uma postura vanguardista que rompe, iconoclasticamente, com a literatura institucionalizada. Os textos detentores desta postura passam a ser considerados como pertencentes a uma categoria de textos que se enquadra naquilo que geralmente se denomina como literatura engajada. Para prossecução dos seus objectivos, as obras pertencentes à categoria acima referida recorrem a várias tipologias textuais e técnicas narrativas, por via das quais se concebe a ficcionalização do contexto social.

No caso da narrativa contemporânea pós-colonial, a mesma “apropria-se” dos caracteres “morfofossintácticos” do texto canónico ocidental e, ao instaurar uma nova abordagem da alteridade cultural essa narrativa procede, em simultâneo, à alteração de referências canonizadas. Este processo de “renovação”, que também podemos olhar como de apropriação/ab-rogação (vide Ashcroft et al. 2004), transcende, por vezes, a dicotomia colonizado/colonizador, se por exemplo, tomarmos em consideração a componente feminista presente em alguma narrativa pós-colonial, ou se considerarmos textos que denunciam práticas coloniais que não constam das narrativas oficiais da expansão europeia, nomeadamente no que diz respeito à violência e exploração de outros povos.

Nesse sentido, essa tipologia textual não deixa de evidenciar o conceito de intertextualidade (que abordamos no ponto que se segue), pois dialoga com o texto cuja credibilidade se corrói e, por extensão, o conceito de re-escrita. Sendo ambos conceitos característicos da narração produzida no período pós-moderno, não se deve questionar a importação dessas estratégias/técnicas narrativas pós-modernas pela narrativa pós-colonial, dada a relação entre o pós-modernismo e o pós-colonialismo da qual demos conta anteriormente.

IV. 9 - Intertextualidade

O conceito de intertextualidade originário do pensamento crítico de Mikhail Bakhtin (a partir da sua noção de poética histórica e do seu princípio do dialogismo intrínseco à palavra) e introduzido na teoria da literatura por Julia Kristeva, propõe-nos, tal como refere Macedo (2008:27), na sua colectânea de ensaios intitulada *Narrando o Pós - Moderno*, o texto como uma estrutura fluída e interpenetrada que alcança a significação independentemente da sua origem. Assim sendo, prossegue Macedo (Ibid.:30), citando Kristeva, cada novo texto “se apresenta como um mosaico de citações, como uma entidade que procede à absorção e transformação de um outro texto”.

Por conseguinte, o processo de apropriação e ab-rogação, que ocorre a partir da subversão, que o novo texto opera relativamente aos textos arquétipos torna inevitável a articulação entre o conceito de intertextualidade e o conceito de re-escrita que, como afirma Macedo (2008:30,31), privilegia o escritor como um “leitor de textos culturais” nos quais este se insere “re-escrevendo-os” através da reconstrução textual da história e da sociedade e do estabelecimento de um diálogo, que muitas vezes envolve a paródia e a contestação.

Na opinião de Harry Garuba (2009: 248), os escritores africanos, tal como o fizeram com as línguas, apropriaram-se da tipologia europeia do romance⁷², para narrar a experiência africana,

⁷² O romance a ser levado para África serviu também para a coisificação dos povos “descobertos”, ficando, deste modo, ao serviço dos interesses imperiais, através da chamada literatura colonial. Como refere Achebe, o século XVIII fomentou o hábito europeu do espetáculo do africano como homem das chanas, cativos e despojados de poder, acompanhado de uma abundante literatura desenhada para explicar e justificar tal espetáculo (Achebe, 2000: 28). No entanto, a malícia e os clichés que impregnavam esse *corpus* acabariam por dotá-lo de uma dupla função: a de instância legitimadora da colonização por um lado, e, por outro, a de bússola inspiradora e motivacional para os escritores africanos, no seu processo de (re)escrita. Veja-se, a título de exemplo, a influência que *Heart of Darkness* (1899/1902) viria a ter em Achebe, da qual resultaria

sendo a constante evocação da oralidade observada como uma forma de dotar , de modo marcante, o romance de uma africanidade e, desta forma procedem à “domesticação⁷³” do romance europeu, para atender às especificidades do contexto africano.

Achebe, por exemplo, sobre essa problemática, refere no seu artigo “ My Home Under Imperial Fire” (inserido na sua colectânea de ensaios *Home and Exile*, 2000), que a leitura de romances coloniais viria, a uma dada altura, a questionar o carácter imaculado, a suposta “inocência”, ou falta de malícia, dos contos colocados ao seu dispor pela biblioteca colonial durante a sua infância, colocando a questão nos seguintes termos:

(...) Colonial literature began to dawn on me that although fiction was undoubtedly fictitious it could also be true or false, not with the truth or falsehood of the news item but as to its disinterestedness, its intention, and its integrity. (...) And Reading came to mean Reading with great scrutiny and sometimes rereading with adult eyes what I read in the innocence of my literary infancy and adolescence (2000: 33, 34).

Assim, embora inconscientes do papel “perverso” da literatura colonial, os colonizadores acabaram por disponibilizar uma potente arma de afirmação e reivindicação de um espaço aprisionado e silenciado.

Garuba (2009:249), sublinha que as distintas formas de “domesticação” do romance em África, assentes num processo indelevelmente intertextual, em nossa opinião, dado o diálogo subjacente nesse processo de “domesticação”. Este processo, feito por exemplo através da inclusão da oralidade, elemento este que constitui um dos maiores focos de atenção da crítica literária. Garuba destaca ainda que o processo de “domesticação” do romance, a nível da África ocidental, se torna mais claro quando analisado em consonância com as características do romance europeu, nomeadamente no que diz respeito à caracterização espaço temporal e no uso da língua(gem), factores que, adaptados ao contexto africano, atribuem ao seu *corpus* literário uma distintiva “cor local”.

um dos mais aclamados romances da moderna literatura Africana, *Things Fall Apart* (vide *Home and Exile*, p. 24,25).

⁷³ Termo usado metaforicamente para designar a inscrição da matriz africana num género apropriado, como resultado da colonização.

Dentro das perspectivas até aqui abordadas, ligadas aos conceitos de intertextualidade (inovadora) e re-escrita e à escrita no e sobre o feminino, ancorada numa linha de engajamento mais amplo, inscrevem-se as obras do nosso *corpus* cuja análise constitui o foco do capítulo que se segue.

Capítulo V- Literaturas Africanas e Mapeamento de Espaços Transculturais

V.1 Introdução

Uma vez sinalizados os objectivos deste trabalho e efectuado o mapeamento teórico dos conceitos que irão guiar a nossa análise, dedicamos o presente capítulo à leitura crítica do *corpus* do nosso estudo, centrando a atenção sobre as estratégias que os autores que, Chimamanda Ngozi Adichie, Chinua Achebe, Pepetela e TsiTsi Dangarembga, empregam para a (re)edificação de memoriais colectivos nacionais, dos seus respectivos contextos nacionais (Nigéria, Angola e Zimbábue, respectivamente) e no modo como os memoriais ficcionalmente concebidos refletem numa hermenêutica de factos históricos ligados, quer ao período pré- colonial, quer ao período posterior à presença europeia em África, assim como na genealogia cultural daí resultante.

A nossa leitura, a ser efectuada à luz das abordagens e dos conceitos trabalhados nos capítulos anteriores, parte de uma perspectiva comparada, assente em critérios geracionais e de género, tendo como enfoques iniciais as obras *Things Fall Apart*, de Chinua Achebe (Nigéria), *Lueji - O Nascimento De Um Império*, de Pepetela (Angola) e, posteriormente, os romances *Half of a Yellow Sun* de Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria) e *Nervous Conditions* de TsiTsi Dangarembga (Zimbábue)⁷⁴.

Não constitui nossa intenção colocar as literaturas nacionais em confronto, mas sim, analisar, como já o afirmámos, o modo como cada um dos autores acima indicados desconstrói ou contradiz o discurso difusionista ocidental e, simultaneamente, (re)constrói o seu mapa identitário nacional. Como diz Berneth Lindfors (1994), na introdução a sua obra *Comparative Approaches to African Literatures*:

⁷⁴ Por questões metodológicas, ao longo da análise, os excertos retirados dos romances ora indicados serão referenciados através das iniciais dos vocábulos presentes nos seus respectivos títulos. Assim, encontraremos as seguintes abreviaturas: TFA para referir *Things Fall Apart*, LNI para *Lueji- o Nascimento dum Império*, HYS para *Half of a Yellow Sun* e NC para referenciar *Nervous Conditions*.

It is now generally agreed that comparative literature does not compare national literatures in the sense of setting one against other. Instead, it provides a method of broathening one's perspective in the approach to single works of literature – a way of looking beyond the *narrow* borders of national frontiers in order to discern the trends and movements in various national cultures and to see the relations between literature and other spheres of human activity (...). Briefly defined, comparative literature can be considered the study of any literary phenomenon from the perspective of more than one national literature or in conjunction with other intellectual discipline or even several (1994: 16).

Assim, a opção pelo *corpus* ora apresentado leva a nossa leitura a atravessar fronteiras literárias nacionais, assim como barreiras linguísticas, procurando encontrar correspondências, rupturas e/ou variações relativamente ao mapa transcultural, inscrito, de modo alegórico, nas obras do nosso estudo. Por conseguinte, esta leitura pode ser considerada como trans-nacional, intergeracional, transdisciplinar e abrangente do ponto de vista do género. Numa só palavra, trata-se, de facto, de uma análise pluralista.

No geral, análise a ser efectuada coloca em relevo os conflitos resultantes do “encontro” colonial nos mais distintos níveis e o tratamento que os autores do nosso *corpus* prestam à “mestiçagem cultural” provocada por esse “encontro “ civilizacional; está subjacente às questões em apreço o dilema da preservação da tradição e da história fundacional dos universos do nosso estudo e o processo de adaptação/apropriação à da modernidade ocidental, dentro do qual podemos incluir a audição e/ou o silenciamento das vozes femininas africanas, através do romance africano.

A recepção crítica do romance africano incide, de modo geral, sobre a questão da africanidade desse texto, sendo este conceito definido como a abrangência da representação ficcional do mundo africano, feita através de vários recursos estilísticos e literários, como a performance de actores locais, exaltação das suas narrativas, mitos e tradições, bem como na transcrição dos seus modos de expressão (Garuba: 2009,143). De acordo com a leitura de Garuba por vezes, esses e outros aspectos ligados à africanidade são explorados e analisados, pondo-os em “diálogo” ou confronto com seus pares inscritos no romance ocidental, que constitui uma das heranças da presença europeia em África (Ibid.).

Ainda segundo Garuba (2009: 44), a razão para essa ligação decorre das origens do romance, associadas a momentos históricos registados na Europa, ligados nomeadamente à invenção da imprensa, num primeiro momento, à implantação do capitalismo, assim como ao surgimento dos movimentos culturais resultantes dos dois factos históricos antes referidos.

Uma vez que essas condições não foram replicadas em África na mesma altura e nas mesmas condições, o surgimento do romance africano é associado à colonização e às instituições que foram criadas em África pelo sistema colonial (Ibid.: 2009:144)⁷⁵.

Francis Abiola Irele, posicionando-se no mesmo diapasão de Garuba, afirma que a existência do romance escrito em África deve-se à influência europeia, sublinhando a função integrativa que as narrativas tinham nas sociedades africanas, função essa ilustrada pelos objectivos didácticos dos contos, lendas e fábulas do folclore africano e que pontuam a produção literária aí produzida. Segundo Irele, esses artefactos literários comprovam a existência de um nível de imaginação artística nas sociedades tradicionais africanas. O autor realça também a influência que a arte literária exerce na formação ideológica dos leitores. Em suma, prossegue Irele, o romance africano, actual, adquiriu um significado cultural que no passado era exclusivamente atribuído à oratura (2009:1).

A continuidade de uma interface relacionada com a literatura oral (que ocorre de modo diferenciado (através da tradução, da transposição de estruturas lexicais e outras, etc.), na moderna literatura africana pode também ser vista como uma das qualidades da ficção produzida pelos autores africanos que reflectem, na maior parte dos casos, o efeito de uma retenção das suas heranças culturais, determinadas pelas suas raízes culturais e identitárias.

⁷⁵ No entanto, não podemos afirmar que não tivesse havido escrita ou tradição de prosa antes da colonização (vide Abiola, 2009). Todavia, a criação de normas ortográficas para a maioria das línguas do continente, a introdução da educação colonial, através de escolas missionárias e da imprensa, o patrocínio de concursos, e outros eventos mudaram, consideravelmente, o ambiente literário em África. Uma vez asseguradas as condições acima citadas propiciou-se o ambiente para o surgimento do romance nessa parte do globo. Por este facto, citando Simon Gikandi, Garruba afirma que os percursos e as precursoras daquilo que hoje chamamos de moderna literatura africana, quer em línguas locais quer europeias foram, inquestionavelmente, produto das instituições que o colonialismo introduziu e desenvolveu no continente. Convém referir que a literacia foi inicialmente introduzida em África pelos árabes, antes da chegada dos europeus. Assim, o Alcorão serviu durante um longo período como texto de referência dos protocolos relativos à escrita, comparativamente à Bíblia (Abiola, 2009:2)

Por conseguinte, os géneros narrativos orais e a estética a eles conexas, presentes na ancestralidade africana, podem ser tidos como provedores de um molde estrutural sobre o qual assenta a imaginação africana e que serve de ponto de partida do processo de apropriação do romance europeu, quer nas línguas ‘importadas’ por via da colonização, quer nas línguas locais (Abiola, 2009: 1), ou seja, os alicerces culturais africanos constituíram o substrato fundamental do processo de “domesticação”, usando a terminologia proposta por Garuba, do paradigma romanesco europeu.

Do ponto de vista diacrónico, verifica-se que as fontes míticas das culturas tradicionais, os textos do cristianismo e do islão tiveram uma importante função para a emergência e evolução do romance africano em línguas nativas do continente, enquanto que, posteriormente, isto é, num contexto poscolonial, assiste-se a um processo de apropriação do romance europeu, visando à exploração de temas relativos à experiência africana contemporânea (Abiola, 2009:5). Deste modo, a relação entre o romance africano escrito em línguas europeias (fundamentalmente em francês, inglês e português) e a tradição literária ocidental é evidente, sendo a mesma ditada não apenas pelo emprego das línguas do colonizador, mas também pela própria experiência colonial, cuja abrangência percorre os domínios político, socioeconómico e cultural (Ibid:6).

No entanto, a premissa colonial ditou leituras condicionadas da literatura africana por parte do ocidente, ou seja, leituras conduzidas a partir de uma suposta supremacia racial a qual se agregava uma “natural” supremacia cultural do ocidente relativamente aos africanos, como já várias vezes afirmamos. Neste sentido, uma vez concebidas à luz da premissa colonial, as leituras ocidentais relativas à literatura africana “desentendiam” os fenómenos de apropriação/ab-rogação manifestos pelos escribas colonizados.

Porém, essa intencional incompreensão do fenómeno literário desenvolvido nos espaços colonizados, aliada à repressão e/ou silenciamento das suas manifestações culturais provocaram, como já sublinhamos no primeiro capítulo, a consolidação da luta anti-colonial e dos nacionalismos, sucedidos pela tarefa da descolonização cultural, que os primeiros governos nacionais africanos dos anos 50 e 60 do século XX passaram a empreender (Garuba, 2009: 245). Esses exercícios de revitalização de dados desprovidos de voz culminaram com a

institucionalização dos estudos pós-coloniais que, como campo de conhecimento, foi capaz de conceber instrumentos críticos mais adequados à leitura e compreensão do fenómeno literário produzido fora do centro. Desse modo, o romance e a poesia constituíram também vectores importantes para o forjar de uma nova identidade nacional e elementos centrais no âmbito da nova tarefa da descolonização dos currícula e da oferta educativa herdada do período colonial (Garuba, 2009: 245).

A partir da nossa leitura das obras e da análise do mapeamento literários dos seus respectivos espaços transculturais, à luz da crítica pós-colonial, verificaremos o contributo dos autores e autoras do nosso estudo para a tarefa da consolidação da identidade colectiva nacional iniciada, como ficou referido, ainda que de modo implícito, nos primórdios do desenvolvimento do labor literário em África.

Começamos, a nossa abordagem, como já referimos, com a leitura das obras *Things Fall Apart*, de Chinua Achebe e *Lueji- O Nascimento De Um Império*, assinada por Pepetela.

V. 2 - *Things Fall Apart* e *Lueji- O Nascimento De Um Império*: A Transcrição dos Arquétipos da Memória Histórica e a Reconfiguração do Cânone: Confluências e Dissonâncias

Vamos agora abordar dois romances da primeira geração de escritores africanos, com obra publicada, com circulação internacional. Tratam de dois romances históricos que abordam questões previamente colocadas na parte teórica.

Constituem temáticas centrais em *Things Fall Apart* (Achebe, 2001)⁷⁶ e *Lueji – O Nascimento De Um Império* (Pepetela, 1990) a realidade produzida pelo contacto entre as civilizações africana e europeia, representadas, respectivamente, pelas comunidades Igbo (Nigéria) e britânica

⁷⁶ Cujas primeira edição foi publicada em 1958, pela Heinemann

para o caso da primeira obra, e pelas comunidades portuguesa e as Bantu e não Bantu, que povoam o actual território angolano, relativamente à obra *Lueji – O Nascimento dum Império*.

Ao longo das suas respectivas obras, Achebe e Pepetela elaboram uma recuperação da história pré-colonial, trazendo à luz testemunhos de factos anteriores ao contacto entre africanos e europeus. No entanto, Pepetela também considera episódios do poscolonial, ou seja, episódios ocorridos durante e após a colonização.

Na obra de Achebe, a temática central é elaborada por via da narração da configuração do mapa sociocultural da comunidade Igbo, através da trajectória de Okonkwo, a personagem principal da trama que luta para preservar a coesão dos Igbo e isentá-los da “contaminação” e da subjugação britânica. Assim, comparecem também na trama da obra referida os conquistadores britânicos, como alheios ao ambiente sociocultural local.

Paralelamente, a narrativa assinada por Pepetela efectua uma recuperação da memória histórica por via de duas histórias, que ao longo do romance são dispostas de modo interpolado. Na primeira história o autor tece uma descrição da orgânica império Lunda, através do resgate da história desse Império, fundamentalmente ligada ao reinado de Lueji, a rainha Lunda, A segunda história do romance consiste numa narrativa tipicamente pós-colonial, onde a personagem principal desse segmento narrativo, a bailarina Lu, usa a história (pré-colonial) associada à Lueji, como fonte inspiradora para um bailado que ocorre no período pós- independência de Angola.

Verificamos, olhando para as duas obras, que os autores procuram trabalhar as suas temáticas por via de processos narrativos desenvolvidos através de uma hibridação discursivo-poliglótica inerente à da literatura de cariz pós-colonial, engajada na recuperação de vozes silenciadas.

Assim, “vozes” e tempo são inter-relacionados de modo a produzirem um quadro alegórico do “encontro” colonial e os seus efeitos no tecido sociocultural africano. Os capítulos inaugurais em cada uma das obras anunciam a endogenidade dos romances, ao postularem a caracterização das especificidades socioculturais das sociedades africanas, representadas nas obras, assim como das suas respectivas comunidades, provendo aos seus leitores marcas das suas matrizes identitárias.

Como afirma Neil Kortnaar, as comunidades são constituídas pela detenção de uma cultura partilhada que molda o indivíduo e fá-lo replicar um segmento de um todo. Assim, o contínuo debate em torno do que significa essa cultura partilhada, deve constituir tarefa fundamental dos membros dessa comunidade, devendo os resultados desse debate ser transmitidos às novas gerações (1997:2).

No caso de *Things Fall Apart*, a demarcação da africanidade do romance é manifestada na abertura do romance por via da coroação de Okonkwo, aos dezoito anos, antecedida da destronização de Amalinze, como resultado da derrota deste, após sete anos de invencibilidade quebrados por Okonkwo. Como se lê no romance:

Okonkwo was well known throughout the nine villages and even beyond. His fame rested on solid personal achievements. As a Young man of eighteen he had brought honour to his village by throwing Amalinze the Cat. (...) The drums beat and the flutes sang and the spectators held their breath (...). In the end Okonkwo threw the Cat. (TFA, p.3)

Assistia-se assim a uma renovação da sociedade Igbo, facto que manifesta a dinâmica e a organização social dessa sociedade, regida por uma legislação própria.

Essa renovação leva-nos a fazer uma alusão ao pensamento teórico de Mikhail Bakhtin, quando este nos recorda que o ritual de entronização e destronização expressa:

“The inevitability of the change and, simultaneously, the creative power of the shift and the renewal, the relativity of all structures and order, of all authorities and all hierarchic positions” (1984: 125).

Importa agora abordar o percurso de Okonkwo, pois é a partir desse percurso que se desenrola toda a trama e através da qual Achebe apresenta ao mundo, através da sua escrita, uma visão da cultura Igbo. No caso de *Things Fall Apart*, a ascensão de Okonkwo representa a renovação da tribo Igbo, num ciclo histórico e funcional anterior à presença europeia. Posteriormente, com a chegada dos ingleses vai sendo implantada a presença dos europeus em paralelo com processos

de resistência e resignação a essa mesma ocupação, por parte da comunidade Igbo. Estes dois processos simultâneos vão-se consolidando à medida que o enredo se desenvolve. A continuidade do modo de vida Igbo vai sendo posta em causa e mantê-lo é uma questão de resistência, impedindo que a sociedade se destrua, desabe, ou como diria Achebe, literalmente “fall apart”. Nessa conformidade, é possível observar a união entre jovens e idosos, entre a alta e a baixa sociedade, conectados em típicas “*mésalliances*”⁷⁷, para usar um conceito da terminologia bakhtiniana, dado que, juntos, os polos opostos trabalhavam para a manutenção das normas inerentes à civilização Igbo e à preservação da identidade africana.

Desse modo, Okonkwo, na sua qualidade de “rei” e de entidade unificadora de Umuofia, tem um papel decisivo, sendo as suas acções legitimadas pelo direito costumeiro e crenças que regulavam a vida da comunidade Igbo. É nesse contexto que ocorre o assassinato de Ikemefuna, um rapaz que tinha Okonkwo como pai. Este episódio é anunciado por Ezudu, um ancião de Umuofia, como a seguir reproduzimos:

That boy calls you father. Do not bear a hand in his death. Yes, Umuofia has decided to kill him. The Oracle of the Hills and the Caves pronounced it. They will take him outside Umuofia and kill him there. But I want you to have nothing to do with it. He calls you his father (TFA, p.41).

No entanto, Okonkwo ignora essa advertência. Como recorda o narrador de *Things Fall Apart*:

As soon as Okonkwo walked in, that night, Nwoye knew that Ikemefuna had been killed. (...) He did not cry (...). Then something had given way inside him. It descended on him again, this feeling, when his father walked in, after killing Ikemefuna (TFA, p. 45).

I cannot understand why you refused to come with us to kill that boy. You sound as if you question the authority and the decision of the Oracle, who said he should die. Afirmava Okonkwo, que seria advertido por Obierika, ao salientar o significado do acto então cometido por Okonkwo, dizendo:

⁷⁷ Alianças entre pessoas pertencentes a diferentes classes sociais (Vide Bakhtin. 1998: 27).

I do not, why should I? But the oracle did not ask me to carry out its decision (...). And let me tell you one thing. If I were you I would have stayed home. What you have done will not please the Earth. The kind of action for which the goddess wipes out families. If the Oracle says my son should be killed I neither would neither dispute it nor be the one to do it. (TFA, p. 49).

Podemos então afirmar que, embora a morte do rapaz tivesse sido “ordenada” pelos oráculos, o facto de Okonkwo ter ignorado a advertência de Ezudu, relativa ao seu não ter qualquer envolvimento na execução da sentença ora ordenada estaria, em verdade, a incorrer num atropelo grave às normas do direito costumeiro. Essa nossa leitura é nitidamente suportada pelas palavras de Obierika, que acima transcrevemos. Na verdade, após o acto de Okonkwo, Umuofia foi assolada por várias tragédias, incluindo a morte de Ezinma, sua filha, e também a de Ezudu, o ancião de Umuofia, cujo funeral mobilizou toda a comunidade, dada a grandeza desse ancião. No decurso da cerimónia fúnebre Okonkwo acaba por cometer, um outro crime, ainda que inadvertidamente⁷⁸. O cenário desse crime é descrito n, capítulo décimo terceiro da obra, nos seguintes termos:

Ezudu was a great man, and so all the clan was at his funeral. The ancient drums of the death beat; guns and cannon were fired (...). Now and again an ancestral spirit or “egwugwu” appeared from the underworld speaking in a tremulous voice. (...). All was silent. In the centre of the crowd a boy lay in. He was dead man’s son, who, with his brothers had been dancing traditional farewell to their father. Okonkwo’s gun had exploded and a piece of iron had pierced the boy’s heart. The confusion that followed was without parallel in tradition of Umuofia (TFA, p.91).

Assim ainda, no âmbito do cumprimento das leis “umuofianas”, havia decisões a tomar. Tal como o direito positivo, o direito costumeiro⁷⁹ que regulava a vida em Umuofia, continha proibições e punições. Foram precisamente essas normas do direito costumeiro que conduziram

⁷⁸ Sendo porém tido como consequência do primeiro crime, o assassinato do se “filho” Ikemefuna.

⁷⁹ O direito positivo distingue-se do direito costumeiro, pelo facto deste último consagrar “leis”, preceitos que regem a vida de comunidades locais e que, de modo geral, são transmitidos oralmente de entre gerações. Ao passo que o direito positivo é rege-se por normas aprovadas pelos estados, através do poder legislativo, formal.

Okonkwo à primeira etapa da sua destronização e consequente exílio em Mbata, após ter cometido o segundo assassinato.

The Only course open to Okonkwo was to flee from the clan. It was a crime against the Earth goddess to kill a clansman, and a man who committed it must flee from the land. (TFA, p. 91).

Essa foi, portanto, a decisão tomada, no âmbito do quadro legislativo da sociedade Igbo, localizada em Umuofia. A punição decretada a Okonkwo foi acompanhada por uma profanação simbólica, marcada pela destruição dos seus pertences e a queima da sua casa como meio de purificação de Umuofia, ao abrigo das leis locais, sendo assim um exemplo da auto-regulação da comunidade. Como justifica o narrador:

They set fire to his house, demolished his red Wall, killed his animals and destroyed his barn. It was the justice of the Earth goddess, and they merely her messengers. They were merely cleansing the land, which Okonkwo had polluted with the blood of a clansman (...). And if the clan did not an exact punishment for an offence against the great goddess, her wrath was loosed on all the land and not just n the offender. (TFA, p. 91)

Com o exílio de Okonkwo, consuma-se a presença europeia em Umuofia. O desembarque de missionários ingleses em Umuofia forçou a abertura de espaços no mosaico dos hábitos locais, dando assim início aos primeiros passos da contaminação cultural, do processo de “centralização”⁸⁰ de Umuofia e da construção, ainda que violenta e por isso desequilibrada, de uma realidade transcultural, silenciadora da identidade do povo Igbo. De algum modo, essa realidade constituía, na verdade, os alicerces sob os quais se veio a erguer o processo que hoje denominamos de globalização⁸¹ dos espaços de aportamento das “missões civilizadoras”.

⁸⁰ Termo usado no sentido metafórico, para referir as influências que a sociedade igbo começa a sofrer por parte do centro, representado pela Inglaterra.

⁸¹ Embora o termo tivesse ascensão meteórica a partir de meados da década 80 do século passado, o processo como tal começa com “descoberta dos novos mundos”, ou seja, no Século XV com a expansão europeia. O Século XV constituiu o ponto de partida uma vez que o mundo começa nessa altura a ficar afectado por forças económicas e culturais que operavam à escala planetária, mais especificamente as forças europeias. Na verdade, a diferença hoje reside na presença de novos actores (EUA, China, por exemplo) e de outros factores como as diásporas, as TIC’s e os media que vieram facilitar ou acelerar o processo.

Efectivamente, os primeiros contactos entre o “ocidente” e o “oriente”, ou se preferirmos, o “diálogo” norte – sul, atendendo à geografia da Inglaterra e de Umuofia, representando esses contactos pioneiros, o momento inicial, a partir do qual, as comunidades locais passam a ficar afectadas por forças económico-culturais operantes em todo o mundo, abrangendo, como sabemos, distintos componentes, que vão desde questões antropológicas à configuração territorial.

Assim, através da fresta poética proporcionada por *Things Fall Apart*, Achebe descreve, de forma dramática, a fenda gerada no (sub)solo que sustentava os pilares da nação Igbo, na sequência dos primeiros momentos da sua ocidentalização, ou seja, da sua “centralização”. A título de exemplo desse processo de conversão, Achebe destaca a componente religiosa, que foi acompanhada, há uma dada altura pela construção de escolas missionárias, tal como reporta o narrador:

The missionaries had come to Umuofia. They had built their church there; won a handful of converts and were already sending evangelists to the surrounding towns and villages. That was a source of great sorrow to the leaders of the clan; (...). What worried Obierika was the sudden appearance of Nwoye, Okonkwo's latter son among the missionaries in Umuofia (TFA, p. 105). Amikwo, Okonkwo's cousin was greatly surprised. (...). Nwoye had decided to go to Umuofia, where missionaries had set up a school to teach Young Christians to read and to write. Nwoye (...) would return later to his mother and his brothers and sisters to convert them (TFA, P. 112).

Para descrever o drama “umofiano” Achebe rebusca a memória histórica ocultada pelos textos canónicos da historicidade ocidental, para colocar em marcha um exercício efectivo de reescrita da história, baseado numa hermenêutica diatópica e dialógica dos factos históricos, com a finalidade de evocar os marcos da identidade Igbo. No entanto, ao reescrever a história o autor não solicita um recuo ao passado idílico, pré-colonial. Ou seja, Achebe não embarca num discurso essencialista que projecta uma imagem pura e perfeita do passado.

Com efeito, a obra *Things Fall Apart* apresenta uma versão narrada pela voz do “invadido” que assume e enumera igualmente as debilidades da sua nação Igbo. Assumindo essa postura, Achebe procede à reescrita da história, disponibilizando uma versão “desmascarada” da sociedade Igbo,

contrariando, desta maneira, uma tendência na literatura africana que assume o espaço pré-colonial como um local “paradisiaco”, aludindo a uma suposta existência pré-colonial “pura”, ficando apenas manchada em decorrência da presença colonial e que, por esta razão, somente as “manchas coloniais” devem ser objecto de olhar crítico (Vide Ashcroft et al. 2004).

Como podemos confirmar, Achebe contraria essa postura por via das observações proferidas pela voz de Obierika:

(...) Our men and our sons have joined the ranks of the stranger. (...) our brothers say that our customs are bad. (...) The white man is clever. He came quietly with his religion. We were amused at his foolishness and allowed him to stay. Now he has won our brothers, and our clan can no longer act like one. He has put a knife on the things that held us together and we have fallen apart" (TFA, P.124, 125).

A transcrição em epígrafe reproduz o lamento pelo resultado do confronto entre as duas culturas, a quebra dos alicerces da nação Igbo e a construção forçada de um novo espaço transcultural “partilhado” por invasores e invadidos, consumada durante os sete anos de exílio de Okonkwo em Mbata e nos anos subsequentes. Esta nova realidade transcultural tem um também um outro alcance, designadamente, como metáfora da colonização.

O regresso de Okonkwo a sua terra natal representa, por um lado o culminar do processo da sua destronização e, por outro lado, a consolidação dos primeiros passos para a colonização de Umuofia. A ausência de Okonkwo resultou numa influência marcante da presença dos missionários britânicos. Era visível a construção de escolas, igrejas e hospitais e as mudanças operadas nos costumes locais resultaram em alterações na paisagem sociocultural de Umuofia. Ou seja, a vitória do modelo europeu provocou, no seio dos Igbo, um conflito permanente de aceitação e rejeição, de apropriação e ab-rogação, por exemplo, a nível religioso, tal como sugere o diálogo que a seguir transcrevemos:

You said that there is one supreme God who made heaven and earth, said Akuna. We also believe in him and call him 'Chukwu'. He made whole the world and the other gods (TFA, p. 126).

“There is no other god”, said Mr. Brown. ‘Chukwu’ is the only God and all other are false” (Ibid).

Para Francis Abiola (2009a: 475), a obra de Achebe ao reflectir o inconformismo de Okonkwo relativamente à colonização cultural, por via da educação e da evangelização, chama a atenção para o senso profético do herói Igbo, que se convence que a partir da nova constituição identitária, projectada a partir de locais de aprisionamento (como a escola, igreja), formar-se-ia uma nova elite ocidentalizada que, por seu turno, daria lugar à emergência de uma nova identidade nacional que, uma vez moldada pela literacia, seria impregnada por ideologias modernas.

Dessa forma, a narrativa achebiana constitui uma zona de contacto entre a periferia e o centro e conforma um ambiente dialógico onde as línguas representativas dos dois topónimos ora referenciados partilham a mesma plataforma. Ao promover o encontro de vozes e de línguas, Achebe projecta a ligação do texto a um contexto sociocultural determinado, ao mesmo tempo que o remete para um quadro mundano, global, realçando a “wordliness”, a mundanidade da obra, usando o conceito de Said (1983), antes abordado. Isto é, Achebe destaca as peculiaridades do contexto sociocultural que a sua obra representa (a Nigéria), ao mesmo tempo que sublinha as ligações que esse mesmo contexto estabelece com um contexto mais global, mundial, do qual a Nigéria é também parte integrante. Esta projecção empreendida por Achebe leva-nos a relacionar o texto em análise ao carnaval bakhtiniano, uma vez que a partilha do espaço narrativo entre as a língua “colonial” e a “colonizada”, ou se preferirmos, a “relexicização” de ambas permite a suspensão das barreiras hierárquicas propostas pelo cânone literário filiado ao centro, anunciando, de modo metafórico, a destronização da cultura central.

Como refere Mata (2009:111), Achebe põe ao dispor dos seus leitores uma escrita subversiva que “vai minando a língua inglesa na sua ontologia etnocêntrica, disseminando nela a cultura Igbo, através da utilização de recursos linguísticos pertencentes ao vocabulário da mesma e da exaltação da sabedoria popular oral, expressa em provérbios que pontuam as falas das suas personagens.

Mala Pandurang admite que, embora Achebe tenha tido predecessores como Amos Tutola, com a obra *The Palm Wine Drinkard* (1953), *Things Fall Apart* (1958) foi a primeira obra a ser aclamada internacionalmente, inspirando uma primeira geração inteira de escritores africanos a apropriarem a língua inglesa, incorporando técnicas de oratura com fins políticos e demonstrando mestria na “africanização” da língua colonial, através da introdução de conjuntos lexicais Igbo (2009: 347). As raízes dessa escrita inovadora estavam alicerçadas numa urgência de autoafirmação e de recuperação de uma “identidade africana “ (aspas da autora) perante a severa negação da psique humana da África negra (Ibid.).

A esse respeito, sem desvalorizar a pertinência do processo de apropriação e ab-rogação da língua “colonizadora”, Garuba enfatiza que embora por via desse processo ocorra a inclusão da matriz africana, o maior foco da apropriação/ab-rogação não é apenas o modo como a oralidade, as expressões idiomáticas e os provérbios e são transportados para o romance, mas sim, a forma como os autores africanos, como Achebe, por exemplo, igualmente se apropriam dos recursos da oralidade cultural ou social, expandindo-os, reconfigurando-os, transformando-os, deste modo, em artefactos literários (2009: 248).

No dizer de Garuba, mais do que uma mera reflexão do paradigma da oralidade, o ponto conceptual almejado pelos escritores consiste num processo de mediação, transformação ou continuidade do repertório da oralidade, sendo este o elemento caracterizador da relação entre o autor e a tradição oral (2009: 248, 249).

Quando analisada noutro ângulo, a inclusão dos aspectos da oralidade, nos contextos em que a mesma provoca uma explícita diglossia, em consequência da “oposição directa” entre línguas africanas e europeias, essa inserção pode assim ser lida como uma das formas de remoção das línguas não ocidentais da posição periférica que lhes foi atribuída pelos essencialismos europeus. Assim, o autor coloca-as em paralelo com as suas congéneres europeias, posicionando-as a uma escala global. Como lembra Ngungi Thiong’o :

English and French (and Portuguese) have become common languages with which African present a nationalist front against oppressors and even in this independence period, these languages are still unifying forces. However, Achebe remembers us that (...) the English will be able to carry the weight of (...) African experience. But it will have to be a new English, still in full communion with its ancestral home, but altered to suit new African surroundings (2001: 285, 286).

No artigo “The Critical Reception of African Novel”, Garuba recorda que a imensa popularidade do romance *Things Fall Apart* deve-se ao facto de, supostamente, Achebe invocar um mundo “autenticamente Igbo” e que inúmeras interpretações dessa obra foram feitas confirmando e celebrando essa autenticidade. No entanto, Garuba (2009: 257), citando Simon Gikandi, defende que:

Yet, however appealing this mimetic claim might be (...) it must be resisted because it is not possible for the writer to appeal to an original notion of Igbo culture; like many other cultural products the Igbo world is only accessible to us as others represented it. This is why it is important (...) to remember Said’s argument that the object of reading is not a truth; rather “the things to look are the style, figures of speech, setting, narrative devices, historical and social circumstances, *not* the correctiveness of the representation nor its fidelity to some great original.

Irele (2009a: 454) apresenta um postulado que transita na mesma direcção da proposta Gikandi acima transcrita, realçando a qualidade da apresentação que Achebe faz da igbolândia, na qual as referências culturais imperam, não apenas no que respeita à construção do universo ficcional da narrativa, como também no que tange aos meios e modos usados para expressão da existência colectiva Igbo. Para Irele, a obra de Achebe constitui, nessa conformidade, um projecto estético que modela uma nova língua apropriada ao contexto a ela vinculado (Ibid.).

Visto num prisma diacrónico, isto é, avaliando as repercussões alcançada pela obra *Things Fall Apart*, é ponto assente que esta obra, mais do que um projecto estético, é, ou passou a ser, uma matriz ou uma patente literária africana que, uma vez registada, viria ser apropriada como modelo inspirador, no quadro da construção de outros “edifícios literários” de autoria africana.

Ao longo do seu romance, Achebe emprega um conjunto de estratégias narrativas que possibilitam a congregação das vozes sociais que fazem morada em Umuofia, num tempo histórico relacionado com a presença inicial britânica na “Nigéria” marcada, pela contaminação linguística e, por conseguinte pela “relexicização”, usando o conceito proposto por Zabus (2004), das línguas Igbo e inglesa.

A presença dessas línguas edifica também uma metáfora que alude à viagem operada pelos Igbo em direção ao modelo britânico ou se preferirmos, a marcha inicial em direção a uma fisionomia transcultural, uma trajetória fortemente recusada por Okonkwo. Ao regressa à Umuofia, Okonkwo expressa o seu inconformismo pelo facto do seu povo se ter resignado à nova realidade e não ter lutado pela sua terra e pelas suas crenças, e fê-lo de forma trágica, optando pelo suicídio.

Ao optar por essa via, Okonkwo acabou por violar as leis Igbo e, por esse facto, não foi merecedor de um funeral a preceito, nem podia ser sepultado por nativos de Umuofia. Assim, paradoxalmente, apenas aqueles que ele tentou combater estavam “legalmente” habilitados a fazer o seu funeral. Como podemos ler no romance:

"That man was one of the greatest men in Umuofia. You drove him to kill himself; and now he will be buried like a dog..." said Obierika (TFA, p.147).

"It's an abomination for a man to take his own life. (...) and a man who commits it will not be buried by his clansmen. His body is evil, and only strangers may touch him" (Ibid).

Assim, ao descrever a trajetória do herói africano e a natureza dos conflitos sociais e psicológicos desenvolvidos em Umuofia durante os período pré e pós-colonial, em *Things Fall Apart*, Achebe convoca a memória ostracizada pela história oficial estabelecida a partir de uma visão ocidental, portanto do centro para a periferia, para a reelaboração de uma (inter)historicidade abrangente, capaz de incluir perspectivas de outros povos diferentemente situados. A narrativa reconstitui, portanto, uma visão Igbo da história colonial, articulando conflitos subjetivos e aspirações colectivas, num sincretismo dialógico que reproduz as vozes e

falas de todos os ocupantes do ambiente marcado por culturas conflitantes, dando assim ao leitor notas marcantes do espaço de pertença da obra.

Na verdade, como afirma Abiola (2009^a: 454), a narrativa achebiana fornece uma panorâmica da sociedade africana, com dinâmicas próprias, refletindo uma estrutura social coerente que e serve de suporte a um universo institucional alicerçado em valores próprios. Uma vez que esta imagem de África havia sido, até então foi quase inexistente na literatura, a obra de Achebe assumiu, inequivocamente, uma carga ideológica e um estatuto de pioneira no âmbito da afirmação das culturas africanas, por contraste com o contexto circundante à escrita e publicação da obra (Abiola: 2009^a, 454), ou seja, o período da colonização em que a arquitetura do saber impunha uma anulação dos alicerces e conseqüentemente das edificações culturais africanas, assim como branqueava a história do choque colonial.

Assim, Biodun Jeyifo, no seu artigo “The Resilience and The Predicament of Obierika”, sublinha que *Things Fall Apart* representa a grande narrativa do “encontro colonial” (aspas minhas), uma vez que a história é capitalizada a partir da escolha de personagens e eventos adstritos aos protagonistas dessa contenda, desempenhado, ao mesmo tempo, a função de uma contra-narrativa composta por fragmentos de histórias de grupos e identidades subalternizadas (2009: 509). Estas características da obra achebiana ligam o discurso de Achebe à problemática da representação cultural, patente nas perspectivas estético-temáticas pós-modernistas e pós-estruturalistas (Ibid.).

A ligação ora estabelecida justifica-se pelos os “impulsos” subversivos que pontuam os discursos desenvolvidos no âmbito dos pensamentos críticos acima assinalados, que encontram paralelismos no contexto da produção de discursos alternativos, no âmbito dos estudos pós-coloniais, da qual fizemos menção no capítulo relativo à fundamentação teórica do nosso estudo. Jeyifo sublinha que ao salientar as ligações entre o romance de Achebe e as correntes pós-modernistas e pós-estruturalistas não pretende passar a ideia de que *Things Fall Apart* careça de uma “adoção” ou “abrigo” por parte dessas capas teórico-críticas. Na verdade, assinala Jeyifo, é sua pretensão frisar que a problemática da representação cultural das minorias, dos não canónicos ou de correntes da cultura popular que subsiste no “Primeiro Mundo” é também um ponto do

debate que decorre no contexto da crítica pós-colonial, sob a capa da sua agenda, engajada na (re)construção de comunidades, identidades e/ou tradições ofuscadas (IJeyfo, 2009: 510).

Paralelamente no universo da língua portuguesa, na narrativa de Pepetela, verificamos que, tal como já o dissemos, que o romance pepetelino prossegue objectivos semelhantes aos da obra de Achebe., na medida em que o romance de Pepetela, no seu capítulo inaugural marca, assim como o da obra de Achebe, de modo indelével a tipologia do romance, assente na re-escrita da história africana. Vejamos então que estratégias e temáticas explora Pepetela.

Ao longo do seu romance, fazendo recurso a duas narrativas, Pepetela conduz os seus leitores à história da formação e decadência do império Lunda, através da trajectória d rainha Lueji, a personagem principal da trama que, na esteira de Okonkwo, luta para preservar a coesão comunitária da sua nação, no caso o império Lunda.

Simultaneamente, através do percurso da personagem Lu, a protagonista da segunda história da obra *Lueji - O Nascimento Dum Império*, o autor revela, a luta de um povo e de uma nação para a preservação da sua cultura, resultante da miscigenação etno-cultural, diante das imposições prescritas pela cultura europeia. Assim, tal como em *Things Fall Apart*, também comparecem no discurso poético elaborado em *Lueji - O Nascimento De Um Império*, sujeitos alheios ao ambiente sociocultural local. Esta opção de Pepetela direccionada à descrição de factos históricos referentes ao ambiente pré e pós-colonial específicos do império Lunda e da nação angolana, respectivamente, é orquestrada por via de uma disposição interpolada de vozes e tempos, tendo como meta a produção de um hipertexto revelador de um quadro alegórico do “encontro” colonial, especificamente ligado ao contexto angolano.

O capítulo inaugural do romance situa o leitor no período pré-colonial, anunciando o cariz histórico-cultural do romance. Tal como em *Things Fall Apart*, assistimos também na abertura do romance de Pepetela, a uma coroação, no caso, a de Lueji, que se torna rainha, na sequencia da destronização de seu pai Kondi.

Ao passar as suas "vestes" e o lukano (pulseira que simbolizava o poder dos Lunda) para Lueji, Kondi consuma a sua entronização. No entanto, à luz das normas ancestrais, a entronização de Lueji representava um quadro atípico: uma mulher no trono, numa sociedade falocêntrica. Esta sucessão constituiu assim um possível sinal de um tempo diferente uma ruptura com a tradição. Como se lê na obra, através das palavras de Kondi:

- Lueji, tomei a decisão. O lukano não pode passar para fora da minha família, essa é a tradição dos Tubungo. (...) Mas os teus irmãos não merecem o lukano. (...) só há uma solução, entrego-te a ti (LNI. p.20-21).

- A mim, pai? Não, não quero.

- Tem de ser. (...). E entregarás o lukano ao teu filho que se mostrar capaz de ser o chefe dos Tubungo. É a minha vontade e a dos antepassados também. (...) vais obedecer (...). Encontrarás força em ti própria e na tradição dos Tubungo. (...). Se o Lukano sai da nossa família, os Tubungo se matam (...) pelo poder. (...) Escolhe bem o teu marido, ele vai reinar. Mas o Lukano passará para o teu filho, isso é importante (LNI. p.20-21).

Desse modo, a decisão de Kondi provoca uma renovação, a renovação do império Lunda situado no espaço geográfico da Lunda (hoje parte integrante de Angola) durante o período anterior à presença europeia. A partir dessa renovação, a tribo Lunda, sob o comando de Lueji, procurou manter a sua coesão e preservar as leis do império que se via ameaçado pelas pretensões de Tchinguri, irmão de Lueji, dada a oposição que o mesmo fazia ao reinado Lueji, apesar de proposta pelo pai, de ambos Kondi⁸², pelo facto de ela ser mulher.

Assim, em *Lueji* testemunhamos a uma performance colectiva, que ocorre de modo natural sem "palcos" ou "luzes da ribalta", tal como afirma Bakhtin⁸³ e, no geral, em cenários abertos para os quais convergem os integrantes da trama pepetelina, oriundos de diferentes classes sociais: a

⁸² Kondi e os Tubungo (conselho formado por nobres) recusam-se a aceitar Tchinguri, o primeiro filho de Kondi, logo, o príncipe herdeiro do trono, devido às suas ideias revolucionárias em relação a alguns valores tradicionais e ao sistema governamental vigente. Tchinguri era de opinião que o acesso ao Tubungo tinha que ser por mérito e competência e não por direito de nascimento, por exemplo.

⁸³ Bakhtin, Mikhail. 1984 (1963), *Problems of Dostoevsky's Poetics*, Emerson, Caryl (ed;trad), History and Theory of Literature, Vol.8, Manchester University Press, Manchester

rainha (Lueji), "muatas"⁸⁴ pobres, mulheres, homens, jovens e velhos e até os "kandakas" (estrangeiros), cujos esforços se direccionam para a construção da "Onganda" (paliçada construída em redor da residência do rei) e, desta forma, proteger Lueji e o lukano de Tchinguri.

Do ponto de vista afectivo, o romance *Lueji* mostra-se igualmente permeável ao acolhimento de alianças interculturais, pois Lueji envolve-se amorosamente com Ilunga, um príncipe Luba, representando a união entre ambos uma quebra das normas ancestrais,. À luz dessas normas, era necessário manter a "pureza" étnica. Sendo Ilunga Luba, portanto, não Lunda, a união funcionava para as duas etnias, como uma "mésalliance" conjugal. Entendemos que a ficcionalização desse dado registado pela história (como vimos no capítulo II), isto é, a união entre diferentes etnias, num período tão recuado, serve como uma chamada de atenção para o facto de a transculturação ter ocorrido "intra muros", revelando assim a dinâmica social existente no período pré-colonial, sendo assim o fenómeno transcultural uma realidade irrefutável na história do continente africano.

No entanto, essa aliança transcultural se veio a revelar crucial, visto que Ilunga possuía uma técnica sofisticada de trabalhar o ferro, factor determinante para a derrota do exército de Tchinguri. Porém, a derrota de Tchinguri não significou o fim da missão de Lueji. Faltava a transmissão do lukano ao príncipe herdeiro. Lueji não conseguia procriar, factor que determinava, em parte, o incumprimento da sua missão. Uma vez mais Lueji recorre à tradição na busca da solução do problema crucial para continuidade do império. Sendo permitido à luz das leis tradicionais, Lueji junta Ilunga e Kamonga, uma das suas damas de companhia, e deles brotou o esperado herdeiro, Yanvu.

Com o nascimento de Yanvu o lukano teve um herdeiro legítimo, pois, mesmo não sendo filho biológico de Lueji, Yanvu era filho de Ilunga, o rei. À luz da tradição Lunda, só pelo facto de Yanvu ser filho de Ilunga, ter nascido em casa de Lueji e ter sido amado por ela desde as primeiras horas de seu nascimento, davam a rainha o direito de reclamar a maternidade. Portanto, mesmo que o segredo fosse revelado, facto que não veio a ocorrer, a sua maternidade seria

⁸⁴ Chefe tradicional dos Lunda-cokwe.

homologada pelas leis emanadas pelo direito tradicional/costumeiro. Assim, Yanvu sucede ao pai após a morte deste e Lueji cumpre cabalmente a missão que lhe fora confiada por Kondi.

Entretanto, o fio condutor da narrativa um período histórico, ilustrando como império Lunda se tinha expandido a outras terras, conquistando outros povos, como resultado das migrações de Tchinguri e Chinyama, bem como de outros chefes notáveis.

Independentemente desse processo migratório a rainha empenhou-se em cumprir o legado herdado do seu pai, Kondi. Podemos afirmar que Lueji, com as suas acções muitas vezes contestadas e outras vezes aplaudidas, deu origem a um novo império Lunda, reinventando muitas das suas tradições e, ao aliar a experiência dos Lunda à dos Luba, deu origem a uma miscigenação étnica e cultural, algo que (embora com algumas fronteiras) caracteriza o actual panorama etno-linguístico e cultural angolano.

Assim, verifica-se que a ascensão de Lueji motivou mudanças e a renovação no seio do império Lunda, recusando-se a ideia da imutabilidade da tradição, um facto que muitos nativos das sociedades pós-coloniais tentam refutar. Assim, Pepetela, tal como Achebe, não projecta a ideia de um passado puro e perfeito. Como se lê no romance através da voz de Chinyama:

- A tradição se torce quando é preciso (LNI. p.15).

A história da rainha Lueji e do seu império serve de inspiração para Lu, a principal personagem da segunda história do romance *Lueji*. Este segmento narrativo, situa o leitor no período pós-independência, um momento em que Angola vive um processo de reconstrução nacional, ao mesmo tempo que vive uma guerra civil, que tinha fortes implicações no xadrez mundial, no quadro da chamada Guerra Fria entre o ocidente e os países do chamado bloco de leste. Havia portanto, nesse período, uma interferência da desses dois contendores no conflito angolano, cada um deles tentando exercer a sua influencia, não apenas do ponto de vista militar, como também económico e cultural.

Tendo como pano de fundo esse cenário político-social, Lu, bailarina angolana, habitante do período pós-colonial, recusa a imposição de um bailado inspirado na matriz sociocultural

européia, no caso da Europa de Leste, e elege a memória como fonte do conhecimento histórico para recriar em palco a história de Lueji, a rainha dos Lunda. Desta forma, Lu permite a migração das marcas da identidade pré-colonial para o presente pós-colonial.

Tal como sucedera com Lueji, Lu depara-se com um manancial de situações que a motivam a recorrer às tradições e aos ensinamentos ancestrais, para encetar um diálogo com o passado, contando para tal com a figura do "kimbanda"⁸⁵, que a ajuda a invocar o espírito de Lueji. Assim, na opinião de Mata (1997:80), no romance de Pepetela o "kimbanda" reveste-se de um importante papel na trama textual, uma vez que com os seus poderes, serve de elo entre duas mulheres, reforçando assim o diálogo vivencial entre duas histórias. A do século XVI, de Lueji, e a do século XX, protagonizada por Lu. No entanto, tal como a de outros sujeitos pós-coloniais, a trajetória de Lu ocorre no quadro da sua participação no contexto da modernidade e de racionalidade científica, havendo portanto uma justaposição de parâmetros comportamentais e culturais. E assim, os mitos, as crenças e as lendas, coabitam com o real, com o científico, assim como com a evocação das matrizes das diversas culturas, deixando antever-se no romance a abertura de um segmento para a projecção do espaço transcultural, como marca indelével da nação pós-colonial.

Poderemos assim afirmar que Pepetela, de forma metafórica, alude à transculturalidade e à inter-historicidade, ao inserir as vozes dos impensados, dos silenciados pela história patriota de que nos falam Catarina Gomes e Paula Meneses (2012) e que referimos nos capítulos iniciais desta dissertação.

Assim sendo, por via do texto literário Pepetela efectua a re-escrita da história, a partir da projecção de um discurso histórico produzido pela periferia, sem que com isso o autor, tal como Achebe, tenha como objectivo a rejeição total do discurso da também chamada história patriota, acoplada ao centro, nem a reconstrução exacta de um passado ideal e muito menos a demarcação de fronteiras entre as culturas que habitam o “novo” espaço, transcultural angolano. Na verdade, na nossa óptica, Pepetela apenas pretende tornar audível a versão da história contada a partir da periferia, tornando visíveis versões alternativas da história. A inter-historicidade de que falámos

⁸⁵ Curandeiro, Espirita, tradicional

na parte teórica materializa-se assim pelo acréscimo do conhecimento sugerido pela integração, no discurso histórico validado pelo ocidente, de outras versões da história. Numa outra perspectiva, diríamos que ao mesmo tempo que torna essa história visível Pepetela demonstra a, ainda que metaforicamente, a impossibilidade do retorno ao passado, razão pela qual o autor envereda pela inclusão das mais distintas vozes culturais. Dentro deste quadro, é particularmente notória a escolha de Pepetela por Cândido, um Cuvale, que no bailado faz o papel de Ilunga. Portanto, tal como o seu "alter-ego", Cândido não é de origem Lunda (não sendo também Luba).

A nossa leitura relativa à intenção de Pepetela é também sustentada pelo facto do autor convocar para o palco vários elementos representativos de diferentes grupos étnicos e culturais que partilham o solo angolano, visando uma cabal representação de um “novo” território transcultural. Esta opção permite que as marcas dos distintos grupos culturais que habitam o universo angolano interajam, naturalmente no bailado, algo que, de facto, ocorre no quotidiano do espaço transcultural actual.

Em nosso entender, ao dar voz à história silenciada de Angola e ao reconstituí-la à luz da transculturalidade caracterizadora do espaço geográfico angolano, Pepetela produz uma “dissemiNação” (vide Bhabha, 1990:229), fazendo assim uma clara alusão ao diálogo de culturas, dialogo esse que, por sua vez, evoca o pensamento crítico de Bakhtin, nomeadamente, o seu conceito de polifonia, pela plurivocalidade, que deve constituir o âmago das nações transculturais, como é também a angolana. Essa opção “dessimiNacional” reflecte-se, sobretudo, quando a história e as crenças de Angola são passados para o palco sob o prisma de um bailado, dotado de uma coreografia culturalmente dialógica. Como se pode ler em *Lueji*:

(...) Redescobertos, maravilhados com a nossa existência de sempre (...) orgulhosos por sermos diferentes e tão iguais, orgulhosos por proclamarmos a nossa diferença entre iguais, como este bailarino diferente que faz de Ilunga, indo buscar ao seu passado de criador de gado os passos e atitudes que mistura à dança dos Lunda, dos Tchokwe, dos do Norte, dos de Luanda, até mesmo às regras do Harlem e de Paris, enquanto a bailarina que faz de Lueji, vai buscar a graça (...) para reforçar a graça da sua raça universal, enquanto Jaime, puro kaluanda, revive o nervosismo dos Imbangala, os modos bruscos de Tchinguri, que veio do Leste mítico para criar

mais mitos (...) e os grupos de roda, saltando e batendo os pés, fazem levantar imaginárias nuvens de pó de terra (...) sobre o palco do Nacional (LNI. p. 471).

Feito desse modo, a simbologia do bailado reproduz, necessariamente, o encontro de culturas angolanas proporcionado pela diluição das barreiras entre os diferentes polos culturais, proclamando também, por via do bailado, ainda que metaforicamente, a projecção da sociedade angolana pós-colonial, consciente da sua identidade, fortemente conectada a uma condição transcultural.

Nesse sentido, a obra funciona como uma alegoria do espaço transcultural e, por conseguinte, como uma “zona de contacto”, como refere Pratt (1995) . Desse modo, a opção do autor pelo mapeamento abrangente da realidade cultural angolana revela-se crucial, uma vez que essa cartografia cultural foca, de modo sólido, questões prementes relativas à consolidação da nação, designadamente a inter-historicidade e a transculturalidade. Este factores constituem peças fundamentais para a representação dos angolano, como sujeitos detentores de uma identidade e história próprias que deve, de modo legítimo, ser inscrita no discurso histórico, baseado numa hermenêutica diatópica e dialógica dos factos históricos.

Através da narração que Pepetela oferece em *Lueji*, o leitor é levado a pensar na nação angolana e muito especificamente na sua configuração cultural actual, dada a recuperação de vozes culturais caracterizadoras da diferença étnica e do género, embora inovadas pelo trabalho de uma linguagem multiforme (Leite, 2013: 40) imprimida pelo autor. Todas essas temáticas de saber etnográfico e linguístico, permitem a inclusão de alguns grupos minoritários silenciados ao longo da história. Nessa conformidade, o discurso poético patente em *Lueji* a inter-historicidade alude à transculturalidade e esta, por seu turno, reflete de modo claro distintos fenómenos de transculturação, porquanto a narração/recuperação da história alude à descrição das influências recíprocas que ocorrem entre distintos povos que habitam o território angolano, dentro na zona de contacto propiciada pela representação do bailado.

Simultaneamente à representação transcultural verificámos também, ao nível do romance, um duplo processo de apropriação e ab-rogação quer por parte do autor, por via dos mecanismos de hibridação linguística, quer através da personagem Lu, que procede a adaptação de normas

ocidentais ao seu bailado africano, visando a recuperação e exaltação da história silenciada e/ou mascarada pela historiografia ocidental.

No entanto, como nos lembra Padilha (1995:97), no seu entendimento da obra pepetelina, tal como em *Things Fall Apart*, em *Lueji*, embora se assista a um processo de recuperação do passado “original” , em *Lueji* não se verificam indícios de xenofobia, assim como, na nossa perspectiva, não se vislumbra uma tentação de retorno a uma “pura” autenticidade, nem se assiste a uma postura fanonista. Ou seja, as debilidades e as contaminações culturais das sociedades narradas são assumidas e levadas à cena, no palco das narrativas de Achebe e Pepetela. Na verdade, segundo nos diz o narrador da narrativa de Pepetela, do encontro entre a tradição e inovação nasceu:

(...) Um género próprio, nacional, indo buscar temas e passos à tradição dos camponeses, misturando por vezes as culturas de origem, e estilizando com recurso ao que de mais avançado se fazia no mundo (LNI. p.170).

No dizer de Mata (1997:80), *Lueji*, a rainha, simboliza, retrospectivamente, a unificação política e, diríamos nós, a representação da orgânica sociocultural pré-colonial, enquanto Lu (...), prospectivamente, amadurece nas reconciliações que vai esboçando nas identidades nacionais e na luta anti-tribal que o autor considerou prioritárias. A par dessa leitura, Mata considera que, ao absorver as marcas de uma cosmovisão mítica, através do retorno a um tempo pré-colonial, Pepetela tenta simbolizar o núcleo embrionário de um império e, metaforicamente, o núcleo gestacional de uma nação (1997:80) que, no quadro global tenta, democraticamente, conquistar o seu lugar no contexto da (pós)modernidade.

Como refere Kortnaar, as narrativas e os símbolos constituem instituições sociais que percorrem várias gerações e os agentes culturais têm de construir as suas vidas fazendo recurso a esses parâmetros herdados. Porém, ressalta o autor, os indivíduos não procedem a uma mera reprodução da herança cultural, uma vez que a cultura não se assemelha a uma gramática prescritiva, mas antes constitui um reservatório de potenciais práticas, muitas vezes contraditórias, que os actores sociais usam quando a identidade colectiva é renegociada

(1997:31).É este processo simultâneo de redescoberta, renegociação e actualização da identidade colectiva que enforma, em nosso entender, a catacrese cultural orquestrada por Lu. Prova disto são as palavras do narrador:

Lueji (...) arrancada da História e das falas dos mais-velhos para ser conhecida do grande público, espantado com a revelação. Afinal este país teve gente assim e nós não sabíamos, despojados que fomos da nossa História (...) muitas vezes nos sonhando iguais aos outros mas sempre temerosos da comparação, nada igualava as tradições da Europa a que tínhamos de ficar sempre agradecidos porque das trevas nos tirou. (...), órfãos de um passado (...) que também é glorioso, como essa música feita de instrumentos locais, (...) que nos aponta para o futuro, porque renascida de um passado livre, embora também servil, como tudo neste Mundo no qual nos inscrevemos por direito próprio, o direito de sermos nós (LNI. p. 471).

Na óptica de Kortenaar a redefinição cultural ocorrida durante o período colonial facilita o entendimento das narrativas das actuais comunidades pós-coloniais, como por exemplo, aquelas aqui analisadas, ao mesmo tempo que ajuda a sublinhar a necessidade da representação da cultura africana como algo em permanente reinvenção (1997:33).

Avaliando novamente as analogias patentes nas duas narrativas aqui analisadas, verificamos que as mesmas revelam uma convergência temática, ao sublinharem a sua preocupação com a recuperação do passado histórico através do restauro de uma memória social colectiva, mesmo que ficcional e idealizada. Achebe e Pepetela revelam, por conseguinte, um contra-discurso que confronta o discurso selectivo e difusionista da historiografia concebida pela academia ocidental, permitindo, desse modo, a inclusão das perspectivas históricas e culturais do “Outro”, proclamando assim a plenitude e a importância do conceito de inter-historicidade.

No que toca aos recursos linguísticos utilizados para a orquestração das narrativas, verifica-se também uma paridade estilística, se tivermos em linha de conta que ambos os autores optam por técnicas narrativas apoiadas numa hibridação de vozes sociais e de recursos linguísticos, próprios da literatura pós-colonial. Porém, verificamos que, contrariamente a Pepetela, Achebe recorre a

uma diglossia que privilegia o “confronto” entre as línguas inglesa e igbo, sendo esta falada pelos Igbo de onde o autor é originário.

Assim, embora Achebe nos brinde com uma representação segmentada, ou parcial, do espaço transcultural nigeriano, a mesma pode, na nossa perspectiva, funcionar como uma metonímia da experiência vivida por outros povos que são hoje parte integrante do mosaico sociocultural nigeriano (como os Ioruba e Haussa) que sofreram, à semelhança dos Igbo, a opressão inglesa, devido à relação de contiguidade existente entre as distintas experiências locais.

Já no romance *Lueji*, a narrativa acolhe distintas culturas da malha etno-cultural que cobre o actual território angolano, que vão sendo representadas em paralelo com o desenvolvimento do enredo, fundamentalmente no segmento narrativo que compagina o contexto pós-colonial vigente. Na nossa perspectiva, a obra de Pepetela procede, de facto, ao mapeamento pleno do espaço transcultural angolano onde, como vimos, minorias locais Bantu e não Bantu (incluindo os angolanos de origem europeia) ocupam um lugar na geometria do espaço narrado por Pepetela.

A esse respeito, nos parece intencional a escolha de Lu como protagonista do enredo ligado à fase pós-colonial do romance, uma mulher, mestiça (filha de pai branco e mãe negra), que assume a responsabilidade de resgatar e actualizar elementos culturais de um passado histórico e ao mesmo tempo mítico, que povoam o imaginário dos povos angolanos actuais. Como afirma Anselmo Alós, no seu artigo a “Ressignificação do Mito”, mais do que ressuscitar o mito da poderosa rainha Lueji, Pepetela, através de Lu, inaugura uma nova narrativa assente na edificação de uma identidade não essencialista e que, de certa forma, rompe com a tradição. Esta rotura ocorre, porquanto essa nova identidade “desvincula-se” do passado e actualiza-o, moldando-o às novas expectativas e demandas, velando, no entanto, para que esse mesmo passado não seja alterado em demasia.

Ressaltamos também no romance, através de Lu, uma resistência às novas imposições estrangeiras, simbolizada pela coreografia dialógica, desencadeada por Lu, da qual fizemos referência anteriormente. Na verdade, Lu personifica a actualização do mito, o elemento que possibilita a operacionalização de uma síntese de duas dimensões espaço-temporais,

nomeadamente a África e Europa, e o pré e o pós-colonial. Esta constatação provoca uma viragem no seguimento da nossa argumentação, uma vez que chama a nossa atenção para outro ponto de análise, nomeadamente, o papel atribuído às personagens femininas nas duas obras em abordagem.

A esse propósito, podemos afirmar que a “lacuna” deixada pelo silêncio da mulher em *Things Fall Apart* é suplantada pelo protagonismo das duas heroínas de Pepetela: Lueji no passado e Lu, no presente. Levando-se em consideração esses aspectos, entendemos que do ponto de vista da inclusão dialógica de vozes sociais, assistimos a um marcante protagonismo da mulher “pepetelina”, em contraponto com a narrativa achebiana. Em ambos segmentos narrativos de *Lueji* as mulheres desempenham papéis de guardiãs da tradição, da identidade colectiva, sem contudo manifestarem radicalismos ou puritanismos, sendo como vimos, capazes de adaptar e reinventar tradições e modelos, pondo-os ao serviço da consolidação das suas comunidades.

Essa visão fora, na verdade, equacionada na antevisão de Kondi ao passar o símbolo do poder à Lueji, em detrimento de Tchinguri, tal como rezava a tradição. Nesse sentido, julgamos ser justo afirmar que do ponto de vista da representação das vozes femininas, Pepetela distancia-se de Achebe que, ao mapear o seu espaço, relega as suas personagens femininas a um silenciamento, a uma total obediência ao poder patriarcal, da cultura igbo. No entanto, Achebe ressalta a função da mulher, através do seu papel como transmissora da herança cultural por via do seu desempenho como contadoras de histórias. Porém, também se pode considerar que, por via de Okonkwo, Achebe faz uma alusão a questões que se inscrevem na agenda feminista africana, nomeadamente a questão da poligamia e da violência sobre a mulher.

Recorde-se que Okonkwo, por exemplo, violenta fisicamente uma das suas três mulheres na semana da paz, facto que colidia com os preceitos tradicionais, e que poderia, segundo Jonathan Greenberg ter resultado no crime de homicídio cometido por Okonkwo, visto este como uma punição a Okonkwo pela transgressão cometida na semana da paz, (Achbe, 2009: 423, 444).

A decadência de Okonkwo e, por analogia, da sociedade “umuofiana” decorre dos atropelos e desrespeitos que o protagonista de *Things Fall Apart* incorre ao desrespeitar os “princípios

femininos” colocados sobre tutela das divindades femininas. No artigo “Balancing Male and Female Principles: Teaching About Gender in *Things Fall Apart*”, Nwando Achebe (2009:158) lembra que Okonkwo devasta a serenidade de Umuofia ao bater na sua mulher na semana da paz, sendo o mesmo advertido que o mal que cometera poderia arruinar todo o clã, pois este acto constituía uma ofensa deusa Ani.

Esses dados servem de argumento para que Nwando Achebe se demarque das leituras que postulam a existência de uma afonia feminina na obra de Chinua Achebe. Para a autora, é necessário analisar o papel das divindades presentes na obra, representadas fundamentalmente por “imagens” femininas”, e que constituem as matrizes da cosmologia (divindades e espíritos) que conduzem a vida dos habitantes da “igbolândia”, como por exemplo, a divindade *Ani*, a Deusa da Terra, a detentora de toda a terra e que representa expressão mais potente do poder atribuído à mulher na escala religiosa de *Things Fall Apart* (2009:158). Essas linhas de análise produzidas por Nwando Achebe são confirmadas por descrições presentes no romance, como a seguir transcrevemos:

The Feast of the New Yam was approaching and Umuofia was in a festival mood. It was an occasion for giving thanks to Ani, the Earth goddess and the source of fertility. Ani played a greater part in the life of people than any other deity. She was the ultimate judge of morality and conduct. And what was more, she was in close communion with the departed father on the clan.
(TFA, p. 27)

Nwando Achebe faz também referência a *Ogwgwu*, o espírito também conexo à fertilidade e protecção. A mesma autora revela ainda o facto da condição feminina na obra estar também ligada à comercialização de medicamentos, uma vez que, a reputação de Umuofia como cidade poderosa em termos de “produtos mágicos” advém do facto do seu produto mais potente ser representado pela perna de uma mulher idosa, a que os Igbo chamavam de *Adadi-nwanyi* (2009: 154,155).

Assim, de acordo com a visão da autora (Ibid.: 158), o “female principle” da obra assenta na aglutinação de todos os aspectos do envolvimento da mulher na sociedade igbo ficcionalmente representada, envolvendo o campo da actividade humana visível e as actividades ligadas ao plano espiritual, não visível. Embora a postura de Achebe em *Things Fall Apart* possa, a priori, parecer redutora relativamente ao papel da mulher na sociedade tradicional umuofiana, ao ser analisada numa perspectiva de transposição do universo Igbo para a narrativa, a postura do autor pode ser inserida no quadro de uma reprodução exacta do falocentrismo dos Igbo e, ao mesmo tempo, como uma crítica velada a esse mesmo falocentrismo patente na tradicional sociedade igbo.

Como refere Rhonda Cobham (2009:512, 513) existirá na escrita de Achebe uma visão realista, objectiva da dinâmica social de Umuofia, isto é desprovida de efeitos “especiais”, acrescíamos nós, da qual o autor assumiu o dever de partilhar com os seus leitores. No entanto, sugere Cobham, Achebe estaria inconfortavelmente consciente que para os seus leitores e leitoras ocidentais e para as actuais leitoras nigerianas (e não só), detentoras de uma visão emancipatória da mulher, as tradições ligadas à mulher inscritas em *Things Fall Apart* e que ainda influenciam comportamentos na sociedade nigeriana, são ou seriam consideradas como brutais ou misóginas (Ibid.).

Estas linhas de leitura podem ser justificadas pelo facto de, como assegura Cobham (2009: 517, 518) no seu artigo “ Problems of Gender and History in *Things Fall Apart*,” a representação da mulher na sociedade tradicional Igbo trazida por Achebe, coloca fora do escrutínio dos leitores de *Things Fall Apart* a relação homem-mulher, no seio da família de Okonkwo (ou melhor homem-mulheres, uma vez que Okonkwo tinha três mulheres), assim como a participação da mulher no processo de tomada de decisões ou ainda a inscrição de outras acções conduzidas por mulheres.

Cobham chama ainda a nossa atenção para o facto de essas omissões ganharem mais visibilidade, se atendermos à história igbo, porquanto esta regista a guerra das mulheres, organizada por mães e filhas de vários clãs Igbo, em 1929, e que provocou uma notável alteração do comportamento da autoridade colonial, motivando esta a financiar o estudo aturado da sociedade Igbo, por parte antropólogos coloniais (Ibid:519).

Assim, conclui Cobham, a inclusão da voz feminina no processo de narração de Achebe, que a autora considera como um processo selectivo de ausências/silêncios femininos, converteria *Things Fall Apart*, num romance ainda mais rico (2009:519).

Nessa conformidade, consideramos que a opção selectiva ou provavelmente, *quase* realista, que Achebe coloca ao alcance dos seus leitores pode ser assumida como acto que contraria a tendência de ocultação das naturais “desestruturações” das sociedades africanas e a contundente denúncia das máculas produzidas pelo recontro colonial. Por conseguinte, a leitura que fazemos da postura de Achebe em *Things Fall Apart* nos conduz para um enquadramento da mesma, uma vez mais, numa perspectiva fanonista, como de certa maneira já aqui referimos.

Aliás, Achebe assume na obra, através de Obierika, cujas palavras transcrevemos anteriormente, que há culpas partilhadas entre invasores e invadidos, relativamente à implementação da colonização, ao assumir que embora os europeus tivessem vindo com as suas valências, os povos “descobertos” embarcaram nas caravelas culturais europeias e, mais do que isso, permitiram que elas fizessem dos seus solos locais de apertamento.

Gikandi (2009: 298), considera que através da forma simples e convencional como narrou a história de Okonkwo, um herói Igbo que lutava pela integridade cultural do seu povo contra o poder colonial arrebatador, Achebe foi capaz de captar os anseios de muitos leitores africanos nos anos 50 do século XX. O herói cultural que venceu Amalinze de Cat, no início da trama, faz uma viagem regressiva ao exílio e finalmente à morte. Segundo Gikandi, através da ascensão e queda de Okonkwo, os leitores de Achebe são levados a tomar consciência da dimensão colectiva da sua tragédia, pois, embora possa ter falhado por causa das suas fraquezas individuais, a queda de Okonkwo era inevitável, dado que, o sistema colonial desestabilizou os valores e as instituições que sustentavam o poder de Okonkwo sendo, portanto, difícil suster o colapso, face ao poder corrosivo do colonialismo europeu (Ibid.).

Greenberg (2007: 429) opina que Achebe tenciona “ensinar aos seus leitores que o seu passado, com todas as suas imperfeições, não era uma longa noite de selvajaria da qual os primeiros

européus, agindo em nome de Deus, os libertaram”. Esta opinião encontra eco na reflexão de Achebe que na sua obra ensaística *There Was a Country – A Personal History of Biafra*, reconhece que quando escreveu *Things Fall Apart*, tomou uma maior consciência dos valores da sua tradição. Como sublinha Achebe:

(...) I began to understand and value my traditional Igbo history even more. I new I had a history, but how to fit into the story of world – I really had no sense of that. After a while I began to understand why the book had a resonance, Its meaning for my Igbo people was clear to me, but I didn't know how other people elsewhere would respond to it and I realized that (...) when the whole class of girl's college in South Korea expressed an opinion about the book. And then I learned They had a history that was similar to the story of the *Things Fall Apart*- the history of colonization (...). So this people across the waters were able to relate themselves to the story of dispossession in Africa (...).

Assim, podemos verificar que romances como *Things Fall Apart*, embora histórica e culturalmente localizados, adquirem uma dimensão global, manifestando de facto o seu carácter mundano, no sentido “saidiano” do termo, por funcionarem, como repertório de experiências partilhadas por habitantes de espaços pós-coloniais.

A despeito das distinções nas opções orquestradas pelos dois escribas para a o mapeamento dos seus contextos de enunciação (por exemplo, a limitação a uma tribo em Achebe em contraste com a inclusão de situações transculturais/multivocais de Pepetela) verificámos igualmente que existem pontos de confluência em ambas preleções poéticas, nomeadamente, ao nível da “arqueologia” do discurso histórico, ao qual os autores agregam uma “geologia” etno-cultural, mais abrangente em Pepetela, a partir da qual elaboram uma proposta de reescrita da história.

Considerando os aspectos confluentes entre os dois autores, somos impelidos a afirmar que ao incorporarem nos seus romances a riqueza histórico-cultural dos seus habitats, ambos os autores desafiam também um cânone literário universal, também ele ancorado nas leituras que o ocidente produziu sobre o mundo e que procurou estabelecer como os referentes de verdade para se entender a idiosincrasia de diversos povos do mundo, a partir de matrizes eurocêtricas .

Nesse sentido, ambos os autores procedem a uma re-leitura dos textos da história, revelando as suas ligações ao processo colonial, relendo-os numa óptica de contra-ponto “marginal”, diferenciada daquela produzida a partir do centro, prestando atenção às lacunas, às ironias e aos silêncios, bem como às metáforas do texto canónico, como diz Thomas Bonnici, no artigo “Avanços e Ambiguidades do Pós-colonialismo no Limiar do Século XIX”⁸⁶. Assim, a re-leitura e a re-escrita da história, permitem à eclosão de um novo texto que problematiza e questiona o texto canónico e que subverte as bases literárias, os valores e os pressupostos históricos do texto “canonizado”. É esse o poder renovador e de grande alcance ideológico e epistemológico destas narrativas

Com base nesses argumentos, partilhamos a posição de Mata (2012: 39,40) quando esta considera que a literatura funciona como um registo histórico, onde o pré-colonial surge como lugar da memória e as marcas da colonização, ao nível da configuração cultural, como pedra angular da re-constituição identitária. Assim, a literatura permite, na perspectiva de Mata (Ibid.), o rastreio de várias histórias, fundamentalmente aquelas deixadas à margem da biblioteca oficial, tal como afirma a autora no seu artigo “A Memória da Colonização e a Sentença do Futuro da Figuração da Nação: De Castro Soromenho, a Leonel Cosme e Pepetela”.

Os argumentos ora oferecidos convidam a nossa reflexão a olhar criticamente para o papel da literatura africana no contexto da produção de alternativas ao discurso “oficial” do centro. Para Huggan (2001: 40), a literatura africana, tal como outras literaturas pós-coloniais é, em termos genéricos, portadora de uma dimensão simultaneamente recuperadora e desconstrutora da identidade cultural e das expectativas ocidentais, respectivamente. Assim sendo, esse *corpus* literário trabalha no sentido do dismantelamento das formas que privilegiam a supremacia do mundo ocidental. Obras como *Lueji- O Nascimento Dum Império* e *Things Fall Apart* funcionam, de certo modo, na visão de Huggan, como contra-narrativas etnográficas que elaboram o escrutínio dos questionáveis axiomas subjacentes às descrições antropológicas do ocidente relativamente às culturas não ocidentais (Ibid:41).

⁸⁶ Artigo contido na revista *Léguas e Meias: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, Feira de Santana UEFS, Vol.4, nr.03, 2005 P.186-202. Versão electrónica in www.uefs.br/ppgdc/Revista3.186.html, acesso a 04.03.015

Ao entreporem as vozes da memória local num ambiente global, ambos autores libertam, de forma metafórica, as sociedades angolana e igbo da visão da historiografia ocidental, ou seja, da visão parcial da história que oculta(va) a riqueza da estrutura do tecido sociocultural dos povos não ocidentais. Ao incorporar essa riqueza, feita sobretudo através das marcas linguísticas locais e também por via da própria estrutura dos romances, centrada em heróis e heroínas africanas, em contraponto com a “norma” que perpetua a heroica constelação eurocêntrica, Achebe e Pepetela desafiam assim o cânone literário proposto pelo ocidente, também ele ancorado nas leituras que o ocidente produziu e projectou sobre outros mundos

Em síntese, as obras ora analisadas representam um frondoso retrato literário da história africana e convidam a uma reflexão sobre a natureza do recontro colonial, evocando, ao mesmo tempo, uma atmosfera social na qual, atendendo aos estereótipos construídos pelo discurso histórico-cultural ocidentalizado e o contradiscurso produzido em resposta a essa versão disseminada pelo ocidente, o futuro jamais será igual ao passado. Queremos com isto dizer que haverá, tendencialmente, uma poliglossia no âmbito do projecto humanista global, facto que, seguramente, o converterá numa instância aglutinadora de distintas vozes sociais de geografias diferentes e, conseqüentemente, num projecto universalmente humano e mundano, tal como concebeu Said.

Por conseguinte, entender os romances ora analisados implica absorver a estrutura do contradiscurso neles contido e reconhecer a seu carácter mundano, na acepção que Said aporta ao termo, ou seja, a sua *wordliness*, devendo, para o efeito, proceder-se à “desfiliação” (Said, 1983) desses mesmos textos das matrizes da historiografia e do cânone ocidental e a sua conseqüente localização no espaço metonímico onde se situam os imaginários dos autores. É precisamente a partir desse espaço que os autor e projectam os seus traços identitários para um macro-universo, do qual, com as suas peculiaridades e diferenças histórico-culturais, são parte integrante, por direito.

Em suma, glosando Padilha (1998: 181), os romances de Pepetela e Achebe constituem, em grande medida, exercícios de representação da “margem” como “margem”, exercícios esses que não têm como ambição transformar a “margem” em “centro”. Esta cautela dos autores vai precisamente ao encontro da ideia de polifonia, de que nos fala Bakhtin (1998), em *The Dialogic*

Imagination e que é retomada pelo conceito de inter-historicidade defendido por Gomes e Meneses (2012) assim como Sanches (Ibid.), referidas anteriormente. Exaltando o dialogismo estes críticos pretendem sublinhar que uma excessiva transgressão do discurso monoglótico, colonizador, dominante, tende a transformar o contra-discurso produzido em resposta ao monólogo, num discurso dominador, excessivamente unitário, convertendo-se assim num novo “texto” ditador, capaz de replicar, desse modo a situação inicial que o mesmo tenciona combater. Isto significa que a luta pelo destronamento das hegemonias, ou seja, a luta pela audição dos impensados não pode, de forma alguma, resultar numa nova forma de oclusão/silenciamento, ou numa nova “colonização”.

Como sublinha Lisa Gasbarrone, invocando Bakhtin, “It is not enough to demystify the monologic language of authority if one merely states another type of myth or monologue in its place “(1994: 5).

V.3 - (In)Dependência (s) e (Des)Ilusão: Um olhar Feminino Sobre o Pós-colonial em *Nervous Conditions* e *Half of a Yellow Sun*

Após a análise das obras dos dois autores do nosso estudo, aos quais podemos considerar como pertencentes a uma geração mais próxima daquela que é fundadora da moderna literatura africana no geral e das literaturas nacionais escritas, da qual Achebe é membro destacado, inauguramos, com *Half of a Yellow Sun* (2006) e *Nervous Conditions* (1988), de Chimamanda Ngozi Adichie e TsiTsi Dangarembga, respectivamente, a integração de uma perspectiva do contributo das mulheres, no quadro da produção literária africana contemporânea. Destacamos também o facto de ambas escritoras pertencerem a uma geração diferente, relativamente à geração de Achebe e Pepetela.

Através dessas obras, a abordagem da nossa principal temática está focalizada nos arquétipos da memória histórica que emergem de propostas literárias concebidas por mulheres africanas.

Tal como nos casos anteriores, deparamos também, nesses dois romances, com um encontro com a história, sendo esta temática mais explicitamente narrada em *Half of a Yellow Sun* de Chimamanda Adichie.

A leitura dessa obra obriga-nos a uma reiterada referência à guerra civil nigeriana. Também conhecida como Guerra do Biafra foi, como vimos, um acontecimento marcante na vida da Nigéria pós-independente, seguramente “arquivada” na memória social dos nigerianos. Segundo Achebe (2012:109), uma vez iniciada, essa guerra civil, muitos intelectuais que se colocaram ao serviço da pacificação do país, principalmente os que viviam no Biafra, puseram em marcha um processo de re-ensinamento das suas tradições ancestrais. Por exemplo, lembraram-se que a filosofia dos Nri⁸⁷ implora aos intelectuais que se transformem em “combatentes da paz”, durante períodos de crise, convidando estes a serem pro-activos e a implementarem acções, em vez de recorrerem à retórica. Assim, muitos dos intelectuais munindo-se e atualizando essa sabedoria ancestral, trabalharam no sentido de uma resolução pacífica das hostilidades.

Para Achebe (2012:3), existe uma conexão entre os particularismos inerentes à Guerra do Biafra e a tipologia de respostas literárias que o conflito inspira.

É justamente essa parcela dramática da história da Nigéria pós-independente que, em 2006, isto é, 40 anos mais tarde, inspira a história narrada através das personagens de *Half of a Yellow Sun*, de Chimamanda Adichie, que viria a ter uma re-edição, em 2014, a partir da qual baseamos a nossa leitura. Trata-se, por assim dizer, de um romance reconhecidamente histórico.

O próprio título do romance, refere-se ao símbolo da bandeira da causa biafrense e denota, desde já, a intrínseca relação entre a história dos factos ligados à guerra do Biafra e a trama narrada em *Half of a Yellow Sun*. Através do percurso das suas personagens, Olana, Ugwo, Kainene e Richard, o leitor é confrontado com um retrato do quadro dramático vivido pela nação nigeriana durante o período da sua guerra civil. Por via do romance, “uma versão” desse acontecimento histórico, vivido e sofrido pelos Igbo, e não só, é trazida à estampa pela mão de Adichie, também ela Igbo.

⁸⁷ Um subgrupo Igbo

Já o romance de TsiTsi Dangarembga, não pode, em nossa perspectiva, ser caracterizado como nitidamente histórico, entendida essa designação, como sendo um determinante classificatório de romances cujas géneses se localizam em factos reconhecidamente históricos. No entanto, a temática convocada para o romance, embora desfocada de um facto histórico concreto, reconhecido, evoca um tempo claramente associado a um momento histórico, porquanto em *Nervous Conditions*, Dangarembga elabora um escrutínio de situações vivenciadas pela comunidade shona, situada no Zimbábue, em decorrência do contacto entre essa comunidade e a comunidade inglesa, sendo essa ligação um dos laços “afectivos” do recontro colonial. Um facto devidamente assinalado pela historiografia das duas latitudes culturais, daí a historicidade do romance de Dangarembga.

Concebida de modo denso e linear, *Nervous Conditions* assinala, como o título sugere, uma abordagem das condições/condicionalismos psico-emocionais a que estão sujeitas as personagens que dão vida à obra.

Eleita como personagem principal, Tambuzai ou Tambu, leva o leitor de *Nervous Conditions* a acompanhar o percurso de uma mulher africana em direcção à emancipação por via da educação, funcionando essa viagem como um retrato metonímico do trilho palmilhado por outros habitantes do continente africano, fundamentalmente, as mulheres de origem africana. Na verdade, *Nervous Conditions* é uma obra de e sobre mulheres africanas, porquanto, paralelamente à história de Tambu, pontuam as histórias de três mulheres (Nyasha, Maiguru e Lucia) pela sua sobrevivência, num contexto politicamente poscolonizado e culturalmente assente num sistema patriarcal.

Esses dois factores “colonizadores”, repressores, isto é, a colonização britânica e o patriarcado, que ditavam limitações de diversa índole à liberdade da mulher, marcavam, sobremaneira a vida das personagens femininas de *Nervous Conditions*. De facto as trajectórias dessas personagens são indelevelmente afectadas por flutuações emocionais que, por seu turno, são condicionadas por uma ambivalência cultural e por um contínuo e simultâneo processo de apropriação e ab-rogação cultural. Se, a estes condicionalismos, agregarmos o facto de essas mulheres habitarem um espaço falocêntrico, podemos inferir que as mesmas acabam por adicionar às questões

fulcrais da sua agenda feminista⁸⁸, matérias relativas à “actualização” de paradigmas culturais locais, falocêntricos/patriarcais, em favor da audição da voz feminina, triplamente silenciada.

No que diz respeito ao romance obra de Adichie, embora escrita sobre um fundo de guerra, notamos que também essa obra faz uma incursão em torno da questão da liberdade da mulher. Essa incursão é materializada, por exemplo, através da determinação de Olana em lutar por uma dada causa política, sendo aqui importante realçar que Olana detentora de formação universitária. No entanto, na obra de Dangarembga, a luta da mulher na sociedade africana é colocada de modo distinto daquele proposto por Adichie. De facto, as personagens femininas de Adichie, acabam, por assim dizer, por desfrutar dos avanços conseguidos pelas iniciativas de heroínas como Tambu e Nyasha, por exemplo, que nos são apresentadas por Dangarembga.

Olana e Kainene as irmãs gémeas de *Half of a Yellow Sun*, detêm, por conta da sua formação (pós) graduada, e pelo facto de viverem na cidade, uma postura muito mais autónoma, relativamente às heroínas de Dangarembga. Essa posição autónoma é evidente nos dois segmentos distintos em que se reparte a narrativa histórica de Adichie, como a seguir mostraremos.

Analisando agora mais pormenorizadamente as obras das autoras, começando pela obra de Adichie, diríamos que na primeira parte do seu testemunho histórico, a autora de *Half of a Yellow Sun* partilha o seu olhar sobre uma Nigéria pós-independente. Adichie recorda ao seus leitores que inicialmente, isto é, nos primórdios da independência da Nigéria a coabitação de culturas era um facto consumado, não ficando alheia dessa coesão a cultura “colonial”. Isto revelava a existência de uma transculturação efectiva, em decorrência das miscigenações e contaminações proporcionadas pela colonização, através de zonas de contacto, como por exemplo a academia. A partir das zonas de contacto, as culturas locais da Nigéria e a britânica interagem e contaminavam-se mutuamente, ainda que de modo assimétrico, dado o fenómeno da aculturação operado no sentido West/Rest, ou centro-periferia, se preferirmos. A metáfora a esse respeito é-nos apresentada logo nas páginas iniciais pela justaposição de línguas (inglesa e igbo),

⁸⁸ Designadamente, a supressão ou mitigação dos efeitos da dramática trilogia de marginalizações por elas vividas nomeadamente, a dupla descolonização política e social decorrentes do regime colonial e das práticas racistas a ele agregadas.

decorrendo dessa justaposição processos paralelos de apropriação e ab-rogação, assim como de “relexicização”. Como descreve o narrador, referindo-se à dicção do docente universitário, Odenigbo, um Igbo:

“Master’s Igbo felt feathery in Ugwo’s ears. It was Igbo coloured by sliding sounds of English, the Igbo of one who spoke English often (HYS. p. 4).

A questão das ligações entre várias culturas representadas no romance é também colocada em realce a partir do quadro das personagens que percorrem os episódios narrados na primeira parte da obra. Começando pelas personagens Olana e sua irmã Kainene, duas mulheres Igbo que, por conta da sua formação universitária tinham, de facto, mergulhado nos meandros das culturas ,Igbo e britânica, um paralelismo que terá provocado as suas próprias fusões, ab-rogações e transculturações.

A esses dados, acresce-se, ainda, as presenças de Odenigbo, professor universitário e parceiro de Olana, e de Richard Churchill, o companheiro de Kainene, um jornalista/ escritor britânico residente na Nigéria e interessado no estudo da arte Igbo. Como o próprio Richard comenta:

“ I do love the art. I remember the first time I read about Igbo-Ukwuro art, in an article where it is described as having a strange rococó, almost Fabergé-like virtuosity. I never forgot that – rococó, almost Fabergé –like virtuosity. I fell in love even with that expression” (HYS. p. 114).

No geral, esses quatro protagonistas, assim como Ugwo, o serviçal de Obdenigo e Olana, acabam por se tornar os eixos centrais da narrativa, ao redor dos quais gravitam outras personagens, outras histórias, que perfazem a trama literária desenvolvida em *Half of Yellow Sun*.

Por via dessas personagens, a obra aborda distintos momentos e temáticas que transportam o leitor para o quadro vivenciado pelos nigerianos no período pós-independência. Destacamos, a esse respeito, através da personagem Obdenigo, a preocupação da autora em sublinhar que a colonização construíra na Nigéria, tal como noutros pontos do espaço colonizado, uma zona de contacto, onde distintas culturas interagiam, sem demarcação de fronteiras, embora cada uma

delas tivesse noção do seu marco ancestral, da sua própria história e das suas marcas identitárias distintas, associadas a práticas sociais e narrativas colectivas próprias.

Essa “zona de contacto” entre as culturas da Nigéria e outras é representada por via do núcleo de amigos que Obdenigo congregava, com frequência, em sua casa, para o debate dos problemas que afectavam a sociedade nigeriana. Desse grupo despontavam, a par Obdenigo e Olana, o professor Ezeka, Okeoma (Igbo), o indiano, Dr. Petel, Mr. Johnson, do Caribe, o professor Lemman, americano, Miss Adebayo, representando os Ioruba, aos quais se veio a juntar, a dada altura, Richard, através de Kainene. Como diz Olana:

I think Richard will like Obdenigo's house. It's like a political club in the evenings. At first he only invited Africans because university was full of foreigners and he wanted the Africans to have the chance to socialize with one another (HYS, p.37) .

Essas considerações permitem-nos verificar a existência de uma ideia inicial Pan-africanista, portanto, sem exclusão de “tribos”. Através dos debates mantidos por esse grupo “pancultural”, Adichie narra, de modo peculiar, distintas situações que assombravam a Nigéria independente, como já referimos, fazendo uma crítica contundente ao poder instalado, aos negócios viciados entre a elite nigeriana e o poder, assim como aos “novos ricos”, representados na obra pelos pais de Olana. Como se pode ler numa das páginas escritas por Adichie:

Chief Ozobia⁸⁹ owns half of Lagos but there is something new terribly nouveau rich about him. He doesn't have much of formal education, you see, and neither has his wife... She is stunning, absolutely stunning... Chief Ozobia looked expansive with arching hand gestures as he spoke. The intricately embroidery agbala, whose folds and folds of blue cloth made him ever wider than he was. Mrs .Ozobia was half of his size and wore a wrapper and headgear made of the same blue fabric... (HYS, p. 60.).

⁸⁹ Pai da gêmeas, Olana e Kainene.

A riqueza de Ozobia devia-se, sobretudo, às ligações que o mesmo detinha com membros do governo, como o Chief Okonji, ministro das finanças, que recebia dez por cento do valor das transações envolvidas em cada negócio conseguido a favor de Ozobia. Como afirma Kainene:

Ten percent is standard, so extra always help. The other bidders don't have a beautiful daughter. The benefit of being the ugly daughter⁹⁰ is that nobody uses you as sex bait (referindo-se à possibilidade de Olana integrar o ministério, e aceitar as intenções de Okonji, após o assédio deste).

No entanto, esta proximidade entre o poder político e favorecimento económico, assim como outras situações cruciais constavam da agenda do núcleo pancultural de intelectuais os quais defendiam, por exemplo, a necessidade da efectiva independência económica da Nigéria. Esses intelectuais salientavam que esse pressuposto seria apenas consumado através de uma atenção diferenciada à educação, no quadro da qual se enquadrava a necessidade de alfabetização e escolarização de uma grande parte da população. Em nosso entender, esta posição é metaforicamente assinalada em *Half of a Yellow Sun*, pela personagem Ugwo, o empregado doméstico de Olana e Odenigbo que vem da aldeia sem educação formal.

Ao serviço do seu “master” Obdenigo, Ugwo ia revelando a sua ignorância. Ao ser convocado para a trama, Ugwo, a nosso ver, integra-a em representação de um larga massa populacional deixada de fora do sistema educativo colonial que, com a independência, não viu salvaguardada a sua inclusão. Este pode ser um dos campos em que os nigerianos, tal como outros sujeitos poscolonizados, passaram a revelar um sentimento de desilusão, relativamente aos anseios e às expectativas construídas em redor das independências políticas. Por esta razão, o tópico referente à independência e desilusão constitui um dos eixos temáticos que também percorre a agenda temática das literaturas africanas.

Ao abordar a temática da educação, no que tange ao seu papel para as populações locais, o romance de Adichie dialoga com o de Dangarembaga, que coloca igualmente no cerne da sua narrativa, a questão do acesso à educação, como pedra angular da liberdade de qualquer actor, fundamentalmente para as mulheres, que seriam sempre preteridas face aos seus irmãos.

⁹⁰ Assim se considera Kainene.

O capítulo inicial de *Nervous Conditions* antecipa, claramente, a natureza da condição da protagonista, Tambu. Narrada na primeira pessoa, esse trecho da narrativa de Dangarembga concebe um panorama ilustrativo da vivência de Tambu, no seio da sua família nuclear, num contexto rural, a partir do qual a protagonista idealiza a sua liberdade. Para tal, Tambu toma consciência de que a sua emancipação passava, necessariamente, pela educação, e que várias etapas teriam de ser vencidas, para o efeito. A primeira batalha ocorre no seio familiar, onde o sonho de Tambu esbarra na atitude hostil de seu irmão Nhamo, inconformado com a possibilidade de Tambu, pelo facto de ser mulher, “ousar” pensar em frequentar a escola, tal como ele. Esta posição é partilhada pelo pai de ambos. No entanto, Tambu não deixava de manifestar o seu grande apego à escola:

I loved going to school and I was good at it. I understood that there was not enough money for my fees. Therefore, my circumstances affected me badly. My father though I should not mind. Is that anything to worry about?’ Ha-a-a- a, it is nothing’, he reassured me, with his usual ability to jump whichever way was easiest.’ Can you cook books and feed them to your husband? Stay at home with your mother. Learn to cook and clean. Grow vegetables (...). Nhamo laughed when I related my story. So what! “You can’t study, wanting won’t help (...) it is the same everywhere because you are a girl. (...) I was no longer listening. My concern for my brother died an unobtrusive death (NC.p.15; 21).

Contrariada pela posição inibidora do seu pai e do seu irmão, Tambu desenvolve um sentimento severo de distanciamento, relativamente ao seu irmão, que culmina com uma reacção de indiferença ao desaparecimento físico de Nhamo. Esta posição é manifestada logo na abertura do romance:

I was not sorry when my brother died. Nor am I apologising for my callousness, as you may define it, my lack of feeling. For it is not that at all... For though the event of my brother’s passing and the events of my story cannot be separated, my story is not after all about death, but about my scape and Lucia’s; about my mother’s and Maiguru entrapment; and about Nyacha’s rebellion (NC, p.1).

O que Dangarembga contundentemente denuncia é o facto de que, de um modo geral, num contexto de escassez, o investimento em educação é pautado por uma atitude idêntica à do pai de Tambu e de Nhamo, ou seja, a escolha recai sempre para os filhos, em detrimento das filhas. Assim, a percepção no seio familiar de Tambu, alinhava com os ditames culturais locais e caminhava no sentido proposto pelo pai de Tambu e por Nhamo. Esta posição gerava, mantinha e agravava o sentimento de revolta de Tambu, fundamentalmente quando comparava as oportunidades que eram reservadas a si e a Nhamo, tal como confirmam o excerto que a seguir transcrevemos:

The need and sensibilities of women in my family were not considered as priority or even legitimate. This is why I was in Standard Three in the year that Nhamo was died, instead of Standard Five, as I should have been by that age. In those days I felt the injustice of my situation every time I thought about it, which I could not help (...). Thinking about it, feeling the injustice of it, this why I came to dislike my brother, and not only my brother, my father, my mother- in fact everybody. (NC, p. 12).

Na verdade, a questão de fundo aqui abordada, pela voz de Tambu é transversal a muitos países de África e não só, e tem a ver com o desigual acesso das mulheres à educação, sobretudo para aquelas pertencentes as classes sociais mais pobres e menos informadas. Entretanto, à medida que o enredo vai sendo desenvolvido, no romance de Dangarembga vão-se sobrepondo um conjunto de “condições nervosas”, que afectam as suas personagens mais jovens. Centrando-se em Nhamo, Nyasha e Chido, o romance aborda, de modo contundente, o processo de assimilação cultural facilitado pela educação colonial que, nos casos acima citados, ocorrem no próprio Zimbábue, para o caso de Nhamo, e na Inglaterra, no caso de Nyasha e Chido, por conta da realização de uma formação pós-graduada que Babamukuru, o pai de ambos (e patriarca da família de Tambu), em Londres.

Esses dois episódios acabam por afectar a vida de Tambu, porquanto, relativamente aos seus primos Chido e Nyasha ocorre, inicialmente, um afastamento físico derivado da distância entre Zimbábue e Inglaterra. Posteriormente, um novo distanciamento social fica a dever-se ao facto da

exposição de Nyasha à educação britânica ter afectado o seu repertório shona, sua língua materna, provocando uma conseqüente barreira linguística, uma fronteira comunicacional entre as primas Tambu e Nyasha. Além deste facto, outros comportamentos de Nyasha, designadamente, o seu modo de vestir e a forma como lidava com os mais velhos da família, evidenciavam alguns desajustes relativamente à cultura shona.

Essa situação defrauda, sobremaneira, as expectativas geradas por Tambu, relativamente ao regresso e reencontro com os seus primos. Como nos dão conta as palavras de Tambu, há, de facto, uma alteração na relação familiar, causada pela contaminação cultural ocorrida no território inglês:

(...) Before they went to England (...) most definitively I had loved them. When they visited the homestead we had played long exciting games. Did I no longer like them? (...) . The housework was agreeable (...) today because Babamukuru home coming (In the yard unmarried uncles, cousins and aunts began on the drums in a circle, dancing, singing (...) it was almost a wedding with music and movement (...). I enjoyed the rhythm (...) 'We are dancing' I invited Nyasha, who took a long time to understand (NC, p. 38).

A explicação desse desentendimento vem, pela voz de Maiguru, mãe de Nyasha e Chido, afirmando que:

They don't understand Shona very well anymore. They have been speaking nothing but English for so long that most of their Shona has gone. (NC, p.42)

Incrédula com essa possibilidade, Tambu expressa a sua indignação, porquanto, na óptica de Tambu:

What Maiguru said was bewildering and offending I had not expected my cousins to have changed, certainly not so radically, simply because they had been away for a while. Besides Shona was our language. What did people mean when they forgot it? Standing there trying to digest these thoughts. I remembered speaking to my cousins freely and fluently before they went away (...). Now they had turned into strangers. I stopped being offended and was sad instead. I

had been looking forward to having my cousins back so that things would be fun and friendly and warm as they had been in the old days but it was not happening that way. (NC, p. 42, 3, p. 43).

No mesmo diapasão, encontramos a postura de Nhamo, irmão de Tambu. A família reconhece os progressos por ele feitos, na aparência, um ano depois da sua integração na missão cristã, por iniciativa do tio Babamukuru. Porém, a leitura de Tambu relembra que essa alteração de Nhamo, tal como ocorrera com sua prima Nyasha, era acompanhada de um distanciamento relativamente aos aspectos cruciais que mantinham a família unida, sendo uma das grandes marcas do elo familiar e identitário, a sua língua natal. Os comentários de Tambu são disso testemunho:

You could see he too was no longer the same person (...), his hair was no longer arranged in rows of dusty, wild cucumber tufts, but was black, shiny with oil and smoothly combed. All this was good, but there was a terrible change. He had forgotten how to speak Shona. A few words escaped, ungrammatically and strangely accented when he spoke to my mother, but he did not speak to her very often any more. He talked most fluently with my father; they had long conversations in English (...). The rest of us spoke to Nhamo in Shona, to which, when he did answer, he answered in English (....). This restricted our communication. The more time Nhamo spent in Babamukuru's, the more aphasic he became, and the more my father was convinced that he was being educated (NC. p, 53).

Por intermédio dessas descrições, observamos, a par da primeira “condição nervosa” de Tambu (ligada às desigualdades/dificuldades no acesso à educação, em virtude de ser mulher), uma segunda “condição nervosa” vivida por Tambu, instigada pelas manifestações, descaracterizações e consequentes distorções dos seus próximos, que tinham tido oportunidade de acesso à educação, por ela fortemente almejada. As atitudes desses próximos, provocavam em Tambu uma perturbadora divisão interna, um sentimento duvidoso sobre os benefícios dessa mesma educação, ao constatar os resultados do acesso à educação, uma incontornável descaracterização cultural.

Dito de outro modo, por via da reação de Tambu, Dangarembaga quis, provavelmente, expressar, a partir dos exemplos de Nyasha e Nhamo, a dimensão ideológica da educação, que ao serviço da “missão civilizadora”, acabava por colonizar o intelecto do sujeito colonizado, porquanto os conteúdos leccionados polonizavam os distintos núcleos semânticos do colonizado, a medida que esses mesmos conteúdos iam promovendo perspectivas ocidentais. Esse processo de “polonização intelectual” acabava assim por exercer sobre os colonizados um processo paralelo de erosão da estrutura do seu tecido sociocultural, um processo de sublimação, ou seja a passagem de um estado supostamente “primitivo”, bárbaro para o estado “civilizado”. Esta realidade produzia transformações visíveis e radicais ao nível da sua postura e do seu comportamento linguístico, por exemplo.

Na trama do romance em análise, Nyasha personifica claramente a “disfunção” identitária provocada pelo exílio e pela educação recebida na Inglaterra, porquanto essa deslocação longe de ser apenas espacial, acabava por ser, sobretudo cultural, uma vez que, através da educação, Nyasha passa a absorver as matrizes da cultura britânica. Na verdade, Nyasha sofre, sobremaneira, as consequências dessa educação. Analisando o seu percurso na obra, verificamos várias alterações da sua personalidade, por conta das reconfigurações que vão sendo operadas no âmago da sua identidade.

Rosemary Mayona (1994: 32), indo, por assim dizer, ao encontro das análises de Tambu, sublinha o facto de Nyasha e Chido terem possuído raízes e identidades definidas (ver NC. pp, 42-43) antes da sua ida à Inglaterra. No entanto, quando regressam à terra natal, ambos os protagonistas sofrem de uma alienação cultural que, como já referimos, começando pela “dislexia”, relativamente à língua materna de ambos, o shona. Para o caso de Nyasha, a questão da alienação cultural agrava-se pelo facto de esta ser acompanhada de uma consequente dissonância relativa à cultura shona. À luz dessa cultura, era expectável que, pelo facto de Nyasha ser uma jovem menina, ela voltasse, de modo automático, a “sintonizar” as frequências culturais dos Shona e, conseqüentemente, conformar a sua postura e comportamento às regras tradicionais dessa cultura; porém, a alienação propiciada pela educação colidia, sobremaneira, com a estrutura da cultura tradicional Shona, conservadora, sexista, patriarcal e, por estes factos,

relegava a mulher a um estatuto de cidadã de segunda categoria, como nos diz Mayona (1994:32).

Assim, podemos afirmar que a interconexão entre género, nacionalidade e raça implica um desgaste nervoso, uma “condição nervosa” para Tambu e Nyasha, que sofrem distintas alterações com incidências sobre o seu quadro identitário pessoal. Nessa conformidade, o processo de (re)negociação desses conceitos subjectivos, e claramente marginalizantes, para o caso dessas mulheres, converte-se numa trajetória dolorosa (Selvick, 2013: 289) com contornos tridimensionais, tocando, como vimos, a necessidade da descolonização político-cultural, o redimensionamento, a integração e o reconhecimento de uma identidade transcultural, no seio de uma cultura local patriarcal. Daí o grande desafio colocado à mulher negra nas sociedades africanas; o da tripla descolonização, face à necessidade de encontrar o seu lugar no seio de uma sociedade patriarcal, dividida entre o desejo de progressão social através da educação formal e, ao mesmo tempo, comprometida com a preservação da cultura local, como já referimos.

Ao nível dessa trilogia temática, podemos aqui referir que o romance aborda uma das “condições nervosas” do poscolonizado, quando o mesmo se vê perante um complexo e ambivalente conflito de ambição e rejeição, um quadro dicotómico que engendra uma situação em que a aquisição da ferramenta chave da emancipação acaba, por assim dizer, aprisioná-lo nas teias das perspectivas do colonizador. A leitura do projecto educativo colonial, ao abrigo de uma perspectiva pós-colonial, enfatiza assim os efeitos ambivalentes ou as “desinocuidade” da oferta formativa disponibilizada pelo sistema educativo colonial. Como foi possível verificar o mesmo servia, concomitantemente, como porta para a liberdade e como meio de aprisionamento do colonizado, nas teias “universalizantes” da cultura ocidental e, por consequência, oclusivas e, por isso, mutiladoras das culturas “marginais”.

A respeito das questões acima a floradas, partilhando as considerações acima inscritas, Stephanie Selvick enfatiza que, através dos instrumentos da educação (que vão desde os, aparentemente, “inofensivos e simples” uniformes escolares, aos manuais, passando pela literatura inglesa), a escola, como local privilegiado de socialização, foi usada pela autoridade colonial para

desencadear um processo de alteração da matriz cultural africana, através de uma forçada conversão cultural dos cidadãos africanos aos padrões ocidentais (Selvick, 2013: 284).

No dizer de Selvick, Dangarembga usa o seu romance, sobretudo através de Tambu e Nyasha, para demonstrar como os instrumentos de aculturação foram continuamente colocados sob interrogação, avaliação e escrutínio crítico dos sujeitos a quem esses mesmos instrumentos visavam aculturar (Ibid.), tal como sublinha a personagem Tambu, reportando o discurso de Nyasha, que vivenciara já os efeitos globalizantes do convívio intercultural colonial:

She thought there were more evils than advantages to be reaped from such an opportunity it would be a marvelous opportunity, she said sarcastically, to forget. To Forget who you were, what you were and why you were that. The process, she said, was called assimilation (...). They made a little space into which you were assimilated, an honorary space in which you could join them and they could make sure that you behave yourself (...). “You will fall for their tricks”, she said (NC. pp181,182).

Porém, obstinada pela educação, Tambu não reflecte sobre os perigos do projecto educativo colonial:

If she hadn't said that last bit about education at mission, I might have believed in her, but everybody knew that the European schools had better equipment, better teachers, better furniture (...) I was very determined, the latest opportunity was this one (...). I would go I was sure of myself. I was not skeptical like Nyasha. How could, I possibly, forget my brother, my mother (...). Going to the convent was a chance to lighten those burdens by entering in a world where burdens were light. I would take the chance. I would light my burdens. (NC. p, 182).

O debate em torno da questão da dimensão ideológica da educação é igualmente mantido no texto de Adichie, fundamentalmente na parcela que situa o leitor nos primeiros momentos da independência. No entanto, em *Half of a Yellow Sun*, essa abordagem percorre um sentido diferente, que aponta para a necessidade da existência, no domínio da educação, de uma clivagem relativamente à ex-colónia, com incidência sobre a natureza dos conteúdos. Esta matéria

constituía uma das preocupações inscritas na agenda do debate mantido no seio do grupo de intelectuais, tendo Odenigbo como porta-voz, que afirma:

It is now that we have to begin decolonise our education! Not tomorrow, now! Teach them our history! (HYS, p. 75).

A par da descolonização curricular, era também preocupação de Odenigbo a aquisição de saberes voltados para a gradual autonomia efectiva da Nigéria, como sustenta Obdenigo, ao observar as plantações locais:

This is what our government should focus on. If we learn irrigation technology, we can feed this country. We can overcome this colonial dependence on imports. (...) But instead, all the ignoramuses in government do is to lie and steal (HYS. p.88).

Voltando uma vez mais o nosso olhar sobre o romance *Nervous Conditions*, é possível verificar que a intensidade da narrativa de Dangarembga, fundamentalmente a partir do capítulo quatro (4), apresenta Tambu triunfalmente reconhecida, havendo, em paralelo à abordagem da questão da educação, uma linha de orientação ligada à tripla libertação, o ponto diferencial da agenda feminista africana, da qual fizemos referência em páginas anteriores, e que se sobrepõe à tradicional agenda feminista, da luta pela emancipação da mulher em todas as sociedades.

A respeito da orientação feminista africana, somos de opinião de que, em *Nervous Conditions*, mais do que Tambu, Nyasha desempenha o papel da mulher africana engajada nessa perspectiva feminista triplamente engajada. Detentora de uma educação ocidental, Nyasha procura, ao regressar à terra, descolonizar a sua mente, sentindo a necessidade de rebuscar os textos da história, escritos a partir da margem e sobre esta mesma margem, ou seja textos de autores zimbabueanos/africanos, evidenciando as valências históricas e culturais do continente berço.

Na verdade, Nyasha representa uma larga massa de intelectuais africanos, da qual faz parte Dangarembga que, por conta da sua condição “liminar”, carregam consigo estruturas identitárias “transculturais/nacionais”, de natureza complexa. Esta complexidade da estrutura identitária predispõe os seus portadores a situações em que a determinação das suas coordenadas no mapa

política e socialmente concebido, durante a colonização e mantido actualmente, apresenta alguns constrangimentos, dado que a sua liminaridade ou transculturalidade não faz parte dos prontuários identitários, formais.

Nessa conformidade, esses intelectuais tornam-se especialmente “inadequados” aos modelos de etiquetagem identitária formal, porquanto eles habitam, necessariamente, um espaço liminar, situado entre o centro e a margem, como vimos de modo mais evidente na obra de Dangarembga, através de Nyasha, assim como Olana, a protagonista de *Half of a Yellow Sun*, por exemplo, daí que Biman Basu seja de opinião que:

“They shift ground and refer themselves to the category of consciousness and subjectivity even if consciousness of the material conditions that structure their existence does not necessarily lead them to alter these conditions” (1997:7).

Ao insurgir-se contra a cartografia colonial, a escrita pós-colonial contemporânea não apenas questiona a (ina)adequação das classificações consignadas na grelha conceptual relativa à cartografia colonial. Essa insurgência, operada pela leitura crítica grelha colonial, demonstra também que as classificações dessa mesma grelha constituem uma técnica através da qual o poder colonial opera de modo impositivo, instigando classificações assentes em fronteiras culturais e raciais, privilegiando claramente as matrizes ocidentais como modelos e ignorando as migrações, os empréstimos ou os contributos das culturas ditas marginais à cultura universal. Assim, é possível verificar que a cartografia colonial gera uma “sujeitificação”⁹¹ ou, se preferirmos, uma entidade, um sujeito “marginal”, em alternativa a uma “objectificação” central⁹² (Basu: 1997. 10).

Vista por esse prisma, a poética insurgente, transculturalmente dialógica, acaba por desafiar, igualmente, as tentativas que, a partir do território poscolonizado, preconizam um retorno mimético ao passado. Assim, ao desafiar a autoridade e as regras das culturas dominantes e ao exaltar a caracterização transcultural das sociedades actuais, essa poética transgressiva induz,

⁹¹ “Subjectification”, no original.

⁹² “Objectification”, no original.

necessariamente, o reconhecimento da liminaridade da identidade pós-colonial, limitando quaisquer essencialismos. Como nos diz o testemunho de Nyasha:

I find it more and more difficult to speak with the girls at school, I try ... but there is no much speak between us. They resent the fact that I do not read their romance stories⁹³. Besides, I am convinced that they have other reasons for disapproving me. They do not like my language, my English, because it's authentic and my Shona, because it's not! They think I am snob. (NC, p.200).

Por esse facto e por conta da sua revolta, derivada das dificuldades de integração e das suas desavenças com o pai, Nyasha, transfere a sua luta para a disputa pelo seu poder sobre o seu corpo, mostrando a sua rebeldia na forma de vestir, dançar e de se relacionar com os rapazes, incluindo da comunidade colonizadora.

A história de Nyasha é construída por exílios de dupla natureza, o espacial que ocorre com a (des)localização em solo inglês, e o de natureza interna, como resultado das inaptações que a mesma vivencia ao ser forçada a descodificar e re/interiorizar os paradigmas culturais shona, centrados numa ideologia patriarcal e, por consequência, impostores de um conjunto de zonas, gestos, discursos e aspirações inacessíveis à mulher.

Dangarembga apropria-se das histórias de Tambu e Nyasha como meios para tornar audível uma voz feminina, consciente da sua tríplice sujeição e, por isso, reivindicadora dos seus direitos (por exemplo a educação e consequente acesso ao conhecimento, em suma, à liberdade); nesse sentido, Tambu e Nyasha personificam o triplo desconforto vivido pela mulher, nas sociedades africanas, mesmo no período pós-independência.

Além desses factos, parece-nos ser igualmente importante salientar que através dos exílios, fundamentalmente o exílio interno de Nyasha, em *Nervous Conditions*, Dangarembga direcciona a atenção do leitor para questões relativas à (des)formatação identitária do sujeito poscolonizado, sendo que esta é uma situação transversal, que não sendo exclusiva ao território africano, afecta

⁹³ Nyasha já os tinha lido antes, na Europa, agora Nyasha procurava outro tipo de leitura, ligada à história de África.

somente aí um largo contingente de mulheres e homens. Estes dados colocam o romance em epígrafe numa plataforma representacional ampla, não circunscrita ao panorama zimbabueano.

Esse entendimento da ampla dimensão representacional do romance acima referido leva-nos a evocar o pensamento crítico de Virgínia Woolf, no seu ensaio, *Women's Fiction*, escrito no longínquo ano de 1929, do qual já falámos e que nos parece ainda actual. Socorrendo-nos textualmente de Woolf⁹⁴, para dizer a propósito de *Nervous Conditions*, de Dangarembga, que através desta obra,

(...) We are conscious not merely of the writer's character (...) but we are conscious of a woman's – of someone resenting the treatment of her sex and pleading of her rights. This brings into women's writing an element which is (...) absent from men's, unless indeed he happens to be a working man, a Negro, or one for some other reasons is conscious of the disability (1929:181).

Desse modo, voltamos a manifestar concordância com Woolf, quando a autora argumenta que:

The desire to plead some personal cause or to make a character the mouthpiece of some personal discontent or grievance always has a distracting effect, as the spot at which the reader's attention is directed were suddenly twofold instead of a single (Ibid.).

Assim, com maior pendor do que *Half of Yellow Sun* de Adichie, o romance de Dangarembga constitui uma narrativa indelevelmente feminista que, no entanto, agrega à pauta tradicional do feminismo ocidental, outras preocupações ligadas à natureza identitária africana, à (des)identidade dos habitantes periféricos, acabando, por conta dessa agregação, por penetrar nas agendas das políticas engajadas em processos de descentralização, “des-universalização” cultural, bem como de erosão das tentativas de re/edificação de puritanismos culturais nos espaços pós-colonizados.

Tendo em consideração as valências temáticas presentes em *Nervous Conditions*, a obra de Dangarembga deve ser considerada como uma escrita feminista de pendor pós-colonial, e detentora de uma postura feminista rizomática ou nómada, usando terminologias de Macedo e

⁹⁴ Referindo-se à escrita de Jane Eyre.

Braidotti. Esta adjetivação é, à luz da nossa apreciação, legitimada pelo facto de a obra de Dangarembga colocar ao leitor temas que suplantam os limites dos binómios opressão/emancipação e centro/periferia.

Na leitura que efectua à obra de Dangarembga, Mayona partilha uma abordagem que vai ao encontro da nossa perspectiva, lembrando que por via do retrato que faz sobre a mulher zimbabueana, Dangarembga empreende uma rotura relativamente às primeiras obras da literatura do Zimbábue, escritas em inglês.

Para Mayona, a obra de Dangarembga dá voz a uma perspectiva marcadamente feminista ao alistar uma voz visivelmente feminista, crítica das relações entre homens e mulheres e que se localiza, como aqui já referimos por outras palavras, “within and beyond the boundaries of race, gender and class and the nature of women’s struggle we need to study and understand so that we can appreciate the kind of women created by Dangarembga” (1994:23). Isto pressupõe, como Mayona querera dizer por outras palavras que mulheres “geradas” por Dangarembga manifestam o seu empenho na luta pela sua autonomia, elegendo a educação como via para o alcance de tal desiderato. No entanto, essa preocupação primária com a sua autonomia não conduz as mulheres a negligenciar os efeitos da aculturação que, com sofisticado eufemismo, prevalece no quadro da oferta formativa colonial, colocada à disposição dos colonizados.

Como recorda ainda Moyona, as dificuldades de integração de Nyasha são ampliadas pelo facto de, em primeiro lugar ser mulher, de quem os seus progenitores esperam que, miraculosa e automaticamente, proceda a uma adequação dos seus modos à tradição dos Shona (como já salientámos). Em segundo lugar, pela contingência de viver no contraponto entre a educação extremamente alienante recebida na Inglaterra, em contraste com a sua cultura tradicional, conservadora, sexista e patriarcal⁹⁵, que vê a mulher como cidadã subalterna, cuja imagem é, irremediavelmente, circunscrita à vida doméstica e ao silenciamento (1994:32).

No capítulo da atenção aos efeitos da educação colonial, Ma Shangay, a mãe de Tambu, mesmo sendo analfabeta, era capaz de descortinar os efeitos culturalmente perversos da educação

⁹⁵ De acordo com as indicações fornecidas pelo romance de Dangarembga

disponibilizada pelos ingleses no solo da antiga Rodésia, cuja leitura viria a ser confirmada por Nyasha, tal como a transcrição infra-escrita esclarece:

They have done it to me, she accused... Really they have. Why do they do it, Tambu (...). To me and to you and to him, do you see what they have done? ... They have deprived you of you....ourselves of each other (...). Look what they have done to us'.... I am not one of them, but I am not one of you... (NC. pp. 204, 205).

O desabafo de Nyasha lembra que a causa da sua angústia sentida está contida numa combinação de factores: a opressão sobre si operada pelo seu pai Babamukuru, que no romance simboliza a autoridade patriarcal, que constantemente expressa, com veemência o seu desejo de rever Nyasha convertida às tradições africanas (Moyona, 1994:35) e o conflito identitário decorrente da sua identidade liminar. De facto, a questão da liberdade da mulher aliada à (des)identidade cultural dos Shona, e por analogia, dos africanos, de um modo geral, constituem temas manifestamente fulcrais na narrativa de Dangarembga; pois, como nos diz Tambu, no final da obra:

(...) The story I have told here is my own story, the story of our women, whom I loved and our men, this story is how it all began (N.C.p, 208).

Em suma, o romance que, no seu âmago, aborda a problemática do acesso à educação, centra o debate em torno de histórias de mulheres e discute, de modo eficaz, a história da “disfunção” cultural que afecta a dinâmica sociocultural e identitária de toda uma nação, abrangendo, portanto homens e mulheres.

É também por via da história de mulheres que a mesma problemática, ainda que noutra perspectiva, percorre, como já o dissemos, o romance *Half of a Yellow Sun*. Na primeira parte do romance Adichie congrega também em distintas passagens a existência de certas zonas de contacto conflituoso, latente entre os nigerianos, descendentes das distintas culturas locais, que acabavam por levar os ocidentais a possível falência do governo local, dada a dimensão tribal da política nigeriana (vide HYS.p, 53).

De facto, é justamente a tensão tribal que vai estar na base da guerra civil que devasta a Nigéria, seis anos após a sua independência, e que constitui o cerne da narrativa que compõe a segunda parte do romance *Half of a Yellow Sun*. Sendo um romance de “reportagem de guerra”, Adichie descortina, com olhar crítico, as atrocidades cometidas no palco da guerra biafrense, como já o referimos, abordando, a tragédia humana que se viveu: a fome levada ao extremo, os massacres, assim como a devastação dos locais habitados por Igbo.

Como refere Andrea Borunda, as acções ocorridas durante esse conflito no Biafra, levaram a uma estratificação política e cultural da nação nigeriana, uma vez que as identidades sociais ficaram “acantonadas” em divisões étnico-toponímicas, que viriam a solidificar uma relação assente no binómio “eles e nós” (2016: 3), sendo que esta relação adquire uma nova fisionomia. Ou seja, se no passado o quadro se resumia, por assim dizer, ao colono e ao colonizado, no contexto da guerra do Biafra, na Nigéria independente, essa bipolarização representa uma fractura no seio de uma nação, para a qual todos os “territórios etno-culturais” lutaram, logrando a sua edificação. É também importante aqui referir que, todos os grupos populacionais locais viveram o colonialismo, compartilhando por este facto uma história comum de sofrimento.

Portanto, havia, por conta da vivência colonial e da luta contra o regime que a impunha, um sentimento comum de pertença à Nigéria por parte de uma massa populacional, formada por povos Igbo, Ioruba, Haussa e outros. Com o eclodir da tentativa de sectarismo, esse sentimento viria a ser “beliscado”, num contexto pós-colonial, defraudando assim as expectativas geradas aquando do (re)nascimento da Nigéria, e nos primeiros anos da sua independência. Assim, a guerra do Biafra constituiu um ponto de rotura em relação aos sonhos gerados, ao provocar a devastação da paz social, afectando por isso um universo populacional, incluindo crianças, que foram também utilizadas como soldados.

Tratando-se de um romance de “reportagem”, como já o dissemos, o romance de Adichie ilustra/denuncia uma das facetas da guerra, a utilização de crianças como soldado. Adichie faz a abordagem da questão acima referida por via da personagem encarnada por Ugwo.

Nas palavras de Borunda as crianças soldado, uma vez impelidas para o combate, não devem ser tidas como perpetradoras da guerra, mas como vítimas do seu habitat social, que as credita de uma esperança em dias melhores, potenciada por uma desesperada melhoria do seu estatuto social e das suas respectivas famílias, e como resultado, a afirmação da sua personalidade no seio das suas comunidades (2016:5). Essa asserção de Borunda, vai ser confirmada por Ugwo, ao vaticinar que, crianças soldado:

“Will be like those recruits who went into training camp while their relatives stood by the side lines and cheered... He longed to play a role to act (HYS.249).

Ao versar sobre a questão das crianças soldado, personificando-as através de Ugwo, Adichie rememora, por assim dizer, a cifra de pequenos soldados que combateram do lado Igbo, nos parecendo essa opção da autora, um recurso por ela utilizado para criticar também, os meios, as formas e as vias que justificam os fins preconizados pelos Igbo (a criação do estado independente do Biafra), censurando portanto, as opções dos senhores da guerra, incluindo os Igbo, que formam uma nação, como diz Achebe da qual, tal como ele, Adichie faz parte.

A convocatória do adolescente Ugwo, proveniente de uma pequena vila do interior de Nsuka para a trama, ressaltando também o seu papel de serviçal, permite à Adichie enriquecer a perspectiva da reportagem de guerra que o romance efectiva, não apenas na perspectiva da violência que caracteriza a guerra, mas sublinhando também a representação da vida para lá do conflito, conflito esse que não era apenas vivenciado por homens mas também por mulheres e crianças, portanto, não constituindo uma questão essencialmente feminista ou masculina (Plaias, 2013: 62), mas um problema de toda uma sociedade.

De sublinhar que a inscrição da questão das crianças soldado, uma temática tradicionalmente aflorada pela escrita feita por homens, ao ser “apropriada” por Adiche confirma a distinção da sua escrita, relativamente à tradicional abordagem da escrita feminina a respeito dos romances de guerra.

Para além de levantar a questão das crianças soldado, também por via de Ugwo, mais precisamente através da descrição do seu crescimento, tendo como mentores Obdenigo e

posteriormente Olana, Adichie faz emergir, por assim dizer, uma perspectiva diferente da guerra, que sai do restrito campo da retaguarda da guerrilha, um campo específico de actuação da mulher em tempo de guerra e, por isso, muito associado à escrita feminina, sobre a guerra. O percurso de Ugwo levanta assim, também, a questão da diferenciação de classes e o seu relacionamento. Com a ajuda Odenigbo e Olana, Ugwo acede ao conhecimento, demonstrando assim que a possibilidade de mobilidade social surge, como diz Maria Plaias (2013: 64), como uma resposta a uma suposta impossibilidade de um relacionamento saudável, entre indivíduos pertencentes a distintas classes sociais.

A narrativa da trajectória de Ugwo que ocorre em paralelo com a principal narrativa do enredo, pode ser lida como uma nota introdutória, como uma preparação para o testemunho de episódios de guerra ou paralelos à guerra do Biafra. Este paralelismo de temáticas conforma também uma das marcas que revela a artesanía ficcional de Adichie. Embora a obra constitua um testemunho de episódios da guerra do Biafra e, de certo modo, um levantamento e análise dos factos que resultaram na guerra do Biafra, *Half of a Yellow Sun*, coloca em evidência o lado emocional das suas personagens, descrevendo, valorizando os seus relacionamentos e reacções. Neste sentido, o romance de Adichie constitui um objecto estético e não uma mera reprodução do itinerário da guerra biafrense, embora evoque, as causas políticas dessa mesma guerra, como referimos, e descreva, de modo pungente, várias dimensões desse violento facto histórico nigeriano.

Assim, a amálgama de intervenientes e de temáticas no romance assim como as deslocações entre o campo e a cidade, e entre o Sul e Norte da Nigéria, produzem uma proliferação de perspectivas oculares e vivências conexas à situação da Nigéria pós-independente. Ambos os aspectos ilustram a vitalidade e a renovação proposta pela escrita de Adichie.

Como afirma a própria autora, a narração dessa memória traumática constituiu para ela:

“An act of remembering; I don’t believe in the concept of closure. I think the trauma we have experienced remains indelible part of who we are; we carry it with us”⁹⁶.

⁹⁶ Hevešiová, Simona, ‘A story to be Remembered: Chimamanda Ngozi Adichie’s *Half of a Yellow Sun* - Silesian Studies in English 2009: Proceedings of the International Conference of English and American Studies, Optava 7-9 September 2009, in Palais (2013:48).

No nosso entender, considerando a universidade local como zona de contacto, a formação de Olana, obtida na Inglaterra e as alusões às deslocações a Londres, por parte dos nigerianos, assim como a presença de Richard, assumimos esses dados como elementos da narrativa que sinalizam o amalgamento transcultural. Por via dessa conjunção de factos, Adiche procede a uma operacionalização do mapeamento da transculturalidade que caracteriza os espaços narrados ou referenciados, aos quais a autora dirige a sua atenção, enquanto reporta episódios e apresenta espólios da guerra biafrense, como parte do trauma colectivo, que afectou a nação Nigeriana.

Na perspectiva de Plaias (2013:53), ao referir essas flutuações das relações sociais, que constituem instâncias narrativas através das quais Adichie re (a)presenta as diferenças etno-culturais e de classe prevalentes na Nigéria, a autora ilustra questões actuais e penderes na constituição da Nigéria.

Tendo como foco todas as questões que acima referimos, somos de opinião que a temática da obra de Adichie encontra espaço nas análises atinentes ao colapso das nações, tocando, portanto, certos aspectos do território da ciência política, no que concerne ao tratamento científico das questões ligadas à “falência” dos estados, a vários níveis. Tratando-se de uma narração ficcional, *Half of a Yellow Sun* ocupa parte da soberania das ciências políticas através de uma abordagem literária que introduz, no tratamento dos assuntos relativos à “falência” dos estados, uma “nova” categoria de partícipes e peritos, geralmente anónimos, “invisíveis” nessa desagregação do estado e por isso, ausentes dos estudos efectuados pelos politólogos, como, tal como afirma John Marx (2008: 611).

A “deslocação” da guerra do Biafra para o plano narrativo-ficcional relembra a dupla falência do estado Nigeriano. Em primeira instância, a falência do governo militar ditatorial da Nigéria pós-independente, por não garantir a segurança das populações Igbo (facto que resultou na guerra civil e a secessão do estado do Biafra) e, em segundo lugar, o próprio colapso do estado do Biafra, como resultado dos ataques da Nigéria e dos seus aliados internacionais (Marx: 2008, 611). Nesse sentido, Plaias considera que a forma como Adichie lida com a re-historização da guerra do Biafra, no seu romance, pode ser descrita como um acto de engajamento sociopolítico da autora, visando induzir a lembrança da violência do conflito e colocar o trauma a ele associado

numa perspectiva histórica (2013: 35). Para o efeito, Adiche estrutura uma narrativa que mescla verdades históricas com narrativa imaginada, inspirada por uma re-leitura de textos da história, aos quais a autora adiciona intertextos e paratextos, para desse modo facultar uma descrição *quase* realística da guerra e dos seus efeitos sobre a vida das pessoas (Ibid.).

No entanto, como já referimos, ao disponibilizar o seu quadro narrativo, Adichie não o circunscreve às temáticas usualmente tratadas pelos estudos clássicos de guerra, muitas vezes empolados por imagens que a imprensa transmite e que, de certo modo (ainda que não seja intenção inicial), contribuem para a perpetuação de uma ‘história única’ africana, interminavelmente repetida. Como refere Adiche:

(...) There have been a lot of books written about war, about battles and battalions (...). I wanted to write about ordinary human beings. Growing up I remember my parents would talk about the little things (...) my mother, for example, (...) say; ‘oh I had a piano before the war’. She talked about the plates he had. (...) Little things like that made me curious and made me to start to read about that period and (...) asking people questions (2008)⁹⁷.

Ainda a respeito da ‘história única’ Adichie afirma que:

“I just write the stories I know. And it just happens that the stories are not about the expected African topics. And even in writing about war, I am interested in human relationships and in love and food “ (2009)⁹⁸.

Assim, o romance e as vivências das personagens são a versão da história da guerra biafrense com face humana, criando assim uma identificação com o leitor. O romance em debate representa o contributo de Adichie para relembrar e divulgar os acontecimentos da guerra do Biafra, a nível internacional, chegando a públicos diversos.

⁹⁷ ‘Adichie on aknowledge quest’ by Fritz Lanham, Houston Chronicle, 15 February 2008, in Palaias, M. (2013: 35).

⁹⁸ ‘ Questions With ... Author Chimamanda Ngozie Adichie’ entrevista de Eric Volmers, Calgary Herald, 21, Junho de 2009 , in Palaias, M. (2013: 35)

Atendendo à leitura efectuada de *Half of a Yellow Sun* e *Nervous Conditions*, julgamos poder afirmar que, não obstante o terem recorrido a tipologias narrativas diferenciadas, tanto Adichie como Dangarembga fazem, na nossa perspectiva, uma abordagem relativa à temática da independência e desilusão.

Em *Half of a Yellow Sun*, transporta os seus leitores para o espectro dos escombros físicos e psicológicos da guerra do Biafra, antecidos de uma crítica às distorções da governação implementada pelo poder instalado, nos primeiros anos de independência. Deste modo, Adichie coloca sob escrutínio um período marcante da história nigeriana, através de uma narrativa que de modo denso, faz um retrato dos desencantos vividos pelos defraudados com o sistema instalado no pós-independência, como resultado da incapacidade da convivência inter-étnica, num espaço irremediavelmente transcultural.

Adichie faz subjazer a esse escrutínio, um olhar crítico aos “stakeholders” políticos africanos e mundiais, pela sua postura silenciosa, ao longo do conflito do Biafra, acusação esta feita pela voz de Richard.

Ao intitular a sua obra, sobre os horrores do conflito do Biafra, como *The World Was Silent While We Dye*, Richard dá voz a esse clamor crítico, assumindo, também, o seu lado Igbo. Por consequência dessa postura, Richard personifica, na obra, a transculturação vigente na Nigéria, convertendo, assim, o romance numa simbólica “zona de contacto”, onde as culturas ocidentais e africanas se interpelam, e que, através do exemplo da postura de Richard, se fundem num processo de “aculturação invertida”. Ou seja, o comportamento de Richard infere uma alusão à viagem cultural, no sentido oeste-este, poucas vezes afluída, como já referimos.

A partir desse jogo metafórico em torno da identidade de Richard, Adichie desconstrói “pureza”, a imaculadade quer da cultura igbo, quer da inglesa. No quadro dessa perspectiva o romance procede à evocação das marcas da “igbolização” da cultura inglesa e, metonimicamente, a negada contribuição e/ou as influências das sonoridades africanas no concerto da sinfonia cultural global, sendo esta poucas vezes objecto de aferição pelas narrativas mapeadoras dos espaços

transculturais africanos e, menos ainda, reconhecida na narração concebida a partir do planisfério ocidental.

No dizer de Plaias (2013: 65), o uso do plural na inscrição do livro representa um acto colectivo da nação nigeriana de acusação relativamente ao papel que o Biafra teve no seio da política internacional, assim como o trauma colectivo vivido pelos habitantes do Biafra (Igbo e não só).

Provavelmente, propondo-se tecer uma visão pluralista do conflito, Adichie socorre-se de Ugwo e sobretudo de Richard, para incluir no seu testemunho histórico-literário um grupo indeterminado de distintas classes sociais e “raças”, que mesmo não sendo Igbo, terão sido apanhadas pelo fogo cruzado entre Igbo e Haussa. Essa inclusão metafórica pode assim responder as críticas feitas à obra, pelo facto de não precisar, de facto, outros grupos (além dos Igbo), que sofreram as consequências do conflito.

Porém como recorda Plaias (2013), na esteira de Marx (2008)⁹⁹, *Half of a Yellow Sun* rejeita a possibilidade de uma avaliação global, não apenas pelo facto dessa avaliação ser impossível à escala humana, mas também porque a herança da guerra do Biafra e do sistema colonial que o antecedeu, continuam a marcar as mentes e a política nigerianas, como aliás a Adichie o reconhece. Ou seja, as questões abordadas não estão limitadas ao espaço ou ao tempo narrados. (confirma Adichie em entrevista, parte dela aqui transcrita, na páginas 181.

Entretanto, ainda no quadro da narração do drama biafrense, a questão da educação é retomada e colocada de modo a desvendar um contraponto humanístico, relativamente aos dados estatísticos, da devastação associada à guerra, revelando, desse modo, a vida no estado falhado (Mark, 2008:599), fundamentalmente ligada à educação, mais precisamente ao tipo de educação e ao acesso a ela pelos habitantes dos campos de refugiados/deslocados de guerra. Ou seja, a formação de mais seres autónomos, a disseminação de saberes a uma população vulnerabilizada, para qual

⁹⁹ O autor, citando Mandani Mahmood (2002) no seu artigo ‘ African States, Citizenship and War: A Case Study’, relembra que nos territórios africanos colonizados o ocidente definiu cada um dos seus habitantes tendo como base um grupo de pertença como a raça (branco vs não branco) ou grupo étnico (2008:608-610). A par dessas divisões macro, existiam também as sub-divisões etno-culturais intra grupos e de classes sociais, como a dos assimilados e dos indígenas (por exemplo em Angola). Assim, Marx (Ibid.) lembra que, a etnicidade e a cultura não são as únicas divisões produzidas pelo estado e que as mesmas não conduzem, necessariamente, à violência ou conflitos. Ao contrário, é na base dessas divisões que o estado deve dar corpo à “paz civil”. Portanto, os políticos ou académicos não podem inferir que a diversidade étnica é a causa dos conflitos civis, mas sim a politização da cultura nas colónias africanas e as formas como os estados africanos em crise produzem e redefinem as dinâmicas de grupo.

a disponibilização de oportunidade de aprendizagem constituía um sinal cuja importância se resume no esforço de democratização do conhecimento (Marx, 2008: 599).

Este facto revela que a guerra do Biafra, decorrente de uma crise pós-independência, portanto entre “apenas” contundentes locais, propiciou, ainda que impelidas pela violência do conflito, acções de humanismo que constituíram, também, indicadores da vida social em tempo de guerra, sendo disso exemplo, os episódios que espelham as duas histórias de amor, em tempo de guerra, por sinal protagonizadas pelas duas irmãs gémeas, Olana e Kainene e seus respectivos pares, Odenigbo e Richard.

Ao referir-se à estrutura cronológica do romance, consubstanciada em momentos de guerra e paz e vice-versa, Adichie declara que a mesma foi escolhida não apenas pelo facto de a obra ter sido emocionalmente difícil de elaborar, mas também para revelar o lado humano das suas personagens. No essencial, opina Adichie:

“The book isn’t about war, but about human beings, it is important to remember that these people going through such horrible times, once had ordinary problems as ‘what are going to eat’ and ‘who is sleeping with who’?¹⁰⁰ .

Em suma, estamos perante romance histórico, baseado em episódios referente à Guerra civil nigeriana, sem contudo circunscrever as acções narradas a acontecimentos trágicos dessa mesma Guerra.

Já em *Nervous Conditions*, o transtorno emocional subjacente à dicotomia independência e desilusão fica patente por via da aspiração à educação como veículo, em princípio, libertador e os subsequentes resultados do acesso a ela. Como vimos, a luta permanente de Tambu é a conquista dessa liberdade e, por consequência, da mobilidade social propiciada pelo acto educativo formal. Mas, de certo modo, o acesso à educação acaba por funcionar como um acto de aprisionamento, de esvaziamento da sua arquitectura cultural.

¹⁰⁰ Em entrevista com Harriet Gilbert from World Book Club, BBC (in Plaias, 2013: 52)

De facto, ao longo do romance, Tambu revive essa realidade através de Nyasha, Nhamo e Chido, cujos testemunhos não a impedem de persistir na sua luta pela liberdade. Chegar à escola da missão cristã é, para Tambu, o ponto culminante da sua escala de níveis de escolarização. Porém, Tambu admite, finalmente, o risco associado à educação e à elevação na escala do acesso à mesma:

I was young then and able to banish things, but seeds do grow. Although I was not aware of it then, no longer could I accept Sacred Heart and what it represented as a sunrise on my horizon. Quietly (...) something began to assert itself, to question things and refuse to be brainwashed, bringing to me to this time when I can set down this story. It was a long and painful process for me, that process of expansion. It was a process whose events stretched over many years and would fit another volume (NC, p.208).

Estas palavras contrastavam, entretanto, com as expectativas geradas no seu primeiro dia na escola da missão:

Excitement, anticipation and exultation. It was all very much the same as it had been that first day that I went to the mission, the day I began my new life (...). That January afternoon (...) everything was coming up together. All the things that I wanted were tying themselves into a neat package that presented itself to me with a flourish. There should have been trumpets, truly there should have been. For was I – I, Tambuzai, lately of the mission and before that homestead – I, Tambuzai, so recently a peasant, I was not entering, as I had promised myself I would, a world where burdens lightened every step (...). I had an idea that this would happen as I passed through the school gates, those gates that would declare me a young lady, a member of the Young Ladies College of the Sacred Heart. I was impatient to get to those gates. (NC, p.195).

No entanto, o processo de aculturação, por via da educação, é criticamente analisado por Ma' Shangay, a mãe de Tambu, que embora não escolarizada, repetidamente demonstrava que o seu analfabetismo não a impedia de colocar uma lente crítica sobre o sistema educativo colonial, advertindo Tambu para esses efeitos nefastos da educação formal, colonial, indo assim ao encontro dos temores exteriorizados por Tambu, que anteriormente reproduzimos.

Como Ma'Shangay, categoricamente, afirmava:

“(...) *Is the Englishness, It will kill them all* (referindo-se à família de Babamukuru) *if they aren't careful. Look at them. That boy Chido can hardly speak a word of his own mother tongue and, you will see his children will be worse. (...) The problem is the Englishness, so you just be careful* (NC, p.207). *Tell me, my daughter, what will I, your mother, say to you when you come home like a stranger full of white ways and ideas? It will be English all the time (...), like that cousins of yours. I have seen it happen – we saw it happen in our house I have had enough* (NC, p.187).

Podemos, desse modo, afirmar que os textos de Dangarembga e Adichie ao abordarem, ainda que por via de enredos tematicamente distintos, a questão da escolarização, preconizam quer a inclusão da mulher, quer a descolonização dos currícula, ao mesmo tempo que re-equacionam a estrutura da hierarquia da administração global. Por conta dessas interpelações, Marx (2008:599) é de opinião que textos portadores dessas características, sugerem, de modo incisivo, a consequente redistribuição da autoridade.

Nessa perspectiva, os textos agora em análise apontam para a necessidade da redistribuição de papéis e da autoridade, no que refere à produção e divulgação do conhecimento, à mobilidade social da mulher e também o papel destas na re-negociação das normas culturais africanas, não apenas ao que a mulher diz respeito, como também aos traços dessas culturas que se afiguram desajustados aos níveis de desenvolvimento actual, uma vez que, como bem lembra Adichie, no ensaio *We Should All Be Feminists*:

“Culture functions ultimately to ensure the preservation and continuity of people. (But) Culture does not make people. People make culture” (2012: 45,46).

No entendimento de Marx (2008: 620), enquanto as ciências sociais “desprezam” o investimento emocional que caracteriza o romance, para assegurarem o distanciamento que a academia proclama, obras como *Half of a Yellow Sun* e *Nervous Conditions*, reconfiguram a imagem do autor, não apenas como pedagogo, evocando aqui a posição de Achebe no seu ensaio “The Novelist as Teacher”, mas também como entrevistador, fazendo-se porta-voz das vítimas do

estado falido (Adichie) e da tripla colonização (Dangarembga), dando assim voz a peritos academicamente “descredenciados” como Ugwo, Ma’Shangay e outros, assim como a mulheres política e culturalmente colonizadas, como Tambu e Nyasha.

Entretanto, não podemos deixar de referir o pendor autobiográfico das duas narrativas agora analisadas, se atendermos aos percursos de vida de cada uma das autoras, nomeadamente os processos (e)migratórios de TsiTsi Dangarembga, entre Zimbábue e Inglaterra, onde fez parte da sua educação, e a sua passagem por uma escola missionária, no Zimbábue, sendo assim Dangarembga representada por Tambu e Nyasha. Já o teor autobiográfico de *Half of Yellow Sun* surge associado às vivências que Adichie testemunhou, ao lado de sua família durante o conflito biafrense, na qualidade de refugiada, factos que a autora assume no discurso por ela proferido na sede das nações Unidas, em 2016, por ocasião da efeméride do dia Mundial da Ajuda Humanitária, que pode ser acompanhado via website da autora¹⁰¹.

V. 4 - O Balanço das Histórias

Partindo do título em epígrafe, recordamos Chinua Achebe¹⁰² para neste ponto reflectirmos, em jeito de conclusão deste capítulo, em torno da rede temática que interconecta as quatro obras do nosso estudo.

Olhando para as temáticas das obras aqui analisadas, à luz de um olhar cruzado ou entrelaçado, fica evidente os autores e autoras dos romances dos nosso estudo, pertencentes a duas gerações distintas optam por estratégias narrativas diferenciadas. Sublinhamos o facto de estarmos em presença de obras que se situam em zonas linguísticas diferentes sendo portadoras de perspectivas variadas, na abordagem do mapeamento do espaço transcultural. No entanto, esses marcos diferenciais, acabam, talvez, de modo paradoxal, permitir que as quatro obras naveguem por coordenadas conceptuais que as levam a partilhar rotas e redes temáticas.

¹⁰¹ In Chimamanda Adichie Website. Acesso a 21 de Novembro de 2016.

¹⁰² Ao recorrermos ao título ensaio de Achebe “The Balance os Stories” contido na sua obra *Home and Exile* (2002).

A primeira categoria que os une os quatro romances é, na nossa óptica, a re-escrita da história, a inscrição de uma contra-memória tendo como base o pré-texto colonial ligado à suposta ahistoricidade das sociedades africanas e à suposta homogeneidade das mesmas, conexas à representação das sociedades africanas proposta pelo caos do “Heart of Darkness”, para lembrar com tristeza, o célebre romance de Joseph Conrad ao qual Achebe responde. Assim, daríamos que, por “ironia da antítese” esse romance da historiografia colonial, sobre África, acabaria por constituir o pré-texto ao qual Achebe responde, corporizando um exercício pleno de intertextualidade do qual emanou um dos mais aclamados romances da moderna literatura africana, *Things Fall Apart* (1958).

Partindo dessa obra de Achebe que constitui um retrato do choque civilizacional entre o centro e a periferia, e passando pelas demais do nosso estudo, verificamos que nos quatro romances encontramos um conjunto diversificado de vozes sociais representativas das identidades culturais africanas neles representadas, realçando-se o traço transcultural dessas identidades, induzido pelo reencontro colonial.

Tendo essa premissa em linha de conta, a diversidade de vozes representativas da heteroglossia social é, em todos os casos, acompanhada por uma deliberada poliglossia, orquestrada pelos autores e autoras do nosso estudo para realçar, a pluralidade de testemunhos a compilar no arquivo histórico e também salientar que por via das línguas, se efectuou a opressão colonial. Assim, esses escritores visam destacar a necessidade do resgate dos linguajares silenciados, recordando, porém, como já várias vezes o dissemos, que a conveniência da admissão da contaminação linguístico-cultural e, por consequência, a recusa da possibilidade de “regressos ao passado”.

Em matéria da trajetória das personagens encontramos, nos quatro romances, sinais que evidenciam o crescimento de personagens. As personagens em questão põem em marcha processos introspectivos das suas realidades transculturais, situadas entre o local e o ocidental, invocando um sentimento de pertença a uma comunidade africana, ao mesmo tempo que rejeitam o eurocentrismo. Estes aspectos levam-nos a enquadrar os romances ora analisados também na

categoria dos “Bildungsromans”¹⁰³ pós-coloniais. Nessa tipologia de textos, como assegura Feroza Jusswala (1997:25), a marca da “indegeneização”¹⁰⁴ constitui pedra angular. Esse conceito pressupõe um o regresso ao universo particular onde se inserem os textos e a valorização das suas respectivas sociedades.

Se em *Things Fall Apart* acompanhamos o crescimento de Okonkwo, que se rebela contra a presença e a implantação do sistema colonial, testemunhamos em *Lueji - O Nascimento De Um Império* a maturação da rainha, que se bate pela preservação do seu reino e pelo cumprimento da missão a ela incumbida pelo seu pai Kondi: a transmissão do lukano e a consequente continuidade do reino Lunda. Por outro lado, Lu, a personagem contemporânea da narrativa de Pepetela, inspirada, por assim dizer, na história de Lueji, a rainha Lunda, “reencarna” o espírito de Okonkwo para insurgir-se contra a perpetuação da oclusão cultural, iniciada no período colonial, colocando em cena, para o efeito, uma representação da catacrese cultural, que caracteriza a nação angolana, aludindo assim, a uma (re)valorização de todas as componentes dos mosaico sociocultural angolano.

No caso de *Nervous Conditions* assistimos ao crescimento de Tambu e Nyasha, duas jovens que no período da adolescência ,que conduzem uma subversão contra as restrições socialmente impostas à mulher pela cultura shona, ao mesmo tempo que, tal como Okonkwo e Lu, tecem um olhar crítico à presença da colonização, sem perderem de vista a importância da educação, observando-a, porém, como uma actividade de socialização e de garantia de autonomia, não inócua, do ponto de vista da (de)formação da personalidade do actor colonizado. No entanto, através de Tambu e Nyasha, personagens centrais da trama de *Nervous Conditions*, o romance acima referido sublinha os benefícios que a educação aculturante pode trazer, porquanto essa mesma educação promoveu um sentido crítico, acabando assim por funcionar como instrumento de análise das distorções provocadas pelo sistema colonial.

¹⁰³ Romance nacionalista, de cariz “formativo”, originário da Alemanha. Segundo Jusswala (1997:21), citando Martin Swalles, nos romances alemães era evidenciado o crescimento e mudança de um protagonista ao longo da adolescência, visando o auto-conhecimento, uma auto-afirmação. Este género de romance é usado pelos escritores pós-coloniais para sinalizar o crescimento de um jovem protagonista, aliado a um sentimento anti-colonialista, sendo este sentimento a grande marca caracterizadora do que constitui o pós-colonialismo na literatura (Jusswala: 1995:25).

¹⁰⁴ “Indiginization”, no original.

Esse olhar crítico à (de)formação oferecida pelo sistema educativo colonial vai ser retomado em *Half of a Yellow Sun*, através de Obdenigo e Olana que, ao partilharem as suas impressões com Ugwo, permitem que o simples serviçal tenha acesso ao conhecimento, realçando portanto o papel da educação na mobilidade social. Nesse sentido, os leitores de *Half of a Yellow Sun* testemunham também o crescimento e o sentido crítico da personagem vivida pelo adolescente Ugwo, embora de modo dramático, por conta da guerra do Biafra, que é o tema central na narrativa.

Levando assim a guerra para o universo literário, Adichie partilha com os seus leitores os traumas da guerra civil nigeriana, nomeadamente, a derrocada de um estado, a separação de famílias e por fim a morte do sonho, de independência política, que foi naturalmente antecedida de expectativas de harmonia e progresso social.

Ao abrigo dessa perspectiva, concernente à desagregação do estado, a obra de Adichie, acaba por estabelecer diálogos com a de Achebe que, narrando os primórdios da ocidentalização dos Igbo, e de algum modo da “Nigéria”, nos lembra que já havia existido um momento inicial de onde, usando o título do romance de Achebe ‘things had fallen apart’, onde famílias também ficaram separadas por conta da desagregação provocada pela intromissão ocidental. A obra de Pepetela perfila-se na mesma direcção do desmoronamento, ao referir a separação de famílias, desagregação do reino Lunda, por via da recusa de Tchinguri em aceitar o reinado de Lueji.

Com as suas obras, Achebe e Pepetela lembram-nos que as miscigenações étnicas e transculturais constituem uma realidade cujas origens se localizam nos núcleos fundacionais dos estados africanos, assim como nos primeiros momentos do contacto colonial. No caso de Achebe pelas “concessões “ feitas pelos Igbo aos preceitos culturais do invasor inglês, enquanto que Pepetela demonstra essa realidade, de certo modo, ancestral, pelo intercâmbio mantido entre os Lunda e Luba, durante o reinado de Lueji.

Em suma, a questão da separação e famílias e, por analogia, a desintegração de “micro ou macro” estado é uma temática que, do ponto de vista cronológico, ao nível da incidência do discurso e da concepção da trama narrativa, se inicia com as propostas literárias de Achebe e Pepetela, passa por *Nervous Conditions* de Dangarembga (por conta da separação ou afastamento que ocorre no

seio dos Shona, representados pela da família de Tambu) e é retomada em *Half of a Yellow Sun*, com a separação de Olana e Kainene, em decorrência da falência do “Estado do Biafra”, como resultado da guerra civil nigeriana.

Vistas numa perspectiva holística, as obras do nosso estudo trazem à luz a memória dos traumas vivenciados pelos actores poscolonizados, incidindo sobre questões fulcrais como a aculturação e o tribalismo, passando pela neocolonização, agregando a esses quadros presentes na (pós)memória social do sujeito colonizado, o papel da mulher na luta contra esses traumas e contra as diversas formas de silenciamento da mulher, sejam elas locais ou globais.

Desse modo, os romances ressaltam o contributo feminino para a afirmação das (des)identidades africanas, sublinhando a necessidade de se reconhecer o manancial da mulher como ser social e de aceitar as novas configurações culturais, intimamente ligadas ao período colonial, sem mascarar as imperfeições das chamadas culturas locais. A esse respeito, a obra de Dangarembga destaca-se, ao proclamar, de modo evidente, uma postura feminista amplificada, que atravessa a tradicional fracção homem/mulher, que se pauta pela subordinação desta em relação ao primeiro, como já referimos.

Assim, no que tange ao protagonismo da mulher o entrelaçamento das quatro obras ocorre de modo sublime, uma vez que as personagens femininas de Dangarembga “falam” em nome daquelas pouco ouvidas na trama de Achebe, enquanto isso Lueji, e principalmente Lu, de Pepetela, assim como Olana e Kainene, figuras de destaque da trama apresentada em *Half of a Yellow Sun*, são mulheres detentoras de formação universitária e de “voz própria”, gozando assim de autonomia para debater, reclamar e contrariar determinadas expectativas sociais de silenciamento e dependência da mulher, “beneficiam”, por assim dizer, da luta iniciada por Tambu e Nyasha ,em *Nervous Conditions*.

Como refere Nana Wilson-Tagoe (2009: 188,189), através de Tambu, Dangarembga sinaliza que apenas uma leitura da realidade social que avalie a condição feminina, permite a eclosão de uma nova história para a comunidade shona, ficcionalmente representada. Esta nova história é composta por uma heterogeneidade de vozes que desafiam os discursos monológicos do

colonialismo e do patriarcado, reflectindo, desse modo, várias ramificações da condição feminina, através de várias histórias cruzadas de mulheres (Nyasha, Tambu, Maiguru, por exemplo), que experimentam a tríplice combinação de factores de opressão (pelo facto de serem mulheres, negras e pobres).

Para concluir a nossa leitura entrelaçada dos romances, diríamos que, atendendo a tudo que nos foi possível aferir, as obras aqui analisadas constituem exemplos de uma literatura que auxilia o leitor a reconhecer e ouvir as distintas tipologias de peritos existentes no mundo, alguns dos quais, de modo metafórico, participaram/colaboraram na elaboração da “investigação literária” conduzida por via de *Things Fall Apart*, *Lueji – O Nascimento De Um Império*, *Nervous Conditions* e *Half of a Yellow Sun*. Referimo-nos concretamente às personagens que desfilam ao longo dos romances, que representam os peritos anónimos, detentores de saberes, guardiões de histórias não publicadas, que povoam os espaços representados por esses mesmos romances.

Por esse facto, diríamos nós, recorrendo à opinião de John Marx (2008: 623), as obras em epígrafe prestaram a sua contribuição para a eclosão de uma alternativa aos mecanismos de atribuição de conhecimento especializado apenas reconhecido aos portadores de graus académicos. A paradoxal democratização da “hierarquia dos peritos” (usando expressão de Marx), proposta pelos romances, por exemplo, coloca, indubitavelmente, a questão da exclusividade do saber alternativo/adicional dos peritos academicamente “descredenciados”, sublinhando também que o conhecimento proveniente de fontes informais é detentor de créditos, uma vez que é especializado, pelo facto de os seus difusores serem testemunhas oculares e vivenciais dos factos investigados. Por conseguinte, os testemunhos de peritos “descredenciados” de uma dada sociedade podem deter autoridade para suplementar e de certo modo “contestar” estudos conduzidos por profissionais academicamente credenciados.

Assim, visões distintas do conhecimento, contradiscursos ou, se preferirmos, diversos olhares cruzados, no quadro de uma inter- historicidade, são colocadas ao dispor de uma audiência global. Quando trabalhados sob o plano da configuração literária do mapeamento do prisma sociopolítico que rege o contexto pós-colonial global, esses olhares cruzados ampliam o círculo do conhecimento e permitem dar “voz a silêncios”, desencadeando, uma “deshierarquia” no

plano das culturas, povos e línguas. Subjaz a esta alteração da hierarquia cultural, o destaque de distintas zonas de contacto e consequentes pontos de transculturação e de alteração de paradigmas culturais, que percorrem as cartografias dos espaços pós-colonial.

A título de exemplo dessa alteração do contexto cultural, leitura dos romances de Adichie e de Dangarembga, à luz da relação entre literatura e história, leva-nos a afirmar que a escrita feita por mulheres acompanhou a trajetória dos conflitos e preconceitos que a mulher foi capaz de vencer ao longo de diferentes épocas históricas, tendo como base a sua condição feminina, condição essa que, segundo Wilson-Tagoe (2009:177), dever ser definida dentro de um prisma que ultrapassa a essência feminina biológica e a suposta homogeneidade das experiências da mulheres.

Wilson-Tagoe lembra também que a vida das mulheres, no seio das culturas, não é apenas marcada por factores de natureza biológica, mas também por condições materiais e sociais, pela sua localização no seio das comunidades e pelas formas de poder correspondentes a distintas normas culturais (Ibid.). Para a autora, o estudo da condição feminina deve congrega todos esses elementos e os desejos das mulheres que não são especificamente denominados, porquanto de um modo geral estes elementos não são considerados no entendimento que as comunidades fazem da condição feminina. Por este facto, considera a autora, a forma como as situações são vivenciadas, resistidas e transformadas, ao longo dos tempos, devem ser também parte da nossa concepção sobre a condição feminina (Op.Cit.Ibid.). Este mesmo posicionamento crítico é defendido por Adichie no ensaio já citado e de forte impacto “We Should All be Feminists”.

A forma “desmistificada” como Adichie e Dangarembga abordam, criticamente, questões relativas à história dos seus respectivos espaços e a (sub)condição da mulher africana que ambas autoras encarnam, está claramente relacionada com o seu papel de mulher escritora que, tal como Woolf refere, tiveram a capacidade de “matar a fada do lar”, ousando, assim, desafiar as matrizes do pensamento falocêntrico, relativas à conteúdo temático e à natureza do linguajar literário no feminino.

Por este facto, não deve ser tarefa da crítica feminista procurar a marca diferencial/”identitária” da escrita feminina, mas sim, concentrar-se no acesso, por parte das mulheres à linguagem no seu todo, e ao resgate do silêncio das mulheres, tal como refere Elaine Showalter, no seu influente ensaio a “Crítica Feminina no Deserto” (Showalter, 2002 : 57).

As posições acima observadas permitem-no afirmar que, de facto, Adichie e Dangarembga concebem os seus textos a partir de uma linguagem universal, não logocêntrica, que foi tradicionalmente “ocultada” à mulher. Nesse sentido, tendo como enfoques a natureza temático-lexical das obras de ambas as escritoras, podemos afirmar que os seus romances as tornam representantes africanos no projecto feminista de recuperação de um espólio linguístico proibido e, ao mesmo tempo, de reutilização desse mesmo acervo linguístico, assumindo uma postura crítica em relação à tradicional dicotomia masculino feminino, indo assim ao encontro de projecto feminista nómade, “rizomático”, multifacetado e transcultural, como de algum modo já aqui o dissemos.

Assim sendo, por via de um debate amplo, no seio da teoria e da crítica feminista, e do discurso pós-colonial Adichie e Dangarembga, assim como Achebe e Pepetela pontificam “contra-memórias” ao projecto (neo)colonial, isto é, contra-discursos pós-coloniais. Relembrando Macedo (2002), diríamos que essas contra-memórias contestam o poder patriarcal a memória hegemónica ocidental, cooperando, de maneira evidente, para a eclosão de uma “política de localização” e de divulgação da narração “marginal”, politicamente comprometida, onde a palavra, o corpo, a história e a identidade assumem estatuto de marcos diferenciais em relação ao “centro”, factor que converte esses conceitos em “territórios “primordiais a “reclamar”.

Desse modo, constatamos que a literatura, no geral, posiciona-se, cada vez mais, como um *locus* de contestação social, um veículo de disseminação de causas sociais, de reivindicação e ou ainda de questionamento. Ao assumir esta postura, a literatura permite a audição das “vozes dos silêncios” gerados pela história, pelo prisma da degradação e exclusão social operada sobre a mulher em particular e sobre os sujeitos poscolonizados, no geral.

VI - Conclusão

A ligação entre literatura e história, como vimos, ao longo das páginas precedentes, é um facto inegável e ganha maior preponderância nos contextos africanos, que viveram a colonização, pois a natureza da estratégia silenciadora da história e das culturas dos povos subalternizados, empreendida pelo acto colonial, uma desvalorização das culturas africanas, aliada a uma suposta ahistoricidade que ainda carecem de contestação .

Partindo dessa estratégia colonial, foi-se produzindo um espaço discursivo que proclamava a “natural” subordinação africana, através da anulação/desvalorização dos factos históricos e culturais ligados ao continente. Nessa conformidade, a literatura em África surge, num primeiro momento, como meio de recuperação/afirmação dessas valências subestimadas, factor que situa o romance, por exemplo, no plano da luta associada à descolonização, num primeiro momento, e posteriormente, como veículo de actualização/adequação das valências histórico-culturais ao contexto pós-colonial.

Para Eleni Coundourotis (2009:56), é importante alargar o plano da estrutura cronológica associada à produção do romance no continente africano, para incluir além do pós-colonial, o período pré-colonial e sublinhar novos desenvolvimentos das literaturas africanas, como parte de um movimento distinto de resistência colonial. Assim, Coundourotis (2009:56), considera a relação entre literatura e história como crucial, para o estabelecimento da historiografia africana. Paralelamente, a observância da história também como “artefacto cultural”/identitário é fundamental para percebermos a historicidade do romance africano. Observada essa premissa, concluímos que a história serve de tema à literatura, e a história pode sugerir linhas de investigação histórica.

Por conseguinte, ainda que de modo diferenciado, relativamente à história como ciência, a literatura africana toma o seu lugar como partícipe na construção da inter-historicidade e da interculturalidade. Assim uma vez que convida à reflexão sobre dados históricos, o texto literário

pode, paralelamente, ser lido como um testemunho sócio-antropológico, não obstante o facto de que à literatura, sublinha Mark Selvick (2013: 280, 282), não seja geralmente atribuído o mesmo “status de autoridade” com que são patenteadas as ciências sociais.

Mesmo assim, entendemos que os romances colaboraram na celebração e reconhecimento de questões de natureza subjectiva, tornando-se assim, em meios valiosos para a reprodução/replicação e reflexão de/sobre as múltiplas tipologias de comunidades de que são partícipes os actores sociais (Ibid.), sendo a “múltipla pertença”, uma característica do sujeito liminar poscolonizado, tal como nos lembram as palavras de Nyasha, em *Nervous Conditions*, cuja transcrição retomamos:

I am not one of them, ... but I am not one of yours.... This what they did to me, to us....

Note-se que esta múltipla pertença ou melhor essa pertença a um território liminar/ transcultural, pode implicar tensões internas ou contradições , tal como sugerem as palavras transcritas. De qualquer forma, a literatura forma consciências e motiva debates, em torno dessa ambivalência cultural que caracteriza as sociedades pós-coloniais.

Por este facto, partilhamos a visão de John Marx (2008: 539) que vai, de algum modo, no mesmo diapasão da enunciação de Mata (2013: 25), quando o autor afirma que ao assumirem a missão de porta-vozes das sociedades que eles representam, os textos literários contribuem, de modo significativo, para a construção de uma plataforma de conhecimento relativo ao funcionamento dos estados, revelando as anomalias, os distúrbios, assim como também as realizações positivas não quantificáveis, diríamos nós, e que, por este facto, ficam por vezes de fora dos registos estatísticos produzidos pelas ciências sociais.

Para Marx, as literaturas concebem assim, também, um contradiscurso, relativamente aos estudos estatísticos sobre o desenvolvimento que, de um modo genérico, rotulam um “Terceiro Mundo” ,como uma problemática referente ao progresso, que pode ser explicitada de forma clara, em termos estatísticos (2008: 598,599).

No entanto, os heróis e heroínas de Adichie, assim como os seus pares, que percorrem as obras de Achebe, Dangarembga e Pepetela não são, como afirma Marx, cientistas políticos, produtores de gráficos e tabelas para instituições renomadas. São, como refere ainda o mesmo autor, informantes locais (2008: 589) que, em nossa opinião, disponibilizam uma leitura alternativa que narra, na primeira pessoa, as distintas histórias que compõem os seus micromundos, contribuindo para a construção micronarrativas históricas, povoadas de vozes e nacionalidades transculturais.

Dito de outro modo, as histórias alternativas, quando lidas e registadas no quadro de um saber mundano, na acepção do termo proposto por Edward Said (1983), constituem, sem perigo, uma história única, que é, ao mesmo tempo, portadora de uma perspectiva diacrónica, diatópica e dialógica dos factos, isto é, um texto a que Bakhtin designaria como histórico-polifónico. Na verdade, a construção do texto polifónico constitui um dos, se não mesmo, o grande desafio social a que o humanismo deve procurar resolver e, para a qual, o pós-colonialismo, como campo de conhecimento, pretende contribuir.

Embora não se sobreponha ao anticolonial ou ao neocolonial, o pós-colonialismo partilha com esses campos pontos de articulação, dada a natureza reivindicativa da sua agenda, que propõe uma (nova) visão de uma dada sociedade localizada na “margem”, invocando assim uma reflexão sobre a condição periférica dessa sociedade, instaurada pela “sociologia colonial”, avaliando essa sociologia tanto a nível estrutural, como conjuntural (Mata, 2013:31). Esta posição de Mata exprime, por outras palavras, que a agenda reivindicativa do pós-colonialismo chama a si a responsabilidade de analisar os projectos coloniais, numa perspectiva pancrónica, isto é desde o período colonial até ao presente e resgate dos valores identitários sufragados pelas sociedades coloniais .

Sendo decorrente de um marco cronológico-social, não tendo, necessariamente, a ver com a linearidade desse marco, podemos entender o pós-colonialismo no sentido de uma temporalidade que agencia a sua existência após um processo de (des)colonização (parêntesis meus) e independência política. Isto não quer dizer, a priori, tempo de independência e de liberdade real, como prova a literatura que tem revelado e denunciado a prevalente “coisificação” do Outro, do sujeito “marginal”, ainda que este viva um momento independência, relativamente a antiga

metrópole imperial (Mata, 2013:31). Do mesmo modo a literatura questiona, problematiza e actualiza a documentação histórica sobre a qual assentam esses novos espaços, que vivenciam um contínuo processo de maturação.

Sob influência do pós-estruturalismo e pós-modernismo, e também das ideias associadas ao dialogismo e carnavalização de Mikhail Bakhtin, o pós-colonialismo, como campo teórico-crítico, deslocou os binários da prática crítica anterior ao seu surgimento e, nalguns casos, como afirmámos no capítulo inicial, reconfigurou o campo semântico de discursos como os da política linguística e das poéticas nacionais, transformando-os, como afirma Garuba, em preocupações inerentes à produção textual, à natureza da formação do sujeito e da subjectividade e das identidades em mudança, podendo estas serem tomadas como características da liminaridade pós-colonial (2009: 255).

Assim, as ortodoxias fundacionais da prática intelectual, nas mais distintas disciplinas, têm vindo a ser desafiadas por novos pontos de vista, sendo o campo dos estudos literários, um dos palcos onde esse desafio se apresenta mais contundente. Assim, como já o dissemos de algum modo, citando Garuba (Ibid.):

Part of its disciplinary orientations had always already been concerned with questions of language and representations; and, more specifically, previously marginalized literatures found ready tools with which they rethink their silencing in discourse and subvert the troops of hegemonic discourses and deconstruct the paradigms of Empire.

Nesse sentido, ao respondermos à questão que colocámos no início deste trabalho, relativamente à relevância do romance histórico, anticolonial, uma vez cessada a situação instauradora da sua génese, nos parece ser inquestionável a sua pertinência, dada a perenidade e a abrangência das abordagens que essa tipologia de romance acolhe, e que vão desde a afirmação de vozes silenciadas ao mapeamento dos espaços resultantes da colonização, bem como à necessidade da consolidação desses mapas, embora também eles produzidos a partir de uma relação de subordinação e por isso , produtores, em certos casos, de alguma tensão.

Ao efetuarmos a leitura das obras do nosso estudo, verificamos que, de modo diferenciado, cada uma delas alude, de maneira mais ou menos explícita, aos conceitos que elegemos como delineadores da nossa leitura. Esta observação nos permite afirmar que, nos seus enredos explícitos e/ou implícitos, os autores e autoras do nosso estudo revelam preocupações com o mapeamento da paisagem social que pontua os territórios representados nas narrativas de, aqui analisadas.

Na obra de Achebe, a questão em abordagem centra-se no resultado do choque cultural entre o ocidente e África, apontando, também, as debilidades das nações pré-coloniais. A mesma temática é “recuperada” por Pepetela que a aborda numa perspectiva na qual a questão da transculturalidade vai sendo mais reflectida intramuros, embora não deixe de relacioná-la a outros quadrantes, fundamentalmente à Europa, fazendo-se necessário acentuar, na obra “pepetelina”, a projecção de uma narrativa sobre a história, no feminino, feita pelo punho de autor.

As obras de Adichie e Dangarembga dão sequência ao trabalho iniciado por Pepetela, uma vez que constituem retratos de situações históricas vividas ou protagonizadas por mulheres, revelando o papel da mulher na luta pela emancipação cultural do continente africano, assim como na denúncia e no olhar crítico de situações desestruturantes das sociedades africanas.

Para a concepção das suas narrativas, ambas as autoras demonstram que, tal como as europeias, as escritoras africanas foram também capazes de “matar a fada do lar”, como diria Woolf, uma “ousadia” que lhes permitiu, através da fresta poética, abordar, de modo frontal, a trilogia do processo colonial relativamente à mulher negra/africana e a desilusão destas face a expectativas geradas, quer pelos actos de independência política, quer pelas práticas educativas materializadas ao abrigo da oferta formativa formal, à luz do projecto colonial. Assim, as autoras exploram, na plenitude, a condição feminina africana através dos seus romances. Para avaliar a exploração dessa condição no romance africano implica, como refere Winson-Tagoe, examinar de que modo as ramificações mais amplas da vida das mulheres são mapeadas, interrogadas e reinventadas ao longo do espaço discursivo consagrado ao romance (2009:177).

Nesse sentido, fazendo pleno uso das suas heroínas, Adichie e Dangarembga fazem-nos recordar que, como diz Maria Santilli (1998:107), a graça que percorre a aura feminina não provoca a elisão do espírito crítico e de preocupação a respeito das iniquidades mantidas no seio da cultura local, ao *status quo* que se instala após a descolonização, sendo o espectro dessa citação aplicável à obra de Pepetela, dada a postura de Lueji e Lu, no que se refere à preservação, ao “esvaziamento” e à “requalificação” dos mitos da cultura local.

As abordagens efetuadas pelos escritores e escritoras cujas obras analisámos, ao revitalizarem elementos da história pré e pós-colonial, destacam o poder da (pós)memória como ponto essencial da construção identitária, ao mesmo tempo que lembram os desafios da descolonização. Como afirma Meneses (2012: 319), o processo de descolonização exige a análise das lutas e dos compromissos, bem como o repensar de conceitos fundamentais que ligam espaços e tempos (Ibid.), conceitos tais como os de margem e centro, ou colonial e o pós-colonial, por exemplo, sendo que estes subsidiam os actuais mapas físicos que congregam distintas culturas, que têm de (re)aprender a caminhar e partilhar o mesmo universo territorial, embora cada uma delas, tal qual astros, seja detentora de uma luz identitária própria.

Assim, *Nervous Conditions*, de modo mais visceral, *Things Fall Apart*, *Lueji* e *Half of a Yellow Sun*, este último de modo menos explícito, ressaltam as alterações produzidas no seio das culturas, shona, angolana e igbo em particular, e as africanas em geral e, por analogia, outras poscolonizadas. Ou seja, os romances aqui analisados alertam-nos que os dados atinentes à “ocidentalização” dessas culturas e o seu aprisionamento pelo espectro da colonização devem, como refere Selvick (2012:280), ser analisados sobre o prisma da justificação histórica do projecto colonial, servindo também ela mesma, de modo similar, para os estados pós-coloniais, na sua busca de uma auto-(re)definição, em simultâneo contraponto e alinhamento com a heranças deixadas pelo centro ocidental.

Como refere Wilson-Tagoe (2009:177), a capacidade do romance em mapear e reorganizar a realidade transformou-o no meio mais conveniente para os escritores africanos repensarem os seus mundos sociais, num período poscolonial, em contínua transição.

As representações naturalmente parciais que a literatura abarca, lembram que, tal como a antropologia e a história, a literatura constitui uma forma de representação selectiva, repleta da sua inerente visão acerca da autenticidade e objectividade, como refere Cobham (2008: 521). Assim, adverte Cobham (Ibid.) para os que usam *Things Fall Apart* como apêndice de documentos do âmbito da antropologia ou da sociologia ou como meio de trazer à luz a história, é importante que tenham em conta que o conteúdo ficcional do romance que é, em certa medida, uma mimese da história, reproduz por assim dizer a estrutura da história assim como proclama a objectividade dessa ciência. No entanto, o romance produz essa mimese sem abdicar, em nenhum momento, do seu direito de, como ficção, ser selectiva, subjectiva ou irrealista, sublinha a autora (Ibid.).

Para os que usam *Things Fall Apart* como parte de um programa versado ao estudo da literatura, na esperança de reafirmação dos valores tradicionais, Cobham afirma que esses utentes devem também ter em conta que os valores presentes no texto serão maioritariamente africanos, alguns dos quais resultantes do conflito entre as sociedades tradicionais/africanas e ocidentais. A resolução desse conflito, durante o processo de selecção de conteúdos a narrar, passa raramente, ou mesmo em momento algum, pela escolha clara de uma das duas alternativas (centrais ou marginais) previamente definidas (2009:521).

No geral, independentemente dos processos e ou das escolhas, a re-leitura e re-escrita da história através do texto literário, aliadas à uma tenaz denúncia e inconformismo com as desarticulações pré e também pós-coloniais, proclama, acima de tudo a criação de um cânone literário africano, baseado em valores africanos usados, precisamente, para a realização dos exercícios que acima referimos. Assim sugere Cobham (Ibid.), evocando o título do romance achebiano por nós analisado, é tempo de a literatura e por acréscimo as sociedades pós-coloniais re-intitularem ou melhor, reformularem o título do romance *Things Fall Apart*, para questionarem e avaliarem as realizações e os ganhos alcançados. Assim, a autora propõe que com base nessa reflexão e tendo como referencial o título da obra de Achebe as sociedades se auto-questionem, colocando a pergunta nos seguintes termos: *Are Things Consolidated?*

Nessa tarefa de grande envergadura, que constitui a avaliação crítica do passado e do presente histórico-social, e do processo de consolidação das identidades transculturais das sociedades pós-

coloniais, distintas forças produtivas são convocadas para o efeito almejado, sendo a literatura uma delas, dada as suas valências crítica, escrutinadora e aglutinadora de textos e contextos. Por este facto, a literatura está profundamente envolvida nos debates pós-coloniais, porquanto os estudos pós-coloniais se têm vindo a projectar com uma dupla valência: reconstróem um objecto literário, historicizando-o e analisando-o, numa narrativa que procura ter em atenção a relação entre o império e as colónias (Meneses, 2012: 319).

Assim, as obras produzidas no quadro de uma escrita tipicamente pós-colonial, como por exemplo aquelas aqui analisadas rompem, iconoclasticamente, com uma tríade de estruturas “institucionalizadas”, quer no campo da criação literária (através da subversão da estrutura temático-lexicológica e semântica do romance ocidental), quer no quadro da produção do discurso histórico, bem como na esfera do labor literário feito por mulheres. Por via dessas alterações ocorre um fenómeno de (re)leitura de discursos consagrados, visando um processo de reescrita, onde os novos textos conexos a “novos” contextos, desafiam as estruturas textuais padronizadas.

Como afirma Macedo (2008:40), a reescrita é um processo crítico que envolve a leitura, a exposição e a denúncia ideológica de mitos culturais, uma vez que o agente da (r)escrita escrutina o arquivo literário e, dependendo do seu posicionamento político-cultural, retém determinados elementos e subverte outros, interrogando, deste modo o “status quo” e o cânone.

A produção textual produzida no âmbito do debate pós-colonial funciona, assim, na opinião de Meneses (2012:320), como um idioma crítico que procura reflectir sobre os processos de descolonização nas zonas geradas pela violência do “encontro” colonial (aspas minhas) .

Questionando as hegemonias presentes, a produção textual pós-colonial deverá ser vista como uma possibilidade contingente de mudança de direcções no que concerne à subordinação cultural, política e económica. O questionamento crítico não é um fim em si mesmo, mas um estímulo a uma compreensão mais ampla de múltiplos processos políticos, ao questionar a sua ontologia. De forma mais ampla, os estudos pós-coloniais insistem nas articulações, imbricações e interligações entre as várias representações do tempo e do espaço, que nos transportam de um passado para um

futuro, na esperança de um reconhecimento mútuo e de uma nova estética de partilha (Meneses, 2012:330).

No artigo “Contiguidades Ambíguas: Crítica Pós-colonial e Literaturas Africanas” Brugioni recorda que o estabelecimento dos estudos pós-coloniais constituiu, no geral, uma revisão substancial das práticas de leitura da tradição literária ocidental e, concomitantemente, a promoção de uma visão descentrada da chamada Literatura do Mundo, incorporando intervenções políticas e culturais “alheias” (aspas minhas) nos contextos europeus, por via da crítica pós-colonial tem sido desenvolvido um conjunto de formulações conceptuais e teóricas específicas, visando considerar as manifestações artísticas e as criações do labor intelectual e académico postas à margem do cânone ocidental (2012:380).

Esse exercício tem contribuído para a identificação de um cânone estético e político diferencial, dentro do qual as representações culturais e literárias que povoam a ‘marginalidade’ detêm lugar privilegiado (Ibid.). Para Brugioni, a crítica pós-colonial acaba por desempenhar um papel crucial no processo de edificação de um “cânone literário pós-colonial” ao privilegiar objectos literários que melhor se adequam ao aparato teórico produzido no seio dos próprios estudos e crítica pós-coloniais (2012: 384, 385) Em nosso ver, a crítica pós-colonial vem dando uma maior visibilidade aos artefactos literários que induziram a eclosão desse aparato teórico que surge, precisamente, para propiciar leituras adequadas desses textos, concebidos a partir da “periferia”.

Dito de modo diferente, afirmaríamos que, a crítica pós-colonial instaurou uma cadeia de contra leituras, que viriam a ter como corolário um conjunto diversificado de discursos alternativos elaborados partir dos espaços situados para lá do planisfério ocidental.

Para esse efeito, várias estratégias aportam na escala das valências literárias utilizadas por escritores pós-coloniais, destacando-se a apropriação, por parte destes, do poder da língua colonial em atravessar povos, fronteiras e culturas locais. Assim, servindo-se dessa possibilidade, os escritores e críticos pós-coloniais procedem, como diz Bonnici¹⁰⁵, à (re) afirmação da sua

¹⁰⁵ in www2.uefs.brppgldc/revista3-186.html, acesso a 01/03/2014.

identidade, através da releitura e da denúncia do estrago colonial, assim como à ampliação do cânone literário, marcando, por via desse exercício, uma ruptura com os textos metropolitanos.

Por outras palavras, através de um processo de apropriação, o colonizado assume a língua(gem) do colonizador colocada ao seu dispor, impregnando-a de adaptações necessárias à descrição do ambiente poscolonial, marcado pela mestiçagem linguístico-cultural. Decorre dessa estratégia um processo adicional e/ou simultâneo de ab-rogação que, parafraseando o autor acima referenciado, mostra que há uma entidade autónoma que se posiciona contra o a aprisionamento e o silenciamento do colonizado (Ibid.), relativamente aos paradigmas conceptuais e instâncias oclusivas do colonizador.

Gostaríamos de concluir, por fim, que os autores pós-coloniais cujas obras analisámos, representam efectivamente, o imaginário africano e associam a essa representação, um processo de re/afirmação da identidade africana, tendo como eixo uma reflexão que privilegia a “arqueologia” de histórias e identidades, vinculando-as, como era expectável, a uma memória do “paleolítico” pré-colonial, para assim inverter e contrapor o quadro das alocações difusionistas.

Desse modo, os escritores africanos colocam a história ao serviço da criação literária e, por vias dos seus artefactos literários, inscrevem a necessidade da investigação do discurso histórico centralmente emitido, denunciando a parcialidade desse mesmo discurso (Almeida e Alves, 2016: 2), sem no entanto omitir capítulos da historiografia actual ou questões sociais ainda parcialmente resolvidas, que marcam as sociedades pós-coloniais. Caminhando por esse cruzamento de linhas discursivas, os escritores acabam assim por evitar, como diz Adichie, a perpetuação “d’O Perigo da História Única”. Como a própria autora assume:

(...) When I began I wrote exactly the kinds of stories I was reading: All my characters were white and blue-eyed, they played in snow (...). This demonstrates how impressionable and vulnerable we are in the face of a story. But because writers like Achebe and Camera Layer I went through a shift in my perception of literature. I realized that people like me, girls with skin of the colour of chocolate, whose kinky hair could not form ponytails, could also exist in literature. I started to write things I recognized (...). So, the discover of African writers (...) saved me from having a single story of what books are (2009)¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Excerto da transcrição da palestra de Chimamanda sobre “O Perigo da História Única”, Outubro de 2009. Versão electrónica em TED.

Assim, a postura dos escritores e críticos africanos não caminha apenas no sentido da proclamação de uma dinâmica heterológica, no domínio do discurso histórico-cultural, como abre perspectivas para o acolhimento e, fundamentalmente, para análise, compreensão e tratamento dos dados referentes aos africanos e ao seu continente. Essa dupla função propicia o acolhimento da diferença na análise, relativamente ao olhar ocidental homogeneizador e, por vezes, (ainda) promotor de estereótipos e por isso, sancionador de uma discriminação negativa inferida nos inúmeros mecanismos de controlo (Almeida e Alves, 2012: 2), como é o caso da difusão do conhecimento, através da educação formal, mais concretamente a nível da transmissão de conteúdos, no quadro de um sistema educativo global.

Por tudo quanto foi possível verificar e analisar, à luz de uma perspectiva dialógica e intertextual na interpretação dos textos, assim como da crítica e a escrita pós-colonial e das mudanças a elas associadas, relembremos, uma vez mais, Achebe no seu artigo “The Balance of Stories”. O autor recorda-nos que o século XX, com todas as suas falhas, testemunhou um começo significativo, em África e noutras partes do chamado Terceiro Mundo, de um processo de “re-historicização” por parte de povos que foram remetidos ao silêncio pelo trauma decorrente de distintos desalojamentos.

Esse processo, considera Achebe, constitui uma tremenda, potente e complexa reinvenção humana que o autor chamaria de “self” (alma), convoca todas faculdades da mente, fazendo-o, necessariamente, a partir de todos os recursos da memória e da imaginação africana e de uma familiarização com a sua história, arte e cultura. Por estes factos, os africanos em especial, e os desalojados pelo poder colonial, no geral, devem, segundo ainda Achebe, estar conscientes de que tal empreendimento humano não constitui tarefa fácil, dadas as cicatrizes que mancharam a suas heranças (2000: 79, 80).

Nesse processo reinvento o texto literário ocupa naturalmente, um lugar privilegiado dadas as suas valências, algumas das quais foram aqui enumeradas. Assim, a relevância do texto literário africano, principalmente do romance histórico, no contexto actual, é (ainda) indubitavelmente

inquestionável pois, embora se tenha registado uma alteração do quadro das assimetrias no estudo e divulgação das realizações não ocidentais, em decorrência alteração da política colonial, há ainda um grande esforço a ser consagrado e um longo percurso a ser trilhado, no sentido da erosão das assimetrias ainda presentes.

Porém, mesmo conscientes do esforço a ser consagrado ao processo de “re-historização¹⁰⁷”, somos de opinião que o mesmo se afigura incontornável, uma vez que é socialmente indispensável, literariamente exequível e politicamente necessário. Como magistralmente lembra uma vez mais, Achebe :

“Until de lions produce their own historian, the story of the hunt will glorify only the hunter”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ (Re-historization”, no original.

¹⁰⁸ Supostamente um provérbio Masai (denominação de grupo populacional que habita parte do noroeste africano), ao qual Achebe recorre ao pensar numa metáfora apropriada para celebrar o processo de “reclamação da História Africana (2000: 73,74).

Bibliografia

Bibliografia Primária

Achebe, Chinua. *Things Fall Apart* (2001¹⁰⁹) Penguin Books, London.

Adichie, Chimamanda Ngozi. *Half of a Yellow Sun* (2006¹¹⁰), Fourth State, London.

Dangarembga, TsiTsi. *Nervous Conditions* (1988), Ayebia Clark Publishing LTD, Oxfordshire.

Pepetela¹¹¹: *Lueji, o Nascimento De Um Império*, (1990). Dom Quixote, Lisboa

Bibliografia Crítica

Abiola, Irele, Francis. (ed.). (2009), “Introduction: Perspectives on The African Novel” in *The Cambridge Companion to the African Novel*, Cambridge. Cambridge University Press

Abiola, Irele, Francis. (ed.). (2009^a), “Cultural Memory in *Things Fall Apart*, in *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, New York and London, W.W. Norton Company.

Achebe, Chinua. (2000), *Home and Exile*, New York, Anchor Books.

Achebe, Chinua. (2012), *There Was a Country – A Personal History of Biafra*, London, Penguin Books.

Achebe, Nwando. (2009), “Balancing Male and Female Principles: Teaching About Gender in *Things Fall Apart*”, in Burness D. Mata, Inocência e Hartnack, Vicky. (eds.). *When Things Come Together, Studies on Chinua Achebe*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁰⁹ Primeira edição publicada em 1958.

¹¹⁰ Primeira edição publicada em 2004.

¹¹¹ Pseudónimo literário de Artur Carlos Maurício Pestana. Pepetela é a tradução do seu apelido para Umbundu, língua Bantu falada em Angola, em Benguela, por exemplo, terra natal do autor .

Adichie, Chimamanda Ngozi. (2009), “The Danger of a Single Story”, Excerto da palestra de Chimamanda sobre “O Perigo da História Única”, do TED. Com, proferida em Outubro de 2009, versão electrónica, descarregada a partir de https://www.ted.com/talks/Chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript, (acedido em 29/09/2014).

Adichie, Chimamanda Ngozi. (2012). *We Should All Be Feminists*, London, Fourth State.

Aguiar e Silva, Vitor. (2002), *Teoria da Literatura*, Coimbra, Almedina.

Alós, Peres Anselmo. (2009), “A Ressignificação do Mito na Literatura Angolana: Lueji o Nascimento dum Império”, in *Espéculo, Revista de Estudos Literários*, Universidade Complutense de Madrid, versão electrónica, descarregada a partir de http://www.ucm.es/especulo/numero14?Lueji_an.html, (acedido em 03/05/2015).

Alves, Almeida Iulo e Alves, Almeida Tainá. (2016) “Perigo da História Única – Diálogos com Chimamanda Adichie”, Comunicação apresentada no *I Ciclo de Eventos Linguístico-Literários, Secção – Abordagem Social das Identidades*, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, versão electrónica, publicada em 2016, descarregada a partir de, The Chimamanda Ngozi Adichie Website 2014-2016, gerido por Daria Tunca, página alojada pela Universidade de Liège, Bélgica, (acedido em 02/06/2016) .

Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin Helen. (eds.). (2001), *The Post-Colonial Studies Reader*, USA and Canada, Routledge.

Ashcroft, Bill. Griffiths, Gareth. Tiffin, Hellen. (eds.). (2004), *Post-Colonial Studies – The Key Concepts*, London and New York, Routledge.

Ashcroft, Bill. e Pal Ahluwalia. (2001), *Edward Said*, Routledge Critical Thinkers Series, USA and Canada, Routledge.

Appiah, Kwame. (1992), *In My Father’s House: Africa in the Philosophy of Culture*, London, Methuen.

Basu, Biman. (1997), “Trapped and Troping: Allegories of Transnational Intellectual in TsiTsi Dangarembga Nervous Condition”, in *ARIEL, A Review of International English Literature*, Vol.28, N. 3, versão electrónica , descarregada a partir de AfgricBib.Org, (acedido em 23/04/016).

Bakhtin, Mikhail. (1998), *The Dialogic Imagination*, Emerson, C. and Holquist, M. (eds.), Texas, The University of Texas Press.

Benedito, Fernanda. (2000), *Pepetela: História Mito e Alegoria- Uma Leitura Crítica à Luz da Teoria do Romance de Mikhail Bakhtin e no Contexto Teórico dos Estudos Pós-Coloniais*. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.

Bhabha, Homi. (1994), *The Location of Culture*, London and New York, Routledge.

Bhabha, Homi. (1990), *Nation and Narration*, London, Routledge.

Bonnici, Thomas. (2005), “Avanços e Ambiguidades do Pós-colonialismo no Limiar do Século 21”, in *Léguas e Meias - Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, Feira de Santana, UEFS, Vol.4, Nr, 3, versão electrónica, descarregada a partir de www2.uefs.br/ppgldc/revista3-186.html, (acedido a 01/03/2014).

Borunda, Andrea Phiana. (2016), “Children Soldiers Revisited- Conscription and Choice in Ken-Saro-Wiwa’s *Sozaboy* and Chimamanda Ngozi Adichie, *Half of a Yellow Sun*”, in *The Middle Ground Journal*, Nr 12, Spring, versão electrónica, descarregada a partir de <http://ThemiddleGroundJournal,Online resources CSS.Edu/academics/the/middleground/articles/spring 2016themiddlegroundjournal.Org.pdf>, (acedido em 24/04/2016).

Braidotti, Rosi. (2002), “ A Diferença Sexual Como um Projecto Político Nómada”. Passos, Joana (Trad.). in Macedo, Ana. (org.), *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Edições Cotovia, Lda. Lisboa.

Brugioni, Elena. (2016), “O Pesadelo da História. Romance Histórico, Literaturas Africanas e Pós-colonialidade”, in Mata, Inocência. & Garcia, Flávio. (orgs.). 2016, *Pós-colonial e Pós-colonialismo: Propriedades e Apropriação de Sentidos*, Rio de Janeiro, Dialogarts.

Brugioni, Elena. (2012) “Contiguidades Ambíguas: Crítica Pós-colonial e Literaturas Africanas”, in Leite, Ana Mafalda. Owen, Hillary. Chaves, Rita. Apa, Livia. (orgs.), *Nação e Narrativa Pós-Colonial I - Angola e Moçambique, Ensaios*, Lisboa, Edições Colibri.

Brugioni, Elena. (2012^a), *Mia Couto – Representação, História(s) e Pós-Colonialidade*, Coleção Hespérides – Literatura, Vila Nova de Famalicão. Edições, Humus .

Caquard, Sebastian e Fiset, Jean Pierre. (2013,) “How can we Map Stories”, in *Journal of Maps*, versão electrónica, descarregada a partir de ResearchGate.Net-*Journal of Maps* 01/2013: 10(1):18-25 DOI 10.1080/17445647.2013.8473, (acedido em 20/10/015).

Caquard, Sebastian. (2011), “Mapping Narratives: A Cybercartographic Application”, versão electrónica, a partir de icaci.org/files/documents/ICC_proceedings/ICC2011, (acedido em 22/10/2015).

Chabal, Patrick. Birmingham, David; Forrest, Joshua; Netwitt, Malyn; Seibert, Gherhard; Andrade, Elsa. (2002), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst& Company,

Clarke, Ayebia Nana & Currey James. (eds.). (2014), *Chinua Achebe – Tributes and Reflections*, Oxfordshire, Aebya Clark Publishing Limited.

Cobham, Rhonda. (2009), “Problems of Gender and History in The Teaching Things Fall Apart” in Irele, Abiola, Francis. (ed.). *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, New York and London. W.W. Norton Company.

Coundourotis, Eleni. (2009), “Why History Matters” in Desai, Gaurav. (ed.), *Teaching The African Novel*, New York, The Modern Language Association of America.

Davidson, Basil. (1981), *À Descoberta do Passado de África*, José Maia Alexandre (trad.), Lisboa, SÁ da Costa Editora.

Edwards, Justin. (2008), *Postcolonial Literature – A Readers Guide to Essential Criticism*, New York, Palgrave Macmillan.

Fage, Joseph. (1995), *História da África*, Freudenthal, Aida e Segurado, Georgina. (trad.), Lisboa, Edições 70.

Fanon, Frantz. (1990), *The Wretched of the Earth*, London, Penguin Books.

Ferro, Marc. (1996), *História das Colonizações- Das Conquistas Às Independências - Séculos. XIII-XX*, Ruas, Manuel. (trad.), Lisboa, Editorial Estampa.

Flouquet, Daniel Damasceno. (2010), *A Pulverização das Dicotomias em Myra, de Maria Velho da Costa*, Universidade do Porto, Tese de Mestrado.

Fowler, Roger. (ed.), (1993), *A Dictionary of Modern Critical Terms*, London and New York. Routledge.

Garuba, Harry. (2009), “The Critical Reception of African Novel”, in Abiola, Irele, Francis. (ed.). *The Cambridge Companion to the African Novel*, Cambridge, New York, Cambridge University Press.

Gasbarrone, Lisa. (1995) “ The Locus for the Other- Cioux, Bakhtin and Women Writing” in Honhe, Karen. Wossow, Helen. (eds.). *A Dialogue of Voices – Feminist Literary Theory and Bakhtin*, London, University of Minnesota Press.

Gikandi, Simon, (2009) “Achebe and The Invention of African Literature” in Irele, Abiola, Francis. (Ed.). 2009, *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, London and New York, W.W. Norton Company.

Gomes, Catarina e Maria Meneses, *História e Colonialismo: Por uma Inter-Historicidade*. versão electrónica, descarregada a partir de <http://www.reseau-terra.eu/article/1223.html>, (acedido em 16.01.2012).

Gorle, Gillian. (1997), “Fighting the Good Fight: What TsiTsi Dangarembga’s *Nervous Conditions* Says About Language and Power”, in *The Yearbook of English Studies*, Vol. 27, *The Politics of Postcolonial Criticism*, Modern Language Association, versão electrónica, descarregada a partir de <http://www.Jstor?Org/stable/3509141>, (acedido em 25/09/2014).

Greenberg, Jonathan (2007), “Okonkwo and the Story Teller: Death, Accident and Meaning in Chinua Achebe and Walter Benjamin”, in *Contemporary Literature*, Vol., 48, No 3, University of Wisconsin Press, versão electrónica, descarregada a partir de <http://www.jstor.org/stable/27563759>, (acedido em 25/09/2014)

Grossegese, Orlando; Thorau, Henry. (ogs.). (2009), *À Procura da Lisboa Africana, Da Encenação do Império Ultramarino Às Realidades Suburbanas*, Colecção Hespérides- Literatura-24, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.

Guha, Ranajit e Spivak, Gayatri (eds.). (1988,) *Selected Subaltern Studies*, New York, Oxford, Oxford University Press.

Halbwacs, Maurice. (1992), *A Memória Colectiva*, Schaffter, Laurent. (trad.). São Paulo., Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

Hall, Stuart. (1996), “The West and The Rest: Discourse and Power”, in Hall et al. (orgs). *Modernity: Introduction to The Modern Societies*, Oxford, Oxford Blackwell.

Hooks, bell. (1990), *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*, London and New York, Routledge.

Huggan, Graham. (2001), *The Post-Colonial Exotic: Marketing the Margins*, London and New York, Routledge.

Huggan, Graham. (2001a). “Decolonizing the Map”, in Ashcroft, Bill. Griffiths, Gareth. Tiffin, Hellen. (eds.) *The Post-Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge.

Jeyifo, Biodun. (2009), “The Resilience and The Predicament of Obierika”, in Irele, Abiola, Francis. (ed.). *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, New York and London, W.W. Norton Company.

Jones, Ann Roselind. (2002), “Escrever o Corpo: Para uma Compreensão de L’Écriture Féminine”, Louro, Filomena (trad.), in Macedo, Ana. (org), *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cotovia.

Jusswala, Feroza. Kin; Huck and Naipaul, V. (1997) “Using The Postcolonial Bildungsroman to (Re)define Postcoloniality”, in *Links and Letters- Literature and Neocolonialism*. Revista do Departamento de Filologia Inglesa e Germanística, nr 4, Bellaterra, Universidade Autònoma de Barcelona.

Katrack, Ketu H. (2001), “Decolonizing Culture –Towards a Theory for Post-Colonial Women’s Texts”. in Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Hellen. (eds.) *The Post-Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge.

Kortenaar, Neil. (1995), “Beyond Authenticity and Creolization: Reading Achebe Writing Culture” in PMLA, Vol. 110, No 1. Special Topic: *Colonialism and Post Colonial Condition*, Modern Language Association, versão electrónica, descarregada a partir de <http://www.jstor.org/stable/463193>, (acedido em 25/09/2014).

Leite, Ana Mafalda. (2013), *Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais*, Lisboa, Edições Colibri.

Lindfors, Berneth. (1994), *Comparative Approaches to African Literatures*, Amesterdam, Atlanta, Rodopi.

Lyotard, Jean-François. (1999), *O Pós-Modernismo Explicado Às Crianças*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Macedo, Ana Gabriela; Brugioni, Elena; Passos, Joana. (orgs.), 2016, *Prémios Literários – O Poder das Narrativas e as Narrativas do Poder*, Porto. Edições Afrontamento.

Macedo, Ana Gabriela. 2011, “Myra de Maria Velho da Costa um “Sul de passagem” - da rasura da identidade à violência indizível”, in *Fronteiras de Género* 9, Pedro, Joana Maria; Arendt, Sílvia; Rial, Maria Carmen Moraes. (eds.) , Florianópolis. Ed. Mulheres.

Macedo, Ana Gabriela. (2008), *Narrando o Pós-Moderno: Reescritas, Re-Visões, Adaptações*, Coleção Hespérides/Literatura 20, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho,.

Macedo, Ana Gabriela; Amaral, Ana Luísa (orgs.) (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Edições Afrontamento.

Macedo, Ana Gabriela. (org.), (2002) Introdução à obra *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cotovia, Lda.

Mata, Inocência. (1992,) *Pelos Trilhos da Literatura Africana em Língua Portuguesa*, Ponte Vedra, Irmandade da Fala da Galiza e Portugal.

Mata, Inocência. "Prémio Camões 1997- As Razões do Meu Regozijo" in *África Hoje*, nr. 106, Junho de 1997, Lisboa.

Mata, Inocência. 2008 "O Problema de Umuofia" in Burness D; Mata, Inocência e Hartnack, Vicky. (Eds.), *When Things Come Togheder, Studies on Chinua Achebe*, Lisboa.Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Mata, Inocência. "Memória da Colonização e a Sentença do Futuro na Figuração da Nação: de Castro Soromenho a Leonel Cosme e Pepetela", in Leite, Ana Mafalda; Owen, Hillary; Chaves, Rita; Apa, Livia. (orgs.), , *Nação e Narrativa Pós- Colonial I - Angola e Moçambique, Ensaios*, Lisboa, Edições Colibri.

Mata, Inocência. 2013, *Literatura Africana e Crítica Pós-colonial – Reconversões*, Manaus UEA Edições.

Marx, John. (2008), "Failed-State Fiction" in *Contemporary Literature*, Vol.49, *Contemporary Literature and The State*, University of Wisconsin Press, versão electronica descarregada a partir de <http://www.jstor.org/stable/20616403>, (acedido em 29/09/2014).

M'Bokolo, Elekia. (2003), *África Negra – História e Civilizações*, Tomo I, *Até ao Século XVIII*, Alfredo Margarido (trad.), Lisboa, Editora Vulgata.

M'Bokolo, Elekia. (2007), *África Negra – História e Civilizações*, Tomo II, *Do Século XIX aos Nossos Dias*, 2.^a Edição, Colaboração de LECALLENECC, Sophie. BAH, Thierno. COPANS, Jean. Mateso, Locha. Nzuzi, Lelo. Manuel Resende (trad.), Lisboa, Edições Colibri.

Meneses, Maria Paula. (2012) "Nação e Narrativas Pós-coloniais: Interrogações Em Torno dos Processos Identitários em Moçambique", Leite, Ana Mafalda; Owen, Hillary; Chaves, Rita; Apa, Livia. (Orgs.), 2012, *Nação e Narrativa Pós- Colonial I - Angola e Moçambique, Ensaios*, Lisboa, Edições Colibri.

Mohanty, Chandra Talped. (2001) "Under Western Eyes – Feminist Scholarship and Colonial Discourses", in Ashcroft Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Hellen. (eds.), *The Post-Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge.

Moore-Gilbert, Bart. Santon, Gareth e Maley, Willy. (eds.), (1997), *Postcolonial Criticism*, London and New York, Longman.

Moyona, Rosemary. (1994), “TsiTsi Dangarembga’s *Nervous Conditions*” in *The African E-Journal*, versão electrónica, descarregada a partir de <http://digitallib.msu.edu/Projects/africanjournals/pdf>. Arquivo Digital da Universidade Estadual de Michigan (acedido em 23/04/2016).

Mudimbe, Valentin-Yves. (1988), *The Invention of Africa, Gnosis, Philosophy and Order of Knowledge*, Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis, James Currey Ltd.

Mudimbe, Valentin-Yves. (1984), *The Idea of Africa*, Oxford. James Currey Ltd,

Neves, Márcia. (2011), “Humanidades: Figurações da Animalidade na Narrativa Fabulística do Século XXI” in *História Crítica da Fábula na Literatura Portuguesa- A Fábula na Literatura Portuguesa: Catálogo e História Crítica*, Projecto financiado pela FCT- PTD/CLE-LLI/100274/2008, Universidade Nova de Lisboa.

Okere, C. Augustine, (2009) “Achebe and Christianity”, in Irele, Abiola, Francis. (ed.), *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, London and New York, W.W. Norton Company.

Oradhike, C. Don. “Igbo Culture and History”, in Irele, Abiola, Francis. (ed.), *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, London and New York, W.W. Norton Company.

Owomoyela, Oyekan. (1993), *A History of Twentieth Century African Literature*, Nebraska, University of Nebraska Press.

Padilha, Laura Cavalcanti. (1998), “Literaturas Africanas e Pós-modernismo: Uma Indagação” in *Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Tomo II, Oxford, Coimbra , T.F Earle.

Padilha, Laura Cavalcanti. (2016), ”Da Sedução dos Prémios às Artimanhas do Cânone”, in Macedo, Ana Gabriela; Brugioni, Elena; Passos, Joana (orgs), *Prémios Literários – O Poder das Narrativas e as Narrativas do Poder*, Porto, Edições Afrontamento.

Pandurang, Mala. (2009) “Chinua Achebe and African Experience: A Socio-Literary Perspective”. in Irele, Abiola, Francis. (ed.), *A Norton Critical Edition, Chinua Achebe Things Fall Apart – Authoritative Text, Context and Criticism*, London and New York, W.W. Norton Company.

Passos, Joana. (2003), *Micro-universes and Situated Critical Theory: Post Colonial and Feminist Dialogues in a Comparative Study of Indo-English and Lusophone Women Writers*, Utrecht, Universiteit Utrecht.

Passos, Joana (2015) “António Jacinto, a Escrita e a História”, in *António Jacinto e sua época. A Modernidade nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Tavares, Ana Paula; Fábio Maria da Silva; Luís Pinheiro, (orgs.) CLEPUL, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Passos, Joana (2016) “O pós-colonial e Pós-colonialismos: Repensar a Europa à luz do Impacto do Sul Global” in *Pós-colonial e Pós-colonialismo: Propriedades e Apropriações de Sentido*, Flávio Garcia; Inocência Mata (orgs.), Rio de Janeiro, Dialogarts.

Peralta, Elsa. (2007) “Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Resenha Crítica” in *Arquivos da Memória – Antropologia, Escala e Memória*. Nr. 2 (Nova Série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Universidade Técnica de Lisboa.

Petersen, Kirsten Holst. (2001), “First Things First – Problems of A Feminist Approach to African Literature”. in Ashcroft Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Hellen. (eds.), *The Post-Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge.

Piatti, Barbara; Hans Rudolf Bär; AneKathrin, Reushel; Lorenz, Hurni; e Williams, Cartwrith (2008) “Mapping Literature – Towards a Geography of Fiction”, Barbara Piatti, versão electrónica, descarregada a partir de www.Literature.eu , (acedido em 21/10/2015).

Plaia, Maria. (2013), *The Danger of a Single Story’ in Chimamanda Ngozi Adichie’s Half of a Yellow Sun* , Tese de Doutoramento, Università degli Studi di Padova.

Pratt, Marie Louise. (1996), *Imperial Eyes, Travel Writing*, London and New York, Routledge.

Rich, Adrienne (2002), “Notas para uma Poética de Localização”, Maria Gomes (trad.) in Macedo, Ana Gabriela. (org.), *Género, Identidade e Desejo,: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cotovia, Lda.

Said, Edward. (1983), “The World, The Text and the Critic” in *The World, The Text and the Critic*, Cambridge, Harvard, Harvard University Press.

Said, Edward. (1988), Prólogo de *Selected Subaltern Studies*, Guha, Ranajit e Spivak, Gayatry (eds.), New York, Oxford, Oxford University Press.

Said, Edward. (1993), *Cultura e Imperialismo*, Stella de Luca (trad.), São Paulo, Editora Schwarcz Ltda.

- Said, Edward. (2004), *Humanism and Democratic Criticism*, USA, Columbia University.
- Sanches, Manuela Ribeiro. (2012) “Teorias Itinerantes Antes do Pós-colonial. Lugares, Tempos, Afiliações”, in Brugioni, Elena; Passos, Joana; Sarabando, Andreia; Silva, Marie-Manuelle (Orgs.), 2012, *Itinerâncias. Percursos, Representações da Pós-colonialidade*, Centro de Humanísticos da Universidade do Minho, Vila Nova de Famalicão, Edições Humos.
- Santilli, Maria Aparecida. (1995) “Literatura Angolana: Imagens de Resistência Feminina na Prosa de Ficção” in *Discursos- Estudos da Língua e Cultura Portuguesa*, Nr. 09.
- Selvick, Stephany. (2013), “Beyond the Binary: Same-sex Desire and Gender Defiance in TsiTsi Dangarembga’s Nervous Conditions’, in *Journal of Postcolonial Writing*, Vol. 49, No.3, 278-290, Routledge, Taylor and Francis Group, versão electrónica, descarregada a partir da Biblioteca do Conhecimento online da UMinho, <http://dx.doi.org.10.1080/17449855.2012.691304>, (acedido em 25/09/015)
- Shizha, Edward e Kariwo, Michael T. (2011), *Education and Development in Zimbabwe : A Social, Political and Economic Analysis*, Rotterdam, Boston, Taipei, Sense Publisher,.
- Showalter, Eliane. (2002) “*A Crítica Feminista no Deserto*”, Margarida Pereira (trad.), in Macedo, Ana. (org.). *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cotovia Lda.
- Silva, Vitor Aguiar. 2002, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Almedina.
- Sobral, José Manuel. (2006), “Memória e Identidade Nacional: Considerações de Carácter Geral e O Caso Português”, Comunicação apresentada ao Colóquio Nação e Estado: entre o Local e o Global”, organizado pelo Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade do Minho e inserida nas respectivas actas . Porto, Edições Afrontamento.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. (2001) “Can The Subaltern Speak”? in Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Hellen. (eds.) *The Post-Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. (1985), “Three Women Texts and a Critique of Imperialism”, in *Critical Inquiry*, 121 (Autumn).
- Terdiman, Richard. (1993), *Past Present: Modernity and The Memory Crisis*, New York, Cornell University Press.
- Thiong’o, Ngũgĩ wa. (2006). *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*, Nairobi, Portsmouth, James Currey, Oxford EAEP,.

Washer. D. (2001), *Encyclopedic Dictionary of Literary Terms* – Vol. I (A-L), New Dhelhi, Yvy Publishing House.

Watkins, Gloria. (1990), *Yearning- Race, Gender and Cultural Politics*, Boston, South End Press.

Welsch, Wolfgang. “Transculturality – The Puzzling of Cultures Today”, in Mike Featherstone e Scott Lash. (1999): *Spaces of Culture: City, Nation, World*, Sage, London.

Wilson –Tague, Nana. (2009) “The African Novel and the Feminine Condition “ in Abiola, Irele, Francis. (ed.), *The Cambridge Companion to the African Novel*, Cambridge, New York, Cambridge University Press.

Woolf, Virginia. (1929), *Women and Fiction*, versão electrónica descarregada a partir de [http://docs. Google.com viewer?utrl=http%3A%2F%2F6462.200.70%2FPeriodic](http://docs.google.com/viewer?utrl=http%3A%2F%2F6462.200.70%2FPeriodic), (acedido em 23?03/2014).

Woolf, Virginia. (1931), *Professions for Wome,n* versão electrónica descarregada a partir de [http://docs. Google.com viewer?utrl=http%3A%2F%2F6462.200.70%2FPeriodic](http://docs.google.com/viewer?utrl=http%3A%2F%2F6462.200.70%2FPeriodic), (acedido em 23/03/2014

Zabus, Chantal. (2001) “Relexification”, in Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Hellen. (eds.), *The Post-Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge..

Anexo I

Anexo I

Para Lá das Histórias: As Entidades por Detrás das Narrativas

Chinua Achebe

Achebe, nasceu a 16 de Novembro de 1930, tendo sido baptizado como Albert Chumualumogu.

Frequentou o ensino elementar (1935-44) na sua terra natal, Ogidi, e o secundário em Umuahia (1944-48), num prestigiado liceu moldado a partir do sistema educativo público/privado britânico. Posteriormente frequentou, o ensino universitário no University College, de Ibadam (1948), uma filial da London University, mais tarde transformada em Universidade de Ibadam. Nessa altura renega o nome britânico para assumir o seu nome Igbo, Chimualumogu Achebe. Inicialmente Achebe frequenta o curso de Medicina tendo no entanto mudado para a área de Letras após o primeiro ano. Concluiu a sua licenciatura em 1953.

Em 1954, integra o colectivo de funcionários da “NBC – Nigirian Broadcasting Corporation, na qualidade de realizador no Departamento de Programas.

Em 1956, realiza a primeira de várias visitas a Londres/Europa.

Publica, em 1956, pela Heineman, o seu primeiro romance, *Things Fall Apart*, tendo sido agraciado no ano seguinte com o prémio Margaret Wrong. A obra teve uma tiragem inicial de 2000 cópias, tendo-se transformado no romance africano mais lido de todos os tempos (tendo sido vendidas mais de 10 milhões de cópias) e constitui uma das obras da literatura pós-colonial que quase todos os estudantes da área dos estudos ingleses “está obrigado” a encontrar, no seu percurso académico, geralmente no ensino secundário ou superior. É também de salientar o facto do romance ter sido traduzido para mais de cinquenta (50) línguas.

Em 1960, ano da independência da Nigéria, Achebe recebe o Troféu Nacional de Literatura, tendo-lhe sido atribuídos outros prémios como o Commonwealth Prize (1972), Nigerian National Merit Award e a Ordem da República Federal, em 1979, ano em que também é indicado como o primeiro presidente da associação de escritores nigerianos; em 2007 recebe o Man Booker International Prize, pela sua carreira.

Ao longo da sua carreira, Achebe publicou vários textos quer de natureza literária quer de índole crítica, dos quais destacamos *Arrow of God* (1964), *No Long at Ease* (1960), *There Was A Country* (2012), *The Educated of a British Protected Child* (2009). Achebe foi também um dos fundadores da Heineman African Writers Series, em 1962, e nove anos mais tarde, foi o fundador do “Okike” – *An African Journal of New Writing* (1971).

Achebe dedicou-se igualmente à vida académica, tendo sido professor de literatura nas Universidades Americanas de Massachusetts, Connecticut, no City College of New York, (como professor visitante) e também na Universidade da Nigéria, em Nsuka. Foi também Pro-Reitor da Universidade Estadual de Anambra, em Enugu (Nigéria).

Após um grave acidente de viação, na Nigéria, em plena celebração dos seus 60 anos, Achebe é forçado a viver nos Estados Unidos da América, onde daria continuidade a sua carreira docente, no Bard College, em Nova York. A par da docência e dos cargos, a Achebe foram igualmente atribuídos quarenta (40) títulos honoríficos, como por exemplo, os atribuídos pelas universidades de Cape Town (África do Sul), pelo Haverford College, da Pensilvânia (Estados Unidos da América), pela University of Toronto (do Canadá) e pela Usman Dan Fodio University (Nigéria).

O quinquagésimo (50º) aniversário da publicação de *Things Fall Apart* foi marcado pela realização de trinta e oito (38) eventos em vários países do mundo, entre os quais conferências, como foi o caso da realizada em Portugal, organizada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Achebe também teve uma passagem pela política activa, tendo sido vice-presidente do Partido Popular da Redenção (1983) e ministro da Informação no governo sectário do Biafra, isto em 1967.

Chinua Achebe falece a 22 de Março de 2013, em Boston, Estados Unidos, aos 82 anos.

(Fontes: *Things Fall Apart*, *Chinua Achebe - A Norton Critical Edition*, (2009), editado por Francis Abiola Irele. Pp. 587-90 e Wikipédia).

Pepetela

Pepetela, pseudónimo literário de Artur Carlos Maurício Pestana, nasceu em Benguela, Angola, a 29 de Outubro de 1941. Tem ascendência portuguesa e brasileira, mas os seus pais nasceram em Angola. Além de “Pepetela”, já usou o pseudónimo “Carlos Alves Pereira”.

Pepetela (que é a tradução de Pestana para Umbundu, língua Bantu falada em Angola, maioritariamente no centro-sul) faz os seus estudos primários em Benguela e os liceais no Lubango, província da Huíla. Na sua passagem pelo liceu (Diogo Cão), Pepetela conhece o padre Noronha, professor de Filosofia que terá exercido uma grande influência sobre Pepetela, tendo-o despertado para a questão da identidade angolana e que, falando sobre a Revolução Cubana e Fidel, provocou a consciencialização política de Pepetela. Assim, quando Pepetela chega a Portugal para continuar os seus estudos tinha plena consciência que Angola não era uma província Portuguesa, mas sim um país que precisava de se libertar do opressor colonial.

Em 1958, Pepetela ingressa no Instituto Superior Técnico de Lisboa onde frequentou, até 1960, o curso de engenharia, optando no ano seguinte pelo curso de História na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo também aí ficado uma ano.

Pepetela faz a sua opção política em 1961 filiando-se ao MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. Esta opção leva-o, inicialmente a Paris e, posteriormente, a Argel onde obtém a graduação em sociologia e cria, com outros nacionalistas do MPLA (Henrique Abranches, João Vieira Lopes, e outros) o Centro de Estudos Angolanos. Após a sua licenciatura, Pepetela envolve-se na luta de libertação, tendo combatido na base militar em Mayombe, na província angolana de Cabinda e na zona leste de Angola.

Dois anos depois da independência de Angola, Pepetela é nomeado Vice-Ministro da Educação e Cultura, cargo que exerce de 1977 a 1982. Uma vez terminada a sua passagem pelo governo

angolano, Pepetela opta pela carreira docente, na Universidade Agostinho Neto, onde lecciona sociologia, até à presente data.

Pepetela alia o seu engajamento político e actividade profissional à sua veia literária, tendo escrito romances que refletem distintas etapas da história angolana. Entre outras, escreveu *Mayombe* em 1971, *As Aventuras de N'gunga*, em 1972, obras que narram episódios da guerrilha angolana. No início da década 90 do século passado, mais precisamente em 1990, escreve *Lueji*, *O Nascimento Dum Imperio* e *A Geração da Utopia* (1992). A sua obra está traduzida em várias línguas.

Em 1995 é-lhe oferecida uma bolsa pelo Instituto Camões, de Portugal, e dedica-se exclusivamente à literatura, durante o seu período de permanência em Portugal.

Em 1997 é distinguido com o Prémio Camões, o maior galardão atribuído a escritores de língua portuguesa, uma distinção que se juntava a outras, anteriormente recebidas, como o Prémio Nacional de Literatura, em 1980, pela obra *Mayombe* e, em 1985 por *Yaka*. Recebeu ainda Prémio Especial da Associação Paulista de Críticos de Arte em, 1992 (Brasil), aos quais se veio a juntar a distinção da Fundação Printz Calus, da Holanda, no ano de 1999.

Actualmente Pepetela vive em Angola, onde dá seguimento as suas carreiras docente e literária.

(Fontes: Gomes, Aldónio e Cavacas, Fernanda. 1997, *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa. Benedito, Fernanda 2000, *Pepetela História Mito e Alegoria*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga)

TsiTsi Dangarembga

TsiTsi Dangarembga nasceu em Bulawayo, no Zimbábue ,em 1959. Passou parte da sua infância na Inglaterra, onde começou os seus estudos, tendo no entanto concluído o ensino secundário no Zimbábue, na Hertizel High School, uma escola missionária, sita em Umtali (hoje Mutari). Dangarembga estudou medicina na Universidade de Cambridge, mas retornou ao Zimbabué após o reconhecimento da independência do seu país, isto em 1980. No Zimbábue, Dangarembga

estudou Psicologia, na Universidade do Zimbábue. Anos mais tarde estudou em Berlim, na Deutche Film und Fernseh Akademie, na área da realização de cinema, e produziu vários filmes e documentários para a televisão alemã.

A sua actividade literária regista publicações na área da dramaturgia, como as peças teatrais *The Lost of the Soil* e *She no Longer Weeps*. Dangarembga foi igualmente integrante do grupo teatral Zambuko, sendo assim de registar a sua participação na produção de duas peças, nomeadamente *Katshaa* e *Mavambo*.

Além dessas realizações, em 1985, Dangarembga publica, na Suécia, um conto intitulado *The Later* e dois anos depois, em 1987, publica em Harare, no Zimbábue, a peça *She Does Not Weep*. Aos 25 anos publica o romance *Nervous Conditions*, que ganhou, pelo continente africano, o Commonwealth Writer's Prize, em 1989, sendo essa considerada como uma das doze melhores obras da literatura africana. A sua carreira como romancista regista ainda a obra *The Book of Not*, publicado em 2006. Dangarembga é também consultora, guionista e produtora de cinema, com várias obras cinematográficas registadas.

Em 2012, fundou o festival Internacional de Imagens Cinematográficas, visando a publicação de narrativas e filmes sobre mulheres ou realizados por mulheres.

Em 2011, foi oradora na TEDx talk que teve lugar em Harare (Fontes: *Nervous Conditions* e *Wikipédia*)

Chimamanda Ngozi Adichie

Chimamanda Adichie nasceu a 15 de Setembro de 1977, em Enugu, na Nigéria e cresceu em Nsuka. Adichie estudou Medicina e Farmácia na Universidade da Nigéria, durante um ano e meio, tendo nesse período editado a revista *Compass*, uma revista feita por estudantes da Universidade Católica da Nigéria. Aos 19 anos de idade mudou-se para os Estados Unidos da América onde estudou na Universidade de Drexel, na Filadélfia, tendo feito estudos ligados à área da Comunicação e Ciência Política. Em 2003, completou o Mestrado em Escrita Criativa, na Universidade John Hopkins de Baltimore, tendo também concluído o Mestrado em Estudos

Africanos, na universidade de Yale. Em 2011 foi premiada com uma bolsa de estudos, pelo instituto Radcliffe de Estudos Avançados da Universidade de Harvard.

O seu primeiro romance, *Purple Hibiscus*, foi publicado em 2003 e foi indicado para o Booker Prize. A sua segunda obra, *Half of a Yellow Sun*, foi publicada em 2006, obra com a qual Adichie venceu o “Orange Prize for Fiction”, isto em 2007. Em 2008 foi agraciada com uma bolsa de estudos pela Mac Arthur e no ano seguinte (2009), Adichie publicou uma colectânea de contos intitulada *The Thing Around Your Neck*. Em 2010 o seu nome figurou na New Yorker list, relativa aos melhores escritores com idade inferior a 40 anos. Três anos depois, em 2013, recebeu pela sua obra *Americanah*, publicada nesse mesmo ano, o National Book Critics Circle Prize, prémio atribuído para promoção das melhores obras publicadas no Reino Unido,

A par da escrita ficcional, Adichie publicou igualmente o livro de ensaios, *We All Should be Feminists* (2012), que resulta do seu discurso feito na TEDx talk.

Adichie tem também artigos de opinião publicados em jornais como o New York Times, onde se pode ler na edição de 20 de Outubro de 2016 o seu artigo “Nigeria’s Failed Promises”, assim como um artigo sobre a candidata presidencial, Hillary Clinton (EUA), publicado no jornal *The Atlantic*, a 4 de Novembro de 2016. Há também a referir a publicação de um artigo na Revista *New York Times Style*, no qual Adichie emite opiniões a respeito de Michelle Obama, a 18 de Outubro de 2016, à data, primeira dama dos Estados Unidos da América.

Em 2016, Adichie discursou na sede das Nações Unidas sobre a questão dos refugiados, tendo na ocasião partilhado testemunhos da sua vivência como refugiada, durante a guerra do Biafra.

(Fontes: *Half of a Yellow Sun*, Chimamanda Adichie Website)

Anexo II

Anexo II - Implicações Pedagógicas

O Texto Literário Africano em Contextos de Ensino-Aprendizagem Pós-coloniais:

O Caso do Ensino da Língua Inglesa como Língua Estrangeira - Uma Breve Abordagem Teórica

Os sujeitos que sofreram a colonização no passado e sofrem hoje os efeitos da globalização deverão continuar a prestar atenção aos traços residuais das relações de poder e de subordinação.

Gayatry Spivak (*Apud.*:Huggan 2001:7)

Introdução:

Nos capítulos que antecedem este anexo ao no nosso trabalho verificamos que, dada a sua natureza iminentemente engajada, os textos da literatura africana, de um modo geral, celebram, a partir da re-leitura e conseqüente re-escrita do passado histórico, o manancial identitário dos espaços africanos, ao mesmo tempo que procedem ao escrutínio de questões de natureza político-social que afectam as sociedades pós-coloniais. Esses textos demonstram, deste modo, o seu duplo comprometimento ou, se preferirmos, o seu duplo engajamento.

Uma vez constatado esse desiderato, importa também, na nossa visão, fazer um equacionamento atinente à relevância do texto literário africano, quando colocado ao serviço de objectivos educativos, nomeadamente em contextos de ensino da língua inglesa, como língua estrangeira, em espaços pós-coloniais.

Tomamos, para o efeito, o caso do contexto angolano. Temos consciência que uma comparação entre o contexto angolano e os nigeriano e zimbabueano, por exemplo, onde a língua inglesa goza de um estatuto diferente daquele que detém Angola¹¹², transformaria a nossa abordagem num contributo mais rico. Porém, é nossa percepção de que esta opção ocasionaria, de certo modo, uma extensão provavelmente desproporcional deste apêndice que, sublinhamos, constitui uma abordagem pedagógica agregada a um estudo de natureza literária.

Para analisarmos os desafios colocados aos contextos educativos pós-coloniais, neste segmento do trabalho retomamos os questionamentos que alavancamos relativamente à produção e análise da literatura poscolonial. Esta retoma justifica-se porquanto esses sistemas vigoram dentro de um contexto global, da chamada sociedade do conhecimento. Na nossa perspectiva, essa sociedade impõe aos sistemas educativos a necessidade de uma constante e cuidada reflexão, relativamente à missão da educação, de modo abrangente. Isto significa que mais do que olhar para a educação como uma incumbência dos estados, voltada à difusão do conhecimento, é necessário direccionar o foco da reflexão às formas, aos métodos e aos meios, assim como aos conteúdos programáticos empregues no exercício da missão educativa.

Para a análise dessa conjugação de variáveis no quadro contextual que referimos acima, a teoria pós-colonial nos parece relevante uma vez que ela poderá prover indicações para a efectivação de um processo de ensino/aprendizagem capaz de escrutinar e mitigar os vestígios do processo colonial. Para tal, colocamos no cerne da nossa análise o papel da cultura na sala de aulas, dado o seu potencial para a efectivação de um processo de ensino/aprendizagem afectivo e, por conseguinte mais efectivo, tendo naturalmente em conta a perspectiva da descolonização cultural, que é uma das grandes marcas dos projectos de "requalificação cultural" que ocorrem nos espaços periféricos, pós-coloniais.

Como julgamos ter ficado patente no nosso trabalho, no período colonial, fundamentalmente em África, a educação funcionou também como uma "tecnologia" de sujeição e de "coisificação" do sujeito colonizado. Para o caso da língua inglesa podemos analisar o efeito "tecnológico" em duas perspectivas:

¹¹² Onde a língua inglesa é considerada como língua estrangeira, enquanto que nos outros países citados ela tem o estatuto de língua oficial ou de segunda língua.

Em primeiro lugar, verificou-se que a variante proveniente da Inglaterra foi adoptada como normativa, sendo esta adopção baseada em pressupostos tidos como universais.

Em segundo lugar, a universalização do “modelo” cultural anglo-saxónico visava, na verdade, a representação do colonizado como naturalmente inferior, não-civilizado, isento de cultura logo, necessariamente dependente do grande “esforço” e do enorme “investimento” que o poder colonial despendia em favor dessa maioria “culturalmente desprovida”.

Como afirmam Bill Ashcroft et al. (2001: 426) as “tecnologias educativas” quando aplicadas por via dos textos literários reforçavam fortemente as representações de dependência do “Rest em relação ao West “, para usarmos a expressão de Stuart Hall; como enfatizam os autores referenciados acima, os recitais de poesia, a representação dramática ou a leitura de textos de autores ingleses, não constituíam uma mera utilização do texto na sala de aulas. Constituíam, de facto, um modo efectivo de educação espiritual, moral e política (Ibid.) virada fundamentalmente para disseminação da matriz cultural inglesa.

Por esta razão, prosseguem aqueles autores, a educação em geral, e a literatura em particular, têm sido dos temas mais debatidos pela teoria pós-colonial e pelas literaturas produzidas nos espaços anteriormente colonizados (Ibid.: 427).

Esse debate que ocorre com frequência é justificado pelo facto de não nos parecer aconselhável descorar a componente ideológica da educação, embora vivamos um período de quase total desmantelamento dos impérios coloniais. Sendo assim, importa fazer uma reflexão em torno dos desafios que a educação enfrenta, na fase pós-colonial, também ela marcada pelas ideologias globalizantes dominantes. Daí que se deva reflectir sobre estratégias a adoptar por aqueles que gerem a oferta educativa em contextos pós-coloniais, visando a contestação dos legados do colonialismo ou acções tendencialmente neo-coloniais.

Nesse sentido, após as independências africanas, os sistemas educativos sentiram necessidade de adaptar os seus conteúdos e procedimentos aos novos interesses e desafios colocados pela sociedade do conhecimento, porquanto, o que se mostrava adequado para um sistema de ensino voltado para uma minoria nos anos 60 do século transacto não pode, de forma alguma, adequar-se às necessidades de uma maioria muito mais diversificada, servida, em muitos casos, por sistemas educativos aliados às novas tecnologias, tal como salientam Bill Ashcroft e Pal Ahluwalia na sua

obra intitulada *Edward Said*. Essas transformações acima apresentadas têm um considerável preponderância para a vida das populações situadas fora do ocidente, e por isso convocam os provedores de oferta educativa não apenas para a adopção de novos métodos de ensino, assim como para a integração de novos conteúdos.

Dentro desse quadro, iremos nas páginas que se seguem efectuar uma breve abordagem do contexto do ensino da língua inglesa, como língua estrangeira.

1- O Ensino da Língua Inglesa como Língua Estrangeira: Missão e Desafios

A missão fundamental do ensino de qualquer língua consiste em equipar os aprendizes com ferramentas linguístico-conceptuais que os habilitem a participar em distintas situações comunicativas numa dada língua. Tendo em conta essa missão, analisaremos o quadro ideológico subjacente ao ensino de uma língua estrangeira. Para alguns autores a aprendizagem, de facto, ocorre apenas quando a língua é usada numa situação comunicativa que possibilite ao aprendiz expressar os seus próprios significados (Crawford, 2003: 87). Melhor dito, em síntese, podemos apenas falar de uma aprendizagem efectiva de uma língua quando o aprendiz é capaz de a usar para expressar aspectos que tenham a ver com a sua identidade, sejam eles de carácter pessoal ou colectivo.

O nosso argumento basea-se numa abordagem relativa ao enfoque ideológico da educação. Tendo em conta essa premissa, o nosso argumento será aferido tendo como substrato o ensino da língua inglesa como língua estrangeira (TOEFL)¹¹³, dentro de um quadro que tem em conta factores “colonizadores” que imperam nesse domínio, para assim colocar em relevo a desinocuidade do TOEFL, assim como do aparentemente inofensivo prisma comunicativo a ele conexas.

Fazendo uma concisa cronologia das perspectivas/métodos associados ao ensino da língua inglesa registamos o surgimento, a partir dos anos 60 do século XX, de uma perspectiva

¹¹³ Sigla inglesa correspondente a Teaching of English as a Foreigner Language

metodológica baseada no “Communicative Language Teaching” CTL¹¹⁴. Desenvolvida na Grã-Bretanha, o CTL destroniza o método situacional, altamente estruturado, através do qual os alunos eram forçados a trabalhar os conteúdos linguísticos dentro de um ambiente irrelevante para o seu contexto (Câheng & Young , 2003:17).

Passado mais de meio século, existem poucos equívocos quanto à eficácia da via preconizada pelo CLT, uma vez que privilegia o ensino da língua Inglesa dentro de um contexto situacional real. Porém, paradoxalmente, a situação anterior, quer dizer, a situação “colonial” no plano da educação formal, mais concretamente no TOEFL, prevalece, em parte, porquanto, os manuais mais utilizados para a efectivação do CTL são produzidos a partir do centro anglo-americano, para um público alvo extenso e disperso, maioritariamente residente na periferia, onde a língua inglesa funciona como língua estrangeira, segunda, ou mesmo terceira língua. Sendo assim, para um grande número de tópicos que sustentam matérias do âmbito da morfologia e da sintaxe , e que por sua vez promovem a apreensão do vocabulário, assim como as situações comunicativas propostas para o ensino da língua inglesa afastam-se das diferentes realidades contextuais onde essas situações comunicativas são aplicadas.

Nessa conformidade, quando as prescrições centralmente imanadas são colocadas ao serviço da educação em espaços diferentemente situados, constituem potenciais geradores de tensão, de barreiras comunicativas, uma vez que o sucesso de qualquer actividade comunicativa é garantido e fortemente determinado pela forma como os participantes percebem ou estão familiarizados com o contexto que sustenta o acto comunicativo e são capazes de o adequar ao seu comportamento verbal e não verbal (Kramsch, 2010:49).

Na verdade, as constatações acima esboçadas constituem o dilema que os professores de inglês, que exercem o seu labor em espaços não ocidentais enfrentam quando tentam implementar programas alinhados com as necessidades de grupos locais, tendo como suporte manuais centralmente concebidos e exportados para a periferia, como diz Jane Crawford (2003: 81) no seu artigo "The Role of Teaching Material in Language Classroom".

¹¹⁴ Sigla inglesa correspondente a Communicative Language Teaching

A discussão em torno da questão dos manuais sendo extensa requer que, por razões ligadas à nossa abordagem e que pretende sobretudo A nossa abordagem pretende, sobretudo uma sensibilização a estas questões da homogeneização do ensino da língua inglesa a partir de referências ocidentais, sem espaço para o diálogo cultural com o contexto de ensino-aprendizagem, diferentemente situado (da qual já demos nota acima). Destacamos aqui apenas alguns aspectos, que julgamos não poder deixar de alavancar, começando pelas limitações do material previamente elaborado e portanto, prescrito, sem as necessárias adequações a diferentes contextos. Passamos a listar algumas das limitações:

- Reduz o papel do professor a um mero gestor ou espectador de eventos previamente planificados, descurando assim, a sua capacidade de imaginação e a realidade sociocultural onde o processo de ensino decorre;
- Falha na sua missão de apresentar situações comunicativas reais e apropriadas, como refere David Nunan no seu livro *Designing Tasks For Communicative Classroom*;
- Falha, igualmente, na contextualização das actividades, assim como denota uma escassez de equidade na representação do género”;
- evita a abordagem de questões controversas e, em sua substituição, um mundo ideal, ocidental é apresentado como norma, visando a sua aceitação nos mais diferentes contextos.

Deste modo, o material previamente elaborado não pode, certamente, ir ao encontro das necessidades dos aprendizes diferentemente situados, uma vez que é concebido a partir do centro, para um mercado global, maioritariamente localizado na margem. Por conseguinte, queremos argumentar as necessárias adaptações para que o processo de ensino/aprendizagem possibilite o engajamento dos aprendizes, tanto do ponto de vista cognitivo, como afectivo.

Porém, independentemente das limitações do material centralmente concebido, o mercado de produção de “kits para o ensino da língua inglesa “floresce”; segundo E. Sheldon, citado por Jane Crowford (2003: 81). Só nos Estados Unidos vinte e oito (28) editoras disponibilizam mais de 1600 títulos de manuais para a efectivação do TEFOL.

O uso do contexto anglo-americano para a efectivação do TEFOL, por via do CTL, vem desse modo confirmar a prevalência do pendor hegemónico do ocidente, herdado do passado colonial,

uma vez que se mantém a predominância de variáveis contextuais ligadas ao mapa anglo-saxónico, prevalecendo dessa maneira pressupostos ideológicos que assumem a matriz cultural do centro como normativa. Esta predominância conforma uma das vias através da qual o ocidente mantém o seu domínio sobre outras partes do mundo, no caso o continente africano. Deste modo, se concretiza um discurso (neo)colonial, embora orquestrado com sofisticado eufemismo, daí termos referido a aparente inocuidade do CTL.

Nessa conformidade, analisando a remanescência do poder “imperial” e a consequente “subordinação colonial” no que o ensino da língua inglesa, como língua estrangeira diz respeito, formulamos a hipótese seguinte:

Caso os conceitos desenvolvidos no âmbito dos estudos pós-coloniais sejam aplicados em contextos de ensino/aprendizagem da língua inglesa, nos espaços pós-coloniais, poderá ocorrer uma maior identificação do texto em relação ao contexto e, conseqüentemente, uma aprendizagem afectiva, logo mais efectiva.

Partindo dessa hipótese conduzimos uma breve análise, visando confirmar ou refutar a pressuposição por nós avançada.

2- O Ensino da Língua Inglesa em Espaços Pós-coloniais: O Caso do Contexto Angolano

Para melhor sustentarmos o nosso pressuposto de partida, tomamos como referencial o contexto angolano. Fizemo-lo tendo como base questionários de perguntas abertas, que foram elaborados e distribuídos a estudantes de licenciatura nos Departamento de Língua e Literaturas em Língua Inglesa, da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, de Angola (FLUAN), e ao Departamento de Letras Modernas, do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED), nomeadamente aos estudantes da opção Linguística Inglesa- variante ensino. A escolha dessa amostra tem como argumento o facto de serem esses grupos os que estudam as literaturas africanas escritas em língua inglesa e também pelo facto dos mesmos grupos constituírem a maior bacia de recrutamento de professores de língua inglesa. Ao solicitarmos a opinião dos grupos alvo foi nossa intenção colher dados sobre a repercussão que os textos literários africanos

tiveram na aprendizagem da língua inglesa pelos estudantes alvo. Assim, formulamos a seguinte pergunta de partida:

Qual é o impacto da inclusão de temáticas locais, por via do texto literário, na aprendizagem da língua inglesa por parte dos estudantes dos cursos de linguística inglesa, na Faculdade de Letras da UAN e no ISCED de Luanda?

A razão dessa pergunta prende-se com facto de, como diz Raymond Campehoudt, a pergunta de partida servir para se destacar processos sociais, económicos, políticos ou culturais que permitem compreender melhor os fenómenos e acontecimentos e interpretá-los do modo mais acertado possível. A perguntas de partida, refere o mesmo autor, busca respostas, pontos de vista, em termos de estratégias, modos de funcionamento, de relações e de conflitos sociais, de invenção, de difusão ou de integração cultural (2003: 43, 44).

Para o caso concreto desta breve análise anexa ao nosso trabalho, tencionamos destacar os fenómenos e os conflitos culturais que ocorrem durante o processo de ensino da língua inglesa no território angolano (usando as instituições de ensino ora referidas como metonímia dos conflitos e fenómenos culturais), em ambiente de sala de aulas. Procurámos oferecer respostas e /ou sugerir estratégias para a mitigação dos conflitos culturais, gerados pela utilização de manuais difusores das realizações das culturas ocidentais, visando assim a efectivação de um ensino promotor de uma aprendizagem mais localizada, mais voltada para o contexto sociocultural local, sem no entanto desviar-se do seu foco, ou seja, desenvolver nos estudantes competências linguísticas, no que à língua inglesa diz respeito.

Em síntese, o nosso interesse não recai sobre o método mas sobre os conteúdos implícitos no curriculum, com especial atenção para a sua carga ideológica. Campehoudt (2003:203) lembra, na esteira de autores como por exemplo, Claire Kramersch (2010), que a pretexto de exercícios de gramática, história ou até mesmo de ciências naturais todo um conteúdo é comunicado aos aprendizes, de modo sensível. Por meio das aulas, não são apenas as línguas ou as ciências que são ensinadas. Há também concepções de natureza humanística, ligadas aos papéis masculinos e femininos, ao sucesso social ou profissional ou na vida política, que são inculcados aos alunos sem o seu consentimento e, em grande medida, sem que professores tenham consciência do seu papel como disseminadores dessas concepções “colonialistas/difusionistas” (2003: 92) e que

devem ser tidas em conta. A partir desta tomada de consciência passou-se a estudar a função de reprodução ideológica do ensino, isto é, a maneira como o mesmo contribui para assegurar uma certa ordem social, transmitindo concepções dominantes da vida em sociedade (Campehoudt, *Ibid.*:93).

Na nossa perspectiva, os factores acima referenciados devem estar sob a mira dos sistemas educativos nacionais nos espaços pós-coloniais, uma vez que sendo sistemas nacionais, reclamam para si o controlo de aspectos vários a fim de desempenharem o seu papel como vectores integradores e unificadores das suas respectivas sociedades (Benedito, 2007: 93). Essas tarefas que pautamos como fundamentais, são ampliadas no contexto dos estados africanos que vivenciam processos simultâneos de descolonização e de consolidação das suas fronteiras identitárias. Nesse sentido, para o caso do ensino da língua inglesa como língua estrangeira, o sistema de ensino angolano, por exemplo, confronta-se com uma tensão entre a necessidade de desempenhar o seu papel de integrador, unificador, enquanto instrumento de construção de uma identidade nacional, devendo, como sublinha Narciso Benedito (2007:93), relacionar os seus conteúdos e práticas a problemas locais, sem prescindir da necessidade que esse mesmo sistema tem de se aproximar às tendências globais, no que diz respeito aos métodos e meios de ensino das línguas estrangeiras, no geral, e da língua inglesa, em particular.

Uma vez feita essa avaliação, parece-nos que a missão do sistema educativo angolano, na qualidade de propulsor da unidade nacional, se torna mais desafiante, em razão desse mesmo sistema ter de atender às expectativas de um universo populacional transcultural.

À luz de uma perspectiva radical, os desafios que o sistema de ensino angolano enfrenta, em matéria do TFOEL, poderiam ser sanados com a supressão dos manuais desenhados no centro e a sua substituição por materiais produzidos localmente, não havendo ainda, de momento, condições para o efeito. Assim, é aconselhável a adopção de uma via mais moderada que atenda às tendências, efectivando-as, no entanto sob o prisma de uma plataforma local, desenvolvendo-se assim uma parceria, uma harmonia entre o global e o local.

3- Prescrições Centrais /Abordagens Locais : A Busca de Equilíbrios

As questões subjacentes à dimensão ideológica da educação não sendo recentes, ganham novos contornos. Como referem Catarina Gomes e Maria Meneses (2012: 2) os ideais da pós-modernidade, embora façam alusão ao diálogo intercultural, estão muito voltados para a descrição que a modernidade ocidental fez de si mesma, ocultando, desse modo, o que dela fizeram os que sofreram a violência que lhes foi imposta (Citando Boaventura Sousa Santos 2006: 25). Por conseguinte, os materiais para a efectivação do CTL produzidos maioritariamente nos EUA e no Reino Unido (reconhecendo-lhes o poderio globalizante), transportam consigo um enorme manancial cultural dessas sociedades, facilmente disseminado nos contextos onde a procura de espaços de aprendizagem, se torna cada vez mais uma realidade, exponencialmente crescente.

Porém, sabemos que mesmo diante desses factos e das limitações que atrás referimos os manuais constituem uma componente fundamental em grande parte dos programas; eles servem como base da maior porção de “inputs” linguísticos que os alunos recebem e, a par do professor, constituirão uma das maiores fontes de contacto que os aprendizes têm com a língua, por um lado.

Por outro lado, os manuais ajudam a estandardizar conteúdos, uma vez que o seu uso num determinado programa permite que diferentes grupos recebam conteúdos similares e, por isso, podem ser avaliados dentro de uma mesma base. Os manuais são também meios, através dos quais os alunos e professores mantêm contacto com aquilo que se passa no mundo em matéria de conteúdos programáticos, padrões desejáveis e, finalmente, um elemento coadjuvante na elevação da cultura geral do estudante.

Diante desta realidade, a questão fundamental residirá na procura de um equilíbrio por parte do professor, um equilíbrio que permita a aproximação anteriormente referida (perspectivas/prescrições centrais abordadas através de conteúdos locais), cuja prossecução pode ocorrer à luz das actuais "guidelines" do processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa que nos parecem bastante adequadas à nossa discussão, nomeadamente:

- A transformação da língua como ferramenta funcional primando por uma linguagem contextual, para permitir o seu uso racional, de modo que o aprendiz desenvolva habilidades que lhe permitam uma prática da escrita e oralidade;
- O uso de situações comunicativas reais e autênticas;
- O uso de material flexível para permitir a inclusão das diferenças individuais ou contextuais, visando um engajamento dos aprendizes, tanto cognitiva como afectivamente.

Será sob a capa desses postulados pedagógicos que ocorrerá, certamente, uma aproximação às identidades localizadas fora do centro pois, como se sabe, talvez mais do que noutros casos, o ensino de uma língua estrangeira promove o encontro de entidades e de culturas. Devemos reconhecer que a aprendizagem da língua (particularmente num contexto em que ela funcione como segunda língua e mais fundamentalmente, no caso de língua estrangeira) requer uma participação activa do aprendiz (Kramsch, 2010: 82).

Assim, tal como acontece na historiografia, a audição de distintas vozes que intervêm ao nível dos sistemas educativos implica, como afirmam Catarina Gomes e Paula Meneses (2012: 3), em citação já referida, um complexo esforço que passa pela crítica epistemológica à produção do conhecimento e pela “desnaturalização” das referências sedimentadas pela academia.

Desse modo, a integração de novos conhecimentos no repertório linguístico do aprendiz, ocorre, com certeza, apenas quando a nova língua é usada espontaneamente, numa situação comunicativa onde ele é capaz de expressar os seus próprios significados. O “input” fornecido pelos manuais fornecerá uma preparação linguística e cultural para o acto de comunicação do aprendiz (o “output”) que é, sem dúvida, o principal objectivo do processo de ensino/aprendizagem de uma língua.

Assim, desempenha um papel fundamental a habilidade do professor em recorrer à língua autêntica e não à artificial, se entendermos a primeira no sentido em que David Nunan (2004: 54) emprega o termo, ou seja, aquela que não tenha sido especificamente preparada com o propósito de ser usada no ensino de uma língua estrangeira na sala de aula. Igualmente importante, será a capacidade do professor em saber articular os objectivos propostos pelo manual ao contexto sociocultural onde lecciona. E, nessa perspectiva, o material inscrito no enredo dos textos

literários escritos em língua inglesa funciona como língua autêntica e permite a aproximação entre os aprendizes e a valores e valências que estruturam as suas identidades. Por norma, esses textos, pelo facto de transportarem uma forte componente cultural, desempenham em pleno um ambivalente e importante papel em todo o processo educativo. Servem como elemento de ruptura em relação aos modelos "ideais", como elemento de aproximação identitária e, simultaneamente, funcionam como ponto de contacto com a língua estrangeira, já que a análise desses textos vai possibilitar ao aprendiz desenvolver/praticar várias habilidades linguísticas.

Uma vez efectuado um breve levantamento teórico, apresentado o nosso prognóstico e manifestadas as nossas considerações a respeito da temática central deste anexo, iremos nas linhas que se seguem verificar a validação ou o declinar das nossas considerações.

4- O que nos Dizem os Questionários

Foi distribuído aos estudantes um questionário contendo quatro perguntas, sendo duas do tipo abertas e duas semi-abertas. A indagação pretendida estava relacionada com o início do estudo da literatura africana escrita em língua inglesa (vide anexo III, no final desta secção). Dos 40 questionários distribuídos, tivemos um retorno de 25, dos quais 1 sem qualquer resposta e 09 com respostas confusas, contendo dados não solicitados.

Doze inquiridos responderam positivamente às três primeiras perguntas do questionário. Três dos inquiridos consideraram, entretanto, que não houve por parte deles qualquer alteração do ponto de vista afectivo, na sua aprendizagem, embora um deles reconheça que teve acesso, por via da literatura, a factos relacionados com a história e cultura africanas, recomendando também a inclusão da disciplina de literatura africana em língua inglesa no final do segundo ciclo do ensino secundário. O mesmo inquirido sublinhou a necessidade de adopção de uma metodologia diferente daquela usada pelo professor que lecciona a disciplina na Faculdade Letras da Universidade Agostinho Neto. Estes dados indiciam uma certa contradição que, ao nosso ver poderá ter como causa uma interpretação deturpada da pergunta a respeito da componente afectiva.

Quanto à pergunta relativa à inclusão da literatura no programa de ensino, em níveis anteriores ao universitário, 4 dos inquiridos não recomendam a inserção da disciplina no final do segundo ciclo do ensino secundário. No geral, os inquiridos afirmaram que o contacto com os textos da literatura africana permitiu-lhes aceder a conhecimentos relativos à história e à cultura africanas, considerando esse conteúdo importante, realçando também que o uso desses textos em contexto de ensino e aprendizagem da língua inglesa seria aconselhável, visto que os manuais usados em sala de aulas no ensino secundário e no ensino universitário contêm, quase que exclusivamente, situações contextuais ligadas ao centro anglo-americano. Verifica-se assim que há um olhar crítico ao CTL, por parte dos inquiridos, facto que nos parece importante, dado que grande parte deles compõem ou irão integrar a bacia de recrutamento de professores de língua inglesa, usada pelo Ministério da Educação de Angola (MED).

Esse olhar crítico dos futuros professores, e potenciais servidores e promotores da oferta educativa no domínio da língua inglesa em Angola, constitui um indicador de que os mesmos serão executores da política formativa tendo em atenção a relação e o estabelecimento de equilíbrios.

A preocupação niveladora manifestada pelos inquiridos é fundamental porquanto, como afirma J. Crawford, no seu artigo “The Role of Material in Language Classroom”, a aula de língua promove o encontro de identidades e culturas e, por este facto, afigura-se necessário o reconhecimento do facto de que a aprendizagem de uma língua (particularmente nos contextos em que uma língua é aprendida como língua segunda ou estrangeira) solicitar uma participação activa dos aprendizes (2003: 16).

Para o caso concreto de Angola, por exemplo, o professor de inglês deverá, a partir do texto literário, manusear/trabalhar várias ferramentas de referência identitária dos elementos que compõem o seu grupo alvo, assim como integrar, sempre que possível, elementos culturais de diferentes franjas do mapa etno-linguístico angolano, de modo a conseguir um panorama, o mais abrangente possível, da estrutura do tecido social angolano.

Para que essas propostas se materializem, nos mais diferentes níveis de ensino, diversos ícones, dos mais simples aos mais complexos, podem servir para a manutenção do almejado equilíbrio. Aspectos da história, da cultura, e até o uso de topónimos e antropónimos locais podem servir

como ponto de partida. Em verdade, o professor pode criar um repertório pessoal, um manancial de situações comunicativas que venham a permitir uma interdisciplinaridade, um diálogo de culturas que contemple uma perspectiva transcultural do ensino, ou seja, uma articulação entre o local e o global.

Uma vez enformada por uma perspectiva dialógica e diatópica, a actividade do professor, em contextos pós-coloniais, onde a língua inglesa tem o estatuto de língua estrangeira (como é o caso de Angola), terá de se presidida à luz de uma articulação equilibrada de três vectores fundamentais, designadamente: o texto, o contexto e o co-texto¹¹⁵, que permitirão a existência de “diálogos e roturas” entre as línguas estrangeiras e a(s) identidade(s) nacional/ais. Caso se enquadre essa articulação na estrutura de ensino superior, verificamos que a mesma encontra eco numa das tendências gerais desse subsistema de ensino. Como se lê no relatório da UNESCO, intitulado *Tendências da Educação Superior Para o Século XXI* , a universidade deve:

Mobilizar o papel da cultura e atribuir-lhe um papel central e não periférico na vida intelectual, integrando activamente, a natureza cultural no conjunto das suas funções de ensino/aprendizagem, pesquisa e serviços. Para a efectivação da missão cultural, o ensino universitário deverá ser baseado na cultura, levando ao estudante o conhecimento do "outro" que lhe permita melhor compreender-se a si mesmo "(Nettleford, 1999: 576-577)

5- Conclusão:

Tomando como referencial a abordagem efectuada nas páginas anteriores podemos, em jeito de conclusão sublinharíamos o seguinte:

O ensino da língua inglesa não deverá funcionar como um instrumento de domínio cultural anglo-americano. Porém, esta constatação não deverá conduzir o ensino dessa língua a um

¹¹⁵ O co-texto pressupõe necessariamente o adequado contexto. Um contexto que compreende uma semântica extensiva, o léxico e a gramática de uma língua; o alfabeto e código do sistema literário, o intertexto, etc, tal como diz Vitor Aguiar e Silva (2002: 579).

extremo diametralmente oposto, ou seja, um ensino excessivamente focalizado na matriz cultural dos povos então silenciados pelo recontro colonial. Em suma, defendemos uma situação de equilíbrio que dê atenção não apenas aos conteúdos baseados nos valores/normas do centro, mas também a elementos locais. Aos aprendizes deve ser dada a oportunidade de usarem a língua estrangeira para abordar questões locais e circunstâncias internacionais relevantes, ou para as quais, eles dirijam os seus interesses.

O CTL terá sido marcado, senão radicalmente determinado, por uma perspectiva ocidental, e por um contexto particular historicamente evidenciado, que quase sempre postulou a universalidade dos seus valores e das suas culturas. Porém, no contexto actual o CTL não pode ser observado como uma ferramenta usada ao serviço do domínio anglo-americano, mas sim como uma “bússola”, um compromisso internacional para dar resposta às necessidades reais dos actuais aprendizes da língua inglesa nos diferentes contextos de aprendizagem.

A sua aceitação pelas estruturas que disponibilizam o conhecimento pressupõe uma atenção virada a uma multiplicidade de questões complexas, que vão desde as tradicionais áreas de enfoque morfo-sintáctico, à inclusão de questões fundamentais, tendo em conta variáveis contextuais, como cultura, raça, história, género e outras.

Ao promover uma aprendizagem ancorada numa perspectiva transcultural¹¹⁶, no sentido por nós referenciado ao longo do nosso trabalho e recorrendo aos conceitos propostos por Marie Louise Pratt (1995), e Wolfgang Welsch (1999), o professor potencia a valência da sala de aula como zona de contacto, instigando assim a transculturação.

Desse modo, a sala de aula¹¹⁷ promove a suspensão da tradicional dicotomia entre o centro e a periferia para que ambos partilhem uma plataforma de diálogo, visando realinhar as diferenças, realçar semelhanças e identificar os contrastes, para melhor definir e valorizar as identidades culturais, dando assim a possibilidade do “Eu e do Outro”, do “West e o Rest”, como diz Stuart Hall, tornarem audíveis as suas vozes.

Como Suresh Canagarajah enfatiza:

¹¹⁶ Uma perspectiva que olha para as culturas actuais como resultado de processos contínuos de inter-penetração mútua, entre as culturas ocidentais e as suas congéneres não ocidentais.

¹¹⁷ Vista como “zona de contacto”, o local onde distintas entidades e culturas se encontram e se inter-relacionam.

ELT is not completely an innocuous activity, because in fact, although in some cases it is not intentional, what occurs is that while language teachers implement an explicit curricular program composed by grammar and communicative aspects they are also implementing a set of values and ideologies which may shape the identity of their learners. So, ELT professionals from or living at periphery should call into question the non-explicit curriculum underlying the syllabus, relating it to the scale of their own sociopolitical (Canagarajah: 2009, 14).

Tal como o escritor, ao recusar uma definição unidimensional da cultura, o professor procede à re-interpretação dos modelos pedagógicos prescritos pelo centro, a partir de uma estrutura dialógica, isto é, moldada através do enquadramento intercalado de diferentes elementos da matriz sociocultural da margem, misturando referenciais locais e globais. Esta re-interpretação visa, essencialmente, a adequação de modelos “centrais” ao contexto social dentro do qual os actores localizados fora do centro evoluem, uma vez que, como refere bell hooks:

“A margem constitui um local central de produção de discursos contra-hegemónicos (...) e oferece a possibilidade de perspectivas radicais, a partir das quais se criam, visualizam e se imaginam alternativas” . Isto é , “novos mundos”. (1999:314, *apud*. Huggan 2001:20).

Assim, tal como frisámos inicialmente, a manutenção do equilíbrio entre o centro e a periferia, embora não sendo de fácil concretização, é politicamente justificável, socialmente recomendável, pedagogicamente exequível. Estas justificativas impõem-se porquanto, como dissemos, embora o ensino da língua inglesa esteja ancorado numa perspectiva comunicativa, que advoga a importância da contextualização das actividades, o que verificamos é que as actividades padrão são, de um modo geral, representadas pelos produtos e constructos culturais do centro.

Nessa conformidade, quando utilizado em contexto de ensino e aprendizagem da língua inglesa, os textos pós-coloniais, sendo mananciais de elementos culturais locais e portadores de dados históricos regionais, ligados a contextos (des)localizados fora do centro ocidental, constituem uma oportunidade para que os actores que desenvolvem actividades no quadros dos sistemas educativos nacionais periféricos inscrevam na sua pauta um contradiscurso, que mitiga a carga ideológica adstrita aos manuais concebidos pelo centro. Desta forma, estes actores educativos, no caso os professores de língua inglesa, responderem, de modo pacífico, às tendências hegemónicas do centro, (re)ajustando-as à escala do seu contexto local.

Ao apropriar os modelos e práticas pedagógicas desenhadas pelo centro e ao adaptá-las aos contextos locais, os actores pós-coloniais concretizam uma das vias da transculturação. Deste modo, a sala de aulas transforma-se numa “zona de contacto”, como já referimos, onde ocorre a troca, ainda que por vezes desequilibrada, de valores culturais entre o centro e a periferia, dando também a possibilidade para que a sala de aulas promova a audição de “vozes culturais” dominantes e também das suas homólogas pouco audíveis, que percorrem os espaços periféricos, incontornavelmente transculturais.

Assim, a transculturação dá lugar a uma intercâmbio, capaz de representar os sentimentos e valores da diversidade de aprendizes presentes na sala de aulas, sem que isto represente a completa ab-rogação dos modelos pedagógicos propostos pelo centro. Pois, como afirma Rosemary Sage, podemos resolver ou evidenciar as nossas diferenças e dificuldades se focarmos a nossa atenção nas diferenças e nos objectivos que nos são comuns. Assim, prossegue a autora, a diversidade transformar-se-á numa bênção, e não numa praga, e toda a sociedade beneficiará de uma visão mais profunda do mundo e das suas populações (2011:4.).

Verificamos, deste modo, que a efectivação do ensino da língua inglesa, baseado numa perspectiva transcultural apresenta enormes vantagens.

A articulação acima referida (entre o texto e o contexto) permitirá à educação em geral, e ao ensino da língua inglesa como língua estrangeira em particular, colaborar na tarefa de vencer o grande desafio actual que é a aceitação e consolidação de sociedades transculturais locais e, em última instância, a interacção de todos a nível global. Para tal, devemos assumir as nossas diferenças locais e globais. Como refere Sage, quanto mais discutirmos os nossos pontos de vista e examinarmos as nossas diferenças maiores serão as probabilidades de desenvolvermos uma sociedade global (2011:2).

Partindo desse argumento, diríamos que para a efectivação do conceito de transculturalidade, sustentado em primeira instância, pelas noções de multi e interculturalidade, pressupõe que os participantes do processo de ensino aprendizagem devem, necessariamente, absorver o alcance da ideia de diversidade, sendo que para o efeito necessitam, em primeiro lugar, de reconhecer as diversas culturas que interagem no espaço pós-colonial e permitir representatividade dessa diversidade na sala de aulas. Isto deve ocorrer não apenas através da presença dos aprendizes ou

dos difusores de saberes na sala de aulas, mas também através da incorporação de elementos representativos de distintas matrizes culturais, ainda que os seus actores não estejam fisicamente representados na sala de aulas¹¹⁸.

Diante deste quadro, verificámos que é possível mitigar o impacto do poder hegemónico através da apropriação dos modelos pedagógicos propostos pelo centro, adaptando-os porém, às realidades socioculturais dos espaços pós-coloniais, ou seja, pondo em evidência o processo de ab-rogação.

Julgamos relevante no final do nosso projecto de investigação chamar a atenção do leitor para estas questões, na mesma medida em que se definem directrizes para trabalho futuro, enquanto docente em Angola.

Considerando tudo quanto foi possível verificar, encerramos esta nossa breve abordagem dizendo que o professor de inglês que actua no contexto pós-colonial não deve ser visto como uma agente perturbador das dinâmicas conducentes ao resgate da identidade e das vozes silenciadas pelo recontro colonial, mas sim, como um actor que ocupa um espaço, dentro dos espaços de (re)construção identitária que se edificam no amplo espaço das cartografias pós-coloniais.

¹¹⁸ Por exemplo, a inclusão de topónimos e antropónimos, provérbios, expressões idiomáticas, tradições provenientes dos espaços culturais existentes localmente, pode ser uma das vias.

Referências Bibliográficas

Ashcroft, Bill e Pal Ahlwalia. (2001), *Edward Said*, Routledge Critical Thinkers Series, USA e Canada., Routledge.

Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth. e Tiffin, Hellen. (eds.). (2001), *The Post Colonial Studies Reader*, London and New York, Routledge.

shcroft, Bill; Griffiths, Gareth. e Tiffin, Hellen. (eds.). (2004), *The Post Colonial Studies Key Concept*, London and New York, Routledge .

Benedito, Narciso. (2007), *Centralização de Sistemas Educativos e Autonomia dos Actores Organizacionais. Processos Colectivos de Interpretação das Orientações Centrais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

Camphenhout. Raymond. (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais- Trajectos*, João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho (trad.), Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Gradiva Publicações Limitada.

Canagarajah, Sures. (1999). *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching*, Oxford, Oxford University Press.

Cheung C. &, Yang. A. (2003) "Adapting Textbook Activities for Communicative Teaching and Cooperative Learning" in *Forum English Teaching*, Vol. 4 Nr. 3 July, United States, Department of State for Teachers of English,

Crawford. J. (2003), " The Role of Material in Language Classroom: Finding The Balance" in Richards J. & Renandya W. (eds.), *Methodology in Language Teaching- An Anthology of Current Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.

Crawford. J. (2003) "Syllabus Design and Instructional Material" in Richards J. & Renandya W. (eds.), *Methodology in Language Teaching- An Anthology of Current Practice*, Cambridge , Cambridge University Press.

Gomes , C. e Meneses, M. (2012), *História e Colonialismo: Por uma Inter-Historicidade*, versão electrónica, descarregada a partir de [http:// www.reseau-terra.eu/article 1223.html](http://www.reseau-terra.eu/article/1223.html), (acedido em 16.01.2012).

Hall, Stuart. (1996), "The West and The Rest: Discourse and Power", in Hall et al. (orgs). *Modernity: Introduction to The Modern Societies*, Oxford, Oxford Blackwell.

Huggan, Graham. (2001), *The Post-Colonial Exotic: Marketing the Margins*, London and New York, Routledge.

Kramersch, Clair. (2010), *Context and Culture in Language Teaching*, Oxford, New York, Oxford University Press.

Li, David. (2010) “Researching Non-native Speakers Views Towards Intelligibility and Identity: Bridging the Gap Between Moral High Grounds and Down-Earth Concerns” in Sharifian, Farzad (ed.), *English as An International Language – Perspectives and Pedagogical Issues*, Bristol, Buffalo and Toronto, New Perspectives On Language & Education.

Netteleford. R. (1999) " Universidade: Mobilizar o poder da Cultura- Uma perspectiva Caribenha in *Tendências da Educação Superior para o Século XXI - Anais da Conferência Mundial sobre O Ensino Superior* (5-9 Out.), Brasília, UNESCO/CRUB,

Nunan, David. (2004), *Designing Tasks for The Communicative Classroom*, Cambridge, Cambridge Language Teaching Library.

Pratt, Marie Louise. (1996). *Imperial Eyes, Travel Writing*, London and New York, Routledge.

Sage, Rosemary. (2010). *Meeting the Needs of Students With Diverse Backgrounds*, and London, New York, Continuum.

Silva, Vitor Aguiar. (2002), *Teoria da Literatura*, 8ª Edição, Coimbra, Almedina.

Welsch, Wolfgang. (1999) “Transculturally – The Puzzling of Cultures Today” in Featherstone Mike and Lash, Scot. (eds.), *Spaces of Culture: City, Nation, World*, London, Sage, and London.

Anexo III

Anexo III

Guião de Perguntas

Dear Sirs

You are being invited to participate in a questionnaire on relevance of African Literature in English as Teaching Material. The questionnaire is part of a PH.D research project. Your answers will be analysed accordingly, and personal data related to participants will not be available by the researcher.

Underneath you will find the questions related with the aim of the research.

Questionnaire

- 1- When do you start studying African Literature in English?
- 2- Was there any significant change in terms of affective component in your learning process after that? (If yes, give examples).
- 3- What is the relevance of African Literature in English, when used as teaching material?
- 4- Would you recommend the inclusion of this subject in English language syllabuses designed for pre-intermediate students?

Personal Data:

Age _____ Sex: Male () Female ()

Academic Level: _____

Institute/University _____

Occupation: English Teacher ()/Student () Both () Other (specify) _____

Thank you for your Collaboration